

piauí\_175  
abril

Riva



Uma cortesia da Lei de Segurança Nacional

  
não vale um  
pequi roído

AMAZÔNIA • RECIFE • RACHADINHA • HUMOR • PANDEMIA • OSESP • TRÉPLICA • HQ • RACISMO • CAETANO • LITERÁRIAS

piauí\_175  
abril

Riva



Uma cortesia da Lei de Segurança Nacional



genocida

AMAZÔNIA • RECIFE • RACHADINHA • HUMOR • PANDEMIA • OSESP • TRÉPLICA • HQ • RACISMO • CAETANO • LITERÁRIAS

chegada

# ENGOLINDO OS MIÚDOS

O que muda com a entrada de Lula na disputa pela  
sucessão de Bolsonaro

FERNANDO DE BARROS E SILVA



CREDITO: ALLAN SIEBER\_2021

**S**ó há uma certeza política no Brasil de hoje: Lula será candidato à Presidência da República no ano que vem. As coisas sempre podem mudar, claro, mas à distância de um ano e meio das eleições tudo indica que o petista está mais para Getúlio Vargas do que para Cristina Kirchner. Refiro-me, obviamente, ao Getúlio de 1950, que voltou, como se diz, nos braços do povo, depois de ter sido presidente por quinze anos, de 1930 a 1945, oito deles como ditador. O jingle da campanha, um clássico, dizia: *Bota o retrato do velho outra vez/Bota no mesmo lugar/ O sorriso do velhinho faz*

*a gente trabalhar.*

A hipótese Kirchner nunca foi admitida publicamente pelo petismo, mas surgiu nas últimas semanas aqui e ali, em conversas privadas, como opção improvável. Depois de ter sido eleita presidente por duas vezes, em 2007 e 2011, Cristina candidatou-se em 2019, como se sabe, a vice-presidente na chapa de Alberto Fernández. Foi a grande cabo eleitoral do atual presidente.

No caso de Lula, a opção Kirchner seria uma maneira de diluir sua rejeição, transformando-o, ao mesmo tempo, em avalista da renovação política no campo da esquerda. Fernando Haddad, no caso, seria seu Alberto Fernández natural. Essa especulação, no entanto, ficou bastante esvaziada depois que o Supremo Tribunal Federal considerou o ex-juiz Sergio Moro suspeito. Lula não foi apenas desimpedido de concorrer em termos legais. A decisão do STF o legitimou politicamente. Prevaleceu o enredo do velhinho.

Lula terá 77 anos no final do ano que vem, quase dez a mais do que tinha Getúlio quando assumiu a Presidência pela última vez, em janeiro de 1951. Ao contrário do “pai dos pobres” original, o petista nunca teve vocação para ditador. Terminou seu segundo mandato, em 2010, com 87% de aprovação popular. Se tivesse forçado o terceiro mandato, propondo a mudança da lei em seu benefício, como fez Fernando Henrique em 1997, Lula dificilmente encontraria resistência no Congresso. Ficaria mais próximo do chavismo e racharia o país, é certo, mas a história não foi essa. O país acabou rachando em

2014. Coube aos tucanos oferecer o ninho onde o ovo da serpente bolsonarista começou a ser chocado.

Veio então o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, em meio à debacle econômica do país, com a Operação Lava Jato regendo a imprensa e o imaginário social. Olhando em perspectiva, está claro que o alvo político, na verdade, era Lula. O que ocorreu naquela ocasião foi algo bastante extravagante – o impeachment de um ex-presidente. Foi o primeiro impedimento de Lula. Os outros viriam na sequência, com a condenação em primeira e segunda instâncias, a prisão e o carimbo da inelegibilidade, chancelada pelo STF. Mesmo preso, enquanto seu nome apareceu nas pesquisas, Lula nunca deixou de liderar a corrida presidencial de 2018.

Por isso tudo, a volta do <sup>RIVA</sup> ex-presidente à arena política, da forma como se deu, tem significado enorme para a democracia brasileira num momento particularmente dramático da história do país. Lula poderá agora disputar o voto popular com outras candidaturas igualmente legítimas. Terá, sim, de prestar contas à sociedade. Uma parcela significativa da população o considera um político corrupto. Ainda que não seja, a corrupção em larga escala na Petrobras durante os governos do PT não é uma invenção da imprensa burguesa. Está documentada. Esse será, muito provavelmente, um dos tópicos relevantes da disputa eleitoral. Diante do revés que sofreu, o próprio Moro tem em 2022 uma oportunidade de se reinventar como político. Bastaria, na verdade, fazer o que sempre fez, mas agora sem a fantasia do juiz.

Com Moro ou sem Moro, a entrada de Lula no páreo já teve o efeito instantâneo de diminuir seus potenciais adversários. Faz até lembrar aquele filme *Honey, I Shrunk the Kids*, que em Portugal se chama *Querida, Eu Encolhi os Miúdos* (e não *as Crianças*, como no Brasil). Pois Lula engoliu os miúdos. Um deles é Luciano Huck, o apresentador em quem as viúvas de FHC depositam há anos a expectativa de que possa renovar a política. É mais provável que venha ressignificar as videocassetadas nas tardes de domingo.

Outro que encolheu foi João Doria. O Júnior. Seus problemas começam em casa. O recrudescimento da pandemia em todo o país e os efeitos especialmente brutais da Covid-19 em São Paulo colocaram o governador na vala comum dos maus gestores da crise sanitária, ofuscando a imagem meticulosamente construída do garoto-propaganda da “vacina do Brasil”. Além disso, nomes ainda influentes no que restou do PSDB, como FHC, Tasso Jereissati e Aécio Neves – sim, ele mesmo – já deixaram claro que preferem lançar o governador gaúcho, Eduardo Leite, ou abrir mão de ter candidato próprio.

**S**eria injusto incluir Ciro Gomes na turma dos miúdos. Ele definitivamente não é um deles. Mas Ciro tem um problema. De todos os aspirantes ao Planalto, é quem sofre mais diretamente as consequências da volta de Lula. A briga entre os dois a essa altura é um caminho sem volta, o que depõe contra ambos quando se sabe que o mal a ser derrotado tem nome.

Ciro não tem economizado ataques ao que chama de

lulopetismo. Mas parece ter percebido que a vaga a ser disputada no segundo turno não é a de Lula, mas a de Bolsonaro. Isso é novo. Em entrevista à *Folha* no final de fevereiro, Ciro dizia que sua tarefa seria “necessariamente derrotar o PT no primeiro turno”. Menos de um mês depois, em longa entrevista ao *Estadão*, seguiu com sua artilharia pesada contra o PT: “Não há como disfarçar que o Lula é o grande responsável pelo entranhamento orgânico da corrupção na vida brasileira.” Mas adiante, no entanto, ao ser perguntado sobre o estreitamento do espaço para outras candidaturas depois da volta de Lula ao jogo, Ciro responde: “Todo mundo considera, a preço de hoje, que Bolsonaro será um dos polos do segundo turno. Eu discordo, não acho que é certo que ele esteja.” Quem quiser que acredite, mas é essa a aposta de Ciro Gomes: ser o anti-Lula em 2022.

#### RIVA

Aqueles que se preparavam para enfrentar Bolsonaro agora se veem compelidos a lutar pelo direito de enfrentar Lula no lugar de Bolsonaro. Essa é, até segunda ordem, a nova configuração do tabuleiro.

O desastre sem precedentes da atual gestão autoriza que se aposte no derretimento de Bolsonaro. No mundo ideal, ele voltaria a ser politicamente o miúdo que, na essência, nunca deixou de ser. No mundo real, porém, as coisas são diferentes. Foi o próprio país que encolheu sob o bolsonarismo. Como perguntou o cientista político André Singer, em artigo recente na *Folha*: “Agora que a pasta saiu do tubo, quem vai colocá-la para dentro outra vez?”

Dissemos, no início, que só havia uma certeza política no Brasil atual. São duas, na verdade. Bolsonaro

que, na essência, nunca deixou de ser. No mundo real, porém, as coisas são diferentes. Foi o próprio país que encolheu sob o bolsonarismo. Como perguntou o cientista político André Singer, em artigo recente na *Folha*: “Agora que a pasta saiu do tubo, quem vai colocá-la para dentro outra vez?”

Dissemos, no início, que só havia uma certeza política no Brasil atual. São duas, na verdade. Bolsonaro continuará tentando sabotar a democracia. Tentará melar o processo eleitoral até onde for possível. Fará isso em qualquer cenário, mas com tanto mais ímpeto quanto menor for a sua chance de sair vitorioso. Singer, em seu texto, perguntou como reagiriam os militares diante de uma eventual vitória de Lula. Eu iria além: como reagirão os democratas da “escolha difícil” diante dessa encruzilhada histórica?



## FERNANDO DE BARROS E SILVA

(siga [@fernandobarros](https://twitter.com/fernandobarros) no Twitter)

Repórter da **piauí** e apresentador do *Foro de Teresina*. Foi diretor de redação da revista entre 2011 e 2020



# A SOBREVIVENTE

Uma mulher luta para reconstruir seu rosto e sua vida

JOÃO BATISTA JR.



CREDITO: ANDRÉS SANDOVAL\_2021

**N**a madrugada do dia 17 de novembro de 2017, Ricardo Willians Cazuzza invadiu a casa onde havia morado por dois anos com Talita Oliveira e, depois de agredir a ex-companheira, falou para uma das filhas dela: “Despede de sua mãe porque vou voltar mais tarde.” Cazuzza foi embora, e Oliveira correu para a casa de sua mãe, a 100 metros de distância, junto com os três filhos, todos de pijama. As crianças (de um relacionamento anterior) caíram no sono. Ela não pregou o olho

pregou o olho.

Às seis da manhã uma vizinha bateu à porta da casa na periferia de Barueri, na Grande São Paulo, para contar que Cazuzza estava procurando por Oliveira nas redondezas e fazendo ameaças. Enquanto a mulher ainda falava, o ex-companheiro apareceu no portão, fora de si. Com medo, Oliveira fugiu para o quintal. O homem foi atrás.

“Ele pegou meu pescoço com as duas mãos para quebrar a minha cabeça”, contou Oliveira. O golpe falhou, e ele então avançou com os dentes sobre a orelha esquerda da ex-companheira. Arrancou-a e a cuspiu no chão de cimento do quintal. Em seguida, atacou o nariz de Oliveira, abocanhando uma parte dele. E outra vez cuspiu o pedaço de carne no chão. Um primo de Oliveira apareceu e se lançou sobre Cazuzza. Houve um princípio de luta – e o algoz fugiu. Tudo durou cerca de um minuto.

Ensanguentada, ela correu à cozinha, apanhou um bule de café vazio e o encheu com água e cubos de gelo. Voltou ao quintal e, com um pano de prato, pegou a orelha e o pedaço de nariz, e os mergulhou no bule. “Fiquei com medo de necrosarem”, ela disse. Com o bule na mão, saiu à rua, pedindo socorro. Vários vizinhos estavam acordados, mas nenhum deles chamou a polícia. “Eles me viram sangrando, mas acharam que eu tinha levado socos. Escondi meu rosto com uma toalha.”

Perto das 7 horas, Oliveira deu entrada no hospital, com o bule na mão. Os médicos colocaram a orelha e o pedaço do nariz dentro de um isopor para protegê-los, mas em vão: a pele acabou necrosando. Quatro

dias mais tarde, ela foi submetida a uma cirurgia reconstrutiva. Para o enxerto do nariz, os médicos retiraram parte da orelha direita e da pele da testa, fazendo um rasgo de 12 cm do topo da sobrancelha esquerda até o início do couro cabeludo. Houve rejeição do organismo ao pedaço de nariz implantado, e um queloide apareceu do lado esquerdo. Por causa dos sessenta pontos dados na cirurgia, o rosto de Oliveira cobriu-se de cicatrizes. “Minha cara ficou estraçalhada”, ela descreveu.

Oliveira ficou hospitalizada durante um mês. Quando saiu, teve um novo baque: os filhos – na época com 12, 9 e 7 anos – se assustaram com a fisionomia da mãe. “Eu falei para eles assim: ‘É a mesma mãe, só que com o rosto machucado. Preciso de abraço para ser curada.’” As crianças tiveram que trocar de colégio, por causa do bullying. “Ninguém queria seus filhos em contato com os meus.” Cazuzza foi preso nove meses depois do ataque. Encontra-se em um presídio de Araçatuba, no interior de São Paulo.

**O**s vendedores Talita Oliveira e Ricardo Willians Cazuzza se conheceram em uma festa. Ela trabalhava em uma escola de informática; ele, num carrinho de hot dog. Em pouco tempo, o rapaz se mudou para a casa da namorada. Os rompantes violentos dele não demoraram a aparecer: Cazuzza não queria que ela usasse batom vermelho, nem gostava que vestisse saias. Um ano após o início do namoro, o casal encontrou em um bar o ex-companheiro e pai dos três filhos de Oliveira. Todos se cumprimentaram cordialmente, mas, ao chegar em casa, Cazuzza

chamou a namorada de “vaca” e “oferecida” – e a atacou com socos e mordidas. Foi a primeira agressão.

Seis meses mais tarde, Cazuzza chegou em casa embriagado e começou a atormentá-la com seu ciúme: dizia que ela estava escondendo um amante. Ele vasculhou a casa, olhou debaixo da cama e dentro do guarda-roupa. Oliveira estava deitada. Quando se levantou, tomou um soco no maxilar esquerdo.

No dia seguinte, com dores no rosto inchado, ela pediu para ir a um hospital. Cazuzza a levou, mas mandou-a dizer que tinha sofrido um acidente de moto. “Estava na cara que aquilo era agressão”, afirmou Oliveira. “A enfermeira perguntou mais de uma vez e eu confirmei a versão mentirosa.” Uma radiografia mostrou que havia trincados no osso zigomático, na região da bochecha. Seria preciso colocar uma placa para restaurá-lo. Cazuzza disse que, antes da cirurgia, eles precisavam ir em casa para deixar as crianças com parentes. Nunca mais retornaram ao hospital.

A situação do casal piorava dia após dia, enquanto Cazuzza se afundava no álcool e na cocaína.

**D**epois do ataque que destruiu uma de suas orelhas e o nariz, Oliveira buscou ajuda nas redes sociais. Descobriu outras mulheres que passaram por ataques similares e encontrou apoio em projetos como Um Novo Olhar, da dermatologista Carla Góes. “Ela me procurou pedindo socorro”, disse a médica. “Os homens agressores escolhem justamente o rosto e partes

íntimas para atacar, pois querem suas mulheres escondidas de todos e com a feminilidade anulada.”

Algumas pessoas também a procuraram para que contasse sua história em palestras. Ela topou. A plateia era às vezes formada por pessoas de alto poder aquisitivo. “Muita gente vai a esses eventos para ver que a vida do outro é pior do que a sua, mas efetivamente não estendem a mão. Não preciso de lágrima, mas de capacitação e emprego”, disse Oliveira, que tem 30 anos e nunca mais conseguiu trabalho. “Eu chego em uma entrevista e logo a pessoa pergunta o que aconteceu.” Ela recebe uma ajuda da Prefeitura de Barueri, em um programa de aluguel social, no valor de 350 reais.

Desde a agressão, Oliveira fez sete operações reconstrutivas do nariz e da orelha, todas pelo SUS. Em março passado, aconteceria a última cirurgia reparatória no nariz, mas tudo foi adiado, por causa da aceleração da pandemia. A nova cirurgia faz parte de um projeto maior, conduzido por Góes em associação com o plano de saúde Prevent Senior: Oliveira será a primeira mulher de um total de dez que farão, sem custo, a reconstrução do rosto após sobreviverem aos ataques de homens.

“Tem dias em que me sinto linda”, contou a ex-vendedora. “Tem outros em que não consigo olhar o espelho.” Os espelhos costumam ser ardilosos, como se sabe. Quem fica face a face com Oliveira é imediatamente tocado pela dor de uma mulher que foi vítima de uma agressão covarde, mas também pela beleza que ela preserva no corpo bem delineado, nos cabelos encaracolados, nos olhos cor de amêndoa

da aceleração da pandemia. A nova cirurgia faz parte de um projeto maior, conduzido por Góes em associação com o plano de saúde Prevent Senior: Oliveira será a primeira mulher de um total de dez que farão, sem custo, a reconstrução do rosto após sobreviverem aos ataques de homens.

“Tem dias em que me sinto linda”, contou a ex-vendedora. “Tem outros em que não consigo olhar o espelho.” Os espelhos costumam ser ardilosos, como se sabe. Quem fica face a face com Oliveira é imediatamente tocado pela dor de uma mulher que foi vítima de uma agressão covarde, mas também pela beleza que ela preserva no corpo bem delineado, nos cabelos encaracolados, nos olhos cor de amêndoa e nos lábios marcantes que se abrem, apesar de tudo, em um sorriso encantador.



## JOÃO BATISTA JR.

*(siga [@joao\\_batistajr](#) no Twitter)*

Repórter da **piauí**, ex-colunista de *Veja* e autor do livro *A Beleza da Vida — A Biografia de Marco Antonio de Biaggi*

# BURACO NEGRO TAMANHO M

Um astrofísico brasileiro investiga um canto obscuro da Via Láctea

ROBERTO KAZ



CREDITO: ANDRÉS SANDOVAL\_2021

**P**ara o leigo, o vídeo parece desinteressante: um conjunto de luzes brancas, desfocadas, que se movimentam sobre um fundo escuro. Para o astrofísico brasileiro Eduardo Vitral, beira o sublime. “Vi durante um curso na Polytechnique”, ele contou, referindo-se à Escola Politécnica, centro de excelência em engenharia e ciências exatas na França, onde fez mestrado. “O vídeo mostrava várias estrelas no centro da nossa galáxia se movendo em torno de algo que a gente não vê.” Esse “algo que a gente não vê” era um enorme

buraco negro. “A gravidade dele é tão forte, que acaba fazendo uma bagunça com as estrelas do entorno”, continuou. “O legal da astrofísica é esse mistério. É descobrir coisas que a princípio não têm nenhuma aplicabilidade no dia a dia, mas mudam nossa maneira de ver o mundo.”

Aos 25 anos, Vitral ganhou fama no especificíssimo campo da astrofísica depois de encontrar uma espécie de *coworking* de buracos negros em um trecho da nossa galáxia conhecido como NGC 6397 (o endereço de uma estrela é bem parecido com o de um prédio em Brasília). A pesquisa realizada ao longo de dois anos foi publicada em fevereiro por ele e seu orientador, o astrônomo francês Gary Mamon, no respeitado periódico científico *Astronomy and Astrophysics*. Como a pesquisa usava imagens captadas pelo telescópio Hubble, que pertence à Nasa, o estudo acabou sendo publicado também no site da agência espacial norte-americana. Foi um pulo para que semanas depois a notícia saísse no *New York Times*.

Nascido e criado em Juiz de Fora (MG), Vitral mora com a namorada em um apartamento na periferia de Paris. Ele se diz fascinado pelos astros desde os 9 anos de idade, quando deparou com um livro sobre o sistema solar na casa de uma avó. “O livro explicava que a duração do ano variava de planeta a planeta”, lembrou. “Isso me deu um nó na cabeça, me deixou encantado mesmo, comecei já ali a questionar a ideia de tempo.” Aos 18 anos, Vitral se mudou para São José dos Campos, no interior de São Paulo, para cursar engenharia aeroespacial no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Pensava em



projetar satélites ou aviões. “Eu gostava de exatas, mas fui vendo que não estava tão interessado na engenharia em si.” Interrompeu o curso dois anos depois e se transferiu para a Escola Politécnica de Paris, onde terminaria a graduação e faria o mestrado. “Eles tinham um viés mais teórico.”

Foi na faculdade francesa que Vitral fez em 2017 um curso específico sobre buracos negros. “Quando li a ementa e depois os livros, me senti que nem criança, descobrindo aquelas coisas sobre o sistema solar.” Dois anos atrás, ingressou no doutorado do Instituto de Astrofísica de Paris, ligado à Universidade Sorbonne, onde passou a analisar o movimento de estrelas que podem estar rodeando buracos negros de massa intermediária (que nada mais são do que buracos negros tamanho  $M$ , os mais difíceis de serem achados nessa grande loja de departamento de astros que é a Via Láctea).

**T**odo objeto – de um planeta a uma moeda – produz uma força gravitacional, maior ou menor (dependendo de sua massa e da distância), que atrai outros corpos na sua direção. É a força da gravidade que aglutina os gases que formam as estrelas. Esses gases, depois de comprimidos, entram em fusão nuclear (quando a temperatura aumenta a ponto de os núcleos atômicos se fundirem) e isso produz uma nova estrela (protoestrela). Por meio de explosões e ejeções de matéria, a estrela buscará o equilíbrio entre a fusão nuclear e a força gravitacional. Depois de queimar durante bilhões de anos, o hidrogênio e alguns

elementos mais leves que servem de combustível para a fusão nuclear um dia se esgotam – e o que sobra é apenas a força da gravidade. Se a estrela era tamanho p (como é o nosso Sol), ela vira uma “anã branca” – um corpo celeste bastante denso, que ainda emite um pouco de luminosidade por obra dos elétrons. Mas, se a estrela é tamanho GG, a força gravitacional acaba fazendo com que ela se condense progressivamente até entrar em colapso. E assim nasce um buraco negro: um ponto no espaço tão denso e com tanta gravidade, que nem mesmo a luz, que viaja a 300 mil km por segundo, consegue escapar.

Por causa de sua invisibilidade, um buraco negro só pode ser detectado pela bagunça que sua gravidade promove no entorno. “As estrelas que vivem perto do buraco negro vão ter sua <sup>RIVA</sup> massa puxada por ele e podem emitir muita luz nesse processo”, explicou Vitral, em uma imagem que pode ser comparada com a de um animal que grita antes de ser devorado por outro mais forte. “E é por essa luz que nós conseguimos identificar o buraco negro.” Ele acrescentou que há ainda outras duas formas de identificação, por meio do movimento das estrelas ou das ondas gravitacionais. Depois que uma estrela é tragada pelo buraco negro, é impossível saber o que ocorre lá dentro.

Até hoje estudiosos haviam encontrado buracos negros “pequenos” e buracos negros colossais (milhões ou bilhões de vezes o tamanho do Sol, ocupando o centro das galáxias). Mas onde estavam os buracos negros médios? Talvez alguma pista do mistério esteja na superquadra NGC 6397. “Foi um

trabalho de cálculos, equações e simulações de código no computador”, explicou Vitral. “Ao testar novos modelos que se ajustassem aos dados do Hubble, eu pensei que seria legal testar uma distribuição de massa não pontual, mas estendida. E o código convergiu de maneira robusta para esse modelo.” Em outras palavras: o local estava apinhado de buracos negros pequenos, concentrados, talvez até sessenta deles, cada um agindo com suas ondas gravitacionais sobre os outros, num processo de constante atração. Em tese, isso pode eventualmente gerar um buraco negro mediano.

O professor Roberto Costa, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (USP), conta que o imenso buraco negro no núcleo da nossa galáxia, a Via Láctea, tem 3,3 milhões de vezes o tamanho do Sol. “Estima-se que ele tenha se formado a partir da união de buracos negros de massa menor, mas existe esse *mass gap*, um intervalo de massa onde não se acha nada”, explicou. “O artigo de Vitral e Mamon aborda exatamente essa questão. Se estiver certo, será um passo importante.”



## ROBERTO KAZ

*(siga [@RealBetoKaz](#) no Twitter)*

Repórter da **piauí**, é autor do *Livro dos Bichos*, pela Companhia das Letras

# ESCRITA FRENÉTICA

Taquígrafos correm para registrar as falas no Congresso

MARCOS AMOROZO



CREDITO: ANDRÉS SANDOVAL\_2021

**E**m 17 de abril de 2016, centenas de deputados se amontoaram no plenário da Câmara para votar a favor ou contra o impeachment de Dilma Rousseff. Ali ninguém tinha um posto mais privilegiado para ouvir e ver muito bem o que se passava do que a taquígrafa Juliana Baldoni Figueiredo.

Ela estava sentada, como sempre, logo abaixo da mesa diretora, comandada pelo deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ), presidente da Câmara e um dos

principais artífices do impeachment. Foi ele quem proclamou, logo no início dos trabalhos: “Que Deus tenha misericórdia desta nação.” Deus, infelizmente, não teve – nem do Brasil nem do próprio Cunha, que foi condenado a 15 anos e 11 meses de reclusão pelos crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro, e atualmente cumpre prisão domiciliar.

Figueiredo vinha acompanhando quase sem folga as sessões e os debates nervosos daquele mês de abril. “Eu e meus colegas passamos dias e noites virando, com escala, sessão atrás da outra. No fim de semana do impeachment, trabalhei sem parar, fui para casa só para dormir”, recordou. Deve-se a ela e a seus colegas a anotação de cada palavra do discurso de cada deputado, sem faltar nenhuma.

A rotina frenética no plenário durante o processo de impeachment foi a seguinte: <sup>RIVA</sup> 15 taquígrafos revezavam-se a cada 4 minutos para anotar os pronunciamentos. Terminado o tempo, o taquígrafo corria para uma sala e fazia a transcrição das falas em letras cursivas para o computador, deixando o texto pronto para futura publicação nos arquivos e no site da Câmara. Essa tarefa durava em média 35 minutos e, uma vez terminada, o taquígrafo voltava à fila para substituir o colega no plenário.

“O ritmo foi pesado e intenso, mas foi aquele pesado bom. Acho que todo taquígrafo tem esse orgulho de registrar a história”, afirmou Figueiredo, de 36 anos, servidora da Câmara desde 2009. “Quando o impeachment for objeto de pesquisa, vai ser ao nosso texto que as pessoas vão recorrer.”

**A**taquigrafia (do grego *takhys*, depressa, e *graphein*, descrever) é uma técnica de escrita baseada em signos geométricos que representam fonemas (os sons das sílabas) ou palavras inteiras. Assim, a palavra “inconstitucional”, que tem dezesseis letras, na escrita taquigráfica terá apenas quatro signos. Esse método permite copiar a fala mais rapidamente que a escrita comum. Alguns profissionais são tão velozes que conseguem registrar até 140 palavras por minuto com alta precisão.

A origem da escrita rápida é incerta, mas a taquigrafia moderna começou a ser fixada no século XVIII. Vários métodos foram desenvolvidos, e cada taquígrafo costuma escolher aquele que acha melhor para si, fazendo adaptações pessoais. Entre os taquígrafos do Congresso, os métodos mais usados são o Martí (do espanhol Francisco de Paula Martí Mora) e o Leite Alves (do brasileiro Oscar Leite Alves). No Brasil, a taquigrafia parlamentar foi instituída por José Bonifácio de Andrada e Silva para anotar as discussões da Assembleia Constituinte de 1823. Resiste até hoje, apesar dos registros feitos em áudio e vídeo.

“Várias vezes recorri às anotações dos taquígrafos para tirar dúvidas”, contou a deputada Erika Kokay (PT-DF), que segundo alguns deles é uma das que mais defendem o trabalho que fazem e mais utilizam as anotações para confirmar falas. “É um trabalho de extrema importância, pois registra e resgata toda a memória do Poder Legislativo, evitando que haja distorções ou negacionismos dos fatos ocorridos”, acrescentou Kokay. O Congresso Nacional é uma das poucas instituições que ainda preservam um grupo

de taquígrafos – são 90 no Senado e 98 na Câmara, com remuneração mensal que pode chegar a 31,5 mil reais.

Lizete de Almeida Castro aprendeu a escrita rápida com o pai e passou em primeiro lugar no concurso que a levou ao Senado, em 1963. Permaneceu por quase três décadas no Congresso. No ano em que começou a trabalhar, foi testemunha do assassinato, no plenário, do senador José Kairala (PSD-AC) pelo também senador Arnon Afonso de Farias Mello (PDC-AL), pai do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

“Arnon de Mello discursava exaltado. De repente, sacou uma arma e mirou na direção de Silvestre Péricles [*PTB-AL*], seu adversário, e atirou. Só tive tempo de pegar meu bloquinho de papel, o lápis e me esconder embaixo da mesa”, lembrou Castro, de 86 anos. O senador errou o alvo e acertou em Kairala, que não tinha nada a ver com a disputa política que ele travava com Péricles. Apesar do choque logo no início da carreira, Castro disse que o trabalho no Senado foi em geral tranquilo e prazeroso. “Aprendi muito sobre os mais diversos assuntos.” Depois de aposentada, ela implementou o serviço de taquigrafia na Assembleia Legislativa do Distrito Federal, escreveu um livro sobre técnicas de taquigrafia e deu aulas.

**M**esmo com os avanços tecnológicos, Juliana Figueiredo acredita que a sua função não vai morrer, mas se adaptar. “O texto segue sendo um registro fácil para pesquisar e possui um processo muito rigoroso que atesta a sua

veracidade.”

Um exemplo disso ocorreu durante a aprovação da PEC Emergencial, em 10 de março. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), encerrou uma sessão deliberativa extraordinária às 21h45 e, em seguida, abriu uma nova sessão para dar continuidade aos debates, mantendo o painel de presenças anterior. Deputados da oposição alegaram que aquilo não era certo e que Lira não teria escutado pedidos para a formação de um novo painel, o que deu início a um bate-boca. “Foi quando pediram as notas taquigráficas para confirmar o que os parlamentares tinham dito. E, pelos registros, não tinha havido manifestação contrária à continuidade do painel”, disse Figueiredo. A sessão, então, continuou. “Nessas horas dá para ver como o nosso trabalho é ágil e resolve problemas como esse.”

RIVA

Os taquígrafos também estão em posição privilegiada para avaliar a qualidade da oratória dos congressistas ao longo do tempo. Castro considera que, na época em que ela trabalhava no Senado, eles se preparavam melhor para falar na tribuna. “Os senadores eram muito bons oradores, com fala bem articulada e linguagem clara. Um dos que eu mais gostava de ouvir era Jarbas Passarinho, que passava emoção quando falava. Hoje, eles têm uma fala mais enrolada e mudam de entonação em vários momentos, o que acaba prejudicando um pouco o trabalho do taquígrafo.” Figueiredo pensa diferente. “As sessões agora não têm muito espaço para falas longas, e os deputados preferem se comunicar de forma mais direta com as bases, modernizaram o discurso e largaram mão de linguagens muito rebuscadas.”



Os taquígrafos também estão em posição privilegiada para avaliar a qualidade da oratória dos congressistas ao longo do tempo. Castro considera que, na época em que ela trabalhava no Senado, eles se preparavam melhor para falar na tribuna. “Os senadores eram muito bons oradores, com fala bem articulada e linguagem clara. Um dos que eu mais gostava de ouvir era Jarbas Passarinho, que passava emoção quando falava. Hoje, eles têm uma fala mais enrolada e mudam de entonação em vários momentos, o que acaba prejudicando um pouco o trabalho do taquígrafo.” Figueiredo pensa diferente. “As sessões agora não têm muito espaço para falas longas, e os deputados preferem se comunicar de forma mais direta com as bases, modernizaram o discurso e largaram mão de linguagens muito rebuscadas.”



## MARCOS AMOROZO

*(siga [@marcosamrz](#) no Twitter)*

Estagiário de jornalismo na **piauí**, é estudante da Universidade de Brasília (UnB)

# A LUTA CONTINUA

Uma antiga líder camponesa é vacinada contra a Covid-19

TIAGO COELHO



CREDITO: ANDRÉS SANDOVAL\_2021

**E**m João Pessoa, na Rua Genésio Gambarra, pavimentada com blocos de paralelepípedos e ladeada por casinhas térreas com telhados coloniais de duas águas, os dias transcorrem serenos para Elizabeth Altino Teixeira, de 96 anos. Depois de atravessar um período muito turbulento, ela se mudou em 1985 para ali, onde passou a ter uma vida calma, mas nunca solitária. Além de familiares e amigos, costumava receber com frequência a visita de integrantes de movimentos

sociais, pesquisadores acadêmicos e jornalistas que iam até o bairro Cruz das Armas para colher depoimentos dessa mítica ativista das Ligas Camponesas na Paraíba.

Desde março do ano passado, Teixeira está isolada em casa com a filha e o genro. Nunca sai à rua e não recebe mais visitas. “É um momento ruim. Ninguém visita ninguém. E a gente precisa das pessoas para conversar, contar as histórias”, ela reclama com sua voz tranquila, por telefone. A filha caçula, Anatilde Targino Alves, de 56 anos, explica: “Minha mãe tinha uma vida muito ativa, adorava receber, falar de sua luta no campo. Mas, para resguardá-la, não recebemos mais ninguém.”

**F**ilha de pequenos proprietários de terra, Elizabeth Altino desafiou a família para se casar com João Pedro Teixeira, lavrador negro e sem-terra, fundador da primeira Liga Camponesa do Estado da Paraíba, no município de Sapé. Organizações criadas pelo Partido Comunista Brasileiro, as Ligas Camponesas tinham como bandeira a melhoria das condições de vida no campo e a reforma agrária.

“João Pedro falava todo dia para mim que ele saía para lutar para ver implantada a reforma agrária no país”, ela conta. “Dizia que o certo era o trabalhador do campo ter a sua terra para garantir seu alimento. Quando casei com ele, eu não tinha conhecimento de nada da luta. Fui tomando conhecimento aos poucos, ia para todos os cantos com ele e entendi a importância.”

Em 2 de abril de 1962, João Pedro Teixeira foi assassinado com tiros de fuzil dados por dois policiais. Tinha 44 anos. Os mandantes do crime eram latifundiários de Sapé. Viúva, com onze filhos, Elizabeth Teixeira assumiu a liderança do movimento na cidade. Foi presa mais de uma vez, perseguida e ameaçada por proprietários de terras.

Na época do assassinato, o diretor Eduardo Coutinho, então com 28 anos, estava fazendo um documentário sobre os problemas sociais na Paraíba e conheceu a viúva. Em 1964, ele decidiu voltar à região para fazer um longa-metragem de ficção sobre o líder camponês e convidou a ativista para interpretar a si mesma. Em 1º de abril ocorreu o golpe militar e, no dia seguinte, as filmagens foram interrompidas. Os integrantes da equipe do longa foram denunciados nos jornais como subversivos, e Coutinho chegou a ser detido no Recife. Por sorte, os negativos de 35 dias de filmagem já haviam sido enviados para um laboratório no Rio.

A ditadura militar foi implacável com os movimentos políticos no campo, e Elizabeth Teixeira passou a viver na clandestinidade, sob o nome de Marta Maria Costa. Sua família se fragmentou.

Em 1979, quando a abertura política começava, Coutinho retomou o filme, dessa vez na forma de um documentário em que aproveitaria as imagens realizadas em 1964. Descobriu o paradeiro de Elizabeth Teixeira e, em 1981, retornou ao Nordeste. No início, ela evitou fazer críticas à ditadura e foi cautelosa em seu depoimento. Mas, à medida que se sentia segura ao lado de Coutinho, o aguerrido

discurso político ressurgiu à boca da antiga líder. Numa sequência famosa do filme *Cabra Marcado para Morrer*, quando o diretor já está prestes a partir em uma Kombi, Teixeira se aproxima e, como se fosse a sua última chance de falar o que realmente pensava, diz: “É preciso mudar o regime, é preciso que o povo lute. Enquanto tiver esse regimezinho, essa democraciazinha aí... democracia sem liberdade, democracia com salário de miséria, de fome, democracia sem o filho do operário e do camponês ter direito de estudar, ah... não pode, ninguém pode.” A ditadura militar só acabou em 1985.

*Cabra Marcado para Morrer* estreou um ano antes, em dezembro de 1984. A casa em que Teixeira vive foi comprada por Coutinho, com parte do dinheiro arrecadado pelo documentário nas bilheterias. O diretor reencontrou a ativista quase vinte anos depois para mais um filme: *A Família de Elizabeth Teixeira*, lançado em 2014. “Foi um momento feliz entre os dois. Ele gostou de ver a casa conservada e melhorada”, disse Alves, que lembra também do pesar que a mãe sentiu ao saber da morte do cineasta em fevereiro de 2014. “Minha mãe sentiu uma dor muito grande.”

**E**lizabeth Teixeira reencontrou a sua prole em duas ocasiões: numa reunião da Comissão Estadual da Verdade, na Paraíba, e em seu aniversário de 90 anos, festejado no Memorial das Ligas Camponesas, instalado na mesma casa em que ela e João Pedro Teixeira viveram em Sapé. Além de Alves, outra filha, Maria José Maurício Teixeira

vive em Cruz das Armas, o mesmo bairro de Elizabeth. Os demais filhos moram em Sapé, Mossoró (RN) e no Rio de Janeiro. Uma filha do casal suicidou-se, deprimida com o assassinato do pai e as prisões da mãe. Dois filhos homens foram mortos a mando de latifundiários, pouco depois do pai.

A **piauí** perguntou a Teixeira como ela vê a questão agrária hoje. Sua voz miúda ganhou fôlego: “A luta continua. O Brasil ainda precisa de muitas melhorias para que o povo pobre possa ter condições de viver dignamente. Sejam trabalhadores do campo, operários nas cidades e estudantes.” A filha caçula interveio: “A senhora faria tudo de novo?” “Não me arrependo de nadinha”, respondeu Teixeira.

No dia 19 de fevereiro, uma enfermeira chegou a sua casa para lhe aplicar a vacina CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan. Sentada numa poltrona, vestida com um pijama claro de bolinhas, Teixeira apertou os olhos e soltou um sorriso quando a agulha furou seu braço. A segunda dose foi dada em 20 de março. “A vacina é importante para quê, dona Elizabeth? Para a cura?”, perguntou sua filha, que sempre estimula a memória recente da mãe. “Sim. Para a cura. E para prolongar os dias de vida.” A filha comenta: “Mesmo com o passado que teve, minha mãe não é uma pessoa triste, amargurada. Ela sempre tem uma expectativa de luta, de que se possa transformar o amanhã num lugar melhor.”





## TIAGO COELHO

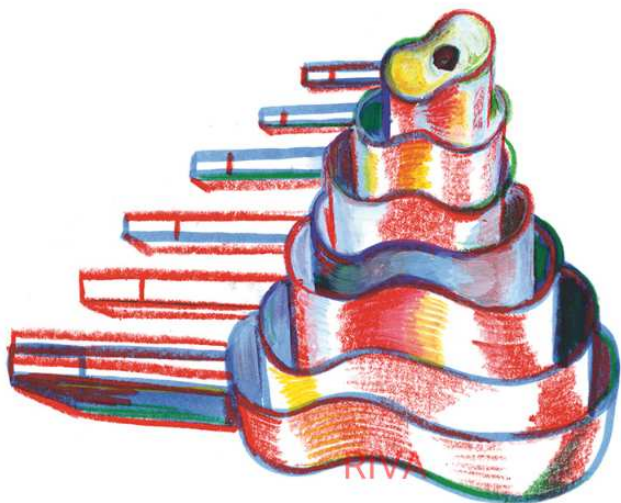
*(siga [@tiagocoelh](#) no Twitter)*

Repórter da **piauí** e roteirista

# OS SONS DOS GILSONS

A banda formada por um filho e dois netos de  
Gilberto Gil

ARTUR NICOCELI



CREDITO: ANDRÉS SANDOVAL\_2021

**J**oão Gil começou a aprender música cedo. Aos 10 anos, já empunhava um violão e, entre seus familiares, era tido como um prodígio por causa da rapidez com que entendia as harmonias complicadas e as colocava em prática. Em 2000, quando estava com 11 anos, ele ouviu *Mistério do Planeta*, do álbum *Acabou Chorare*, dos Novos Baianos, e ficou entusiasmado com a sonoridade envolvente e os versos da música: *Vou mostrando como sou/E vou sendo como posso/Jogando meu corpo no mundo/Andando por todos os cantos/E pela lei natural dos encontros*. A canção foi o estopim



para uma decisão precoce: ele resolveu ser músico.

Muita coisa contribuía para o futuro escolhido pelo menino. Desde muito novo, ele foi embalado em sua casa em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, pelas músicas cantadas pelo avô, Gilberto Gil, pela mãe, a cantora e atriz Nara Gil (filha mais velha do compositor), e pela tia e também cantora Preta Gil.

Na juventude, João passou a dividir o tempo entre a escola e a música. Em 2014, quando tinha 24 anos, decidiu criar uma banda com o tio e baterista José Gil, um ano mais novo que ele, o primo e guitarrista Francisco Gil, filho de Preta Gil, além de dois amigos, o cantor Luthuli Ayodele e o baixista Magno Brito. A banda Sinara (gíria que significa “maneiro”) fez alguns shows, gravou *Sol*, um EP (*extended play*, formato de gravação maior que o *single* e menor que o CD) com quatro canções, e *Menos É Mais*, um CD com dez músicas que passeavam entre o reggae, o rock, o maracatu e o baião.

Em 2018, José Gil foi convidado a fazer um show no Dumont Arte Bar, na Gávea, Rio de Janeiro, e chamou os sobrinhos João e Francisco para acompanhá-lo no palco. O trio tocou composições próprias e alheias, como *Várias Queixas*, do grupo Olodum. O show fez sucesso. “O pessoal ficou doido e dizia que deveríamos seguir tocando como trio”, conta João. O tio e os sobrinhos resolveram, então, criar outro grupo.

Foi Preta Gil quem sugeriu o nome da nova banda – Gilsons. “Eles precisavam anunciá-la com algum nome”, diz a cantora. “Eu pensei: vocês três são Gils.

O que acham de misturar isso com a palavra 'som'? Eles odiaram no começo, mas depois o nome pegou. O público gostou e permanece até hoje."

João reconhece que o nome reafirma uma tradição familiar, mas ressalta: "Estamos sempre em busca de uma nova identidade musical." Para ele, "a Preta Gil é a Preta Gil, a Bela Gil é a Bela Gil, a Nara Gil é a Nara Gil, e nenhuma delas carregou o peso de ser filha de Gilberto Gil, mas fizeram uma carreira incrível e individual". Os Gilsons querem o mesmo para si.

O avô, naturalmente, se derrama em elogios ao filho e aos netos. Gilberto Gil descreve José, que já o acompanhou em shows, como um "multi-instrumentista" com "uma noção de profissionalização musical muito aguçada". Sobre os netos João e Francisco, diz que eles "possuem aptidões únicas": o primeiro, um talento excepcional para trabalhar com instrumentos; o segundo, um espírito de líder, que é "o que uma banda necessita". E resume: "Juntos, eles brincam de uma forma única com o som, encontrando um caminho incrível na variedade de possibilidades que a música popular apresenta."

**E**m 2019, os Gilsons lançaram o EP *Várias Queixas*, com cinco músicas: além da faixa-título, *Cores e Nomes*, de João Gil e Julia Mestre, *A Voz*, de Francisco Gil, *Vento Alecrim*, de José Gil e Luthuli Ayodele, e *Love Love*, de José Gil, Julia Mestre e João Gil. Tudo seguia uma rota bem promissora — até que veio a pandemia

de José Gil, Julia Mestre e João Gil. Tudo seguiu uma rota bem promissora – até que veio a pandemia.

A primeira e pior consequência musical foi o cancelamento da turnê que Gilberto Gil faria com vários familiares na Europa no verão de 2020. A turnê se chamaria *Nós, a Gente*, e teria a participação dos filhos José, Nara, Bem, Preta, Bela, Marília e Maria (as duas últimas na produção) e de netos, entre eles João, Francisco e Flor Gil, de 12 anos, filha de Bela. As apresentações foram transferidas para o verão europeu do ano que vem.

Outra consequência foi o cancelamento do primeiro CD dos Gilsons. “2020 foi um ano muito complicado. Tínhamos grandes projetos. Tivemos que suspender tudo”, diz João, hoje com 30 anos.

Apesar das dificuldades, alguma coisa aconteceu. Em julho do ano passado, a banda fez um show no estacionamento aberto do BarraShopping, no Rio. Em setembro, tocou pela primeira vez com Gilberto Gil, no Coala Festival, em apresentação virtual. “Ver o Gil cantando nossas músicas no Coala, e a gente poder cantar as canções dele que sempre admiramos foi incrível”, afirma Francisco. Os Gilsons fizeram ainda três colaborações musicais em 2020: em *Devagarinho*, da cantora Mariana Volker, em *Índia*, de Julia Mestre, e *Besteira*, do grupo Yoùn.

Sem se afastar da sua atividade na banda, Francisco, de 26 anos, lançou em dezembro o álbum *Onde?*, com Chico Chico, filho de Cássia Eller. “Era para ser uma única apresentação pelo Instagram, mas eu e o Chico percebemos que poderia existir uma conexão maior entre nós e, ao compilar todas as músicas de

maior entre nós e, ao compilar todas as músicas de que gostamos, um álbum fez total sentido”, diz.

Em 8 de janeiro passado, nasceram Roma e Pina, as duas filhas gêmeas de José, que trouxeram uma onda de alegria para toda a família. “Sempre estou com o violão perto delas, brincando com alguma sonoridade. Elas adoram”, conta José, que é o único dos Gilsons que fez faculdade: é formado em administração de empresas, como o pai.

O otimismo também bateu à porta dos Gilsons, que retomaram a criação do CD, previsto para o primeiro semestre, e estudam o lançamento de um EP, com músicas divulgadas durante a pandemia. Entre elas, *Deixa Fluir*, gravada com o grupo Big Up e que diz, esperançosa: *Não deixe que nada atinja/O que vem antes do amor/um sinal/um jeito/uma pista/pra ser feliz onde for.*



## **ARTUR NICOCELI**

É jornalista, editor-assistente de conteúdos digitais na revista *Forbes Brasil*

EDIÇÃO 175 | ABRIL\_2021

tréplica

# PÓS-VERDADE E CARTEIRADAS DE IDENTIDADE

Condenações e condescendências na universidade  
pública

BENAMÊ KAMU ALMUDRAS



**P**oucos textos têm a sorte de *Parece revolução, mas é só neoliberalismo*: ser corroborado tanto pelas reações positivas quanto pelas

negativas que suscita. As críticas a esse meu artigo (publicado na **piauí\_172**, de janeiro) partiram sobretudo dos setores da direita e da esquerda cujas profundas semelhanças eu assinalei sob o nome de neoliberalismo cultural. Em seus ferozes ataques, esses inimigos íntimos fizeram uma performance conjunta e aberta daquilo que denunciei como uma santa aliança contra a educação pública e seus professores.

Chamei de esquerda neoliberal os sujeitos que ostensivamente defendem causas progressistas, mas as deturpam através de uma perspectiva cultural neoliberal, em que o individualismo, o utilitarismo, o mercado e o consumo são os parâmetros da vida social. Discuti essa atitude sobretudo ao tratar do crescente número de estudantes universitários que, por entenderem a educação pública como objeto de consumo, manipulam pautas coletivas legítimas e importantes de forma oportunista, para obter benefícios privados. Isso dá aos professores universitários duas opções: ou se comportam como serviçais dos alunos, ou são acusados de serem opressores.

As reações dos mencionados setores da direita e da esquerda a meu texto escancararam a cultura neoliberal, autoritária e anti-intelectualista que compartilham. Uma pós-graduanda expressou exemplarmente a proximidade dos dois lados nos posts em redes sociais em que me chamou de racista e confessou: “Prefiro um racista de direita do que de esquerda e progressista. O de direita eu já sento o pé no peito.”

Vários estudantes deram ótimas ilustrações de outras atitudes que eu critiquei. Um deles escreveu no Twitter que meu texto lhe causava “preguiça” e que ele chegava a imaginar seus professores, “aqueles porcos, se masturbando lendo isso”. Outra aluna, em meio a vários posts em que reclamava de ter de ler textos de quarenta páginas e escrever outros de dez páginas, tuitou que meu artigo era uma “aberração”. Antes que alguém me chame de racista de novo, observo que ambos são brancos.

Certos intelectuais, também demonstrando atitudes neoliberais, aproveitaram o impacto público de meu ensaio para escrever textos e posts críticos que lhes rendessem corações no queridômetro da lacrosfera e, de quebra, lhes permitissem fazer propaganda de seus trabalhos. Uma professora, ao refutar que tivesse escrito meu artigo (devido à caça à bruxa escondida sob meu pseudônimo, <sup>RIVA</sup> muita gente, em várias universidades do país, foi levada a negar ser Benamê Kamu Almudras), aproveitou para elogiar as “675 páginas pacientes” de sua tese e criticar a debilidade empírica das minhas “675 linhas apressadas”. O que ela ostenta como vantagem é o mínimo que se pode esperar de uma tese: que seja mais longa, elaborada e científica que um artigo jornalístico.

Mesmo os detratores de meu texto reconheceram a ótima acolhida que ele teve, quando manifestaram seu terror e enojo perante as inúmeras manifestações de apoio e endosso recebidas por ele.

Significativamente, todas essas reações positivas vieram de pessoas progressistas e de esquerda. Até onde sei, direitistas, conservadores e similares não o

elogiaram e, se o compartilharam, foi para atacá-lo.

Também eu me surpreendi – sem terror e sem enojo, é claro – com a extensão e a diversidade das reações positivas ao texto. Docentes e discentes de diversos níveis, áreas do conhecimento, identidades étnicas e raciais, gerações e regiões do país – e inclusive de outros países – aplaudiram a descrição acertada de uma realidade que conhecem bem. Um passeio pela internet pode facilmente corroborar o que digo. Mas, como muitos não terão tempo, interesse ou abertura de espírito para tal passeio, facilito seu trabalho dando uns poucos exemplos, retirados sobretudo do Twitter.

O/a jornalista gremista dono/a do perfil @veronalandia afirmou: “[O texto] resume meus 6 anos de atuação em comissão de ética. Denúncias falsas, tentativa de coerção <sup>RIVA</sup> de professores, e estudantes se achando no reclame aqui.” O perfil @Vadilson\_Vix, doutorando em química na Universidade Federal do Espírito Santo, comentou: “Tive alunos que achavam que eu tinha a obrigação de aprová-los, e não queriam estudar conteúdos complexos. O artigo é uma síntese do que ocorre em sala de aula Brasil afora.”

Já no Facebook, uma poeta residente em Roraima escreveu: “Como professora dedicada à causa identitária e muitas vezes acusada de autoritária, me senti completamente representada.” Vários depoimentos indicam que a situação que descrevi causa estragos até no número de pessoas que resistem na profissão. O perfil @MoreiraTalvez tuitou: “Excelente texto. Algumas afirmações vêm ao



encontro de meu questionamento sobre o valor de continuar na docência em universidade pública.”

A dramática situação não é exclusiva às universidades, pois diversos professores do ensino médio também relataram que sofrem há anos com situações similares às que descrevi. Para minha surpresa, o artigo foi positivamente citado até como contraponto a Felipe Neto, que, convertido em grande pensador contemporâneo, criticou a obrigatoriedade da leitura de Machado de Assis nas escolas, a pretexto de proteger adolescentes do autoritarismo sádico de seus professores. Não posso senão concordar com o comentário feito pelo perfil atleticano-goianiense @Pedrow\_pe: a posição do youtuber “é exemplo perfeito de *Parece revolução, mas é só neoliberalismo*”.

RIVA

**N**ão cito tantas manifestações de apoio para me vangloriar. Afinal, ao contrário dos que assinaram textões, textos e textinhos me atacando, não aumentarei minha popularidade nem engordarei meu currículo com a controvérsia que provoquei. Faço esse resumo da repercussão de meu artigo para responder a uma das acusações mais recorrentes a ele. Tal como Donald Trump quando ouvia verdades inconvenientes, muitos acadêmicos, ao lerem meu texto, gritaram: “*Fake news!*” Para usar uma imagem menos repulsiva, se algum de meus críticos fosse capaz de parodiar Gregório de Matos, ele diria que meu texto de três Fs se compõe: falsidades, fofocas e fantasias.

Subjacente a essa acusação está um empiricismo

Subjacente a essa acusação está um empiricismo ingênuo há muito ultrapassado. Pelo menos desde a publicação de *A Lógica da Descoberta Científica*, de Karl Popper, em 1934, sabemos que a base da validade de um argumento não reside no método pelo qual se chegou a ele, mas na avaliação posterior de seus efeitos. Acusações como “trata-se de um amontoado de anedotas que ninguém pode saber se são verdadeiras” foram usadas contra muitas teorias e ideias logo corroboradas. Ótimo exemplo é a ideia que o médico Ignaz Semmelweis defendeu em meados do século XIX, de que a higienização das mãos reduzia a mortalidade de pacientes. Ridicularizada em sua época por ser baseada em observações casuais, essa descoberta tem hoje o seu valor e a sua importância reconhecidos como incontestáveis.

RIVA

A citação sobre “um amontoado de anedotas” vem de uma carta que saiu na **piauí\_174** (março), na qual um antropólogo censura a revista por ter publicado meu artigo e lança mão de uma carteirada meritocrática e gerontocrática: ele é professor “há quarenta anos (seis deles como titular)”. É decepcionante que um antropólogo, sério ou não, ataque meu texto por usar “anedotas que ninguém pode saber se são verdadeiras”, uma vez que palavras semelhantes a essas costumam ser usadas (injustamente, creio) por intelectuais de áreas vizinhas para atacar toda a disciplina em que ele trabalha.

Basta lembrar de um clássico da antropologia brasileira, *A Utopia Urbana*, de Gilberto Velho, livro fundamentado em conversas, em sua maioria privadas, algumas literalmente de corredor, que

pouca gente ouviu. Ninguém pode ir ao prédio em que Gilberto Velho fez sua pesquisa, na mesma época em que ali viveu, nem ter as mesmas conversas que ele teve. Mas isso é irrelevante. O que fez *A Utopia Urbana* ter seu valor reconhecido foram suas ideias originais e sua utilidade para entender fenômenos que vão muito além daquele edifício – que como eu, aliás, só é conhecido pelo seu pseudônimo, Estrela.

De forma semelhante, as reações positivas e negativas que relatei evidenciam que o quadro descrito em meu artigo pode ser inverossímil, mas nada tem de irreal. Aliás, invejo os bem-aventurados que, como o tal professor titular, pensam viver em um mundo verossímil. Há pouco de verossímil, por exemplo, na história, infelizmente real, de um presidente que exhibe seu escárnio de machão enquanto se nega a combater uma mortandade sem precedentes em seu país. O mundo de hoje confirma cada vez mais a frase de Dostoiévski: “A verdade verdadeira é sempre inverossímil.”

Igualmente inverossímil é a história, também real, do professor francês que foi decapitado ano passado por causa da mentira de uma menina de treze anos que, para justificar sua suspensão por faltas, acusou-o de fazer declarações islamofóbicas. Tal brutalidade seria inverossímil mesmo no Brasil, país que, segundo pesquisa divulgada em 2019 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), lidera o ranking mundial de violência de estudantes contra professores.

**E**sses argumentos valem também como resposta a acusações mais longas e polidas de que meu texto está cheio de *fake news*. É o caso de *Uma visão nebulosa e conservadora* (piauí\_174, março), réplica assinada por quatro professores da Universidade Federal do ABC (UFABC). Esse texto afirma que minha análise, por não citar nomes de pessoas e locais nos casos que relata, é “nebulosa” – e não se refere a um berço de estrelas.

O que a réplica vê como nebuloso advém do meu respeito a dois princípios éticos fundamentais: a proteção e a segurança das fontes, no jornalismo, e dos sujeitos pesquisados, na prática científica. Os ataques que recebi eram esperados e justificam plenamente os cuidados que tomei para proteger a mim e às pessoas envolvidas nos casos relatados. Como escreveu no Facebook o professor Edimilson Rodrigues, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “pelo teor das reações negativas, acho que o autor do texto foi até comedido nas suas apreensões provocativas. No alvo.”

E, mais uma vez à semelhança dos clamores trumpistas de *fake news*, a réplica dos quatro professores atribui a mim uma falha que é dela. Para me descrever como uma pessoa preconceituosa contrária à democratização da educação, a réplica acumula, parágrafo após parágrafo, falsidades e distorções sobre o que escrevi. Por exemplo, ao contrário do que a réplica afirma, meu artigo *não* “cala” sobre políticas governamentais neoliberais e seus efeitos sobre a educação; *não* desvincula o neoliberalismo cultural de uma crítica do

capitalismo; *não* critica o diálogo construtivo entre alunos e professores; *não* sugere que estudantes cotistas têm desempenho inferior ao de não cotistas; e definitivamente *não* critica, sequer implicitamente, as políticas de ação afirmativa.

No afã de me acusar, a réplica recorre não apenas a mentiras descaradas, como também a truques verbais desonestos. Em certa frase de meu texto, eu me refiro à esquerda neoliberal como o “outro lado” da direita neoliberal autoritária. A réplica cita tal frase como se por “outro lado” eu me referisse à esquerda em geral, e não apenas àquela que chamo de neoliberal, e como se eu me colocasse no lado oposto a ela. A charlatanice dessa acrobacia é superada pela mirabolância do ilusionismo maniqueísta com que a réplica tenta pintar a ideia de “neoliberalismo cultural” como uma versão contemporânea do mito da “democracia racial”.

Outro ato circense malsucedido da réplica é o salto mortal que tenta dar quando cita uma frase minha sobre o mérito de estudantes para afirmar que defendo a “meritocracia, ideologia que transforma privilégios de classe, raça e gênero em mérito individual dos... privilegiados.” Ora, se esse delirante salto de lógica, do mérito à meritocracia, estivesse certo, então seria correto dizer que todos os que acreditam em Deus se apegam à teocracia, que todos que reivindicam o apoio popular são democratas, e que todos que respeitam os idosos apoiam a gerontocracia.

Tamanhas inverdades e distorções podem indicar três tipos de falha: um grave problema de interpretação

de texto, uma grave desonestidade intelectual, ou as duas coisas combinadas. O erro dessa réplica é monumental. Só não é possível decidir se ele é da ordem do entendimento, da ordem da ética, ou de ambas.

Não estou julgando nem acusando os autores da réplica, mas avaliando seu *texto* e seu *argumento*. A réplica, por sua vez, acusa “o autor” de meu artigo de várias falhas pessoais: “o autor” sofre de “incapacidade de lidar com as transformações da universidade”; “o autor” conduz uma “cruzada restauradora” (gostei, esteticamente, da reciclagem da imagem que usei originalmente, “cruzada autoritária”); “o autor” é conservador e, pelo jeito, racista. Essa confusão entre autor e texto e essa necessidade de personalizar ideias também são sinais do empobrecedor neoliberalismo cultural que assola parte da intelectualidade brasileira. Argumentos e discussões valem cada vez menos; o que importa são indivíduos cujas falas podem e devem ser avaliadas pelo escrutínio de suas características pessoais. Não interessa debater ideias, mas julgar – ou, melhor, condenar – pessoas. Todo debate pode hoje, de repente, tornar-se um julgamento sumário.

Uma versão escancarada dessa posição apareceu em um post de Facebook segundo o qual “essa pessoa [eu] simplesmente interdita o debate uma vez que não podemos saber quem ela é, qual sua produção bibliográfica, campo de debate, experiência docente. Nada. Ficamos só com os argumentos.” Quem escreve é um doutorando em ciências humanas, que dá um belo exemplo de pensamento neoliberal: deve-se avaliar um texto não por seus argumentos, mas

pela produtividade de seu autor!

**D**iversas reações a meu artigo discutiram a questão racial – inclusive elogiosamente, como a de Cristovam Buarque, publicada no site da **piauí**. Essa questão não aparecia em meu texto como tema central, mas como uma das pautas sociais justas que são privatizadas. Se ela tem certa proeminência em meu artigo, é por sua imensa importância e por ser frequentemente instrumentalizada pelo consumismo neoliberal.

Aos que sofrem de pânico negacionista diante de casos reais que ofendem seus preconceitos – a exemplo dos que temem e combatem vacinas de eficácia comprovada – recomendo que saltem os cinco próximos parágrafos, **RIVA** em que, para explicar melhor as ideias de meu artigo, forneço mais detalhes sobre episódios que comentei ali.

Começo pelo relato sobre o “motim” de estudantes contra um professor por causa da carga de leitura. Dos catorze pós-graduandos matriculados na disciplina, apenas cinco se rebelaram, todos eles brancos cis e graduados em prestigiosas universidades paulistas. Destes cinco, três eram homens e nenhum era cotista. Na turma havia também dois estudantes negros e cinco graduados em outros estados da federação – e *nenhum* deles participou da revolta. Se alguém entendeu que esses consumidores rebeldes eram oprimidos ou excluídos social ou racialmente, sinto muito, mas meu texto não justificava essa leitura. Longe de ter relação com a

expansão do acesso ao assim chamado ensino superior, o motim teve a cara do tradicional privilégio branco.

Meu artigo também discutiu a calúnia de uma mestranda contra seu orientador. Ela não frequentou a disciplina em que estava matriculada, não apresentou o seminário obrigatório, não escreveu o trabalho final e não respondeu a repetidas tentativas de contato. Reprovada, acusou o professor de racismo, adicionando outra mentira: que ele a havia expulsado do programa (de pós-graduação, não de televisão).

Alguns detratores de meu artigo disseram que esse episódio exemplifica a resistência docente a ações afirmativas. Por isso agrego que o professor caluniado, entusiasta da diversificação racial na universidade, havia incentivado e ajudado a citada RIVA aluna a entrar no mestrado. A disciplina que ele lecionou e que ela não frequentou era sobre racismo, colonialismo e capitalismo; a maior parte da bibliografia era escrita por autores não brancos. Notem a ironia que tanto revela sobre a cultura condenatória brasileira: Felipe Neto, um youtuber branco, exige que um autor negro deixe de ser leitura obrigatória, mas não é tachado de racista; já um professor branco é atacado como racista porque exige que seus alunos leiam autores negros. Parece que, para muita gente, o racismo de alguém se mede por seu rigor acadêmico.

O episódio da calúnia é um exemplo evidente do estrago causado pela manipulação oportunista de pautas coletivas progressistas. Essa mestranda



perdeu a rara oportunidade de conhecer e discutir textos sofisticados sobre questões raciais, escritos por autores negros, para reivindicar, dedo em riste e com o vigor e brilho típicos de um *reality show*, seu suposto direito de ser aprovada em uma disciplina sem cursá-la. É certo que a esmagadora maioria dos alunos cotistas não tem esse tipo de atitude. Mas também é certo que, praticados por pessoas de *todos* os fenótipos, atos de privatização desse tipo, como a mentira da menina francesa sobre a islamofobia de seu professor, em vez de corrigir velhas injustiças coletivas, apenas criam novas injustiças individuais.

Meu texto não tem “por alvo preferencial”, como alega a réplica dos quatro professores, “os estudantes que trazem para a sala de aula o debate de questões raciais”. O que esse evento mostra é uma aluna *fugindo* tanto da sala de aula quanto do debate de questões raciais promovido por seu professor. O alvo de meu texto são *atitudes* como as dessa moça, verdadeiras carteiradas de identidade oportunistas que vetam debates e castigam a educação.

Volto a esses episódios para reiterar que meu texto não pode nem deve ser lido como um ataque às ações afirmativas e à inclusão de grupos tradicionalmente excluídos. Ao contrário, ele defende a democratização da universidade contra uma das maiores ameaças que ela sofre hoje: sua transformação em mera questão numérica, em desculpa para o ataque ao ensino e ao aprendizado, em instrumento de obtenção de benesses individuais, em arma contra os professores que mais as defendem.

*Uma visão nebulosa e conservadora* afirma que meu texto “busca lançar em uma zona de desconfiança não apenas os estudantes, em especial os oriundos da terceira onda de democratização, como também os professores que defendem que essa democratização não se resume à presença física daqueles alunos”. Não é verdade. Meu texto tem exatamente a mesma preocupação que a desses docentes – grupo, aliás, em que me incluo. Minha discordância com alguns de meus colegas não é sobre princípios, mas sobre métodos. Para usar termos utilitaristas mais claros para alguns, a discordância não é sobre fins, mas sobre meios.

Se queremos uma verdadeira inclusão educacional e social de grupos desprivilegiados, não podemos abdicar da tarefa profissional e cívica de educar os universitários vindos desses grupos como a todos e quaisquer estudantes. Isso significa ensinar a *todos* os alunos quais textos são imprescindíveis e por quê, discutir esses textos com eles de maneira bem-informada e dialógica, compartilhar com eles nossas experiências e conhecimentos, e, sim, avaliar o mérito de cada um deles.

Como já adiantei, defender a importância do mérito na educação não significa endossar a falaciosa ideologia da meritocracia. Mesmo as ações afirmativas envolvem alto grau de avaliação de mérito. É por mérito que selecionamos alguns alunos dentro da gigantesca população discriminada, marginalizada e oprimida. Se incluir mais pessoas desprivilegiadas significa abolir a avaliação de mérito, teremos de admitir e aprovar *todas* as pessoas que se interessarem por um diploma, inclusive *todas* as

que se interessem por um diploma, inclusive *todos* os privilegiados. Teremos também de abolir aquele importante instrumento de democratização da docência baseado no mérito, os concursos públicos.

A anulação do mérito implicaria a maximização do quadro que meu artigo denunciou: a transformação do direito à educação em direito ao diploma; do diálogo entre docentes e discentes em obstrução ao ensino; e da democratização da educação em redução do rigor acadêmico. Tal condescendência, além de humilhar aqueles a quem diz beneficiar, significa o fim do dever profissional do docente, que é ensinar.

**A**os colegas que pensam que professores são necessariamente opressores e que a autoridade docente ~~é~~ por definição autoritária, pergunto: por que seguem em tão odiosa profissão?

Aos que persistimos na docência, coloco outras perguntas. Quem democratiza mais a educação? São os professores que ensinam o mesmo a todos os alunos, mantêm o mesmo nível de exigência e os avaliam de forma igualitária? Ou são os professores que, por receio de carteiradas retaliativas ou por desastradas boas intenções, distribuem notas, aprovações e diplomas como se fossem esmolas para expiar culpas?

Eu poderia dizer que os professores do segundo grupo são covardes que fogem de problemas e, às vezes, cedem a verdadeiras chantagens de alunos-consumidores. Mas, ao contrário dos que me acusam

de covardia por usar um pseudônimo, sei que não me compete julgar o caráter alheio. O que diriam meus críticos sobre um autor de textos tão corajosos como George Orwell, que usou esse pseudônimo por medo do fracasso?

Meu pseudônimo é como a máscara que usamos nesta pandemia: protege quem a usa e protege outras pessoas. Não é por acaso que governantes autoritários também chamam de covardes quem pratica o distanciamento social e usa máscara. Que, na controvérsia sobre meu uso de pseudônimo, a palavra “covarde” e suas variantes tenham sido tão usadas para me atacar, e que quase ninguém tenha mencionado a ética subjacente à minha decisão, são outros espantosos sintomas da cultura neoliberal-autoritária compartilhada por partes da direita e da esquerda.

RIVA

O que me preocupa e denuncio não é a covardia de ninguém. É a escandalosa *quebra de ética* representada pela abdicação do dever de ensinar – e de avaliar. Aprovar alunos que não se esforçam, conceder diplomas não merecidos, eliminar e facilitar exames, não lecionar conteúdos essenciais e não cobrar seu aprendizado, tudo a pretexto de não excluir ninguém, são, infelizmente, práticas corriqueiras que podem contribuir para a boa avaliação de um programa de pós-graduação por órgãos federais. Mas, definitivamente, não contribuem para maior inclusão educacional e social. Pior que isso, essas práticas dão aos alunos-consumidores um presente traiçoeiro: a ilusão de que receberam uma formação. A condescendência na educação é uma imensa mentira discriminatória, que

quer aprovar e dar diplomas a todos, mas educar a poucos.

Devo deixar claro que de forma nenhuma penso que os alunos que menos se dedicam aos estudos ou mais exigem privilégios individuais são os que entraram na universidade graças à democratização do ensino. Minha experiência pessoal como docente coincide totalmente com o que diz a réplica de meus colegas: a performance de alunos cotistas não é inferior à de não cotistas. E digo mais: a maioria de meus alunos vindos de grupos desprivilegiados é mais séria e capaz que a maioria dos brancos egressos de escolas privadas e de elite.

É a certeza de que alunos oriundos de grupos tradicionalmente excluídos não deixam *nada* a dever aos de grupos privilegiados que me faz insistir na importância de ensinar o mesmo conteúdo e exigir o mesmo alto nível de todos. Fazer o contrário, como quer o condescendente neoliberalismo de esquerda, perpetua e incrementa desigualdades ao oferecer um ensino de pior qualidade a pessoas cujo mérito não tem nada de inferior. Baixar o nível do ensino justamente quando se democratiza a universidade é uma cruel perversidade. É como dizer aos novos convidados para uma festa que eles são muito bem-vindos, mas que a comida, a bebida, a música e a conversa já acabaram.



**BENAMÊ KAMU ALMUDRAS**

Sob pseudônimo, é docente de graduação e de

vindos de grupos desprivilegiados é mais séria e capaz que a maioria dos brancos egressos de escolas privadas e de elite.

É a certeza de que alunos oriundos de grupos tradicionalmente excluídos não deixam *nada* a dever aos de grupos privilegiados que me faz insistir na importância de ensinar o mesmo conteúdo e exigir o mesmo alto nível de todos. Fazer o contrário, como quer o condescendente neoliberalismo de esquerda, perpetua e incrementa desigualdades ao oferecer um ensino de pior qualidade a pessoas cujo mérito não tem nada de inferior. Baixar o nível do ensino justamente quando se democratiza a universidade é uma cruel perversidade. É como dizer aos novos convidados para uma festa que eles são muito bem-vindos, mas que a comida, a bebida, a música e a conversa já acabaram.

RIVA



## **BENAMÊ KAMU ALMUDRAS**

Sob pseudônimo, é docente de graduação e de pós-graduação em uma universidade pública de São Paulo.

# EU EXISTO!

Muito prazer, sou a jornalista que estacionou o carro de Caetano no Leblon

**ELISANGELA ROXO**



NAS CELEBÉRRIMAS FOTOS DE 10 DE MARÇO DE 2011, CAETANO AGUARDA PARA ATRAVESSAR A RUA NO LEBLON, ENTÃO ATRAVESSA A RUA NO LEBLON E DEPOIS SENTA-SE NUM BANCO DE ESTACIONAMENTO COMO QUEM ESPERA QUE O MANOBRISTA LHE TRAGA O CARRO NO LEBLON: “FOI ENTÃO QUE EU EXPLODI. BUM!”

**A**arhus (Dinamarca), segunda-feira, 8 de março de 2021.

Caro Caetano Veloso,

Espero que esta carta encontre você e sua família em perfeita saúde. Que todos estejam seguros nestes tempos tão sombrios... Escrevo por um bom motivo.

Depois de amanhã, completam-se dez anos de um curioso e desconcertante fenômeno: o dia em que a internet ficou odara e eu virei lenda (sim, uma lenda, embora você não saiba disso). Muita gente ainda se lembra da reportagem que publiquei no portal Terra em 10 de março de 2011, com um título longuíssimo: *Caetano Veloso Passeia pelo Leblon e Estaciona o Carro*. Era uma notícia nada noticiosa, sem dúvida, mas acabou se transformando num marco do jornalismo brasileiro. A matéria – banal como um bichinho de avenca, poderia dizer o Nelson Rodrigues – somava apenas 49 palavras e saiu sem assinatura. Pois bem... Eu existo! Sou a autora daquelas mal traçadas linhas e chegou a hora de você conhecer os bastidores do elo invisível que nos conecta há uma década. Prazer, meu nome é Elisângela.

Você deve imaginar que todo <sup>RIVA</sup> jornalista sonha em escrever histórias inesquecíveis, né? Eu sonhava. Em *A Sociedade dos Sonhadores Involuntários*, romance do angolano José Eduardo Agualusa, uma personagem conta ser capaz de detectar na própria alma um tumulto de sentimentos nunca nomeados. Ela imagina que, depois de muitos anos, talvez esses sentimentos se tornassem comuns, quando alguém já lhes tivesse dado nomes. E afirma se sentir como um pintor que escolheu certo tom de azul para colorir o mar, antes de existir a cor e a palavra azul. Quem contemplasse as ondas nas telas, pintadas com uma cor até então impossível, não conseguiria esconder a estranheza. Era assim, mergulhada num tumulto de sentimentos ainda inomináveis, que eu mesma me encontrava naquele 10 de março de 2011, uma quinta-feira pós-Carnaval.



Comecei como redatora júnior no Terra um mês antes, em fevereiro de 2011. Fui contratada temporariamente para trabalhar na Diversão, editoria que tratava de música, teatro, cinema, tevê e celebridades. A redação ficava no bairro paulistano do Brooklin Novo – mais precisamente, no 12º andar da Torre Norte do WTCSP, o World Trade Center de São Paulo. Aos 26 anos, eu ganhava o equivalente a 4,3 salários mínimos da época. Meu contrato tinha a duração de dois meses e meio, a mesma da 11ª edição do *Big Brother Brasil*, o reality show da Globo que me incumbiram de cobrir prioritariamente. Não era o emprego dos meus sonhos, mas sempre gostei de televisão.

Havia na redação um aparelho ligado 24 horas no canal *pay-per-view* do *BBB11*, que eu não parava de olhar. Aquela edição do programa versava principalmente sobre o triângulo amoroso entre a modelo Maria, o playboy Mau Mau e o médico Wesley. Era engraçado acompanhar a personagem inventada por Maria, uma mocinha à la *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, que se atirou de cabeça no jogo e ganhou o prêmio de 1,5 milhão de reais. Como dispunha de uma equipe jovem e gentil, o Terra tinha um ambiente de trabalho muito agradável e até divertido. Quando Maria entrava de biquíni no banho, alguns colegas se aglomeravam em frente ao vídeo. “Uau! Que gostosa!”, festejavam. Ou então: “Aposto que a Maria vai pagar peitinho...” Disso eu não gostava, claro, mas ficava na minha.

A importância que o Terra dava para a música me passou a impressão inicial de estar no lugar certo, na hora certa. Eu queria cobrir os shows cujos ingressos

eram caros demais para o meu bolso. Também imaginava fazer entrevistas transcendentais com artistas que admirava. Minhas sugestões de reportagem, porém, eram geralmente avaliadas como nada atraentes, ou “zero cliques”. Eu, de fato, tinha muito a aprender sobre a “dinâmica dos cliques”. Todo o pensamento crítico que o curso de jornalismo na Universidade Estadual Paulista (Unesp) tentara introjetar em mim se chocava com as novidades de então. Entre as aulas inesquecíveis a que assisti no campus de Bauru (SP), guardava no coração as de ética jornalística, ministradas pelo professor Clodoaldo Meneguello Cardoso. Ele disse à minha turma, em 2004, que era preciso entender bem os sistemas nos quais estamos inseridos para que fosse possível burlá-los, quando e se necessário. Também ensinou que a gente teria de aprender a negociar, a mediar os diversos interesses e valores que se contrapõem na sociedade – inclusive os nossos próprios – para conseguir fazer um bom trabalho como jornalista.

Em 2002, meu primeiro ano de Unesp, “clique” ainda significava estalido seco ou algo do gênero. Mas em 2011, no sistema do Terra, a palavra se tornara sinônimo de audiência. Àquela altura, eu já havia passado outros Carnavais, Páscoas, Natais e Anos-Novos em plantões nas redações de *O Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo*. Só que ninguém falava em cliques por lá. Pelo menos não da mesma maneira que no Terra. A palavra de ouro nos jornais continuava sendo “leitor”. “O que o leitor quer ou precisa saber?”, a gente se perguntava. Existia naqueles veículos impressos tão tradicionais muita incerteza, muita ansiedade sobre o futuro do

jornalismo. Era o poente da profissão como a conhecíamos. A revolução deflagrada pela internet ganhava cada vez mais força e nenhum jornalista ousava prever o que aconteceria com nossos empregos de papel. O Terra, nativo digital, surfava a onda do momento e parecia saber o que estava fazendo.

Confiante, eu ia para o trabalho pilotando um Gol Rallye. O carro, modelo 2004, cinza-prateado, ficou comigo depois da morte do meu pai. Falo com propriedade sobre automóveis por uma questão de família. Meu pai, que morreu aos 76 anos em 2008, foi um metalúrgico de sucesso na indústria automobilística do ABC paulista. Como outros jecas totais da geração dele, mudou-se da roça para a cidade grande em 1958, à procura de uma vida melhor.

### RIVA

Eu costumava parar o Golzinho na rua porque o estacionamento do World Trade Center brasileiro custava uma fortuna. Lembro que, naquele tempo, ouvia muito o álbum *Religar*, do Leo Cavalcanti, que mantinha dentro do carro. Como quase todo mundo, eu precisava pagar as contas no fim do mês e aceitei o emprego no Terra essencialmente por causa disso. O bônus eventual de cobrir música me animava, mas não bastava. Eu desejava produzir grandes reportagens sobre cultura e tecnologia. Levava muito a sério uma declaração que o diretor teatral Aderbal Freire-Filho fizera à *Folha* em 2008. Ele confidenciou que tinha o hábito de anotar coincidências numa agenda, na esperança de desvendar o mistério da vida. À minha maneira, eu também queria desvendar o mistério da vida, das sociedades, do planeta e

trazia um bloco de anotações sempre à mão. Sem a loucura, o que é o homem, Caetano?

**M**eu cotidiano na redação se revelava menos interessante e mais automático do que eu gostaria. Tudo girava em torno dos tais cliques. Quanto mais conseguíssemos, melhor. Eu trabalhava das 10 às 18 horas e, quando não estava de olho no *BBB11*, escrevia principalmente sobre as celebridades de um mundo pré-Instagram. As fontes de informação eram sites norte-americanos, assessorias de imprensa e agências de paparazzi brasileiros, como a AgNews, que nos enviavam fotos exclusivas por e-mail. À época, o Terra já fazia parte do grupo espanhol Telefónica. No business do jornalismo de celebridades, disputava espaço com o Ego, da Globo, OFuxico, criado e mantido por Esther Rocha, ex-assessora do apresentador Gugu Liberato, e o Gente, do portal iG, que pertencia à Oi. Dos três concorrentes, só o Ego não existe mais.

No [diversao.terra.com.br](http://diversao.terra.com.br), redigíamos notas bem pequenas, ilustradas com álbuns de fotografias ou *prints* de tela dos sites gringos. Chamávamos os álbuns de “galerias”. Cada galeria deveria ter no mínimo três fotos e ser publicada sempre num link próprio e com um título independente da nota. Minha função na linha de montagem era escrever pelo menos dez textos por dia, escolher as imagens que os ilustrariam, salvá-las e ajustar tanto a altura quanto a largura delas. Em seguida, eu criava um título bem chamativo para as galerias de fotos, outro para as notas e publicava tudo no site pela

plataforma online Vignette (o show de um redator, caro Caetano, mora nos detalhes). No fim do expediente, eu mandava um e-mail aos editores com todos os meus títulos e links para comprovar minha produção diária. Durante uma jornada habitual de trabalho, portanto, eu precisava fazer mais de uma nota inédita por hora.

Naquela ocasião, epidemia era coisa de filme de terror, e “viral”, um termo restrito a agências sanitárias ou de marketing de guerrilha. Não se falava em seguidores nem em *digital influencer*. O empresário e youtuber Felipe Neto, opositor ferrenho do presidente Jair Bolsonaro, ainda se limitava a ser um vlogger de óculos escuros que não gostava dos filmes da saga *Crepúsculo*. Para nós, do Terra, artista era quem produzia algum tipo de arte, como você, Caetano, ou quem saísse na capa de certas revistas. Por exemplo, no dia 15 de fevereiro de 2011, às 17h28, recebemos um e-mail com o seguinte assunto: “Dani Sperle faz ensaio ousado em banho de leite.” O assessor de imprensa da moça, Cacau Oliver, nos escrevia para divulgar que, em março, sua cliente – modelo, musa de duas escolas de samba paulistanas e ex-namorada de famosos – seria capa da revista *Sexy*. Às 18h41, publiquei a nota *Ex de Alexandre Frota se Lambuza com Leite para Ensaio Sexy*. Associei à notícia uma galeria com três fotos tiradas por Vanessa Dalceno e fiz as legendas: “Dani Sperle experimenta o leite direto da garrafa no ensaio da *Sexy*”, “Dani Sperle joga leite no próprio corpo em ensaio sensual da *Sexy*” e “Como uma gatinha, Dani Sperle bebe o leite do pratinho”.

Mal concluí a tarefa, uma parte de mim desejava

derrubar tudo à minha volta: os computadores, as mesas, as cadeiras, as estantes, os livros. “Vocês não estão entendendo nada!”, senti vontade de gritar, exatamente como você em 1968, ao ser vaiado no Festival Internacional da Canção por causa de É Proibido Proibir. No entanto, mais de quatro décadas depois, eu precisava ser bovinamente profissional. Hoje ainda carrego o arrependimento de ter cedido ao machismo e relacionado Dani Sperle a Alexandre Frota no título da nota. Eu deveria tê-la chamado apenas de musa da Tom Maior e da X9, que é o que ela era afinal. A consciência de classe me veio muito antes da consciência de gênero. Uma pena... Será que você se arrepende de algo que fez aos 26, Caetano?

Em março de 2011, durante o plantão de Carnaval, meu turno passou a ser das 14 às 22 horas. Na minha frente, se amontoavam dezenas de possíveis galerias com musos e musas das folias organizadas no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Bahia. Já no primeiro dia de festa (4 de março), várias imagens do ator Victor Fasano chegaram por e-mail. Clicado na Praia da Barra, em Salvador, ele erguia uma sandália de borracha diante das lentes do paparazzo Wesley Costa como quem se preparava para dar uma chinelada num inseto irritante. Qual é mesmo o bicho que a gente mata com chinelo, Caetano? “Assunto quente! Vamos apurar!”, ordenou o editor da vez. Finalmente meu bloco de notas ia entrar na avenida. Fui ouvir os dois lados, como reza o primeiro mandamento do jornalismo ocidental. Liguei para Wesley Costa, que acusou o artista de agressão. Depois, telefonei para Victor Fasano, que estava no ar com o personagem Edward Teixeira Briggs em *Ribeirão do Tempo*, novela da Record. O ex-galã da

Globo negou a acusação. Explicou que havia sacado o chinelo apenas para atrapalhar o fotógrafo e privá-lo de um bom ângulo. Também culpou a mídia por persegui-lo: “Ele [o *paparazzo*] não ficou satisfeito com a notícia de que eu estava andando na praia. O que dá audiência é eu tentar agredir alguém.”

Lembrei-me do ator em 2005 socando a cara do humorista Rodrigo Scarpa, que interpretava o repórter Vesgo no antigo *Pânico na tv* e levou um murro em razão de um trocadilho tosco: “Victor, faz anos que não te vejo.” Embora estivesse encastelada no World Trade Center paulistano, resolvi não me arriscar à fúria do bonito e peguei leve com ele.

*Victor Fasano Reclama de Perseguição da Imprensa em Salvador*, cravei no título da nota que publiquei às 19h56. “Eu quero ter uma vida normal”, pedia o artista na minirreportagem de 234 palavras.

## RIVA

**E**m 10 de março de 2011, a hoje célebre quinta-feira pós-carnavalesca, fazia quase duas semanas que eu trabalhava sem folga. Estava cansada, mas inquieta, e continuava me submetendo ao horário especial de plantão. No dia seguinte, 11 de março, um tsunami varreria a costa do Japão e provocaria o segundo maior acidente nuclear da história, na usina de Fukushima. A Primavera Árabe tinha acabado de começar e, meses mais tarde, em setembro, iria servir de inspiração para os manifestantes anticapitalistas que ocuparam Wall Street, o centro financeiro de Nova York. Em dezembro, a presidente Dilma Rousseff terminaria o primeiro ano de seu governo com uma elevada taxa de aceitação popular. Impeachment era uma palavra

do passado, e obviamente nenhuma dessas notícias seria publicada na editoria Diversão.

Na tarde do dia 10, Caetano, chegaram à minha caixa de e-mail as fotografias que captavam sua presença despreziosa no Leblon. De início, julguei melhor ignorá-las. Mais “zero cliques” do que aquilo, pensei, só mesmo as minhas sugestões de matérias sobre bandas indie brasileiras. Todo jornalista sabe que nada de relevante costuma acontecer entre a Quarta-Feira de Cinzas e a segunda-feira em que o ano efetivamente se inaugura. O Brasil fica de ressaca, e suas imagens apenas reiteravam isso. De repente, porém, senti uma imensa empatia por Fausto Candelária, o paparazzo da AgNews que registrou aquelas cenas prosaicas. Eu não o conhecia, mas percebi que alguma coisa nos irmanava. Ele também estava de tocaia num dia morto. Provavelmente se cansara de observar os bacanas e queria apenas ir para casa. Voltei a olhar as imagens. Você trajava roupas leves. Parecia tranquilo, embora demonstrasse certo incômodo ao notar o fotógrafo. Tive inveja, admito. Quem me dera estar no Leblon como você, a flunar debaixo do sol, respirando ar fresco.

Dei uma olhada nos sites concorrentes. Nenhum arriscara publicar as fotos. É lógico, “zero cliques”. “Que título absurdo e sedutor alguém poderia inventar para essas imagens tão insossas?”, me perguntei. Se você tivesse ameaçado bater no fotógrafo, talvez valesse a pena eu dar uns telefonemas, mas não era o caso. O tempo voava, as horas morriam, e nada rolava no universo das celebridades nacionais. Você continuava à minha frente. Numa imagem, caminhava pela rua; noutra,



estava sentado no banco de um estacionamento com um tíquete ou algo do tipo nas mãos. “Está aguardando o manobrista”, imaginei. Todo mundo na redação já tinha ido embora. Só eu mofava diante do computador. Foi então que explodi. Bum!

“Eles querem notícia o tempo inteiro? Pois vou lhes dar notícia, custe o que custar”, tramei em silêncio.

“Eles” deviam ser meus chefes, o Terra, a concorrência, o público, a cultura do clique e sei lá mais o quê. Resoluta, invoquei o beabá das técnicas jornalísticas e mandei bala no título da galeria.

Quem? Caetano Veloso. O quê? Estaciona. Onde? No Leblon. Quando? Nesta quinta-feira (10). Por quê? Por absolutamente nada. Quem se importa? Por cliques, certamente não foi. De qualquer modo, nenhum leitor poderia me acusar de disseminar *fake news*. Como jornalista e cidadã, segui um código de ética universal: não traí minha palavra nem abusei da confiança de ninguém. Apenas me ative às fotos e me deixei levar por certo espírito sarcástico, como quem compõe uma marchinha de Carnaval. A-la-la-ô, meu caro Caetano.

Caprichei nas legendas das três fotos que escolhi:

“Caetano Veloso se prepara para atravessar uma rua do Leblon”, “Caetano olha para o fotógrafo enquanto atravessa a rua no Leblon” e “Caetano espera no estacionamento carioca nesta quinta-feira (10)”.

Talvez também houvesse em mim algum desejo iconoclasta enrustido (iconoclastia que, aliás, aprendi com você e os demais tropicalistas). “Vamos comer Caetano, vamos devorá-lo”, ainda ouço a voz de Adriana Calcanhotto na minha cabeça. Como um Djavan às avessas, almejei descaetaneá-lo. Quis

me fazer tão profana quanto a vaca que pôs os cornos pra fora e acima da manada. Entretanto, ainda hoje me pergunto se, no fim das contas, tirei você do pedestal ou o botei mais uma vez nele.

O fato é que cumpri tabela. A última das dez notas obrigatórias daquela jornada de trabalho, com a respectiva galeria de fotos, estava pronta e publicada dentro do tempo regulamentar, às 21h14 – 46 minutos antes de dar o meu horário de ir para casa. No pequeno texto, informei que você havia sido flagrado sozinho, sem pressa, “no primeiro dia depois do Carnaval”. Mencionei ainda que, durante os festejos, você tinha sido visto assistindo ao desfile da Imperatriz Leopoldinense junto de uma namorada argentina. Eu não sabia mais o que inventar para encerrar o expediente e acabei fazendo arte. Foi muito bom.

RIVA

Desculpe a minha petulância com sua imagem, Caetano, mas eu precisava rir de mim mesma naquela atividade tão carente de sentido. Precisava me satirizar enquanto satirizava o jornalismo sobre o nada, entende? Olhei para dentro e dei de cara com minha porção jornalista que sonhava entrar para a história graças a reportagens sensíveis e bem escritas. Olhei para fora e lá estava eu, solitária, em frente ao computador, já tarde da noite, numa gaiola envidraçada, com vista panorâmica para a Marginal Pinheiros. Imaginei que apenas meia dúzia de gatos-pingados (e insones) iria ver a nota. Minha gracinha certamente desapareceria em meio a tantas outras pérolas publicadas por nós.

Às 22 horas, mandei para os editores o e-mail com os

links do dia. Desliguei o computador e apaguei as luzes da redação. Desci doze andares pelo elevador, caminhei com pressa até o carro, também por medo de ser assaltada ou coisa pior, e dirigi até minha casa para finalmente me jogar na cama. Dormi o sono dos justos.

**N**o fim de semana depois do plantão, saí para beber com o repórter de um veículo impresso. Mal o garçom nos serviu, meu colega perguntou se eu sabia da “bomba”. Qual?! Todos, na redação em que ele batia ponto, não paravam de comentar “uma notícia absurda” do Terra. Ai... “Estão dizendo que mataram o jornalismo, que o Terra passou dos limites.” Ai, ai... Ele sondou se eu conhecia o “coitado do redator” que tinha feito “aquela bobagem” sobre o Caetano. “Com certeza, cabeças vão rolar”, me garantiu. Ai, ai, ai... O instinto de sobrevivência me obrigou a manter a discrição. Conte a verdade para meu parceiro de copo, mas lhe implorei que não abrisse o bico. Raríssimas vezes confidenciei ser a autora da malfadada nota. Temi que “aquela bobagem” arruinasse a minha reputação profissional.

Hoje entendo haver também uma questão de gênero por trás do meu silêncio. Veja, as redações são historicamente masculinas no Brasil, apesar de a presença feminina ter aumentado nas últimas décadas. Se um redator comete algum deslize, beleza. Faz parte do jogo. Mas se uma redatora erra... Em 2017, a pesquisa *Mulheres no Jornalismo Brasileiro* deixou bem claro que o mar da profissão não está

atuavam em 271 veículos de todo o país, participaram do estudo. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a agência Gênero e Número e o Google News Lab realizaram o levantamento. Algumas conclusões:

- 53,4% das entrevistadas disseram acreditar que, nas organizações em que trabalhavam, as mulheres tinham menos oportunidades de progredir na carreira que os homens;
- 86,4% declararam já haver enfrentado pelo menos uma situação de discriminação de gênero no trabalho;
- 73% afirmaram ter escutado comentários de natureza sexual sobre mulheres dentro das redações;
- 92,3% alegaram ter ouvido piadas machistas enquanto exerciam suas funções.

Esses números impressionam você, Caetano?

Também devo acrescentar que cobrir temas socialmente identificados como femininos e de “baixa cultura” (tipo celebridades e televisão) significa arder na fogueira do desprezo acesa por colegas que se consideram mais sérios e preparados. Não à toa, no dia 12 de março de 2011, quando voltei do bar para casa e abri o Twitter, logo me deparei com um post nada amistoso. “Tsunami no Japão, Líbia em bombardeio, Kleber *versus* Felipão e aí chega a notícia: *Caetano Veloso Passeia pelo Leblon e Estaciona o Carro*”, zombou um figurão do jornalismo cultural. O tuíte dele bombou. Zilhões de novos tuítes sacanearam a minha travessura. Estava

decretada a caça informal à bruxa aqui.

Uma década se passou e, em 2021, ninguém, nem os próprios jornalistas, questiona ou ironiza portais que dão manchete para o resultado do jogo de futebol enquanto uma pandemia viral mata centenas de milhares de brasileiros. Como é possível a gente não se indignar toda vez que a bola ganha o mesmo destaque de notícias sobre saúde, política e educação? Será que nos calamos pelo fato de a sociedade enxergar o circo do futebol como assunto de homens? Perguntas sinceras, juro.

No café da manhã, converso em inglês sobre esta carta com meu marido, que é psicólogo e pesquisador numa universidade dinamarquesa. Moramos em Aarhus, a segunda maior cidade da Dinamarca, depois de Copenhague, a capital. Lá fora, a neve derreteu. Os sinais da primavera se tornam cada vez mais evidentes. De verdade, ainda me incomoda a insinuação de que assassinei o jornalismo. Talvez porque, anualmente, a acusação volte a ganhar muita atenção na internet. Desde 2012, a cada 10 de março, há sempre um ou mais sites jornalísticos, um ou mais *influencers*, um ou mais humoristas e uma infinidade de reles mortais que ressuscitam a não notícia de você estacionando no Leblon. A coisa virou não só uma efeméride como um ímã de cliques, piadas, deboches e textões críticos sobre os descaminhos da imprensa. O estranho fenômeno me faz lembrar que o jornalismo pode gerar uma base emocionalmente segura para as nossas interações sociais. A previsão do tempo, por exemplo, abre espaço para conversinhas triviais no ponto de ônibus ou no táxi, um papo ameno que dificilmente terminará em

conflito. No caso da nota que redigi, sem fato e com fotos, criou-se um lugar confortável para interações baseadas na crença de superioridade intelectual e moral dos que invocam o “causo” em relação a alguém invisível – um redator qualquer ou mesmo um estagiário (sim, muitos imaginam que um estagiário escreveu o texto, sem perceberem a deselegância com que, no Brasil, tratamos os jovens em início de carreira). O problema, galera, é que esse alguém invisível existe, e sou eu! Acordem!

Você já ouviu falar da socióloga norte-americana Wendy Griswold? Sugiro espirmos rapidamente um dos livros dela, *Cultures and Societies in a Changing World*. No ensaio, a autora analisa a resposta dada por Stendhal aos críticos que o acusavam de ser um escritor sórdido: “Um romance, senhores, é como um espelho que se carrega ao longo de uma estrada. Ele refletirá aos seus olhos, às vezes, o azul do céu e, às vezes, a lama das poças na pista. E o homem que carrega o espelho em suas costas é acusado por vocês de imoralidade! O espelho mostra a lama e vocês culpam o espelho!” Seria o jornalismo de celebridades também um espelho? O que você vê nele, Caetano?

O receio que senti de virar chacota teria hoje um nome bem específico: “medo de cancelamento”. Olhe só a ironia: em dez anos, meu fantasma particular se transformou no fantasma de quase todos os que transitam pelas redes sociais no Brasil. Quando foi mesmo que normalizamos o ato de nos humilhar mutuamente em praça pública? Para minha surpresa, ninguém no Terra me repreendeu pela nota insensata. Na verdade, ninguém nem sequer a mencionou.

Estávamos muito ocupados em produzir novos conteúdos clicáveis. Continuei na minha até que, uns dias depois, me convidaram para trabalhar outra vez na *Folha*, onde eu achava que poderia sonhar mais alto. Assim, me desliguei do Terra em 22 de março de 2011.

Antes de partir, mandei este e-mail para uma editora querida, de quem não pude me despedir pessoalmente (fui um tiquinho falsa, reconheço): “Oi! Deu tudo certo com a matéria que deixei pronta, sobre a [*banda inglesa*] Human League? Queria te agradecer pela oportunidade de ter trabalhado aí. Apesar do tempo curto, gostei bastante do trabalho e da equipe. Acho que pude aprender um pouco sobre a produção de conteúdo para internet. Até entendi qual o truque dos cliques, né? Enfim, obrigada por tudo. Grande beijo, Elis.” Em 6 de abril de 2011, a tal matéria saiu com o título: *Cantora do Human League Diz que Kate Perry É “Par de Seios”*.

**C**omo sabemos, nossa história não terminou com meu desligamento do Terra. Passei os últimos dez anos assistindo de camarote ao inexplicável carnaval que fizeram em torno daquela nota. Às vezes, ainda escuto alguém indagar de maneira jocosa: “Quem, afinal, escreveu aquilo?” Sou o mistério mais bem estacionado do jornalismo brasileiro, Caetano! A fundadora involuntária de uma seita disparatada.

Em 2012, eu estava ocupadíssima, de volta à minha mesa de redatora barata na *Folha*. Provavelmente, fechava a seção de horóscopo da Barbara Abrams

fechava a seção de horóscopo da Barbara Abramo quando um dos poucos amigos que conheciam meu segredo me avisou pelo *chat* do Gmail: “Sua nota sobre o Caetano voltou aos holofotes.” Eu mesma não lembrava mais da galeria nem do texto. “Você é genial”, zumbiu meu amigo. Esqueci o que aconteceu em 2013 e 2014. Mas me recordo bem de 2015: naquele ano, vendi o Gol Rallye e fiz um *upgrade* para o Citroën C3. Eu havia me metamorfoseado numa redatora já não tão barata e testemunhei o nascimento da hashtag, #caetanoestacionanoleblon. O meme tinha se consolidado. O próprio Terra se pronunciou sobre o assunto no Facebook: “[Hoje] a matéria voltou a ser uma das mais vistas do portal nas redes sociais. No momento, tem 43,7 mil compartilhamentos. Nós sabemos que vocês fazem isso para rir. E acreditem: nós também rimos bastante. Afinal, quem tem ~~quase~~ <sup>RIVA</sup> quinze anos na internet, já errou bastante, não é? Não tem coisa melhor que rir de si mesmo.” Um erro, Caetano? Então o nosso enrosco não passou de um erro? Um erro que nunca parou de fisgar a atenção do público?

Em 6 de janeiro de 2016, vi você comentar o episódio pela primeira vez, durante uma entrevista para o canal do Deezer no YouTube. Gilberto Gil participou da conversa. “Essa manchete é incrível”, definiu você quando a entrevistadora evocou a famigerada nota. Ela lhe pediu para associar uma canção ao nosso *affair*. Confesso que gostei muito de ouvi-lo citar *Menino do Rio*. Sim, Caetano, adoro ver-te. Depois dessa, me senti autorizada a assumir para a velha turma do Terra que a “sacada do estacionamento” tinha sido minha. Em agosto de 2016, vendi o Citroën C3 e vim cursar um mestrado em jornalismo



C3 e vim cursar um mestrado em jornalismo, globalização e cultura nas universidades de Hamburgo, na Alemanha, e de Aarhus. Banquei meus estudos com a grana do carro e de alguns empregos que tive na Europa (produtora de cinema, tradutora do inglês para o espanhol num aplicativo, pesquisadora numa agência de publicidade e assessora de imprensa). Hoje, como já disse, vivo nos domínios da rainha Margarida II, onde desfruto o sonho do *welfare state* sob o governo da primeira-ministra Mette Frederiksen. Ela é do tipo que posta foto da própria faxina no Instagram. Na Dinamarca, só a rainha não limpa a própria latrina.

Em 10 de março de 2017, no sexto aniversário da efeméride, considerei um tanto ácida a declaração que você publicou no Facebook: “Vi essas fotos com certo atraso. Pessoas amigas me mostraram e rimos sempre muito com o absurdo. Havia um pouco de indignação também nesse riso. Depois percebi que um número imenso de pessoas ria e se indignava com esse show de banalidade. Achei que há suficiente consciência do ridículo dessas coisas.” Sim, minha modestíssima obra tem algo de pesadelo recorrente para você e para mim. Em 13 de abril de 2017, fiquei confusa ao me flagrar em *Caetano*, o vídeo do Porta dos Fundos que tripudia sobre nosso caso. O ator Gregorio Duvivier me interpretava. Ou melhor: interpretava o repórter que os roteiristas (Gabriel Esteves e Fabio Porchat) imaginavam ter surpreendido você no Leblon. Me senti bem estranha por ser representada como um homem branco. Também preciso dizer que não achei graça na piada. “Por que o Leblon?”, perguntou o personagem de Duvivier para você, que topou aparecer no vídeo. A

resposta: “Porque Ipanema fica cheia demais.”  
Huuuum... Prefiro o *making of* da gravação. Chegou a ver? O humorista Rafael Portugal, emocionado por gravar com você, deixou escapar um bastidor saboroso: “Uma vez a gente estava numa festa na casa da Maria Gadú [*a cantora*]. Aí, o Caetano gosta muito de misturar um uisquezinho com vinho. Só que não é qualquer vinho. É um vinho que é de uma região específica de Portugal. E a Maria tem [*o vinho*]. Ele começou a cantar em espanhol... Apareceu alguém com um banjo. E ele tocando banjo e cantando naquele espanhol de uísque com vinho. Aí, quando ele parou, a gente queria rir porque era engraçado, mas muito bonito.”

Em julho de 2019, nas férias de verão, vi pela primeira vez, ao vivo, um de seus shows. Foi justamente em terras lusitanas, no Coliseu do Porto. Gersi, a minha Dona Canô, sempre repete que não devemos enterrar nossos sonhos. Aliás, quero lhe contar um sonho. Sonhei em forma de documentário. Eu assistia ao filme de um diretor que havia captado a imagem de um pequeno esqueleto humano saindo de uma tumba de pedra. Era a prova definitiva de que existe algo transcendental no universo. Depois, o diretor ia de casa em casa, numa cidadezinha não identificada do interior brasileiro. Ele carregava uma campainha, cujo som acordava seres metafísicos que viviam no mesmo terreno onde se erguiam prédios modernos. Entre os seres, havia um preto norte-americano forte, com brinco de ouro na orelha, e um índio. Ambos perguntavam, com olhos serenos, o porquê de toda aquela perturbação. Despertei. Com o que você anda sonhando, Caetano?

Quarta-feira, 10 de março.

É hoje, meu caro Caetano. Nossa esdrúxula união soma inacreditáveis dez anos. Estou um pouco cansada da relação, mas não posso mais ignorá-la. Sinto muito. Ainda assim, acredito ser possível nos reunirmos num outro nível de vínculo, como bem disse você em *Oração ao Tempo*. Comecei o dia ouvindo o disco *Refazenda*, do Gil, que vem me dando muita paz e me feito refletir sobre minhas raízes. Tenho sangue indígena, negro, português e italiano. No Brasil, nunca soube afirmar se sou quase preta ou quase branca. Sempre me vi (e me viram) como racialmente suspeita. Já a legislação dinamarquesa se refere a mim como minoria étnica de origem não ocidental. RIVA

Estou quatro horas à frente do horário de Brasília, diante do computador, de pijama, com celular, bloco de notas e caneta à mão. Vou acompanhar o frenesi que nosso decênio certamente provocará na mídia. Me sinto alegre por ter escrito, sem querer, uma frase banal na sua biografia. Minhas palavras e as imagens do fotógrafo Fausto Candelária agora estampam camisetas de pessoas que não conheço. Pôsteres e ilustrações referentes à nossa epopeia litorânea estão pendurados nas paredes de quem divulga fotos da própria parede no Instagram. Eu, o paparazzo e você inspiramos, no mínimo, um conto (está na abertura do livro *Um Homem Burro Morreu*, de Rafael Sperling), uma dissertação de mestrado (*Fragmentos de um Discurso Biográfico: Poéticas, Políticas e Devorações do Biografema na Comunicação*

*Contemporânea*, de Luis Felipe Silveira de Abreu, apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e um samba (de André Mussalem, que ele mesmo gravou no álbum *Pólis*). A letra da música, por sinal, é excelente. Leia um trecho dela: Alvorada na favela/Um corpo achado na viela/Caetano estaciona no Leblon/Golpes na avenida/Uma mãe se suicida/Caetano estaciona no Leblon/Lá onde o Rio é mais tranquilo/Bem longe dos medos do Brasil/Sob o esplendor do infinito/Sem ar-15, sem fuzil/Meu coração se cansa de perder tanta esperança/Caetano estaciona no Leblon. Começo a pensar que realmente iniciamos uma revolução. Pode ser também apenas um surto coletivo. Em que trauma do inconsciente brasileiro nós mexemos, Caetano?

“Hoje todos querem um pedacinho da sua glória”, me sopram amigos pelo WhatsApp. No Twitter, o fotógrafo e colunista do *Globo*, Leo Aversa, sugere: “Ô, @eduardopaes, tem que colocar uma estátua, um monumento ou ao menos uma placa na vaga do Leblon onde o @caetanoveloso estacionou dez anos atrás. Garanto que vai virar atração turística.” O prefeito do Rio não desperdiça a oportunidade e responde: “Né? Fato relevante e extraordinário como esse merece estátua. Avaliando aqui.” Até a sua equipe, Caetano, tira uma casquinha da efeméride e programa seu *début* no Tik-Tok para hoje. Primeira postagem: o vídeo sem graça do Porta.

A *Folha* não economiza papel e mete o assunto na capa da *Ilustrada*. Sem Flash, Por Favor, reivindica o título da reportagem, que discorre sobre as mudanças sofridas pelo jornalismo de celebridades ao longo da

última década. Me chama a atenção o fato de a matéria vir à tona sem nenhuma das imagens de Fausto Candelária. No lugar delas, o jornal publica uma colagem em que os paparazzi de *A Doce Vida*, filme de Federico Fellini, se misturam com um retrato que Bob Wolfenson fez de você em 1988. A reportagem de Anna Virginia Balloussier esclarece por que, afinal, você havia estacionado o carro no Leblon: estava indo à terapia.

No *Motor Show*, portal sobre automóveis e motocicletas, Renato Moikano também aborda o episódio. Ele trabalhava como editor-executivo do Terra em março de 2011. “A culpa é minha!”, alardeia no simpático texto que publicou logo cedo. Como bom chefe, assume a responsabilidade por tudo que saía na editoria Diversão e não cita meu nome. Aliás, ninguém cita. Não querem invadir a minha privacidade, imagino. Que ironia...

Decido procurar Fausto Candelária. Desejo perguntar se ele gostaria de usar esta carta para também se dirigir a você. Peço que três fotógrafos me ajudem na busca e descubro que Candelária enfrentou muitos problemas. Há seis anos, amigos fizeram uma vaquinha para ajudá-lo. O paparazzo havia sido despejado do prédio onde morava no Leblon.

\*\*\*\*\*

Sábado, 13 de março.

Querido Caetano, Fausto Candelária não acorda mais de sonhos intranquilos. Fiquei sabendo que ele morreu de parada cardíaca no dia 19 de abril de 2020. Tinha 67 anos. Hoje, esta filha única

de um soldador de automóveis conseguiu falar pelo Instagram com a filha única do paparazzo carioca. Somos, ambas, mães de menina (minha Flora completa 10 meses agora em abril). “Só quero que você respeite a memória do meu pai”, pediu a moça, que não me autorizou a divulgar seu nome. “Ele amava o que fazia e enxergava como uma grande realização ter acesso à fotografia e às pessoas famosas. Viveu sempre com simplicidade. Trabalhou como eletricitista e pintor antes de virar fotógrafo. De início, tirava os retratos com câmeras emprestadas. Nunca soube escrever direito. O ator Miguel Falabella foi a primeira celebridade que o valorizou. Deixava-se fotografar numa boa e chegou a ajudar meu pai financeiramente. Adriane Galisteu, Juliana Paes, Hebe Camargo e Roberto Carlos também gostavam do Seu Fausto, como muita gente o chamava. Caetano Veloso ~~sem~~pre o tratou bem, com educação. Meu pai queria realizar um trabalho bonito para que todos o admirassem. No fim da vida, teve tuberculose e perdeu o fôlego. Já não podia correr atrás dos artistas na orla, mas ainda se sustentou por um tempo graças às revistas. O pessoal da *Caras* comprava os poucos flagras que ele conseguia fazer. Sei que agiam dessa maneira apenas para lhe dar uma força.”

Fausto Candelária é o mártir da minha revolução jornalística, Caetano. Uma revolução que vem resultando em notícias cada vez mais kafkianas. Neste ano, o UOL decidiu investigar o Kadett branco que aparece ao seu lado numa das fotos. Eu sei que, em 2011, você dirigia um Fiat preto, quatro portas. Mas e daí? “Descobrimos que o Kadett é de 1994, está registrado no Rio de Janeiro, capital, e foi licenciado

jornalística, Caetano. Uma revolução que vem resultando em notícias cada vez mais kafkianas. Neste ano, o UOL decidiu investigar o Kadett branco que aparece ao seu lado numa das fotos. Eu sei que, em 2011, você dirigia um Fiat preto, quatro portas. Mas e daí? “Descobrimos que o Kadett é de 1994, está registrado no Rio de Janeiro, capital, e foi licenciado pela última vez em 2014”, reportou o UOL. “Além disso, o veículo ‘famoso’ tem duas multas de trânsito, totalizando 212,81 reais. Uma delas, já prescrita e por estacionar em local proibido, com data de 22 de janeiro de 2015. No caso, a infração aconteceu longe do Leblon, na Zona Sul. Foi no bairro de Vila Isabel, no lado oposto da cidade.”

Do além, meu pai, Seu Fausto, Dona Canô e a Hebe só podem estar rindo da nossa cara.



## **ELISANGELA ROXO**

É jornalista e mestre pelas universidades de Aarhus e Hamburgo, é autora da tese *Black Is Digital: Afro-Brazilian Women and Identity on YouTube*

EDIÇÃO 175 | ABRIL\_2021

anais do racismo

# OS NAZISTAS E A ACELERAÇÃO DAS CASTAS

Como a legislação norte-americana influenciou  
Hitler

ISABEL WILKERSON



ATIVISTAS DE DIREITOS HUMANOS EM MEMPHIS, NO TENNESSEE, EM 1968: OS NORTE-AMERICANOS TINHAM CRIADO UMA DEFINIÇÃO DE RAÇA QUE NÃO SEGUIA A LÓGICA NEM A CIÊNCIA, COM UMA ABORDAGEM QUE UM NAZISTA DEFINIU COMO “CONSTRUÇÃO POLÍTICA DA RAÇA”

*Tradução de Denise Bottmann e Carlos Alberto  
Medeiros*



**O** inspetor de obras estava diante do mistério de um teto deformado em minha casa e primeiro colocou um sensor na superfície para verificar se estava úmido. Como o resultado foi inconclusivo, pegou a câmera de infravermelho para tirar uma espécie de radiografia do que estava acontecendo, seguindo o princípio de que não se pode resolver um problema sem conferir antes do que se trata. Ele conseguiu então enxergar através do revestimento, por trás da superfície que fora pintada ou coberta com papel de parede, tal como agora devemos fazer em nossas casas para examinar uma estrutura construída muito tempo atrás.

Como acontece com outras residências velhas, os Estados Unidos têm um esqueleto que não se vê, um sistema de castas que é fundamental para seu funcionamento, tal como as vigas e as traves invisíveis nas construções físicas que chamamos de casas. A casta é a infraestrutura das nossas divisões. É a arquitetura da hierarquia humana, o código subconsciente de instruções para manter, no caso dos Estados Unidos, uma ordem social de quatrocentos anos. Examinar a casta é como segurar a radiografia do país contra a luz.

Um sistema de castas é uma construção artificial, uma classificação do valor humano, fixada e arraigada, que estabelece a suposta supremacia de um grupo contra a suposta inferioridade de outros, com base na ancestralidade e em traços muitas vezes inalteráveis, traços que seriam neutros no plano abstrato, mas que ganham um significado de vida ou

morte numa hierarquia que favorece a casta dominante concebida pelos antepassados. Um sistema de castas utiliza limites rígidos, muitas vezes arbitrários, para manter os grupos separados, diferenciados uns dos outros, em seus respectivos lugares.

Na história humana, três sistemas de castas se destacam. O sistema de castas da Alemanha nazista, assustador, tragicamente acelerado e oficialmente derrotado. O sistema indiano, que subsiste há milênios. E a pirâmide de castas dos Estados Unidos, fundamentada na raça, que é tácita e muda de forma ao longo do tempo. Cada versão se baseou na estigmatização de pessoas supostamente inferiores a fim de justificar a desumanização necessária para manter na base da sociedade as pessoas de classificação mais baixa e os protocolos para a vigência dessa ordem. Um sistema de castas perdura porque muitas vezes é justificado em nome da vontade divina, originando-se dos textos sagrados ou de pretensas leis da natureza, reforçado por toda a cultura e transmitido ao longo das gerações.

Em nossa vida cotidiana, a casta é como uma sala de teatro escura onde entramos em silêncio, o lanterninha apontando para baixo o facho de luz, nos conduzindo aos lugares que nos foram designados para assistir ao espetáculo. A hierarquia de castas não tem a ver com a moral ou os sentimentos, mas com o poder – quais grupos o têm, quais não –, os recursos – qual casta é tida como merecedora deles, qual não, quem pode ou não adquiri-los e controlá-los –, o respeito, a autoridade e os pressupostos de competência – a quem são ou não concedidos.

Como meio de atribuir valor a setores inteiros da espécie humana, a casta serve de parâmetro para cada um de nós, muitas vezes para além de nossa consciência. Ela embute em nossa estrutura óssea uma classificação inconsciente das características humanas e apresenta as regras, as expectativas e os estereótipos que têm sido usados para justificar brutalidades contra grupos inteiros em nossa espécie. No sistema de castas norte-americano, o sinal indicador da classificação é o que chamamos de raça, a divisão dos seres humanos com base em sua aparência. Nos Estados Unidos, a raça é o instrumento básico, o marcador visível, a fachada da casta.

A raça faz o trabalho pesado para um sistema de castas que exige um meio de divisão humana. Se somos ensinados a ver os seres humanos na linguagem da raça, a casta, por sua vez, é a gramática subjacente que assimilamos desde crianças, como quando aprendemos nossa língua materna. A casta, como a gramática, se torna um guia invisível não só para o modo como falamos, mas também para o modo como processamos as informações, os cálculos que fazemos por reflexo condicionado diante de uma frase sem precisar pensar nela. Muitos de nós nunca tiveram aulas de gramática, mas, mesmo assim, sabemos que um verbo transitivo pede um objeto, que um sujeito precisa de um predicado; sabemos, sem ter que pensar, a diferença entre a terceira pessoa do singular e a terceira do plural. Podemos dizer “raça” nos referindo às pessoas como negras, brancas, latinas, asiáticas ou indígenas, mas o que está por trás de cada rótulo são séculos de história e

de atribuição de pressupostos e valores a traços físicos dentro de uma estrutura hierárquica dos seres humanos.

A aparência das pessoas, ou melhor, a raça que lhes é atribuída ou a que pertencem, segundo a percepção alheia, é a pista visível de sua casta. É o crachá histórico para o público, indicando como devem ser tratadas, onde é de supor que morem, que tipo de posição é de supor que ocupem, se são de tal ou tal parte da cidade ou se têm tal ou tal cargo numa diretoria, se é de esperar que falem com autoridade sobre tal ou tal assunto, se receberão analgésico num hospital, se o bairro onde vivem provavelmente é vizinho a uma área de despejo de resíduos tóxicos ou se a água da torneira de suas casas é contaminada, se têm maior ou menor probabilidade de sobreviver ao parto na nação mais avançada do mundo, se podem ser alvejadas impunemente pelas autoridades.

Sabemos que as letras do alfabeto são neutras e só têm sentido quando se combinam para formar uma palavra, que, por sua vez, não tem significado até ser inserida numa sentença e interpretada pelo falante. Assim como “negro” e “branco” foram termos aplicados a pessoas que, literalmente, não eram nem uma coisa nem outra, e sim gradações de marrom, bege e marfim, o sistema de castas coloca as pessoas em polos opostos e atribui significado aos extremos e às gradações intermediárias, e então reforça esses significados reproduzindo-os nos papéis que eram e são atribuídos a cada casta, sendo ela autorizada ou obrigada a cumprir.

Casta e raça não são sinônimos nem mutuamente

excludentes. Podem coexistir e de fato coexistem na mesma cultura, e servem para reforçar uma à outra. A raça, nos Estados Unidos, é o agente visível da força invisível da casta. A casta é a ossatura, a raça é a pele. A raça é o que podemos ver, os traços físicos que receberam um significado arbitrário e se tornaram um resumo do que a pessoa é. A casta é a poderosa infraestrutura que mantém cada grupo em seu lugar.

A casta é fixa e rígida. A raça é fluida e superficial, sujeita a redefinições periódicas para atender às necessidades da casta dominante nos Estados Unidos de hoje. Os requisitos para se qualificar como branco mudaram ao longo dos séculos, enquanto a existência concreta de uma casta dominante persiste desde seus primórdios – a quem quer que coubesse a definição de branco, em qualquer momento da história, eram concedidos os direitos legais e os privilégios da casta dominante. De modo talvez mais crítico e mais trágico, na parte de baixo da escala, a casta subordinada também se fixou desde o começo como o chão psicológico abaixo do qual nenhuma outra casta pode cair.

Assim, todos nascemos num jogo de guerra silencioso, com séculos de existência, em equipes que não escolhemos. O lado para o qual somos designados no sistema norte-americano de classificação humana é anunciado pelo uniforme da equipe usado pela casta, indicando nosso suposto potencial e valor. Que alguém consiga criar ligações duradouras por sobre essas linhas divisórias inventadas é um atestado da beleza do espírito humano.

O uso de características físicas hereditárias para diferenciar capacidades internas e valores de grupo é, talvez, o meio mais engenhoso já concebido por uma cultura para gerir e manter um sistema de castas.

“Como divisão social e humana”, escreveu o cientista político Andrew Hacker sobre a utilização de traços físicos para criar categorias humanas, “ela ultrapassa todas as outras – inclusive o gênero – em intensidade e subordinação.”

**B**erlim, junho de 1934.

Na fase inicial do Terceiro Reich, antes mesmo que o mundo pudesse imaginar os horrores que viriam, um comitê de funcionários nazistas se reuniu para avaliar as opções para impor uma nova e rígida hierarquia que isolasse o povo judeu dos arianos. Os homens reunidos naquele final de primavera de 1934 não estavam planejando o extermínio nem se encontravam em posição de planejá-lo. Isso ocorreria anos depois em uma reunião assustadoramente apática e catastrófica em Wannsee, um bairro berlinense, já no auge de uma guerra mundial que, então, ainda não se iniciara.

Naquele dia, 5 de junho de 1934, eles estavam reunidos para debater o arcabouço jurídico para uma nação ariana, para converter a ideologia nazista em lei, e ansiosos por discutir os resultados de suas pesquisas sobre como outros países protegiam a pureza racial contra a mácula dos desfavorecidos. Eles se encontraram a portas fechadas, considerando a reunião séria o suficiente para incluírem um

estenógrafo que registrasse os trabalhos e fizesse a transcrição. Ao tomarem assento para discutir o que, por fim, resultaria nas leis de Nuremberg, o primeiro ponto da pauta foram os Estados Unidos e o que poderiam aprender com o país.

O homem que presidia a reunião, Franz Gürtner, ministro da Justiça do Reich, abriu a sessão apresentando um memorando que expunha em detalhes as medidas dos Estados Unidos para lidar com seus grupos marginalizados e proteger o bloco dominante de cidadãos brancos. Os dezessete juristas e funcionários nazistas leram e releeram as leis de pureza norte-americanas que regulamentavam a imigração e o casamento inter-racial. Ao debater “como institucionalizar o racismo no Terceiro Reich”, escreveu James Q. Whitman, historiador de direito da Universidade Yale, eles “começaram se perguntando como os norte-americanos <sup>RIVA</sup> faziam”.<sup>[1]</sup>

Os nazistas não precisavam de gente de fora para plantar entre eles as sementes do ódio. Mas, nos primeiros anos do regime, quando ainda tinham interesse em manter uma aparência de legitimidade e a esperança de atrair investimentos estrangeiros, buscaram protótipos jurídicos para o sistema de castas que estavam montando. Eles desejavam prosseguir rapidamente com seus planos de pureza e separação racial, e sabiam que os Estados Unidos estavam séculos à frente, com seus estatutos legais contra a miscigenação e a proibição da imigração com base na raça. “Para nós, alemães, é especialmente importante saber e ver como uma das maiores nações do mundo com linhagem nórdica já tem uma legislação racial plenamente comparável à do Reich

alemão”, escreveu a agência de imprensa alemã Grossdeutscher Pressedienst quando os nazistas consolidaram seu controle sobre o país.

Os europeus ocidentais estavam cientes desde longa data do paradoxo norte-americano de proclamar a liberdade para todos os homens e ao mesmo tempo manter subconjuntos de seu corpo de cidadãos numa subjugação quase completa. O escritor francês Alexis de Tocqueville percorreu a América pré-Guerra Civil, nos anos 1830, e observou que apenas a “superfície da sociedade norte-americana está coberta por uma camada de tinta democrática”. A Alemanha entendia bem a fixação norte-americana na pureza de raça e na eugenia, a pseudociência de hierarquizar os seres humanos segundo a pretensa superioridade de grupo. Muitos norte-americanos de destaque haviam se juntado ao movimento eugenista do começo do século XX, entre eles o inventor Alexander Graham Bell, o magnata do setor automobilístico Henry Ford e o reitor da Universidade Harvard, Charles W. Eliot. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Sociedade Alemã da Higiene Racial aplaudiu “a dedicação com que os norte-americanos patrocinam pesquisas no campo da higiene racial e transpõem o conhecimento teórico para a prática”.

Os nazistas haviam se entusiasmado, sobretudo, com as teorias raciais militantes de dois eugenistas norte-americanos bastante famosos, Lothrop Stoddard e Madison Grant. Os dois eram homens em posições privilegiadas, nascidos e criados no Norte e formados na Ivy League.<sup>[2]</sup> Ambos alcançaram renome, agora desacreditado, propagando uma ideologia do ódio que fazia uma tosca classificação da “linhagem”



européia, declarava que os europeus orientais e meridionais eram inferiores aos “nórdicos” e defendia a exclusão e a eliminação de “raças” – que, para eles, constituíam ameaças à pureza racial nórdica –, sobretudo a dos judeus e a dos “pretos”.

Um termo racial ofensivo que os nazistas adotaram na campanha para desumanizar os judeus e outros povos não arianos – *Untermensch*, isto é, “sub-humano” – chegou a eles a partir de Stoddard, nascido na Nova Inglaterra. Um livro que ele escrevera em 1922 trazia o subtítulo *The Menace of the Underman* (A ameaça do sub-homem), que a edição alemã traduziu como *Die Drohung des Untermenschen*. Os nazistas adotaram o termo, associando-se a ele em larga medida. Incluíram o livro de Stoddard sobre a supremacia branca como bibliografia obrigatória no currículo escolar do Reich e, em dezembro de 1939, concederam ao autor uma audiência reservada com Adolf Hitler, que costumava ser deliberadamente inacessível, na Chancelaria do Reich. Em plena Segunda Guerra Mundial, Stoddard acompanhou as experiências de esterilização feitas pelos nazistas e os elogiou por “extirparem as piores cepas na linhagem germânica de maneira científica e verdadeiramente humanitária”. Lamentou, porém, que “os julgamentos deles fossem, no mínimo, quase demasiado conservadores”.

Madison Grant, um importante eugenista de Nova York cujo círculo social incluía os presidentes Theodore Roosevelt e Herbert Hoover, empregou seu ardoroso entusiasmo pela supremacia ariana para ajudar a implantar uma série de restrições norte-americanas à imigração e ao casamento nos anos

1920, quando o Partido Nazista ainda estava se formando no outro lado do Atlântico. Grant ia muito além dos segregacionistas sulistas no desprezo pelas pessoas marginalizadas, sustentando que as “linhagens inferiores” deviam ser esterilizadas e mantidas em isolamento num “rígido sistema de eliminação dos fracos ou incapazes” ou “talvez tipos raciais imprestáveis”. Ele publicou em 1916 um colérico manifesto pela limpeza do conjunto genético dos indesejáveis, o livro *A Passagem da Grande Raça ou A Base Racial da História Europeia*, cuja edição alemã ocupava lugar de destaque na biblioteca do Führer. Hitler chegou a escrever uma nota pessoal de agradecimento a Grant, dizendo: “O livro é minha Bíblia.”<sup>[3]</sup>

Hitler estudara os Estados Unidos a distância, com inveja e admiração, e atribuía as conquistas norte-americanas à linhagem <sup>RIVA</sup>ariana do país. Elogiava o quase genocídio dos indígenas norte-americanos e o desterro para reservas daqueles que restaram. Agradava-lhe que os Estados Unidos tivessem “abatido os milhões de peles-vermelhas, reduzindo-os a algumas centenas de milhares”.<sup>[4]</sup> E, como escreveu o historiador Jonathan Spiro, via a Lei de Restrição à Imigração, promulgada pelos Estados Unidos em 1924, como “modelo para seu programa de purificação racial”. Os nazistas ficaram impressionados com o costume norte-americano de linchar pessoas da casta subordinada de afro-americanos, tendo tomado conhecimento das torturas e mutilações rituais que em geral acompanhavam os linchamentos. Hitler sentia especial admiração pela “habilidade [*norte-americana*] de manter um ar de grande inocência na esteira das mortes em massa”.<sup>[5]</sup>

Quando Hitler subiu ao poder, os Estados Unidos “não eram apenas um país onde havia racismo”, escreveu Whitman, o historiador de direito de Yale. “Eram a principal jurisdição racista – a tal ponto que mesmo a Alemanha nazista buscou inspiração nos Estados Unidos.” Os nazistas reconheciam os paralelos, ainda que muitos norte-americanos não os vissem.

Assim, naquele dia de junho de 1934, quando dezessete juristas e funcionários do Reich começaram a deliberar sobre a nova legislação sem precedentes na Alemanha, eles haviam examinado com atenção os Estados Unidos e tinham aprendido muitas coisas. Um dos homens, Heinrich Krieger, estudara direito no Sul do país, pelo programa de intercâmbio estudantil da Universidade do Arkansas, e escrevera extensamente sobre os regimes raciais estrangeiros, tendo passado dois anos na África do Sul. Naquele momento estava concluindo um livro que seria publicado na Alemanha dois anos mais tarde, com o título *Das Rassenrecht in den Vereinigten Staaten* (O direito racial nos Estados Unidos). Os juristas nazistas haviam pesquisado a jurisprudência norte-americana com profundidade suficiente para saber que, desde os casos de escravos fugitivos até o caso *Plessy versus Ferguson*<sup>[6]</sup> e outros posteriores, “a Suprema Corte norte-americana ouvira depoimentos dos estados sulistas cujos argumentos não se distinguiam dos argumentos nazistas”, observou Whitman.

Na busca por protótipos, os nazistas haviam examinado países de dominação branca como a

Austrália e a África do Sul, mas não conseguiram encontrar nenhum outro modelo no mundo para a legislação antimiscigenação”, escreveu Whitman. “Eles concentraram seu interesse maciçamente no ‘exemplo clássico’, os Estados Unidos da América.”<sup>[7]</sup>

**A**queles dezessete homens estavam reunidos numa época de intrigas e distúrbios num país que descia rumo à ditadura. Os nazistas estavam nos estágios finais de se consolidar no poder, após o terem tomado no ano anterior. Hitler assumira como chanceler, mas ainda não era o Führer. Isso se daria pouco tempo depois, em agosto de 1934, quando a morte do presidente da Alemanha, Paul von Hindenburg, o último bastião do regime de Weimar, abriu caminho para que ele assumisse o controle total.

RIVA

Hitler chegara à chancelaria numa negociação com as elites conservadoras, que só haviam se acertado com ele porque achavam que conseguiriam controlá-lo e poderiam usá-lo para seus próprios fins políticos. Subestimaram a astúcia do chanceler e superestimaram sua base de apoio, que foi a razão inicial pela qual julgaram precisar dele. No auge de seu poder nas urnas, os nazistas não alcançaram a maioria que desejavam, conquistando apenas 38% dos votos na última eleição livre e limpa do país, a mesma que deu início aos doze anos de reinado nazista. A velha guarda não previu, ou preferiu não ver, que a real missão de Hitler era “usar os métodos da democracia para destruir a democracia”.

Quando as elites conservadoras perceberam seu erro

fatal de cálculo, já era tarde demais. Hitler subira ao poder como agitador externo, uma figura cultuada que adorava cerimônias pomposas e comícios com desfiles em que as pessoas carregavam archotes que faziam lembrar “rios de fogo”, segundo um observador. Hitler se via como a voz do *Volk* (povo), de suas reclamações e apreensões, sobretudo das zonas rurais, como um salvador enviado por Deus, agindo instintivamente. Até então, nunca fora eleito para nenhum cargo.

Assim que ele tomou posse como chanceler, os nazistas empunharam suas suásticas, um símbolo sânscrito que os vinculava a suas “raízes” arianas, e começaram a fechar o cerco contra os judeus. Acumulavam antigos ressentimentos, que remontavam aos tempos da Idade Média e que redespertaram quando os judeus foram transformados nos bodes expiatórios da derrota e humilhação da Alemanha no final da Primeira Guerra Mundial. Vistos como figuras dominantes no setor bancário e financeiro, os judeus foram acusados de não dar apoio suficiente ao esforço de guerra, embora os historiadores agora reconheçam amplamente que a Alemanha perdeu no campo de batalha, e não apenas por falta de fundos.

Apesar disso, a propaganda nazista se empenhou em virar os alemães contra os cidadãos judeus. Brutamontes nazistas perseguiram e espancavam nas ruas os judeus e quaisquer arianos que mantivessem relações com eles. O regime começou a restringir a presença de judeus em cargos no governo e em profissões liberais de status elevado, como a medicina ou o direito, campos que despertavam

inveja entre os alemães comuns, que não dispunham de meios para comprar automóveis caros e mansões como os muitos judeus bem-sucedidos haviam adquirido. Estava-se no meio da Grande Depressão; em 1933, ano em que os nazistas chegaram ao poder, mais de um terço dos alemães estava desempregado. O prestígio e a riqueza dos judeus eram vistos como excessivos para um grupo que, conforme decretaram os nazistas, era inferior aos arianos.

Ciosos em manter as aparências fora de suas fronteiras, pelo menos por ora, os nazistas se perguntavam como os Estados Unidos tinham conseguido transformar sua hierarquia social numa legislação rígida, conservando ao mesmo tempo excelente reputação no cenário mundial. Eles notaram que, nos Estados Unidos, em se tratando dessas proibições raciais, “a opinião pública as aceitava como naturais”, escreveu a historiadora Claudia Koonz em seu livro *The Nazi Conscience* (A consciência nazista).

**U**m jovem intelectual nazista chamado Herbert Kier ficou encarregado de montar uma tabela das leis raciais norte-americanas, e se espantou ao ver a que ponto os Estados Unidos haviam chegado para segregar sua população. Observou que, por lei, na maioria dos estados sulistas, “as crianças brancas e as crianças pretas são enviadas a escolas diferentes”, e que a maioria dos estados “exige também que a raça conste das certidões de nascimento, dos documentos e dos atestados de óbito”. Kier descobriu que “muitos

estados norte-americanos chegam ao ponto de exigir por lei instalações segregadas para pretos e brancos nas salas de espera, nos vagões de trem, vagões-dormitórios, bondes, ônibus, vapores e mesmo nas prisões e cadeias”. No Arkansas, observou, os registros de bens eram segregados. Mais tarde, ele comentou que, em vista da “proposição fundamental da igualdade de tudo o que tenha um semblante humano, é ainda mais espantosa a extensão da legislação racial nos Estados Unidos”.

Kier era apenas um dos vários pesquisadores nazistas “que pensavam que a legislação norte-americana exagerava”, escreveu Whitman.

Tendo diante de si os resultados de suas pesquisas, os homens na reunião de junho começaram a discutir dois caminhos principais para sua versão de um sistema de castas: primeiro, criar uma definição jurídica para as categorias de judeus e arianos; segundo, proibir o casamento entre eles. Décadas antes, a Alemanha examinara as leis contra a miscigenação nos Estados Unidos e testara sua própria proibição ao casamento inter-racial na virada do século XX, quando vetou a miscigenação de alemães com os povos indígenas em suas colônias no sudoeste da África. Com isso a Alemanha foi além da maioria das outras potências coloniais, mas não chegou nem perto do modelo norte-americano. Agora, os extremistas nazistas insistiam em formas de impedir “qualquer introdução adicional de sangue judeu no corpo do *Volk* alemão”.

Enquanto prosseguia o debate, Krieger, o ex-estudante de direito na Universidade do Arkansas,

informou que os norte-americanos tinham chegado a converter o casamento inter-racial em crime punível por lei, sujeito a até dez anos de prisão em diversas jurisdições. Ele destacou que os Estados Unidos haviam dividido sua população em duas partes, com uma “linha artificial” entre brancos e negros. Krieger e outros nazistas se mostraram fascinados com o costume norte-americano de classificar os seres humanos por categorias usando frações de ancestralidade que se faziam visíveis. “Há uma tendência crescente na prática judicial”, disse ele, “de classificar a pessoa num grupo de pretos sempre que haja um mínimo traço visível de características físicas pretas.”

Os homens presentes naquele encontro discordavam até que ponto se baseariam na jurisprudência norte-americana. Os moderados à mesa – entre eles o próprio presidente da reunião, Franz Gürtner – defendiam métodos menos onerosos do que os utilizados pelos norte-americanos. Ele sugeriu que “a educação e o esclarecimento” sobre “os perigos da mistura racial” talvez fossem suficientes para desencorajar o casamento dos arianos com outros grupos. A certo ponto, tentou diminuir a relevância do protótipo norte-americano, pois tinha dificuldade em acreditar que os Estados Unidos realmente aplicavam as leis que os nazistas haviam encontrado. “Gürtner simplesmente se negava a admitir que os norte-americanos haviam chegado a ponto de processar os que se miscigenavam”, escreveu Whitman.

Um dos linha-dura da mesa, o radical nazista Roland Freisler, estava impaciente com o ritmo dos trabalhos.



Ele havia ingressado no Partido Nazista nos anos 1920 e insistia numa lei que punisse judeus e arianos por “traição racial” caso se casassem entre si. Ele e outros extremistas na sala retomavam a discussão sobre as leis norte-americanas reiteradamente, explicando-as, defendendo-as e tentando convencer os céticos.

“Como eles fazem isso?”, perguntou Freisler a certa altura, detalhando sua pesquisa sobre os Estados Unidos e suas leis de classificação humana. Os norte-americanos, explicou ele, usavam uma série de parâmetros de cores variadas para separar os brancos de todos os outros. Um estado, disse ele, classificava todas e quaisquer “pessoas da África, Coreia ou Malásia” como não brancas. Em outro exemplo, disse ele, “Nevada fala de etíopes ou raça negra, malásios ou raça parda, mongóis ou raça amarela”. Freisler sustentou que a superposição das contradições podia operar em benefício deles. O emaranhado de definições conferia à tarefa da divisão humana uma amplitude e uma falta de coerência que seriam úteis. Os norte-americanos tinham criado uma definição de raça que não seguia a lógica nem a ciência, com uma abordagem que Freisler definiu como “construção política da raça”.

O que os nazistas não conseguiam entender, porém, era a razão pela qual, nos Estados Unidos, “os judeus, que também são do nosso interesse, não estão incluídos entre os grupos de gente de cor”, pois era mais do que evidente para os nazistas que eles constituíam uma “raça” separada, e os Estados Unidos já haviam mostrado alguma aversão a eles ao impor cotas à imigração judaica. À exceção desse

ponto, que para os nazistas era uma omissão vergonhosa, “essa jurisprudência se adequaria perfeitamente a nós”, disse Freisler, que, sem que os presentes à mesa soubessem, um dia a utilizaria implacavelmente em sua carreira de juiz adepto da pena capital no Reich. “Sou da opinião de que precisamos proceder com o mesmo primitivismo que é utilizado nesses estados norte-americanos”, disse ele. “Tal procedimento seria tosco, mas bastaria.”

Os que estavam em dúvida continuaram a questionar as leis norte-americanas. Indagaram repetidas vezes como funcionaria uma proibição matrimonial, examinaram atentamente as propostas de definição de judeus e arianos, tentaram entender o sistema fracionário norte-americano. Os moderados ficaram incomodados com a ideia de que pessoas em parte judias e em parte arianas perderiam o lado ariano e seriam privadas de privilégios de casta que, de outra forma, lhes seriam concedidos. Em vez de defini-las como em parte judias, indagavam-se os céticos, não poderiam designá-las em parte arianas? Mas um linha-dura, Achim Gercke, retomou o protótipo que estavam analisando e propôs a definição de 1/16 de sangue de origem judaica para a classificação dos judeus, escreveu Koonz, “pois não queria ser menos rigoroso do que os norte-americanos”.

Naquele dia, a discussão se arrastou por dez horas, e a reunião terminou sem que chegassem a um acordo. “Ficamos falando de coisas diferentes”, disse Freisler ao final, frustrado por não terem feito nenhum progresso. Os moderados tinham, por ora, conseguido conter os radicais que defendiam o protótipo norte-americano. Mas, quinze meses

depois, os radicais viriam a prevalecer.

Em setembro de 1935, Hitler convocou o Reichstag para a reunião nazista anual em Nuremberg a fim de anunciar a nova legislação que vinha sendo preparada desde a chegada dos nazistas ao poder. Àquela altura, ele já mandara prender ou matar muitos de seus adversários políticos. Foram assassinados, inclusive, doze membros do Reichstag e o seu velho amigo Ernst Röhm, chefe das SA, unidade paramilitar nazista. Com tudo isso, o Reichstag se tornara um fantoche do governo, que se submetera por força das intimidações. No mesmo momento, os nazistas estavam construindo campos de concentração por todo o país. Um deles logo seria aberto em Sachsenhausen, ao norte de Berlim, tornando-se uma das “vitrines” do Reich.

O plano era anunciar a legislação, que passou a ser conhecida como as Leis de Nuremberg, no último dia da reunião. Na noite anterior, Hitler determinou que um pequeno grupo de deputados lhe redigisse uma versão que seria entregue ao Reichstag para homologação. Os pesquisadores nazistas haviam encontrado uma cláusula em algumas das leis norte-americanas contra a miscigenação que poderia ajudá-los a definir se uma pessoa parcialmente judia devia ser considerada judia ou ariana. Descobriu-se que o Texas e a Carolina do Norte tinham uma “cláusula por associação” em suas proibições a casamentos mistos que os ajudava a decidir se uma pessoa ambígua era negra ou branca, privilegiada ou desfavorecida. Essa pessoa seria incluída no grupo desfavorecido se tivesse se casado ou estivesse sabidamente associada a pessoas do grupo

desfavorecido, ameaçando assim a pureza da casta.

Foi isso que Hitler anunciou naquele mês de setembro e ampliou nos meses subsequentes: a Lei de Proteção do Sangue Alemão e da Honra Alemã definia como judeu a pessoa que tivesse três avós judeus. Também “contava” como judia qualquer pessoa com dois avós judeus e que praticasse o judaísmo, ou fosse aceita na comunidade judaica ou estivesse casada com um judeu, na mesma linha da cláusula por associação dos norte-americanos.

Além disso, a lei proibia o casamento e as relações sexuais fora do casamento entre judeus e alemães, e proibia as mulheres alemãs com menos de 45 anos de idade de trabalharem numa residência judaica.

Assim se iniciou uma campanha de restrições cada vez mais rigorosas. A partir de então, os judeus perderam a cidadania, foram proibidos de ostentar a bandeira alemã, não puderam mais tirar passaporte. Com aquele anúncio, “a Alemanha se tornou um regime racista pleno”, escreveu o historiador George M. Fredrickson. “As leis norte-americanas foram os principais precedentes estrangeiros para tal legislação.”

Mas, devido à obsessão dos nazistas pela raça, o protótipo dos Estados Unidos tinha seus limites. “Nesse sentido, os estudiosos que veem paralelos entre os esquemas de classificação racial norte-americanos e nazistas estão errados”, disse Whitman, “mas somente porque subestimam, na comparação, a severidade da legislação norte-americana.”

Por catastróficas que fossem as Leis de Nuremberg,

os nazistas não foram tão longe em sua legislação quanto haviam chegado em suas pesquisas sobre os Estados Unidos. Um único aspecto do sistema norte-americano não foi para frente naquela reunião a portas fechadas nem na versão final das Leis de Nuremberg. Ainda que elogiassem “o empenho norte-americano em legislar sobre a pureza racial”, os nazistas não conseguiram aceitar “o implacável rigor” de que “um norte-americano ou uma norte-americana que tenha ao menos que seja ‘uma única gota de sangue negro nas veias’ se incluísse entre os negros”, escreveu Whitman. “A regra de uma única gota era severa demais para os nazistas.” J

---

**Trecho de *Casta: As Origens do Nosso Mal-Estar*, a ser lançado neste mês pela editora Zahar.**

[1] *Hitler's American Model: The United States and the Making of Nazi Race Law* (O modelo americano de Hitler: Os Estados Unidos e a elaboração da lei racial nazista), o inquietante livro de James Q. Whitman, mostra uma assustadora investigação sobre como o sistema legal norte-americano influenciou e inspirou diversas políticas raciais nazistas. Baseado em uma profusão de pesquisas e na meticulosa leitura dos registros nazistas e da literatura da época do Reich, Whitman reconstrói um quadro completo da conexão nazista com a lei racial norte-americana. O livro descreve em detalhes a reunião de planejamento da Comissão de Reforma da Legislação Criminal de 5 de junho de 1934.

[2] O grupo das principais universidades privadas norte-americanas, como Yale, Princeton e Harvard.

[N. R.]

[3] Jonathan Spiro, *Defending the Master Race: Conservation, Eugenics, and the Legacy of Madison Grant* (Defendendo a raça principal: Conservação, eugenia e o legado de Madison Grant). Para se ter ideia do lugar que Grant e Stoddard ocupavam na cultura popular norte-americana da época, F. Scott Fitzgerald referiu-se a eles, numa fusão velada dos dois homens, num diálogo de *O Grande Gatsby*. Na cena em questão, Tom e Daisy conversam sobre “um belo livro” que Tom está lendo, de “um tal de Goddard”, sobre os desafios enfrentados pela “raça dominante”.

[4] Waitman Wade Beorn, *The Holocaust in Eastern Europe: At the Epicenter of the Final Solution* (O Holocausto na Europa Oriental: No epicentro da solução final). RIVA

[5] Eugene DeFriest Bétit, *Collective Amnesia: American Apartheid – African Americans’ 400 Years in North America, 1619-2019* (Amnésia coletiva: Apartheid americano – os 400 anos dos afro-americanos na América do Norte, 1619-2019). Hitler examinara pessoalmente as políticas raciais norte-americanas. “Estudei com interesse as leis de diversos estados norte-americanos”, disse ele, “sobre a prevenção à reprodução por pessoas cuja progênie não teria, com toda probabilidade, nenhum valor, ou seria injuriosa para a cepa racial”, registra Timothy W. Ryback em *Hitler’s Private Library* (Biblioteca particular de Hitler).

[6] Famoso caso jurídico em que a Suprema Corte

W. Ryback em *Hitler's Private Library* (Biblioteca particular de Hitler).

[6] Famoso caso jurídico em que a Suprema Corte norte-americana decidiu (por 7 votos a 1), em 1896, pela constitucionalidade da decisão de alguns estados do Sul do país de impor a segregação racial em locais públicos, mas desde que as condições oferecidas aos diferentes grupos raciais fossem iguais. Com isso, fixou-se a política do “separados, mas iguais”. [N. R.]

[7] Whitman, *Hitler's American Model*. A África do Sul não imporia uma proibição ao casamento inter-racial até 1949, com a aprovação da Lei de Proibição de Casamentos Mistos. Em 1957, o país aprovou a seção 16 da Lei da Imoralidade, que proibia negros e brancos de viver juntos e ter relações sexuais. Nathaniel Sheppard, *S. Africa Plans to Repeal Racial Sex Ban*, no *Chicago Tribune*, 16/4/1985.



**ISABEL WILKERSON**

É jornalista norte-americana

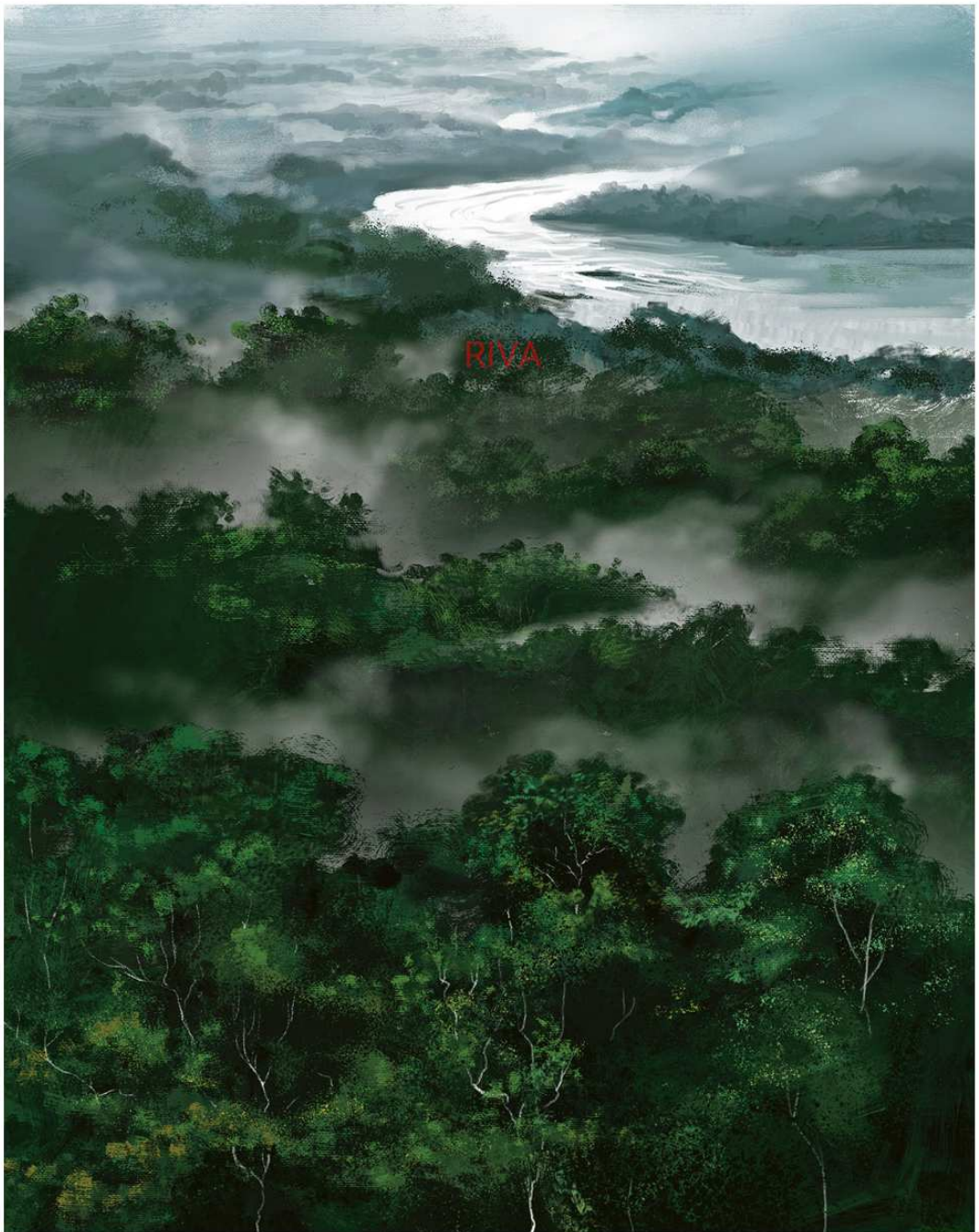
EDIÇÃO 175 | ABRIL\_2021

dossiê piauí

# ARRABALDE: PARTE VI\_0 QUE QUEREMOS?

Nossos sonhos passados e presentes para o futuro  
da Amazônia

JOÃO MOREIRA SALLES





# A FLORESTA EM PLENA EVAPOTRANSPIRAÇÃO: AO COMPREENDER A RIQUEZA DA MATA, O BRASIL PODERIA SE TRANSFORMAR NO QUE POUQUÍSSIMOS PAÍSES ESTÃO HABILITADOS A SER – UMA POTÊNCIA AMBIENTAL

## 1. UMA AMEAÇA

Verkhoiansk, na Sibéria, é um lugar frio. Localizado acima do Círculo Polar Ártico, o vilarejo de 1,5 mil habitantes disputa com outro povoado siberiano, Oymyakon, quinhentas almas e 620 km ao sul, a distinção de ser o lugar habitado mais gelado do planeta. No dia em que essa frase foi escrita, 30 de janeiro de 2021 (31 na Sibéria Central), fazia  $-43^{\circ}\text{C}$  em Verkhoiansk. Seria exagero classificar a temperatura como amena para os padrões locais; já dizer que ela trouxe algum alívio para ~~os~~ verkhoianskenses, isso procede. Em janeiro, não é incomum que eles enfrentem temperaturas de  $-50^{\circ}\text{C}$ .

Foi portanto uma surpresa quando essa cidadezinha conhecida por seu inverno caprichoso virou notícia em outra estação do ano. Em 20 de junho de 2020 – início do verão na Sibéria –, a temperatura, sempre ela, levou Verkhoiansk de volta às manchetes.

Naquele dia fez  $38^{\circ}\text{C}$  no vilarejo, 18 graus acima da média do mês, o valor mais alto já anotado ali desde o começo dos registros, em finais do século XIX, e possivelmente um recorde acima do Círculo Ártico.

O brasileiro certamente não passou despercebido das autoridades russas. Um ambientalista brasileiro conta a história de um amigo seu que, no final dos anos 1990, participou de uma reunião internacional de

ministros do meio ambiente para discutir o aquecimento global. Durante dois dias os representantes dos vários países empilharam alertas sobre os desastres que se abateriam sobre o planeta e, particularmente, sobre as respectivas nações. Falou o inglês, o americano, o francês, o brasileiro, o alemão, todos falaram. Só não falou o russo – esse não abriu a boca, só anotava. A minutos do encerramento da cúpula, o anfitrião se virou para ele e perguntou qual era, afinal, a posição de seu país. Preparando-se para o que seria o único pronunciamento oficial da delegação russa, o ministro limpou a garganta e, num inglês carregado, declarou: *Russia is a very cold country*.<sup>[1]</sup> Parecia radiante. As notícias que levava de volta para casa eram todas muito boas.

A Rússia tem deixado bem claro que pretende tirar proveito de um mundo ~~mais~~ quente. Em janeiro de 2020 o governo publicou um plano nacional sobre mudanças climáticas, no qual conclamou a sociedade a usufruir das “vantagens” do aquecimento. Como mostrou o *New York Times* recentemente, o documento menciona a abertura de novas vias marítimas no Ártico e períodos de plantio mais prolongados como “benefícios adicionais” a serem explorados.

De fato, no jogo de perde e ganha das mudanças climáticas a Rússia se sai muito bem. Um estudo publicado em 2015 na revista *Nature* dá a medida das implicações geográficas do que vem por aí. Na síntese do *NYT*: “Trace uma linha em volta do planeta na latitude das fronteiras norte dos Estados Unidos e da China e praticamente qualquer lugar ao sul sairá perdendo.” Vale para os cinco continentes.

Se a emissão de gases do efeito estufa seguir na mesma toada, em 2100 a China crescerá metade do que cresce hoje; a renda per capita dos Estados Unidos será um terço menor do que seria num mundo não aquecido; no caso do Brasil, o empobrecimento será de 92%. À luz dos fenômenos climáticos, latitude é destino.

A Rússia é um dos grandes (e raros) vencedores dessa loteria. O aumento das temperaturas afetará de maneira direta os solos permanentemente congelados das tundras siberianas. Se mantivermos as atuais taxas de emissão de gases de aquecimento, nos próximos sessenta anos metade da Sibéria poderá se abrir para a agricultura. Ainda que essa conversão comporte riscos ecológicos tais como a proliferação de pragas e a emergência de patógenos até então aprisionados no solo congelado, trata-se de um território maior que a Índia, equivalente a duas Argentinhas e, para chegar ao ponto, praticamente do tamanho de toda a Floresta Amazônica, isto é, daquela que se estende pelo Brasil e por mais oito países.

A conversão já teve início. Na cidade de Krasnoiarsk, no sul da Sibéria, as safras de 2020 de trigo e colza (planta de cuja semente se extrai biodiesel) duplicaram em relação às do ano anterior. Nadezhda Tchebakova, nascida na cidade e pesquisadora em ecologia do clima, disse ao *NYT* que os números confirmavam as previsões de seu grupo, “a não ser pelo fato de que esperávamos esse resultado só para meados do século”.

Em dezembro de 2015, no seu discurso de fim de ano

ao Parlamento, Vladimir Putin declarou que em breve a Rússia será “a maior exportadora mundial” de alimentos saudáveis, referência à determinação de impor limites severos ao plantio de espécies geneticamente modificadas no país. O plano caminha bem. A ineficiência crônica da agricultura soviética, com suas quebras desastrosas de safra, são histórias do século XX. Hoje, em relação ao trigo, por exemplo, a Rússia superou os Estados Unidos e já ocupa o primeiro lugar entre os exportadores do grão, sendo responsável por abastecer cerca de um quarto do mercado global.

São conquistas dos últimos vinte anos. Mirando o futuro, a Rússia olha para baixo, para a sua fronteira sul, além da qual se encontra o país mais populoso do mundo e, não demora, a maior potência econômica também. No intervalo de um ano, de 2017 a 2018, as importações chinesas de alimentos produzidos na Rússia cresceram 61%.

A soja participa dessa novíssima pauta comercial, uma história que se iniciou anteontem mesmo, em dezembro de 2015, quando as autoridades fitossanitárias da China autorizaram a importação da soja siberiana. De lá para cá, os volumes transacionados aumentaram 51 vezes. As quantidades ainda são pequenas, menos de 1% de toda a soja comprada pela China. Ocorre que a Rússia não pensa em anos, mas em décadas. Além de tempo, o país tem uma estratégia, um projeto de Estado. Sabe, por exemplo, que as condições climáticas em latitudes abaixo de sua fronteira sul vão se tornar cada vez mais adversas para a agricultura. Que o mundo tropical será fustigado por

secas e queimadas. E que a Sibéria fica a menos de 3 mil km da China, enquanto o Centro-Oeste brasileiro e a Amazônia estão a 16 mil km de distância.

## 2. OUTRA AMEAÇA

Em 2008, Patrick Brown, professor de bioquímica em Stanford, a universidade californiana cravada no centro do Vale do Silício, sentou-se diante de um prato de comida em companhia de um colega geneticista, Michael Eisen. Brown lhe perguntou: “Se fosse para escolher um único problema para atacar, qual seria o maior deles?”

“Mudança climática”, respondeu Eisen, com cara de que ninguém precisava de PhD para acertar essa.

Animado, Brown devolveu: <sup>RIVA</sup> “E qual a coisa mais grandiosa ao nosso alcance para mitigar o problema?”

Eisen soltou umas ideias em circulação na praça: biocombustíveis, imposto de carbono. Brown balançou a cabeça: “Não, não... São as vacas!”

O diálogo acima foi reproduzido numa reportagem de 2019 da revista *The New Yorker*. O título perguntava: *Um Hambúrguer Pode Ajudar a Resolver a Questão Climática?* Existe 1,5 bilhão de cabeças de gado no mundo. Steven Chu, Prêmio Nobel de Física e secretário de Energia dos Estados Unidos no governo Obama, costuma dizer que, se esses animais formassem um país, a emissão de gases do efeito estufa desse formidável rebanho –

basicamente metano, produzido durante a ruminação, o processo digestivo dos bovídeos – ultrapassaria a da União Europeia, perdendo apenas para a da China e a dos Estados Unidos.

A criação de animais para consumo é uma prática extraordinariamente agressiva com o meio ambiente. Alguns dados reunidos pela *New Yorker*: a agricultura consome mais água do que qualquer outra atividade humana e quase um terço da produção agrícola se destina ao consumo de animais; um terço das terras agricultáveis do mundo é usado para o plantio de ração animal; derrubar florestas para formar pastos – nos últimos 25 anos, uma área equivalente à da América do Sul sofreu essa conversão – “transforma um sumidouro de carbono num dilúvio de carbono”.

Diante desse quadro, compreende-se o “São as vacas!” de Patrick Brown. “O uso de animais na produção de alimentos é de longe a tecnologia mais destrutiva da Terra”, costuma dizer. Brown tentou convencer políticos e burocratas de agências governamentais da necessidade de mudar radicalmente o modo como se produz proteína animal. Organizou seminários em Washington e publicou relatórios sobre os riscos ambientais da pecuária. Por fim, três anos depois daquela conversa com o colega de Stanford, chegou à conclusão de que o impacto que ele próprio gerava como cientista era quase nenhum. Tomou então uma decisão drástica: deixaria a academia para virar inventor – no caso, de alimentos, ou, mais especificamente, de carne. Sua aposta era clara: a estratégia mais eficaz para enfrentar os problemas resultantes da produção

industrial de proteína animal consistia em oferecer ao consumidor uma alternativa competitiva, isto é, uma carne de laboratório melhor do que a carne de pasto e sem nenhum dos custos ambientais associados à pecuária tradicional.

Em 2011, Brown fundou a Impossible Foods, uma *startup* tecnológica sediada na Califórnia cujo objetivo é desenvolver substitutos vegetais para a carne. O bioquímico “reuniu uma equipe de cientistas que encararam a tarefa de simular um hambúrguer como se a empreitada fosse a Missão Apollo”, escreve a *New Yorker*. O desafio era competir de igual para igual – em textura, sabor, aspecto e preço – com o produto encontrado nos açougues do mundo.

Em 2016, a versão 1.0 da iniciativa veio à tona (já existe a versão 2.0). Batizado <sup>RIVA</sup> de Impossible Burger, cada “bife” requer menos 87% de água do que um hambúrguer convencional e ocupa uma área 96% menor para ser produzido. Sanduíche por sanduíche, esse ganho excepcional no uso da terra, associado à eliminação da ruminação bovina, explica a queda de 89% na emissão de gases do efeito estufa. Em termos de valores nutricionais, o hambúrguer vegetal é mais rico em fibras, vitaminas, ferro e cálcio do que o produto original, e tem a mesma quantidade de proteína, embora mais gordura saturada e sódio. O colesterol é zero. E o ponto-chave: em testes cegos de sabor, metade dos entrevistados não conseguiu distinguir entre o hambúrguer do supermercado e o da Impossible, que, fazendo jus ao nome da marca, chega a sangrar como seu congêneres animal.

Os investidores abriram os olhos: eram resultados obtidos já na primeira tentativa realizada por uma empresa que mal completara cinco anos. Bill Gates e Google são alguns dos atuais acionistas. Em 2018, cinco mil restaurantes espalhados pelos cinquenta estados norte-americanos já ofereciam o produto. A partir de agosto de 2019, a rede Burger King incluiu o hambúrguer no cardápio de todas as suas lojas no país. Hoje, o produto pode ser encontrado em 45 mil pontos de venda na América do Norte e Ásia. Em meados de 2020, a Impossible Foods foi avaliada em 4 bilhões de dólares; um ano antes, valia a metade.

São números robustos, mas pequenos quando comparados aos da concorrente Beyond Meat (Além da carne), que também oferece produtos vegetais análogos aos de origem animal e cujo slogan é “O futuro da proteína”. Fundada em 2009 e igualmente com sede na Califórnia, a empresa está valendo 8,7 bilhões de dólares na bolsa Nasdaq, de Nova York, o que a torna 2,5 vezes maior do que a multinacional brasileira BRF, nascida da fusão entre a Sadia e a Perdigão. A Marfrig, outra grande empresa brasileira do ramo e também com forte presença internacional, é descrita na Wikipédia como “uma das maiores companhias de alimentos à base de proteína animal do mundo”. A Beyond Meat vale mais de quatro Marfrigs. Só não é maior do que a terceira grande multinacional brasileira do setor alimentício, a JBS. Por quanto tempo, não se sabe.

Isoladamente, nenhuma dessas novas empresas conseguirá abalar o mercado mundial de carne. Contudo, elas devem ser vistas como experimentos bem-sucedidos, provas de conceito de que é possível



revolucionar a produção tradicional de alimentos. Existe hoje uma febre de inovação no campo da indústria alimentícia e muito se fala em biotecnologia sem que se saiba direito o que o termo significa. Pois bem: no caso, é disso que se trata. As soluções para a substituição da proteína animal passam não só pelos similares vegetais, mas também pela produção de carne de laboratório – carne de verdade, real, cultivada em pipetas e placas de Petri – e pelas proteínas derivadas da fermentação de microrganismos tais como fungos. As urgências climáticas, o efeito deletério da pecuária sobre o meio ambiente, as novas tendências de consumo, tudo direciona o interesse do dinheiro e da competência científica para iniciativas desse tipo.

“Um relatório de 2019 da consultoria global Kearney aponta que, até 2040, 60% ~~da~~ carne consumida no mundo não será proveniente de animais”, registra o site InfoMoney. A alternativa? Um relatório publicado em 2018 pela ONUe pelo Banco Mundial, em parceria com a ONG World Resources Institute, estima que, mantidos os padrões atuais de produção, alimentar o mundo até 2050 implicará eliminar praticamente todas as florestas remanescentes do planeta.

### 3. DILIGÊNCIAS

Dizem que o problema dos fabricantes de diligência foi não ter compreendido que estavam no ramo de transportes, não no de diligências. Quando vieram os trens e os deslocamentos sobre trilhos em geral, eles

perderam literalmente o bonde. A Marfrig parece estar atenta aos riscos de se manter muito apegada às diligências. No Brasil, é ela que produz o hambúrguer à base de vegetais vendido na rede Burger King. O produto é certamente uma parte minúscula dos seus negócios, mas tem duas serventias importantes: permite à empresa alardear credenciais verdes – estando a pecuária brasileira irremediavelmente contaminada pelo desmatamento, gestos corporativos como esse entram no que o jargão chama de *greenwashing*, ou lavanderia verde –, além de ser uma oportunidade para testar as águas desse novo mundo “além da carne”.

Não mudar pode ser uma estratégia fatal. Em 2019, o *think tank* anglo-americano RethinkX, especializado em analisar e prever a velocidade, a escala e as implicações socioeconômicas das disrupções causadas pela introdução de novas tecnologias, divulgou um relatório sobre o futuro da agricultura e da indústria de alimentos. Evitando os riscos das previsões de longo prazo, os autores Catherine Tubb e Tony Seba delimitaram o horizonte temporal, concentrando-se nas transformações que o setor alimentício deverá sofrer ao longo da década que estamos vivendo, com término em 2030. Eis o início:

*Estamos à beira da disrupção mais profunda, mais rápida e de maiores consequências já ocorrida na agricultura e na produção de alimentos desde a primeira domesticação de plantas e animais há 10 mil anos. Trata-se primariamente de uma disrupção que diz respeito a proteínas e cuja causa é econômica. Em 2030, o custo das proteínas [alternativas] será cinco vezes menor que o das proteínas de origem animal*

*existentes hoje; em 2035 elas custarão dez vezes menos, chegando por fim a se aproximar do custo do açúcar. [Esses similares] serão também superiores em todos os atributos que contam: serão mais nutritivos, mais saudáveis, mais saborosos e mais convenientes, já que de uma variedade quase inimaginável.*

É preciso tomar esses exercícios de futurologia com cautela. No entanto, o fato de os pesquisadores terem limitado a análise a uma década apenas, a contar do presente, significa que muitas tendências identificadas já estão em curso, o que acrescenta alguns graus de confiabilidade ao trabalho. Segundo os autores, os setores que mais sofrerão com as mudanças serão a pecuária e a indústria de laticínios. “Sendo a parte mais ineficiente e economicamente mais vulnerável desse sistema de produção de alimentos, os derivados bovinos serão os primeiros a sentir toda a força disruptiva do alimento *high-tech*. As alternativas modernas serão 100 vezes mais eficientes no uso de terra, de 10 a 25 vezes mais eficientes no uso de matéria-prima [...] e 10 vezes mais eficientes no uso da água”, afirma o relatório. Quando se alcançar a paridade de preço, acreditam os autores entre agora e 2023 (o hambúrguer vegetal do Burger King ainda custa 2 reais a mais que o tradicional), a adoção das novas proteínas se acelerará de forma exponencial. Até 2030, o rebanho bovino nos Estados Unidos sofrerá uma redução de 50%, e, “para todos os efeitos, o setor pecuário estará praticamente falido”.

Diante desse quadro, resta saber o que será da Amazônia, onde 80% das terras agrícolas ou foram tomadas pela pecuária ou se encontram em estado de

abandono. Estudos recentes indicam que a pecuária na região, ao contrário de ganhar em produtividade, torna-se cada vez mais extensiva, sintoma de ocupação predatória e uso vagabundo do território.

Não surpreende que seja assim. Como mostrou o terceiro artigo desta série, enquanto a fronteira continuar aberta e a floresta puder ser derrubada sem risco de sanção efetiva do Estado, será sempre mais vantajoso apostar na ineficiência. É o que dizem os modelos econômicos e o que se constata empiricamente. Além de predatória, essa aposta não prevê as ameaças que afetarão as nossas próximas décadas. Apenas duas foram descritas aqui, mas existem muitas outras – entre elas, a concorrência crescente da África (financiada por capitais chineses) na produção de grãos e carne, e eventuais boicotes econômicos que aliam interesses econômicos RIVA protecionistas ao justificado horror da devastação ambiental promovida pelo Brasil.

Quando todas essas forças se abaterem sobre a Amazônia, o que sobrará? Uma vastidão de solos depauperados e sem atividade econômica, ali onde antes crescia um dos mais complexos sistemas ecológicos do planeta. Teremos perdido um provedor extraordinário dos benefícios ecossistêmicos e das riquezas da biodiversidade de que um mundo redesenhado pelas mudanças climáticas estará carecendo desesperadamente.

#### **4. UM CASO DE SUCESSO: A AGRICULTURA TROPICAL**

Em 6 de outubro de 1973, dia do feriado iudaico de

Yom Kippur, o Egito e a Síria lançaram uma campanha militar contra Israel. Seis dias depois, o presidente norte-americano Richard Nixon providenciou o fornecimento de armas para o aliado agredido. Em resposta, os países árabes anunciaram um embargo petrolífero contra os Estados Unidos, o Japão e alguns países da Europa Ocidental. Em poucos meses o preço do barril passou de 3 dólares para 12, um salto de 400%. O mundo entrou em recessão.

Embora o Brasil não tenha sido incluído no rol dos embargados, os efeitos da crise de 1973 foram devastadores por aqui. O país importava 70% do petróleo que consumia, e a explosão dos preços afetou profundamente sua balança comercial. Com escassez de moeda forte, a carestia deu as caras. Para piorar, como o Brasil importava os gêneros alimentícios mais básicos, subitamente se viu em grande dificuldade para garantir a oferta de alimento à população.

Os jornais publicavam manchetes alarmadas sobre o preço da carne, do trigo e do arroz. “Aquilo foi um trauma”, lembra o engenheiro agrônomo e geneticista botânico Maurício Antônio Lopes, presidente da Embrapa entre 2012 e 2018. “Um país dessa dimensão depender do programa americano que mandava leite em pó para a merenda das nossas escolas” – era absurdo.

A história do agronegócio brasileiro nasce de uma decisão de Estado sobre segurança alimentar. A Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, havia sido criada no ano anterior. O

governo imediatamente a fortaleceu, assim como fez com centros de pesquisa agrônômica em universidades federais espalhadas pelo país. “É preciso reconhecer que os militares fizeram o investimento certo”, diz Lopes, “criaram instituições, mandaram uma carrada de gente para as melhores escolas de agronomia do mundo.” O objetivo era adquirir as competências necessárias para modificar em profundidade os padrões da agricultura brasileira. “Sou o resultado disso”, afirma Lopes, que se doutorou nos Estados Unidos. “Investimos em cérebros, em gente treinada, em instituições de pesquisa, em assistência técnica.” No Brasil da época, o autoritarismo e o pensamento de direita se opunham apenas à democracia, não à ciência, convocada pelo regime para solucionar um problema estrutural do país.

### RIVA

Três obstáculos precisavam ser vencidos. O primeiro dizia respeito às terras brasileiras. “Os nossos solos são naturalmente muito pobres”, explica Lopes. “Isso aqui é velho pra caramba. No Brasil Central, eles ainda são remanescentes do tempo em que os continentes estavam juntos. Aqui não acontece movimento tectônico, os solos foram lavados durante milênios. Todos os nutrientes foram carreados para fora e só ficou o alumínio, que é altamente tóxico; não tem fósforo nem potássio” – esses dois elementos que somados ao nitrogênio formam a base da agricultura moderna. A primeira tarefa, então, era “aprender a construir a fertilidade do solo”, o que foi feito.

Em seguida, era necessário adaptar ao clima do Brasil as espécies de maior circulação no comércio mundial de alimentos: milho, soja, arroz, plantas de outras

partes do mundo. Por razões várias – econômicas (cadeias produtivas e de insumos já estabelecidas), geopolíticas (influência das grandes multinacionais de sementes) e culturais (a condição de país periférico que traz de fora seus modos de vida) –, não houve esforço semelhante para desenvolver espécies nativas. Uma natureza foi trocada por outra, com sucesso.

Por fim, a pesquisa brasileira teve de buscar técnicas de cultivo que protegessem o solo contra a violência das chuvas tropicais. “A gente começou com um modelo de arar todo ano, o que funciona bem em país de clima temperado, com chuva mais amena e mais bem distribuída”, explica Lopes. Aqui, o modelo resultava em erosão. O problema foi enfrentado desenvolvendo-se novos métodos de manejar o solo.

#### RIVA

Ao cabo de cinco décadas, esse esforço transformou solos pobres e ácidos em terras férteis, tropicalizou lavouras exóticas e adaptou sistemas de produção às circunstâncias locais. “O Estado funcionou como locomotiva limpa-trilhos. Ia na frente e fazia o investimento de alto risco e de mais longo prazo, para que depois o setor privado viesse atrás e botasse os vagões nos trilhos. Os empresários encontraram o caminho livre para fazer as coisas”, diz Lopes.

Alcançada a segurança alimentar, criou-se a possibilidade de produzir excedentes e ganhar espaço nos mercados internacionais. Foram quarenta anos de uma agenda estruturada que uniu ciência e políticas públicas eficazes. O país é hoje o maior produtor mundial de soja e lidera o *ranking* de

exportações de açúcar, café e suco de laranja.

Nunca se fez esforço igual para desenvolver uma economia da floresta, lembra Lopes.

## 5. OUTRO CASO DE SUCESSO: O COMBATE AO DESMATAMENTO

Em 2003, no primeiro ano do governo Lula, o desmatamento no Brasil acelerou. Ao longo do segundo ano a situação se agravou ainda mais. O país ultrapassou a fronteira dos 25 mil km<sup>2</sup> de florestas destruídas, a segunda pior marca desde o início do acompanhamento, em 1988. Por pouco não se bateu um novo recorde histórico de devastação.

Desde a Eco-92, o Brasil se posicionara como interlocutor de peso nas negociações internacionais sobre o meio ambiente. O tema que dera relevância política ao país agora se tornara um problema naquele início do século XXI. Como um dos defensores da possibilidade de um *desenvolvimento sustentável* – conceito introduzido na Eco-92 –, o Brasil se via em situação constrangedora. Os números de 2004 eram uma péssima notícia e uma vergonha internacional.

Também em 2004 o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, lançara a primeira versão do Deter, o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real, um instrumento ágil de observação por satélite, capaz de emitir alertas sempre que identifica perturbações em áreas superiores a 25 hectares. É um sistema complementar ao Prodes, Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Floresta



Amazônica Brasileira por Satélite, o padrão-ouro de monitoramento do Inpe. Lançado em 1988, o Prodes colige dados granulares ao longo de doze meses – faz reconhecimentos em áreas de até 6 hectares – para então emitir um único boletim com os dados anuais do desmatamento no país. O Deter é menos preciso, mas funciona praticamente em tempo real, daí o seu grande mérito: servir de suporte para a fiscalização – cada desmate gera um alerta que aciona as autoridades ambientais. O simples fato de os delitos não serem identificados meses depois já permite minimizar os danos.

Criada a nova ferramenta, uma questão logo se impôs: que publicidade dar aos números gerados pelos dois sistemas? No governo federal, havia os que encaravam o Deter como instrumento de aplicação da lei, defendendo por isso que os dados ficassem restritos aos órgãos de controle e fiscalização, tais como o Ibama e a Polícia Federal. Outra corrente, liderada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), acreditava que os números deveriam ser públicos. “Era preciso abrir em tempo real, e não só para o governo”, relembra Marina Silva, a titular do ministério na época. A mesma transparência deveria valer para o Prodes. O boletim anual trazia apenas números, sem mostrar exatamente onde o desmatamento ocorrera. A equipe de Marina defendia que a tabela fosse substituída por um mapa, franqueando as imagens de satélite a quem quisesse consultá-las, o que era inédito.

A posição do MMA era uma parada dura de engolir. Com o desmatamento em patamares históricos, permitir que todos tivessem acesso aos dados de

sistemas cuja única razão de ser era detectar agressões ao meio ambiente significava expor publicamente as chagas do país. Ou, como diz Marina Silva, significava transmitir para o mundo “um *Big Brother* do desmatamento”. “Nós vamos ser constrangidos o tempo todo”, alegavam os que resistiam. “Mas nós *precisamos* ser constrangidos”, contra-argumentava Marina. Venceu a transparência.

A decisão de partilhar com a sociedade as informações dos sistemas Prodes e Deter se enquadrava numa estratégia maior de proteção da Floresta Amazônica, elaborada sob a forma do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), também lançado em 2004. Concebido, entre outros, pelo secretário executivo do MMA, João Paulo Capobianco, o plano partia do princípio de que as taxas de desmatamento não seriam reduzidas com medidas sazonais, paliativas, uma campanha aqui, outra acolá, sem conexão entre si. Para o MMA, somente com a integração efetiva das políticas públicas relacionadas à Amazônia haveria alguma chance de dar conta do problema. Repressão policial (Ministério da Justiça), fomento de atividades produtivas sustentáveis (Ministério do Meio Ambiente), monitoramento remoto do bioma (Ministério da Ciência e Tecnologia), sanção financeira para autores de delitos ambientais (Ministério da Fazenda) – era preciso que essas e outras ações dos diversos braços do governo federal formassem conjunto.

Logo ficou claro que um plano dessa envergadura não poderia ser liderado por um ministério pouco

influyente como o do Meio Ambiente. Sua coordenação política ficaria no Planalto e seria de responsabilidade da Casa Civil, na época chefiada por José Dirceu, a quem caberia convocar as reuniões e distribuir as tarefas entre os ministérios.

O PPCDAm é um caso raro no Brasil de política pública transversal. Formou-se uma banda de doze ministérios para tocar uma mesma partitura: Casa Civil, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Defesa, Minas e Energia, Justiça, Trabalho, Transporte, Integração Nacional e Desenvolvimento. Fazenda e Relações Exteriores também participavam como estruturas auxiliares de apoio.

A literatura especializada das décadas anteriores já havia esclarecido a lógica do desmatamento. Como mostrado no terceiro artigo RIVA desta série, o sistema de fronteiras abertas ensinava ao pioneiro as vantagens de empobrecer o solo e seguir adiante pela mata, deixando para trás terras esgotadas. A solução era levantar barreiras contra o avanço predatório. De 2003 a 2008, o governo federal criou 25 milhões de hectares de unidades de proteção (um estado de São Paulo) e 7 milhões de hectares de reservas extrativistas (três Sergipes); o primeiro governo Lula também demarcou 18,5 milhões de hectares de terras indígenas, área equivalente aos estados do Ceará e de Alagoas somados.

Uma diretriz fundamental do plano, a primeira delas, era reprimir as práticas ilegais. *Comando e controle*, no vocabulário técnico. Na Polícia Federal foi criada a Delegacia de Repressão aos Crimes contra o Meio

Ambiente e o Patrimônio Histórico. Ao longo de cinco anos, Polícia Federal e Ibama realizariam 21 grandes operações conjuntas contra desmatadores, nas quais seriam presas mais de seiscentas pessoas.

Novo Progresso, no Sudoeste Paraense, era – e ainda é – um desses municípios na fronteira do desmatamento. Osvaldo Romanholi chegou à cidade no ano de 2000, aos 36 anos. Natural de Mato Grosso do Sul, tipo da fronteira, forte, a pele bronzeada da vida ao ar livre, ele imediatamente se encantou com as possibilidades do lugar. A promessa de Novo Progresso era a sua imensidão de terras que qualquer um podia explorar ao gosto do freguês. “Não tinha muita limitação”, lembra-se ele, “o pessoal abria normalmente, não tinha lei nenhuma.”

Mas tinha, claro. O que não tinha era governo. A liberdade daqueles tempos <sup>RIVA</sup> ainda hoje espanta Romanholi: “Ó, você pegava um carro lá em Garantã do Norte, em Mato Grosso, e vinha até Itaituba, no Pará” – 750 km de estrada – “e não via a presença de um governo. Não estou falando de governo federal, não. *Qualquer* governo.”

Romanholi virou madeireiro. Prosperou e formou família, convencido de que o futuro seria igual ao presente. Estava errado. “Sabe quando foi que nós sentimos a presença do Estado aqui? Foi em 2004, com o Lula presidente”, conta. “É como se o governo dissesse: Olha, cheguei, estou presente, aqui não é seu, não, é da União, e nós vamos pôr ordem nisso.”

Em 2008 o MMA incluiu Novo Progresso numa lista negra dos municípios que mais desmatavam o bioma amazônico, inclusão que acarretava uma série de

amazônico, inclusão que acarretava uma série de constrangimentos e restrições aos moradores. Nos anos seguintes, a cidade seria objeto de algumas das operações mais rumorosas em que se articularam Polícia Federal, Ibama, Ministério Público Federal e Receita. Desmatadores tiveram o gado confiscado e o maquinário destruído. As sentenças pedidas à Justiça pelo MPF contra 23 denunciados pela prática de dezessete tipos de crime somariam 1 077 anos de cadeia (6 foram condenados).

Foi um choque para a cidade e um espanto para Romanholi: “Depois daquilo eu fiquei mais conhecedor do poder do governo, entende? Do que o governo é capaz de fazer numa região que ele ainda não...” Deixa a frase no ar, parecendo ainda incrédulo com o fato de existir Estado. “Nisso mudou a minha forma de pensar, porque eu passei a enxergar que o governo, quando quer, ele tem tempo, tem dinheiro e faz. Não é igual a nós, iniciativa privada ou pessoa física, que na hora tem que ver orçamento... O governo tem mais força, ponto final.”

Romanholi sentiria, ele próprio, essa desproporção de forças. Processado pela Justiça Federal em 2015 por crime ambiental, fez acordo para recuperar 697 hectares de área desmatada ilegalmente. A denúncia era duplamente constrangedora, uma vez que, àquela altura, ele ocupava o cargo de prefeito de Novo Progresso.

Novo Progresso nunca saiu da lista do MMA.<sup>[2]</sup> Ainda assim, entre 2006 e 2010 as taxas de desmatamento caíram acentuadamente no município, sinal de que as medidas surtiram efeito.

Passados dezessete anos desde que as primeiras ações do PPCDAm alcançaram a cidade, Romanholi está longe de haver se tornado um ambientalista. Chega a dizer que, se fosse politicamente aceitável, no seu tempo de prefeito teria condecorado um dos maiores grileiros da região, um homem condenado a 54 anos de prisão chamado Ezequiel Castanha, responsável por desmatar uma área equivalente a Natal no decorrer de um único ano. “Ele derrubava, formava pasto e vendia. Pelo menos 5% da área aberta em Novo Progresso foi ele que abriu sozinho. Isso ajudou muito o município.”

É assim notável que o ex-prefeito, apesar de manter sua perspectiva de homem de fronteira, reconheça algum mérito nas ações do governo naquela década inicial do século. “Eu sou pelo desenvolvimento, mas é preciso ordenar as coisas. Estava vindo uma onda muito forte, não tinha limite, não tinha respeito, não tinha um ‘Pera um pouquinho: Aqui eu posso? Aqui eu não posso?’ O problema é que a ausência de governo desorganizou muito.”

O segundo pilar do PPCDAm era precisamente o ordenamento fundiário e territorial – o estabelecimento, por assim dizer, de um plano diretor para a Amazônia Legal: o que pode, o que não pode, onde pode e quem pode. Em 2007 o governo criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, uma autarquia cuja responsabilidade era “propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação instituídas pela União”.

No ano anterior surgira o Serviço Florestal Brasileiro,

uma ideia radical no quadro de um governo de esquerda. O papel do serviço era administrar as florestas públicas nacionais e abrir concessões para a exploração de seus recursos pela iniciativa privada. Madeireiros que até então operavam nas franjas da lei e à margem da noção de segurança jurídica – e que viviam do butim obtido com a invasão de terras públicas – tinham agora a oportunidade de apresentar ao Estado um projeto de manejo sustentável das matas nativas. Completando o arcabouço do plano, era esse o seu terceiro pilar: a criação de alternativas econômicas para uma ocupação sustentável do bioma.

Leônidas Souza e seu filho Leônidas Dahás são donos da Ebata Produtos Florestais Ltda., uma madeireira com sede em Icoaraci, distrito industrial de Belém.

Catarinense de Joaçaba, <sup>RIVA</sup> Leônidas Souza chegou ao Pará em 1973, aos 17 anos, e logo entrou para o negócio de madeira. Foi madeireiro à moda da época, o que significa que passou boa parte da vida tirando seus proventos de uma atividade que prosperava na informalidade. “A maior novidade do setor foi o sistema de concessão de florestas públicas. Demorou bastante até virar lei, um erro porque enquanto isso a floresta era derrubada. Mas tudo bem, Marina fez, tomou a iniciativa.” A Ebata explora duas áreas que somam 55 mil hectares dentro da primeira floresta outorgada do Pará, a Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no noroeste do estado.

Em 2004, o desmatamento na Amazônia Legal chegou perto de 28 mil km<sup>2</sup>, um estado de Alagoas. Em 2012, oito anos depois do lançamento do

PPCDAm, o número caiu para menos de 5 mil km<sup>2</sup>. No mesmo intervalo de tempo em que o país reduziu em 80% o desmatamento, houve um aumento de 75% no PIB do campo e de 37% na produção agrícola da Amazônia Legal.

## 6. A FALHA, OU AS TRÊS TAREFAS

Em setembro de 2019, a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), com sede em Santarém, organizou um evento intitulado Construindo alternativas de desenvolvimento rural para comunidades sustentáveis no Brasil. Durante três dias, debatedores de várias partes do mundo se revezaram para discutir modelos econômicos capazes de produzir uma distribuição mais justa da riqueza e uma ocupação menos predatória da floresta. A diversidade de experiências de vida representada no palco dava ao encontro um caráter singular, em forte contraste com a relativa homogeneidade que costuma ser a norma em eventos acadêmicos. Além de pesquisadores, falaram trabalhadores rurais, religiosos, ativistas, representantes do terceiro setor e empreendedores sociais.

Se havia um consenso entre os presentes – tanto palestrantes como plateia –, ele nascia da convicção de que o agronegócio tradicional se revelara uma máquina de injustiça social e devastação ecológica. “A nossa produção está diminuindo porque o grande agronegócio está chegando perto e com ele vêm junto os agrotóxicos. Então as abelhas morrem, e das abelhas depende a nossa agricultura familiar”, relatou Ledilson Amaral, representante do



relatou Ladilson Amaral, o representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém. Guillermo Grisales, o coordenador das Pastorais Sociais da Arquidiocese de Santarém, um padre na casa dos 70 anos, de expressão firme e pele curtida de sol, contou de uma família em Belterra forçada a abandonar seu roçado e a se mudar para a periferia da cidade por causa da pulverização nas fazendas vizinhas, que “empurrava as pragas e os animais pra terra deles”. Falou-se de violência no campo, da força política dos ruralistas, da poluição dos rios, dos bois e da soja que expulsam o pequeno agricultor do seu meio.

A agricultura familiar como alternativa de desenvolvimento ao agronegócio ocupou toda uma manhã de debates. Lideranças dos pequenos produtores explicaram que lutam contra a invisibilidade. Num evento sobre produção agrícola organizado pelo governo, disse uma delas, foi projetado um slide do PIB da agricultura brasileira: “Só contaram o agronegócio e a pecuária, não a produção familiar. A gente é invisível.”

É mesmo espantoso, uma vez que, segundo dados de 2018 do IBGE, 75% dos imóveis rurais no país devem ser incluídos nessa categoria. São pequenos produtores rurais, povos originários e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, uma massa de trabalhadores responsável por quase um quarto da produção agrícola brasileira e que gera emprego e renda para cerca de 10 milhões de pessoas.

Um doutorando em economia assumiu o microfone e

chamou o primeiro slide. Dizia respeito à Feira de Agricultura Familiar da Ufopa, iniciativa descrita como “uma forma de integração econômica”, no caso, entre pequenos agricultores, academia e sociedade local. A sequência de slides trouxe os números do projeto: em 2016 a feira gerou uma receita de 12,9 mil reais; em 2017, ao longo de 42 edições, o resultado saltou para 52 036 reais; por fim, em 2018, 46 edições levaram a um faturamento de 91 359 reais. “Ou seja, em três anos a feira gerou uma receita total de 156 295 reais”, informou o palestrante.

Para um produtor familiar de hortaliças em Belterra, a progressão dos valores deve ser significativa, mas é praticamente impossível imaginar que esse tipo de experiência possa servir de solução sistêmica para o problema em discussão no seminário. Contudo, o entusiasmo dos participantes sugeria que as ideias no auditório não divergiam muito desse tipo de resposta. O que se oferecia como alternativa a portos, silos, rodovias, ferrovias e hidrelétricas, as armas ali apresentadas para enfrentar a força avassaladora do agronegócio – força econômica, geopolítica, cultural –, eram o turismo de base comunitária, a produção de orgânicos, o fortalecimento de programas federais de apoio à agricultura familiar (aquisição de alimentos para a merenda escolar e para a formação de estoques) e a multiplicação de iniciativas como a Feira de Agricultura Familiar da Ufopa, aptas a promover o “comércio justo e solidário”.

Na plateia, o engenheiro agrônomo Adalberto Veríssimo balançava a cabeça. Como tantos outros pesquisadores comprometidos com a Amazônia, ele também está desesperadamente em busca de projetos

de desenvolvimento que se contraponham à feroz destruição em marcha. Desanimado, comentou: “Nós estamos passando as tropas em revista e as notícias não são boas. Com essas armas nós não vamos vencer.”

Naquele mesmo dia o empreendedor social Caetano Scannavino recebeu Veríssimo para jantar em sua casa, em Alter do Chão, um distrito de Santarém conhecido pela beleza de suas praias fluviais. Assim como o paraibano Veríssimo, o paulista Scannavino também foi capturado pela força gravitacional da floresta. Toda a sua vida profissional transcorreu ali. Com o irmão, o médico sanitarista Eugênio, fundou em 1987 a ONG Saúde e Alegria, que presta assistência médica e implementa projetos de fortalecimento comunitário na Bacia do Rio Tapajós.

Os dois amigos ambientalistas <sup>RIVA</sup>rememoraram lutas de décadas passadas, algumas com participação direta de um ou de outro. Veríssimo passara a manhã no evento da Ufopa e o que ouvira ainda estava na sua cabeça. “A turma da Ufopa esteve no poder”, disse. “O governo do Lula estava atento à agricultura familiar. Teve dinheiro subsidiado do Pronaf [*Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*], teve sensibilidade para o problema dos sem-terra. A área total de assentamentos na região, a reforma agrária na Amazônia Legal, é de uns 300 mil km<sup>2</sup>. Isso dá 6% da Amazônia, ou o estado do Rio somado com o estado de São Paulo. O Brasil destinou terras expressivas para os pequenos. Existe aí o elemento da justiça social, mas como projeto de desenvolvimento sustentável é um profundo fracasso.” Alguns dilemas

centrais nunca foram equacionados: “Se você tem lotes de 300 hectares para subsistência, a agricultura de subsistência vira agricultura de corte e queima. É agricultura de desmatamento, não tem jeito. E aí começa o conluio com a madeira, com o garimpo, com a pecuária. Sai caro para o meio ambiente e caro para o Estado, mas há quem faça uma defesa ideológica desse sistema.”

Scannavino aquiesceu. A situação vinha se agravando: “O governo elimina a saúde, o saneamento, a educação, corta praticamente todos os serviços sociais prestados pelo Estado”, disse. “Aí o filho do índio fica doente. A quem ele vai pedir dinheiro pro remédio? Ao madeireiro, ao garimpeiro, que imediatamente respondem: ‘Sim, claro!’ E pronto: a partir desse momento o madeireiro e o garimpeiro viram a solução. O governo joga essas populações desassistidas no colo da atividade ilegal.”

(O exemplo vale principalmente para o pequeno produtor assentado em regiões com pouca infraestrutura e sem acesso a mercados. Segundo o Prodes, entre 2013 e 2020 grande parte do desmatamento ocorreu em terras públicas não destinadas<sup>[3]</sup> – 42% de tudo que se derrubou estavam nelas. Os assentamentos vêm logo em seguida. Eles foram responsáveis por cerca de um quarto de toda a devastação florestal ocorrida na Amazônia Legal no período. Terras indígenas são a categoria fundiária com os menores índices de desmatamento.)

Era tarde e a conversa já ia morrendo quando Veríssimo se virou para Scannavino:

Costa e Silva tinha as três tarefas para cumprir

– Caetano, nós tínhamos três tarefas para cumprir nesses últimos vinte anos.

– *Nós* quem?

– Nós, a sociedade civil, as organizações que estão aqui na Amazônia, a academia, os ambientalistas. *Nós* – disse Veríssimo, indo e vindo com o indicador entre o peito de Scannavino e o dele próprio.

– Que tarefas?

– Entender como o desmatamento acontecia. Isso a gente fez. Criar estratégias para diminuir o desmatamento. Isso a gente também soube fazer. O que nós *não* fizemos foi apresentar um novo projeto de desenvolvimento para a Amazônia.

A falha descrita por Adalberto Veríssimo remete a um impasse profundo: esse modelo alternativo existe?

## 7. A AMBIÇÃO

Em 31 de julho de 2019, o *Globo* publicou um editorial com o seguinte título: *Exploração de Terras Indígenas é Causa de Atrito com o Congresso*. O governo defendia a expansão da fronteira econômica para o interior das reservas indígenas. Agricultura, pecuária, mineração e garimpo passariam a ser atividades lícitas nessas terras que hoje estão entre as menos desmatadas do bioma. Manifestando-se em favor da causa, Jair Bolsonaro declarou: “O Brasil vive de commodities. O que nós temos aqui além de commodities?”

É uma fala instrutiva na medida em que exprime uma visão de país. O papel que nos caberia no xadrez da geopolítica global seria o de fornecedor de produtos primários para nações mais desenvolvidas do que nós. Termina aí a ambição. Nenhum projeto se anuncia na fala do presidente além da pretensão de criar “pequenas Serras Peladas” em terras indígenas, a sua utopia para a maior floresta tropical do planeta. Como foi eleito pela maioria dos brasileiros, até segunda ordem é também a utopia do país.

A ciência econômica ensina que não existe nenhum problema em apostar num modelo de desenvolvimento baseado em commodities. Países prósperos como a Austrália (mineração) e a Noruega (petróleo e gás) são exemplos disso. A exploração de recursos naturais por indústrias extrativistas também desempenha um papel importante na economia da Finlândia (indústria madeireira) e na do Canadá (mineração). A questão não é de onde provêm as riquezas, mas para onde elas vão. Nos países mencionados, elas foram canalizadas para a construção de bem-estar social e para a criação de alternativas de futuro.

Essa segunda diretriz é essencial. A indústria madeireira da Finlândia de ontem teria dificuldade em reconhecer o que o setor é capaz de fazer hoje. O catálogo de itens comercializados não se limita a papel e derivados de madeira. Foram desenvolvidos segmentos de bio-óleos, bioenergia e novos materiais feitos à base de celulose. Um setor puramente extrativista passou a ocupar o centro de uma bioeconomia pujante ancorada em conhecimento e engenho humano. O exemplo vale para os outros

países listados aqui. Em todos eles, investiram-se recursos maciços em educação, ciência e tecnologia. Dá trabalho, leva tempo e requer imaginação.

Agregar valor, transformar em bem singular um bem disponível em outras partes do mundo, ampliar as possibilidades de um setor, torná-lo mais complexo – em maior ou menor grau, tudo isso aconteceu nos países que contaram com seus recursos naturais para se tornar ricos. É difícil imaginar que dirigentes de nações bem-sucedidas recuassem quarenta anos no tempo para pinçar no passado a solução dos problemas nacionais contemporâneos, como fez Bolsonaro com suas “pequenas Serras Peladas”. Ainda mais quando essa solução representa a selvageria de um modo de exploração econômica que gerou quadros aterradores de miséria humana e devastação ambiental. RIVA

Sonhos regressivos como esse indicam que o poder está apaziguado com aquilo em que a Amazônia vem se transformando. Que acha bom e julga correto o caminho escolhido. Parece conformado, quando não satisfeito, com o fato de que sessenta anos desse modelo de desenvolvimento empobreceram o bioma em comparação ao restante do país. A cada década a Amazônia fica mais para trás. E a cada década há menos Amazônia.

Não é apenas um atraso em relação aos países que souberam reinventar sua economia. É um retrocesso em relação a nós mesmos. Como evidenciam os resultados da agricultura tropical e do combate ao desmatamento, tanto na ditadura como no regime democrático, tanto em governos de direita como de

esquerda, o país se provou competente para identificar e resolver problemas relativos à condição de maior nação dos trópicos úmidos.

Quatro meses depois do título sobre a exploração econômica em terras indígenas, *o Globo* publicou outra novidade sobre os projetos brasileiros para a Amazônia: “Bolsonaro confirma interesse em liberar exportação *in natura* de madeira nativa da Amazônia.” A proibição de exportar madeira em tora é consenso há mais de quarenta anos. Trocando em miúdos, aceitá-la significa dizer que o modelo praticado em 1500 ainda é bom. Até José Sarney, não propriamente um visionário, chegou a perceber, quando presidente, que a prática não faz nenhum sentido em economias minimamente desenvolvidas. Hoje esse tipo de comércio só acontece em cantos isolados do mundo (entre a Sibéria e a China, por exemplo, outro alerta sobre a nossa futura concorrência). De novo, a proposta exprime uma visão de país. No caso, a de que não temos competência nem para serrar.

## 8. VELHOS SONHOS

A Amazônia nunca teve a sorte de ser bem imaginada pelos forasteiros que vieram dominá-la. Ela é vítima de um fracasso de ideias, o que não se confunde com falta de ousadia. Ao contrário, muitas iniciativas levadas a cabo no bioma tiveram a marca da ambição – por vezes, ambição desmedida. O erro esteve sempre em não compreender a natureza específica do lugar, a complexidade do sistema. Por isso, além de violentas, essas iniciativas foram medíocres do ponto



violentas, essas iniciativas foram medíocres do ponto de vista epistemológico. Continuam a ser.

Pode-se esquematizar a exploração da floresta em duas fases: Amazônia 1.0 e Amazônia 2.0. A primeira diz respeito ao ciclo extrativista; a segunda, ao avanço da lavoura e da pecuária. A primeira extrai recursos da floresta; a segunda os extrai daquilo que deixou de ser floresta.

O ciclo da borracha representa o apogeu da Amazônia 1.0. O Brasil se associava periféricamente à Revolução Industrial, fornecendo a matéria-prima que a tecnologia europeia e norte-americana transformaria nos pneus, correias, mangueiras e elásticos necessários aos processos fabris que descolariam de vez o mundo rico do mundo pobre.

As condições de trabalho nos seringais eram geralmente brutais. Empregados viviam sob o jugo do aviamento, termo que na Amazônia designa o sistema pelo qual o comerciante, ou aviador, adianta ao seringueiro provisões e ferramentas de trabalho, esperando que a dívida seja saldada com o látex. Inicia-se entre credor e devedor uma corrida interminável em que o segundo estará sempre atrás. No dizer do escritor Milton Hatoum, evocando o testemunho de Euclides da Cunha sobre a vida nos seringais, ali “os homens trabalham para virar escravos”.

Em 1910 o Ministério das Relações Exteriores britânico enviou Roger Casement, representante consular da Coroa no Rio de Janeiro, para a Amazônia peruana, com a missão de avaliar as condições de trabalho abusivas numa empresa

condições de trabalho abusivas numa empresa borracheira registrada no Reino Unido. Casement testemunhou atos de estupro, tortura, mutilação e assassinato, além de constatar a escravização sistemática de indígenas. Descreveu o que viu como “crimes contra a humanidade”, um dos primeiros usos da expressão, incorporada ao direito internacional alguns anos antes. O relatório que escreveu transcende a natureza incolor dos documentos oficiais. Atravessado pela indignação moral de um humanista, o texto é considerado uma peça notável de jornalismo investigativo.

A fusão de miséria e riqueza nas fazendas de látex transformou a cara de Belém e de Manaus. Entre 1890 e 1920, as duas cidades passaram a gozar de benfeitorias públicas que outras capitais ao sul levariam anos para conhecer, como bondes elétricos e <sup>RIVA</sup>bulvares inspirados nas experiências de redesenho urbano em curso na Europa. Aterraram-se pântanos e construíram-se teatros e cinemas para uma burguesia que agora habitava palacetes *art nouveau* erguidos em bairros elegantes, dotados de luz elétrica, água encanada e rede de esgoto.

Foi um ciclo de desenvolvimento cruel, concentrador e paradoxal. Produziu miséria humana e cultura. Andando pelo centro de Belém, o fotógrafo Luiz Braga aponta o Cinema Olympia, a sala de cinema mais antiga em funcionamento no Brasil, inaugurada em 1912. Ele comenta: “O pessoal da borracha deixou a música, que veio com a ópera” – Carlos Gomes morreu em Belém, onde dirigia o Conservatório de Música do Pará. “Deixou a cultura visual, que veio com a cenografia, deixou os fotógrafos e o

urbanismo. Uma família aqui tinha em casa um Ticiano, que hoje está no Metropolitan de Nova York.”

Esse contraste entre violência e civilização pode ser encontrado em outros momentos da história econômica brasileira, mas não em todos. Por exemplo: afora as florestas destruídas e os pastos abandonados, ainda não está claro qual será o legado dos atuais senhores do bioma. Não é de teatros, cinemas ou ações de embelezamento urbano que se está falando aqui (embora se possa lamentar que nem isso eles tenham construído). A dúvida diz respeito aos frutos que as gerações futuras colherão do trabalho de seus antepassados. Durante o apogeu do ciclo da borracha, entre 1879 e 1912, a Amazônia respondia por parte significativa das exportações do Brasil. A região cresceu em relação ao país. Hoje, no momento de glória do agronegócio, ela encolhe, empobrece.

Há um aspecto importante em que os ciclos de ontem e de hoje se assemelham: eles são tecnologicamente ineptos e historicamente míopes. O período de ouro da borracha se encerrou com o surgimento de alternativas mais competitivas ao produto brasileiro, situação para a qual as elites econômicas não se prepararam.

A história é conhecida. Por volta de 1875, um aventureiro inglês com uma longa coleção de fracassos atrás de si conseguiu escamotear sementes de *Hevea brasiliensis* a bordo do cargueiro SS Amazonas, que partia de Santarém com destino a Liverpool. Foi sua primeira tacada de sucesso e,

quem sabe, o maior ato de biopirataria da história. Dali a pouco, a árvore da seringa brasileira seria plantada em fileiras por colonos ingleses no Sudeste Asiático. Por volta de 1910, mesmo ano da viagem de Roger Casement ao Peru, as fazendas da Malásia e do Ceilão já produziam látex com maior eficiência do que os seringais brasileiros. Era o fim dos teatros e dos palacetes da *Belle Époque* amazonense, antecipando a fragilidade que caracterizaria os modelos seguintes.

A borracha daria ainda dois suspiros de vida na Amazônia. O primeiro aconteceu na década de 1920, quando o industrial norte-americano Henry Ford comprou 1 milhão de hectares perto de Santarém, área equivalente a meio Sergipe, com a intenção de transformar a propriedade no polo fornecedor de borracha para os pneus de seus automóveis. Prova de que o Brasil já havia perdido o passo nessa história, as sementes usadas na empreitada não eram brasileiras, mas vinham de fazendas da Goodyear em Sumatra, onde haviam sido submetidas a processos de melhoramento genético. O país agora pagava por recursos naturais que haviam sido seus. E por uma razão; não eram exatamente os *mesmos* recursos, mas recursos transformados por avanços tecnológicos que não dominávamos.

Desenrolou-se a seguir um enredo que se tornaria tediosamente familiar na região: a consumação de um fracasso provocado pela ignorância. Os engenheiros da Ford desconheciam o ecossistema que pretendiam dominar. Milhões de árvores foram plantadas sem espaçamento adequado e em imensos bosques homogêneos, o que facilitou a vida das

pragas. As plantações foram dizimadas.

O segundo suspiro exigiu um cataclismo histórico da dimensão da Segunda Guerra Mundial. Com o Sudeste Asiático dominado pelo Eixo, os Estados Unidos recorreram ao Brasil para obter a borracha necessária ao esforço de guerra. As áreas abertas por Ford voltaram a ser ativadas e o governo alistou compulsoriamente trabalhadores nordestinos na empreitada. Estima-se que entre 30 mil e 45 mil seringueiros tenham morrido na selva, vítimas de doença, maus-tratos e abandono. (A Força Expedicionária Brasileira sofreu 468 baixas nos campos de batalha da Itália.)

O término do conflito encerrou definitivamente o ciclo histórico da borracha na Amazônia. Inovações tecnológicas substituíram a matéria natural por borracha sintética derivada de petróleo. Um setor da economia que já sobrevivia por aparelhos foi jogado na obsolescência.

O experimento de Henry Ford deixou marcas. Foi ali que se promoveu a primeira grande queimada da Amazônia, uma das contribuições do norte-americano para o estabelecimento de um *modus operandi* de ocupação do bioma que nas décadas seguintes se tornaria regra geral. Tratava-se basicamente de substituir a selva pela monocultura e de não trabalhar mais com a floresta, mas contra ela. Num depoimento para o documentário *Muito Além de Fordlândia*, de Marcos Colón, o jornalista e escritor norte-americano Joe Jackson, autor de uma biografia do homem que

Jackson, autor de uma biografia do homem que contrabandeou as sementes de *Hevea brasiliensis* para a Inglaterra, afirma que o mais importante legado da iniciativa malograda de Ford foi a noção de que era possível *mecanizar* a floresta. E, com isso, transformá-la em fábrica.

O Projeto Jari é a apoteose desse sonho. Em 1967, o empresário norte-americano Daniel K. Ludwig conseguiu extrair do governo militar uma série de concessões legais, fiscais, financeiras e trabalhistas como condição para implementar na Amazônia a maior companhia florestal do planeta. Ao menos na papelada, o enclave esparramado entre o Pará e o Amapá era a mais vasta propriedade em extensão contínua do mundo. Equivalia a uma Bélgica.

Ludwig foi um dos primeiros bilionários da história, um *self-made man* que fizera fortuna como armador ao inventar uma nova classe de cargueiros, a dos superpetroleiros. Ao longo da segunda metade do século XX, expandira seus negócios para todos os continentes (com exceção da Antártica), chegando a controlar 200 companhias em 50 países. Apontado pela imprensa como um dos homens mais ricos do mundo, se não o mais rico, em 1967 não tinha mais nada a provar. E, no entanto, no ano em que se tornou um septuagenário, decidiu apostar seu legado na Amazônia. Intuiu, com presciência, que dali a duas décadas a economia mundial enfrentaria uma escassez de madeira e celulose – e ele estaria preparado para supri-la. Junto aos bosques plantados onde antes existira a selva, planejou cultivar também imensas lavouras de arroz que, segundo relatos da imprensa brasileira, atenderiam a 30% da demanda

mundial. Dando certo, o Jari ofuscaria tudo o que ele realizara até então.

O norte-americano preferia a Nigéria ao Brasil, mas a guerra civil que estourou no país em 1967 inviabilizou os negócios. O governo brasileiro se mexeu, despachando para Nova York o ministro do Planejamento, Roberto Campos, com a missão de seduzir o empresário. Foram tantas as benesses oferecidas por Campos que o norte-americano desembarcou no Rio, onde foi recebido por um obsequioso presidente Castelo Branco: “*Welcome to Brazil, mr. Ludwig*. Hoje em dia temos aqui um país seguro.” O negócio foi fechado.

Foi na Nigéria que os botânicos de Ludwig – nenhum deles brasileiro – encontraram a espécie que julgaram perfeita para a operação florestal. A *Gmelina arborea*, ou gamelina, é nativa do Sudeste Asiático. Sua grande vantagem é a velocidade com que cresce; em condições ideais, 30 cm por mês. Seis anos depois de plantada já pode virar polpa para o fabrico de celulose; depois de oito anos, pode ser processada pela indústria madeireira.

A tarefa agora era trocar a floresta por bosques plantados. Anos depois, numa rara entrevista à imprensa, Ludwig diria: “Eu sempre quis plantar árvores como num milharal, em fila.” A ideia de uma selva “ofendia sua cabeça de engenheiro”, escreveu Jerry Shields numa biografia do empresário, *The invisible billionaire* (O bilionário invisível): “Aquilo era desarrumado demais, todas aquelas árvores, os cipós e o mato se alastrando caoticamente pela paisagem. Ele queria asseio – árvores perfiladas como

soldados em colunas retas, à espera de serem cortadas e despachadas para o mercado.”

Ludwig estava ciente dos problemas que Ford havia enfrentado quase cinquenta anos antes. Apostava, porém, que 1960 era muito diferente de 1920. A ciência avançara, havia novos defensivos e fertilizantes. Confiava em ter os recursos, o arsenal químico e o engenho humano necessários para enfrentar a resistência da floresta. Passou os dois anos seguintes derrubando a selva. Seus botânicos nem se deram ao trabalho de fazer um levantamento florístico para saber o que estavam destruindo. Acharam mais prático queimar tudo.

Era o início de uma história de equívocos. O peso dos tratores usados no desmatamento compactou o solo, tornando-o impermeável ao esforço de raízes que precisavam se espalhar e vencer a terra para alcançar a luz. E não só. No trabalho de mastigar o chão, as imensas pás do maquinário raspavam a fina camada de húmus, empobrecendo ainda mais um solo já por si muito pobre.

Repetia-se o clássico erro da incompreensão ecológica. Onde Ludwig enxergava apenas desordem, havia um complexo sistema de interdependências em que cada parte dependia da outra – animais de plantas, plantas de animais, fungos de plantas, plantas de fungos, animais de animais, plantas de plantas, fungos de fungos. Tudo vivia de tudo. “Sendo incapaz de perceber isso”, escreve Shields, “[Ludwig] destruiu os próprios elementos que poderiam ter feito do Jari um sucesso.”



A gamelina se revelou um fiasco. Na Amazônia profundamente transformada de Ludwig, as árvores cresciam pouco e mal, magras demais para os imensos tratores comprados para manipulá-las. Quando vingavam, eram atacadas por fungos. Os engenheiros agrônomos sugeriram misturar a espécie plantada com árvores nativas, o que levaria a revista *Fortune* a registrar anos mais tarde: “Depois de uma década queimando boa parte da floresta original e gastando milhões numa espécie importada, essa manobra ultrapassa toda tentativa de ironia.”

Levaria uma década para o projeto florestal entrar nos trilhos. Ao longo da segunda metade dos anos 1970 a gamelina foi sendo substituída com sucesso pelo eucalipto e também pelo pínus, uma árvore da família dos pinheiros mais adaptada ao solo arenoso do Jari. “Ludwig era um homem de ideias”, diz o holandês Johan Zweede, engenheiro florestal que por nove anos dirigiu toda a operação madeireira e agropecuária do empreendimento. “Viu que nos Estados Unidos a terra para produção de papel era muito cara. No Canadá, a rotação dos bosques é lentíssima. Ele só precisava de sol e chuva, isto é, de bens que você não compra. Já o adubo se compra, o que significa que o solo não precisa ser rico.”

Em 1978 Ludwig deu o passo que o marcaria para sempre. Contratando os estaleiros japoneses dos seus tempos de armador, construiu duas gigantescas instalações fabris, rebocou-as pelo mar e as fez avançar por águas fluviais até o seu destino final, no interior da floresta. A primeira, uma fábrica de celulose; a segunda, uma usina elétrica. No dia 1º de fevereiro daquele ano, as duas estruturas flutuantes

fevereiro daquele ano, as duas estruturas flutuantes, grandes demais para as dimensões do Canal do Panamá – cada uma chegava a quase vinte andares de altura –, deixaram os estaleiros da cidade de Kure, perto de Hiroshima, e começaram a viagem de 25 mil km rumo ao Jari. “As fábricas foram sendo feitas em alto-mar”, diz ainda abismado Aurelio

Wackslavowski, atual diretor industrial da Jari Celulose, caminhando por dentro da mesma estrutura que atravessou o Índico, passou ao largo da Cidade do Cabo, cruzou o Atlântico Sul, subiu a costa do Brasil, entrou pela boca do Amazonas, subiu o Rio Jari e, quarenta anos depois, segue produzindo celulose. A revista *National Geographic* conta que, ao ver uma das fábricas surgir numa dobra do Jari, um menino que pescava gritou: “Tem uma cidade subindo o rio!”

### RIVA

As fábricas deslizaram até a margem do rio, onde flutuaram acima de 2 mil estacas de maçaranduba submersas no leito de uma laguna artificial. Durante três dias, na presença de Ludwig, trabalhadores manejaram essas estruturas flutuantes até ajustá-las no grau máximo de precisão – o alinhamento dos orifícios perfurados no casco pelo estaleiro japonês não podia desviar mais que uns poucos milímetros dos encaixes no fundo da laguna. Quando os engenheiros julgaram que elas estavam em posição, os cascos foram inundados. Lado a lado, como uma dupla de atletas do nado sincronizado, a fábrica de celulose e a usina elétrica, cada qual pesando 32 mil toneladas, começaram a afundar em perfeita linha vertical até encontrar as estacas de maçaranduba, madeira amazônica extraordinariamente densa e

resistente à água. Estão ali até hoje.

A fábrica de celulose e a usina elétrica eram apenas a primeira etapa do projeto de industrialização do Jari imaginado por Ludwig. Haveria uma terceira fábrica, essa de papel, também rebocada do Japão. Mas não só. Para beneficiar os imensos depósitos de bauxita encontrados em suas terras, seria construída uma refinaria de alumínio, e isso o punha diante de um grande obstáculo: a operação demandaria muito mais energia do que a produzida pela caldeira japonesa. Ludwig tinha a solução: construir uma hidrelétrica privada no Rio Jari.

Nos tempos de Castelo Branco e Roberto Campos talvez conseguisse a aquiescência do governo. No início da década de 1980, não mais. “A opinião pública começava a contar”, lembra Zweede. O Jari se tornara um exemplo da subserviência brasileira aos interesses dos Estados Unidos; os militares, logo eles, nominalmente tão ciosos da soberania nacional, eram acusados de entregar em regime de porteira fechada um pedaço do país a um barão do imperialismo norte-americano. Hidrelétricas eram questão de segurança nacional. Pertenciam ao Estado, não a entes privados. Não demoraria muito até que A AMAZÔNIA É NOSSA e FORA LUDWIG começassem a ocupar os muros das capitais brasileiras. No Rio, o nome do empresário recebia vaias sempre que pronunciado durante a peça *Jari, o país de Mister Ludwig*.

O projeto se desfazia em várias frentes. Maus-tratos contra funcionários terceirizados ganharam o noticiário nacional. No campo econômico, embora a

demanda global por celulose de fato tivesse aumentado como Ludwig previra, regiões fora da Amazônia conseguiram oferecer o produto a preços mais competitivos do que os do Jari. No front agropecuário, a produção de arroz decepcionava, e a silvicultura, joia da coroa, sofrera um golpe do qual Ludwig não se recuperaria.

Era um problema de natureza diferente daquele enfrentado por Henry Ford décadas antes. Não fungos e pestes, mas outro tipo de nó produzido pela ocupação desordenada do bioma: a questão fundiária. Ludwig imaginava ter comprado uma propriedade de 32 mil km<sup>2</sup>, uma Bélgica. Era o que dizia a papelada de 1967, afiançada pelo governo militar. Ao mensurar efetivamente as terras compreendidas nos limites do Jari, verificou que era dono de metade disso, 17 mil km<sup>2</sup>. O território era o mesmo, a área é que não correspondia à documentação. A Bélgica tinha virado um Arquipélago de Fiji. Furioso, Ludwig reivindicou o direito de explorar recursos madeireiros num raio equivalente ao consignado no papelório. Como precisava alimentar sua fábrica de madeira nativa enquanto os bosques plantados não crescessem, era essencial dispor dessas florestas.

O governo tergiversou. Em agosto de 1980 Ludwig escreveu uma carta ao general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil do presidente João Baptista Figueiredo e homem forte do regime, afirmando que, se o governo não se comprometesse a regularizar as terras do projeto e a assumir os custos sociais impostos ao Jari pelas autoridades trabalhistas, ele desistiria do negócio. Politicamente eram demandas

impossíveis de atender, ainda mais depois do evento trágico ocorrido em janeiro de 1981, quando uma balsa com mulheres e filhos de trabalhadores naufragou perto de Monte Dourado, deixando pelo menos 120 corpos no Rio Jari. O governo entendeu a carta como um ultimato e não aceitou os termos do norte-americano. Ludwig jogou a toalha.

“Era o projeto favorito dele”, diz Zweede. É também o único que não vingou. Em 1981, quando desistiu do negócio, Ludwig tinha 84 anos e fracassara pela primeira vez. Zweede o viu antes do fim: “Foi em Nova York. Eu estava na cidade de férias e ele me chamou no escritório dele. Tudo escuro, a luz apagada, ele lá sentado, com mais de 90 anos. Era um homem acabado. O sonho final dele não tinha dado certo.”

O país herdou o prejuízo. <sup>RIVA</sup> O Jari passou para as mãos de um empresário amigo de Ludwig, Augusto Azevedo Antunes, que aceitou o negócio a pedido do governo. Teve condições de compra bastante favoráveis, uma vez que as dívidas contraídas pelo projeto ficariam penduradas no Banco do Brasil e no BNDES.

Foram muitos os erros e desacertos do Projeto Jari durante os anos de Ludwig. Nada muito diferente das chagas usuais impostas ao bioma por forasteiros, sejam eles estrangeiros (alguns) ou brasileiros (inúmeros), ontem e hoje. Por outro lado, havia um tipo novo de ambição. Não apenas a corriqueira, que planeja destruir para pôr coisas medíocres no lugar – essa é uma volúpia que também requer muito trabalho, e nisso o Brasil tem se mostrado

trabalhador. A substituição da floresta por uma coisa mais simples era sem dúvida um dos aspectos do Jari. Mas não só. Tratava-se também de imaginar o impensável. As duas fábricas não eram apenas as duas maiores instalações industriais já movidas pelos mares. Instalá-las prontas nas barrancas de um rio amazônico não se resumia a um feito inédito de engenharia. Acima de tudo e à parte o aspecto Fitzcarraldo da empreitada, o fato novo é que Ludwig tomou a direção contrária ao consenso da época, ao dizer que a matéria-prima de países subdesenvolvidos não tinha de ser levada ao mundo rico para ser transformada.

No auge, o Projeto Jari empregava 1,4 mil engenheiros. No momento da instalação das fábricas, mais de quarenta idiomas eram falados na empresa. Compare-se isso com a intenção de reautorizar a exportação de madeira *in natura*. O encolhimento dos sonhos é humilhante.

E uma ironia final: é o projeto desmesurado de um bilionário norte-americano que ainda hoje mantém as florestas da região relativamente protegidas. Ludwig desmatou bastante, mas numa propriedade daquelas dimensões foi pouco o que se cortou, se comparado ao todo. Da área original de 17 mil km<sup>2</sup>, a empresa que atualmente comanda o Jari tem autorização para abrir 1 280 km<sup>2</sup>, dos quais 430 km<sup>2</sup> já foram efetivamente replantados com bosques. Cerca de 80% do restante é constituído de floresta nativa. Sendo os desmates ilegais responsabilidade do dono da terra, a empresa controla a grilagem, o corte ilegal de madeira, o fogo e o garimpo, tão comuns fora dos limites da propriedade. Ludwig jamais imaginou que

seu maior legado no Jari seriam as florestas que ele não derrubou.

## 9. ONTEM, HOJE, AMANHÃ

A versão 2.0 da Amazônia – a Amazônia dos bois e da soja, dos tratores e dos fertilizantes, da produção de proteína animal e de ração para animais que serão convertidos em proteína – é o modelo que existe hoje. “Nós não temos outro”, admitiu o governador do Pará, Helder Barbalho, durante uma conferência sobre a Amazônia na Universidade Princeton, em Nova Jersey. Nesse modelo, a floresta compete com a produção. Perde sempre.

A capa de uma publicação de 1971 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Sudam, é uma representação exemplar desse fato.

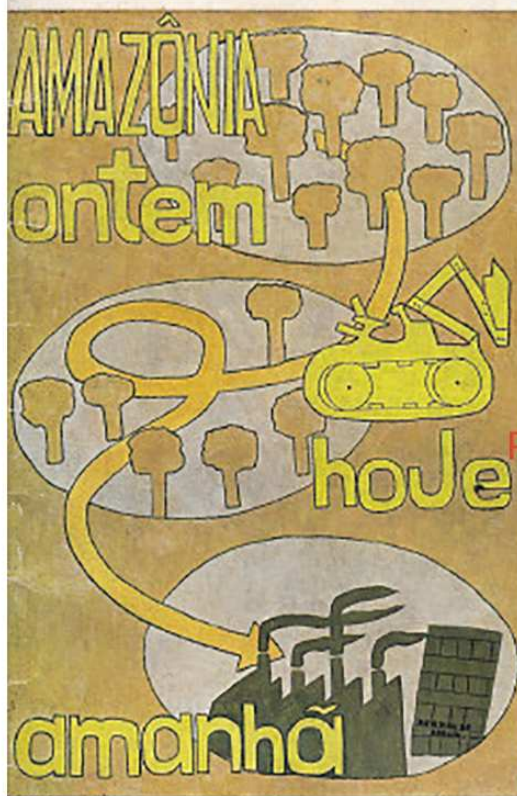


# SUDAM *em Revista*

ANO 2 - N.º 10/11  
OUTUBRO 1971  
NOVEMBRO

CODIFICADO N.º 64 34 98

Cap 103



Duas imagens idênticas ocupam a área abaixo do título. É a figura da “Amazônia ontem, hoje, amanhã”. Lê-se a ilustração de cima para baixo. No alto, fazendo as vezes de *ontem*, uma floresta; logo abaixo, no papel de *hoje*, um trator na mata já desbastada; no pé da página, representando o *amanhã*, um prédio de vários pavimentos e uma fábrica cujas chaminés expõem orgulhosamente a fumaça da civilização industrial. As árvores se foram



– todas elas. Uma linha sinuosa liga as três ilustrações: pode ser o caminho que o trator tomou para construir o futuro, pode ser a figuração simbólica do progresso, que, embora forçado a fazer desvios, avança sempre, até a utopia final de um mundo urbano e sem florestas. A única diferença entre as duas imagens é a cor. A da direita é verde; a da esquerda, marrom. Se levarmos em conta que 25% de tudo o que foi destruído na Amazônia está abandonado, a imagem da esquerda representa melhor o progresso decantado pela *Sudam em Revista*. É a cor da terra nua.

Em conversa via Zoom em setembro do ano passado, o economista Juliano Assunção faz uma observação importante: “Nenhuma das grandes cadeias produtivas desenvolvidas na região se beneficia do fato de estar na Amazônia.”

RIVA

Centenas de milhares de pessoas foram atraídas para o bioma com a promessa de riqueza fácil, sem que o Estado brasileiro tivesse um plano para se valer das vantagens comparativas do lugar. Do que a floresta é capaz? Essa pergunta não foi feita em momento algum.

Isolados das outras partes do país, distantes dos mercados, vivendo numa região imensa em que toda infraestrutura é necessariamente dispendiosa e de difícil manutenção, esses brasileiros foram incentivados a tirar a madeira e trocar a selva por pastos e alguma lavoura. Um dia o Estado os alcançaria. No futuro, diziam, a Amazônia alimentaria o mundo. Era esse o seu destino. O pecuarista Mauro Lúcio de Castro Costa, cuja

fazenda se situa no município de Tailândia, no Nordeste Paraense, tem um bom comentário a esse respeito: “Dizem que a vocação da Amazônia é a produção agropecuária. Mentira. A vocação da Amazônia é a produção de mato. Eu sei o custo danado que tenho pra impedir que a floresta tome conta de tudo.”

No plano estritamente produtivo, ou seja, sem levar em conta o custo ecológico e a violência contra populações originárias,<sup>[4]</sup> a aposta agropecuária foi bem-sucedida nas zonas mais secas da Amazônia Legal, que representam 17% do território. Nos 83% restantes, área que na prática encerra todo o bioma amazônico – a floresta propriamente dita –, estudos dos anos 2000 indicam que a melhor opção de uso do solo é o manejo florestal sustentado. Muitas empresas se especializaram nessa área – o Serviço Florestal Brasileiro foi criado com a finalidade de cuidar da atividade –, mas elas nem de longe representam o modelo dominante na região. Faltam recursos, estratégia e, nos últimos anos, repressão às atividades ilegais que sabotam a competitividade do manejo sustentável.

A primeira área de concessão florestal na Amazônia foi estabelecida em Rondônia e adquirida em 2008 pela Amata,<sup>[5]</sup> empresa sediada em São Paulo. Os primeiros quatro anos transcorreram sem dificuldades. Entre o quarto e o oitavo ano, os madeireiros ilegais foram chegando cada vez mais perto dos limites da concessão. Em abril de 2019, Ibama e ICMBio deflagraram várias operações de repressão contra esses grupos. As ações aconteceram tanto no interior da área da Amata quanto fora dela, e

nos dois casos houve prisões e destruição de maquinário usado na atividade ilegal, procedimento previsto nas leis ambientais.

Uma dessas ações repressivas, executada bem próximo ao perímetro da área de concessão, provocou a reação imediata de Jair Bolsonaro e de seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Por exigência do presidente, foi aberta uma ação administrativa contra os fiscais do Ibama. Salles determinou que, dali por diante, estava proibida a destruição de equipamento confiscado. A situação não seria diferente se uma plataforma pirata de petróleo começasse a sugar óleo na fronteira de um bloco do pré-sal concedido à Petrobras, à Shell ou à BP e se o fato suscitasse no presidente da República e no ministro das Minas e Energia não uma declaração enérgica de apoio aos concessionários – que, afinal, pagam ao governo pelo direito de estar ali –, mas um destampatório contra quem reprimiu o delito.

Em 2020 a empresa devolveu a concessão. A ação de criminosos tirou de operação a primeira concessionária de um sistema criado para demonstrar a viabilidade do manejo em florestas nacionais.

O que nos traz de volta à observação do economista Juliano Assunção sobre como as grandes cadeias produtivas na Amazônia não se beneficiam de estar onde estão. Pelo contrário, até. Hoje, suas coordenadas geográficas se tornaram um ônus.

Em Capitão Poço, a 200 km de Belém, o fazendeiro Luiz Gonzaga diz: “Eu acho que o prejuízo nem começou. Você tá na Amazônia...” Ele é produtor de

teca, árvore transplantada do Sudeste Asiático, de grande aceitação nos mercados internacionais. Tentou vender para uma empresa norte-americana, mas o fato de estar no Pará foi um obstáculo insuperável. “Eles não acreditam nos nossos documentos.”

Num distrito industrial de Belém, Leônidas Dahás e o pai, Leônidas Souza, os donos da madeireira Ebata, também se viam obrigados a prestar contas. Numa manhã daquele mês de setembro, baixou um holandês na porta da empresa. Havia chegado naquele mesmo dia e batera lá sem aviso. Era um cliente. “Não veio comprar, queria vistoriar o nosso pátio e compreender o que está se passando na Amazônia”, disse Leônidas filho. O homem estava com dificuldade para revender a madeira importada da Ebata: “Nunca tinha acontecido uma visita dessas. Nós usamos agentes para comercializar a madeira, agora foi o cliente direto que veio”, disse Leônidas pai. Leônidas filho acrescentou: “O problema é que o cliente olha a madeira e só vê o desmatamento. Mas ninguém olha pro plástico e pensa no petróleo.”

Até pensa, mas ele não deixa de ter certa razão. Quando um governo encampa uma política antiambiental, é muito difícil que a floresta em chamas não se materialize na cabeça de um norte-americano ou de um europeu prestes a decidir se forra ou não o piso da sala com assoalho de madeira amazônica.

Piorou a situação? “Só para os legais”, lamentam os dois Leônidas em uníssono. “Para os ilegais, nada”, confirma o filho. “Você liga pra quem se quiser falar com o ilegal? Ele não tem telefone. Somos nós que

aparecemos.”

Em Novo Progresso, um pecuarista que não quis dar o nome por receio de represália dos pares – na época da conversa, também setembro de 2019, o Sindicato dos Produtores Rurais do município era dirigido por Agamenon Menezes, acusado de liderar o Dia do Fogo<sup>[6]</sup>– fez um desabafo: “A vida está ficando cada vez mais difícil porque a região está adquirindo a fama de só ter bandido, o que complica cada vez mais o escoamento da produção.”

Não é uma opinião solitária. Osvaldo Romanholi, o ex-prefeito de Novo Progresso, diz coisa parecida: “Sem investimento isso aqui não avança e não tem investimento por causa da desordem. A mineradora chega e pergunta: ‘O que tem aqui?’ ‘Ouro.’ ‘E como é?’ ‘Garimpo.’ ‘Opa, então não quero.’”

RIVA

Entre 2011 e 2017, quando dirigiu um programa de regularização ambiental na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Pará, o advogado Justiniano de Queiroz Netto tentou convencer os grandes fundos internacionais a investir na região. “Ninguém se comoveu. Fiz rodadas de prospecção em São Paulo, fui no Carlyle, em vários outros. Empresas que já estão aqui querem desinvestir. Pôr dinheiro na Amazônia é um problema.”

Vários grupos empresariais consolidados desistiram da região. Só no ramo madeireiro, a dinamarquesa Nordisk Timber desfez os investimentos na Amazônia e foi embora por não conseguir assegurar a origem da madeira comprada. “Venderam tudo”, diz Netto, referindo-se aos donos estrangeiros. Uma subsidiária da multinacional francesa Saint Gobain

subsidiária da multinacional francesa Saint-Gobain também partiu. E a Eidai, do grupo Mitsubishi, que chegou a ser a maior madeireira da Amazônia, jogou a toalha depois de ser achacada. A empresa reagiu gravando o achacador, um superintendente do Ibama que foi preso em maio de 2000. Feita a denúncia, a Eidai arrumou as malas e se despediu da Amazônia.

**E**m janeiro de 2021, o banco norte-americano J.P. Morgan publicou um relatório de 63 páginas intitulado *Grow, Forest, Grow* (Cresça, floresta, cresça), em que analisa os riscos financeiros a que estão expostos os grandes frigoríficos brasileiros que operam na Amazônia. O texto começa com a afirmação de que a destruição da floresta comporta dimensões geopolíticas e econômicas, pois põe em **DUVIDA** tratados comerciais e pode acarretar sanções aos produtos brasileiros. O quarto parágrafo aponta o principal responsável: “A pecuária é um grande vetor do desmatamento no Brasil [...] 88% do desmatamento no bioma amazônico entre 2010 e 2015 ocorreu em áreas potencialmente destinadas à atividade.” O banco afirma em seguida que nenhum dos principais frigoríficos em atividade na área – JBS, Marfrig, Minerva e BRF – “encontrou ainda uma solução para rastrear toda a cadeia de fornecedores indiretos”.

O pano de fundo do relatório está bem estabelecido. Não basta certificar-se de que o boi que acaba de chegar ao frigorífico foi embarcado numa fazenda em dia com a legislação ambiental. É preciso conhecer toda a história do animal, de modo a evitar que o

último pouso não seja apenas uma escala astuciosa para apagar as marcas do desmatamento. É uma prática comum. Vamos chamá-la de *lavagem bovina*: nascido e engordado em área irregular, o animal só é transferido para uma propriedade acima de qualquer suspeita meses antes do abate. O problema se resolveria facilmente com o rastreamento eletrônico de 100% do rebanho. Uruguai, Austrália, Namíbia, Botsuana e todos os países da União Europeia já adotam a tecnologia. Os ruralistas brasileiros sempre se opuseram a qualquer legislação nesse sentido.

A ratificação do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul vem enfrentando resistências em vários parlamentos nacionais. Um estudo de 2020 conduzido pelo Imazon, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, em parceria com universidades norte-americanas, atestou que, se validado sem salvaguardas ambientais mais consistentes, o acordo gerará um desmatamento adicional de até 260 mil hectares nos países do bloco sul-americano (os territórios somados das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo), estando 55% dessa área nos biomas Cerrado e Amazônia. Assim que a informação veio à luz, uma eurodeputada alemã tuitou: “Em qualquer cenário atual, o acordo levará a um possível desmatamento de até 173 mil hectares só no Brasil = mais que toda a área de desmatamento anual da UE.”

Ruralistas e governo rechaçam essas resistências. Dizem que não passam de cortina de fumaça para defender com tinturas ambientais as práticas protecionistas da agricultura europeia. Seria ingênuo negar que existe protecionismo. Igualmente míope é

refutar a existência de razões climáticas, ecológicas, morais e civilizatórias para nos preocuparmos com a floresta. De todas as burrices em curso, talvez a maior seja não perceber que, para os concorrentes do Brasil, a razão econômica – a defesa de interesses protecionistas – converge perfeitamente com a razão ambiental. Quanto mais o Brasil desmata, mais os produtores europeus se sentem seguros. “No mercado só tem gente sabida”, diz Mauro Lúcio de Castro Costa, o pecuarista de Tailândia. “Qualquer ferramenta que puderem usar para desvalorizar o meu produto, eles usarão.” O Brasil tem sido pródigo em fabricar essas ferramentas. Marcello Brito, presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio, resume o problema: “As três palavras que mais ocorrem nas pesquisas sobre o agronegócio brasileiro são *desmatamento, indígena e agrotóxico.*”

RIVA

Essa combinação de ilegalidade, degradação ambiental e fuga de grandes empresas é letal. “O risco da Amazônia está se tornando grande demais”, lamenta Adalberto Veríssimo. “O perigo é que não vamos ter bons investidores, os caras grandes, que têm grandes estruturas e precisam prestar contas. A empresa que vem para cá tem que se haver com o drama social, a criminalidade e o problema ambiental num território sem Estado. Isso afugenta. O perigo não é a [*multinacional de alimentos*] Bunge ou a Eidai, mas o grileiro e o garimpeiro amparados pelo crime.” O perigo é uma Amazônia entregue aos bandidos.



## 10. CHEGA DE LENDAS

Cerca de 22 milhões de brasileiros vivem no bioma amazônico. A Índia tem 1,3 bilhão de habitantes. A Amazônia brasileira é maior do que a Índia (para chegar lá, é preciso anexar mais uma Espanha e uma Alemanha). Isso significa que o bioma não tem um problema demográfico. O problema é de ordem econômica. O país não encontrou soluções para gerar renda e criar condições de vida dignas para quem está na região. As pessoas ali estão desalentadas, são pobres – cada vez mais pobres, se comparadas a seus compatriotas do restante do país. O modelo de desenvolvimento para o bioma fracassou. É o único que existe.

As grandes mensagens que nos chegam hoje da Amazônia falam de uma região de baixíssimo vigor econômico. A situação é especialmente grave para os jovens. Quase 60% das pessoas entre 18 e 24 anos não têm ocupação. Na faixa dos 24 aos 29 anos, o índice é de 40%, dez pontos percentuais abaixo do resto do Brasil. Por trás desses números existe uma realidade preocupante. É o desalento.

Para quem tem entre 25 e 29 anos e vive na Amazônia Legal, a taxa de participação no mercado laboral – pessoas em idade de trabalhar que estão empregadas ou à procura de emprego – é onze pontos inferior ao índice nacional. Significa que é na Amazônia que estão os jovens brasileiros menos propensos a trabalhar ou a buscar emprego. É gente que desistiu. De fato, como mostra um estudo publicado em novembro de 2020 pelos economistas Flávia Alfenas,

Francisco Cavalcanti e Gustavo Gonzaga, fonte dos dados mencionados aqui, sob efeito da pandemia “a proporção de desalentados nessa faixa etária [de 25 a 29] subiu e atingiu 8% na Amazônia Legal, mais que o dobro da taxa observada no resto do Brasil (3%). Trata-se de um efeito perverso da falta de dinamismo do mercado de trabalho”. A Amazônia 2.0 é escassa em oportunidades.

A população no bioma é majoritariamente urbana: chega a 79% segundo os últimos levantamentos. Se 4 de cada 5 moradores na região vivem em cidades, quantos de fato dependem da mata para a sobrevivência? Como visto no terceiro artigo desta série, a distribuição salarial da população ocupada tem pouca conexão com a floresta. Quase 50% da renda das pessoas vem do Estado, via empregos públicos, aposentadorias e pensões ou programas de transferência e auxílios governamentais.

Diante desse quadro, o que esperar de uma Amazônia do futuro? Quem estará lá gerando emprego e renda? Talvez seja útil separar o bioma em cidade e não cidade. Em relação à Amazônia não urbana, o retrato é relativamente claro.

Depois de sessenta anos de colonização feita na pata do boi, parece incontornável que a realidade incluía a pecuária e a lavoura. Mas não *essa* pecuária improdutiva e predatória, extensiva no passado e no presente – aliás, *cada vez mais* extensiva no presente, como demonstrou recentemente o grupo do economista Juliano Assunção. Seria essencial que ela se modernizasse, o que não acontecerá enquanto a fronteira permanecer aberta, estimulando o uso

improdutivo do solo.

A exploração de madeira nativa está em declínio. Seu auge foram os anos 1980 e 1990. Hoje, representa metade do que já foi. Novos processos industriais de beneficiamento e mudanças tecnológicas na construção civil vêm alijando a madeira nativa em favor da madeira plantada, mais homogênea, e de materiais como cerâmica, alumínio e PVC. A atividade madeireira só terá futuro se seguir os passos de empresas como a Ebata, organizadas para atender ao mercado externo com produtos certificados do manejo sustentável. E ainda que faça tudo direito, não será capaz de sobreviver se tiver de competir com a ilegalidade. Hoje compete, e perde.

Estando a floresta assentada numa das grandes províncias minerárias do planeta, a mineração industrial – não confundir com garimpo – é outra cadeia produtiva que permanecerá no bioma. Não são poucos os episódios de danos ambientais provocados pela atividade ao longo das décadas. Contudo, se comparados aos impactos da pecuária, da agricultura e da exploração madeireira, os efeitos da mineração não fazem dela uma adversária da floresta (em relação aos rios, a história é mais complicada). De toda a área já aberta no bioma, menos de 1% se deve diretamente à mineração.

O problema da atividade é outro. Diz respeito à distribuição desigual da riqueza. A legislação tributária brasileira é extraordinariamente favorável a empresas exportadoras. O minério vendido sem nenhum beneficiamento, submetido a nenhum processo industrial passível de tributação, só paga

impostos federais. Muito pouco retorna aos estados e municípios. “Nada!”, esbraveja Simão Jatene, ex-governador do Pará. Com isso, parte substancial da receita gerada pela mineração não beneficia o lugar onde estão as minas. Adnan Demachki, ex-prefeito de Paragominas, município com grandes reservas de bauxita, explica: “Em 2017, o Pará gerou 10,5 bilhões de dólares com exportação de minérios. Toda essa produção representou apenas 3% dos impostos arrecadados. Não é possível.” O resultado são empresas ricas cercadas de pobreza.

No campo florestal não madeireiro, ainda há muito a ser feito. Na Amazônia Legal, considerando a população empregada formalmente no setor agropecuário, 60,7% trabalham na pecuária, 34% na agricultura e apenas 5,4 % na produção florestal. Qualquer modelo que se pretenda uma alternativa ao que existe hoje terá de ampliar a participação desse último setor na economia da região.

Recentemente, o especialista em desenvolvimento Salo Coslovsky, professor da Escola de Serviço Público da Universidade de Nova York (NYU), fez um levantamento dos produtos que a Amazônia exporta. Os achados são notáveis. Os homens que ocuparam a maior floresta tropical do planeta enxergaram pouquíssimas coisas nela. O baixo dinamismo econômico da região se concentra em um número irrisório de produtos: soja, milho, algodão, carne, minérios. Entretanto, a lista de itens vendidos lá fora é muito mais extensa. Em 2018, a pauta de exportações da região incluiu 662 produtos, boa parte deles oriundos da floresta.

Não são necessariamente produtos de nicho. A pimenta, por exemplo, movimenta anualmente mais de 1 bilhão de dólares. Contudo, é medíocre a participação do Brasil nesse mercado. Coslovsky observa que os principais concorrentes do país não são potências tecnológicas ou industriais.

“Dependendo do produto, a Amazônia perde para o Vietnã (pimenta), a Bolívia e o Peru (castanha), e para Uganda, Tanzânia e Guiana (grude de peixe)”, <sup>[7]</sup> escreveu. O fato de países mais pobres dominarem esses mercados multibilionários evidencia como o Brasil até agora não soube desenvolver uma economia da floresta. A demanda global pelos produtos não madeireiros que a Amazônia já exporta chega a 150 bilhões de dólares por ano. O bioma participa com menos de 1% disso. Na avaliação de Coslovsky: “Empresas de alimento da Amazônia não exportam mais porque não têm escala, contatos, conhecimento, constância e controle de qualidade.”

Uma das razões para isso é que produtos florestais não madeireiros não são objeto de políticas consistentes de desenvolvimento econômico. O potencial é enorme; o apoio do Estado, quase nenhum. No máximo, remove-se um obstáculo aqui, como fez a tributação via sistema Simples, ou se estende um recurso acolá a título de assistência social, a exemplo do auxílio aos catadores de castanha. Não se pensa o setor de forma sistêmica. Cada empresa precisa resolver sozinha o seu problema. Ações coletivas para prover bens e serviços, criar normas de qualidade, melhorar espécies e abrir mercados são inexistentes.

A pimenta, o açaí, o cupuaçu, o cacau, os óleos

vegetais, as essências, a castanha, as frutas amazônicas, o mel, os peixes ornamentais e os que servem à alimentação – bens que a Amazônia exporta (na maioria dos casos, pouco e mal) – não darão conta, é claro, dos problemas econômicos do bioma. Igualmente claro é que essas cadeias produtivas podem ter uma participação muito maior na economia da região, o que, além de representar mais renda e emprego, alinha a atividade produtiva com a vocação natural do bioma, que é ser floresta.

O problema da Amazônia não será resolvido sem a melhoria das suas cidades. É nelas que moram 4 de cada 5 habitantes da região. Em que pese um mercado de trabalho bem menos estruturado do que no resto do Brasil – na Amazônia Legal, 56% das pessoas ocupadas estão na informalidade, contra um índice nacional de 37% –, a distribuição dos empregos acompanha o que se espera de um país essencialmente urbano. Cerca de metade das pessoas está no setor de serviços e outras 20% trabalham no comércio.

Melhorar a vida delas não passa por aumentar o desmatamento, como sugerem os que pregam o afrouxamento das leis ambientais e uma conversão ainda maior da floresta em área produtiva. As pessoas precisam de cidades melhores, de escolas e universidades melhores, de melhor infraestrutura de telecomunicação. “Na Amazônia, muito em razão de decisões ruins que nós tomamos, a população é muito dispersa”, diz Juliano Assunção. “O remédio contra a distância é a progressiva digitalização. A economia se torna mais complexa e os serviços vão ganhando importância. A criação de serviços pode

resolver o problema da distância, ou seja, a questão é explorar a vantagem comparativa de estar longe. A Índia fez isso com os *call centers*, e daí partiu para soluções digitais em escala. Já existem grupos tecnológicos organizados em torno da Zona Franca de Manaus. Pode ser o germe de uma mudança.”

Um exemplo é a Terras App Solutions, fundada em 2014 por dois engenheiros da computação, um geólogo e um agrônomo. Sediada em Belém, a empresa se apresenta como uma *startup* de tecnologia geoespacial com aspectos de *fintech*. Em síntese, é uma plataforma que provê serviços de monitoramento e rastreabilidade da produção agropecuária para bancos.

A consciência cada vez maior do drama climático deixou as instituições financeiras mais sensíveis ao risco de ver sua reputação associada a clientes que desmatam. O crédito concedido a esse ou àquele produtor rural irá financiar a derrubada da floresta? Usando inteligência espacial, a Terras ajuda a responder. Faz isso monitorando a propriedade com tecnologia de sensoriamento remoto, ou seja, analisando imagens de satélite. É capaz de aferir se o tomador de empréstimo realmente plantou, se ocupou apenas área permitida, se invadiu reserva legal ou se a pecuária que pratica é mesmo intensiva como consta do contrato.

A rigor, a empresa tem condições de oferecer a rastreabilidade completa, do nascimento do boi ao abate, da soja colhida à soja embarcada. É preciso apenas combinar com os russos, que, no caso, são os produtores. “Alguns entes na cadeia não querem

compartilhar dados”, explica o geólogo Carlos Souza Jr., um dos fundadores da empresa. Quem se nega a fornecer essas informações corre o risco de não receber crédito, conforme determinação do Banco Central que nem todo o sistema financeiro segue à risca. Ainda assim, nem tudo pode ser escondido. Desmate e invasão de áreas de proteção permanente são coisas que um bom analista é capaz de identificar do alto, e Souza Jr. é um dos melhores no mercado. Em parceria com o Google, é ele o principal responsável pela implantação de uma das mais importantes plataformas de vigilância ambiental do país, o Serviço de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon, instituição que também ajudou a fundar e à qual continua ligado como pesquisador.

A Terras já fechou 30 mil contratos com o Banco da Amazônia, cada um deles correspondendo a um empréstimo cuja conformidade legal, social, ambiental e de produção será validada ou não. Tem histórico de infrações trabalhistas? Arregimentou mão de obra infantil ou em condições similares à escravidão? “Monitorar a parte ambiental é mais simples, as fotos de satélite dão conta, desmatamento a gente vê. A parte social é mais difícil”, diz Souza Jr. No futuro a plataforma também avaliará o risco climático, tema a que ele vem se dedicando nos últimos anos. Onde haverá seca? Onde haverá fogo? Em que partes do território as condições climáticas indicam provável queda de produtividade?

Todo esse trabalho é feito em meio andar de um prédio comercial de Belém. A empresa poderia estar em qualquer parte do país, mas se beneficia do fato de ser sediada na Amazônia. Viver no coração do



problema concentra a atenção. Souza Jr. e seus sócios trabalham com desmatamento, pensam desmatamento, convivem com desmatamento. É uma realidade que pode ser alcançada com meio tanque de gasolina no carro. São dezesseis funcionários, a maioria deles desenvolvedores de tecnologia, todos da região. “Nosso maior problema é que a gente perde essa garotada para os centros do Sul”, lamenta Souza Jr.

Empresas como a Terras apontam uma alternativa para a Amazônia muito mais interessante do que as soluções 2.0 à mão. Zelo com o meio ambiente, apoio à produção responsável de alimentos e base tecnológica formam uma combinação poderosa para jovens. Contudo, para que iniciativas assim floresçam e se multipliquem não basta o entusiasmo de alguns pesquisadores-empresendedores. Sem aplicação rigorosa da legislação ambiental, sem investimentos em educação, ciência e tecnologia, dificilmente surgirá uma Amazônia 3.0 ou mesmo uma Amazônia 2.0 que se beneficie da floresta de pé. Teremos apenas esse projeto velho de cinquenta anos.

**C** *hega de lendas, vamos faturar!*, propunha, com exclamação e tudo, um anúncio de 1970 do Ministério do Interior, da Sudam e do Banco da Amazônia. No mapa do Brasil, a parte onde a Amazônia deveria estar é ocupada por gado, torres, instalações industriais, concreto e operários. “Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia. Com o aplauso e o incentivo da Sudam”, diz o texto,

convidando o leitor a também vir tirar a sua lasquinha do bioma. “A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro.”



Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia.

Com o aplauso e o incentivo da SUDAM.

Com o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. **IVA**

Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuário, ou de serviços).

Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil.

Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

**Chega de lendas, vamos faturar!**

**MINISTÉRIO DO INTERIOR**  
SUPERINTENDÊNCIA  
DO DESENVOLVIMENTO  
DA AMAZÔNIA SUDAM 

 **BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**

Difícil imaginar destilação mais precisa dos sonhos brasileiros em relação à Amazônia. Para o Estado nacional, a serventia do mais complexo repositório de vida do planeta é se metamorfosear em dinheiro. O bom brasileiro é o que sabe transformar biologia em moeda, coisa viva em matéria morta. É obsceno e

penosamente atual.

Pequena ilustração disso: o Museu Emílio Goeldi ocupa uma área de 5 hectares em Belém. É um pedaço da Floresta Amazônica fincado no centro de uma cidade árida que eliminou sua paisagem original. Numa manhã de setembro, uma família estava parada diante de um mogno, uma das árvores mais magníficas da floresta. Em silêncio, olhavam como que para o céu, hipnotizados. Alta feito um prédio de dez andares, era uma árvore de mais de trezentos anos. Passados alguns instantes, o filho pequeno quebrou o encanto: “Pai, dá fruta?” O pai pensou antes de responder: “Não. Serve pra fazer compensado.” E seguiram adiante.

## 11. AMAZÔNIA 3.0

O francês Charles-Marie de La Condamine foi o primeiro cientista a descer o curso do Rio Amazonas. Filho da Ilustração, amigo de Voltaire, fez a viagem com os olhos postos na floresta. Assim que voltou a Paris, em 1745, começou a organizar os apontamentos de viagem. Numa comunicação à Academia de Ciências da França citada pela escritora argentina Beatriz Sarlo, descreveu o que tinha visto:

*As gomas, as resinas, os bálsamos, todos os sucos que supuram das incisões de diversas árvores, assim como os diferentes óleos, são inumeráveis. O azeite que é extraído do fruto de uma palmeira chamada unguará é, segundo dizem, tão doce e bom quanto o de oliva. Outro, como o da andiroba, exala uma luz muito elegante, sem nenhum odor desagradável.*

E também:

*A resina chamada cahuchu, nos países da província de Quito perto do mar e das margens do Marañón, quando está fresca, aceita a forma que se deseja dar a ela; é impermeável à chuva, mas o que a torna mais extraordinária é sua enorme elasticidade [...] Os índios fabricam garrafas, botas e bolas ocas, que se achatam quando apertadas, mas que tornam a sua primitiva forma desde que livres.*

É a descrição de uma bioeconomia. La Condamine é mais moderno do que a Sudam, o Banco da Amazônia e o Ministério do Interior. Quinino, curare, látex – o naturalista sabia que os europeus se espantariam com as possibilidades desses produtos florestais. Havia ali fármacos, especiarias, novos materiais. A mata era um **prodígio**.

Maurício Lopes, o ex-presidente da Embrapa, imagina uma Amazônia em que a agricultura e a pecuária se integram à floresta. O boi e a soja conviveriam com a silvicultura, de modo que a pegada de carbono dos dois primeiros fosse anulada pela última. Em 2018, quando ainda presidia a Embrapa, em palestra num centro de estudos sobre segurança alimentar de Washington, Lopes descreveu esse modelo como “a segunda revolução da agricultura brasileira”, depois daquela primeira provocada pelo choque do petróleo de 1973. Para que ela se tornasse realidade, era essencial que os produtores rurais se adequassem ao Código Florestal. Em 2018, falar em ação regularizadora do Estado na área ambiental não soava descabido. Hoje soa. A segunda revolução terá de esperar.

“O que está acontecendo na Amazônia é questão de polícia, não de economia nem de pesquisa”, disse Lopes recentemente, por telefone. “É impressionante: nós temos a marca mais conhecida do planeta” – a Amazônia – “e ela é constantemente usada contra nós.” Hoje mais do que nunca, é certo, mas a origem do problema antecede o atual governo: “O Estado brasileiro nunca teve uma agenda para a Amazônia.”

Uma bioeconomia mais robusta baseada em produtos florestais seria um avanço em relação ao que existe hoje. Entretanto, ao menos teoricamente, ela é apenas uma dentre as muitas possibilidades oferecidas por uma floresta de pé. “Na minha cabeça, sabe o que gera mais negócio para a Amazônia?”, pergunta Lopes. Ele mesmo responde: “PSA: pagamento por serviços ambientais.” Trata-se de um mecanismo econômico que busca compensar a natureza pelos benefícios que ela produz. Florestas em eterna renovação, por exemplo, capturam carbono da atmosfera; pagamento por carbono capturado é um exemplo clássico de PSA.

“Mas não só carbono”, esclarece Lopes. “Esses serviços ecossistêmicos representam uma reserva de oportunidades muito mais extraordinária do que tudo o que a gente é capaz de imaginar. O mundo todo olha para a Amazônia em função disso. Ali existe algo que tem valor para toda a humanidade, que transcende o espaço do Brasil. A floresta é protetora de serviços que atendem ao planeta Terra, está ligada ao equilíbrio hidrológico, à captura de carbono, à produção de água.”

Sem a Amazônia o esforço das nações para se

adequar às metas do Acordo de Paris se torna fútil, uma vez que o desaparecimento da floresta – ou mesmo de metade dela – lançaria o mundo numa rota de aquecimento cujas consequências desastrosas seriam difíceis de contornar.

Acontece que, ao menos por enquanto, não existe um mercado consolidado para PSA. Lopes tem um ponto de vista curioso sobre o problema: a falha seria em parte do Brasil. “Enquanto nós ficamos aqui falando que a Amazônia é provedora de serviços essenciais e que o mundo deveria pagar por eles, esse blá-blá-blá que a gente ouve tanto, não fazemos nada para compreender a natureza desses serviços. Você não consegue gerir o que não mede. É preciso identificar, descrever, qualificar e, aí, sim, valorar cada um desses serviços: *Esse presta pra isso, aquele presta pra outra coisa*. Isso nós não fizemos, não aprendemos a descrever. Deveria ser o dever de casa do Brasil e da Embrapa.”

É uma tarefa tão ambiciosa quanto aquela que o país enfrentou quando decidiu se inventar como potência agrícola. Nas próximas décadas a conta da interferência humana na biofísica da Terra será cobrada em parcelas cada vez maiores. Pode-se bem imaginar o valor intrínseco da maior floresta tropical do planeta. Não está claro *como* (e *se*) o mundo remunerará quem for capaz de preservá-la, mas também é certo que nenhum país se encontra tão bem posicionado quanto o Brasil para oferecer soluções de estabilização climática baseadas na natureza.

“Quem resolve isso é o cinturão tropical do globo”, diz Lopes. “Dos países localizados nessa faixa, o

conhecimento para fazer isso.” Mas nada disso se tornará realidade por ser inevitável. O cinturão tropical é grande, e se o Brasil não assumir o papel de protagonista desse novo mundo, as florestas subsaarianas e do Sudeste Asiático poderão prover os mesmos serviços. “Não vai acontecer só porque nós, brasileiros, queremos. Essas cadeias de valor surgem dos embates travados em ambientes multilaterais. Por exemplo: o mercado de carbono nasce das discussões nas conferências do clima. Por isso é tão importante uma diplomacia inteligente, que entre nas negociações com uma visão de negócios.”

A perspectiva de Lopes se choca frontalmente com a estratégia atual do Itamaraty, que, na figura de seu chanceler, repele a existência do aquecimento global. Estranha missão, visto que ajuda a afrouxar as metas climáticas dos acordos internacionais e, assim, dificulta o estabelecimento de mecanismos econômicos para remunerar os virtuais provedores de serviços ecossistêmicos. Como diz o economista e cientista do clima Bernardo Strassburg, é como se a Alemanha trabalhasse para atrapalhar o comércio internacional de automóveis. “Quanto mais rígidos forem os acordos, mais o Brasil tem a oferecer”, ele explica.

A diplomacia brasileira sempre desempenhou um papel de destaque nas reuniões multilaterais sobre meio ambiente. É a única frente da geopolítica global em que o país conquistou o direito de se sentar na cabeceira da mesa. “Não tinha acordo sem a nossa participação. O Brasil era o proponente ou era o país-chave a ser convencido”, lembra Strassburg, frequentador dessas conferências desde 2007.

O embaixador André Corrêa do Lago chefiou a divisão do Itamaraty voltada para o tema ambiental e entre 2011 e 2012 foi o negociador-chefe do Brasil para mudança do clima. Segundo ele, a posição oficial do país foi sempre a de associar metas de conservação a mecanismos para financiar quem preserva. “Tudo bem, vamos conservar as florestas, mas cadê os recursos, cadê a tecnologia?”, diz, falando via Zoom de Nova Delhi, onde ocupa o posto de embaixador junto ao governo indiano. “Todos os artigos sobre florestas que aparecem nas declarações da ONU, tanto os progressistas quanto os outros, são obra da diplomacia brasileira”, garante.

Uma das contribuições brasileiras decisivas para a arquitetura dos acordos na ONU se deu na concepção de instrumentos de mercado para financiar a captura de gases do efeito estufa. <sup>RIVA</sup> “Era uma exigência dos americanos nas negociações do Protocolo de Kyoto. Pela lógica deles, a coisa tinha que ser resolvida pelo mercado. Foi nesse contexto que se inventou o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo [CDM *na sigla em inglês*]. Funcionava assim: os Estados Unidos precisavam reduzir a emissão deles para se adequar às metas do protocolo. Digamos que não quisessem ou não pudessem fazer o esforço para chegar lá. Então, uma maneira de ficar em dia é financiar um projeto na Índia que substitua uma termelétrica a carvão por uma hidrelétrica pequena. Pronto: a redução vai para a conta do país que financiou. Os Estados Unidos acabaram não assinando Kyoto, mas aí é outra história. O essencial é que o CDM passou. E quem desenvolveu o mecanismo? Brasil e Estados Unidos. Só os dois”,



conta Corrêa do Lago.

O CDM se tornaria a base da legislação de carbono da União Europeia. O mecanismo é de difícil monitoramento – um filtro instalado numa fábrica de cimento no Sri Lanka continua em funcionamento um ano depois? – e por isso acabou não ganhando escala. Em 2013, na Conferência de Varsóvia, criou-se um novo instrumento para prover incentivos financeiros a países em desenvolvimento que reduzam seus níveis de emissão de gases pela via do combate ao desmatamento. Chama-se REDD+, sigla para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal. (O sinal de + se refere a outras ações que também podem se beneficiar do mecanismo, como restauração e manejo sustentável das florestas.)

A principal inovação do REDD+ <sup>RIVA</sup> é o pagamento por desempenho, isto é, transferem-se recursos de acordo com os resultados já alcançados. À diferença do CDM, remunera-se o passado, não o futuro. Quem reduziu o desmatamento no ano zero é recompensado no ano um. “A primeira proposta de REDD+ foi apresentada pelo Brasil na época da Marina Silva. Depois o mecanismo foi aprimorado na gestão da Izabella Teixeira à frente do Ministério do Meio Ambiente, entre 2010 e 2016. É uma invenção brasileira”, diz Corrêa do Lago. (Em 2005, Papua-Nova Guiné e Costa Rica tiveram atuação decisiva na defesa de uma versão anterior do instrumento.)

O Fundo Amazônia foi criado antes de o mecanismo REDD+ ter sido ratificado pela comunidade internacional. Contudo, sua arquitetura financeira é a

mesma. Compõe-se de doações da Noruega (93,8%), da Alemanha (5,7%) e da Petrobras (0,5%), sendo os aportes condicionados aos resultados obtidos. Durante dez anos pelo menos, esses recursos financiaram ações de preservação da Floresta Amazônica. Geraram emprego, apoiaram o desenvolvimento de tecnologia nacional de monitoramento e ajudaram o Estado brasileiro a se aparelhar para proteger o bioma. Com o crescimento das taxas de desmatamento em 2019, tanto a Noruega como a Alemanha suspenderam os investimentos. Como se não bastasse, os recursos que já haviam sido depositados no Fundo estão parados, uma vez que o governo se recusa a liberá-los.

Ao longo de décadas a diplomacia brasileira ajudou a criar instrumentos de valorização do patrimônio ambiental do país. Fez isso sem abdicar da defesa dos interesses do agronegócio nacional. Entendia que acordos sobre mudanças climáticas podiam favorecer o Brasil. Não mais. De 2018 para cá, o país deixou a cabeceira da mesa e perdeu influência no único fórum internacional em que tinha peso. Com isso, abriu mão de participar como interlocutor privilegiado das discussões sobre como aprimorar os instrumentos de compensação pela natureza preservada.

Isso complica ainda mais o surgimento de um mercado robusto de PSA, o que já seria difícil mesmo com o país remando a favor. Transformar mecanismos do gênero em cadeias relevantes de valor é uma questão que divide especialistas. Juliano Assunção, colega de Strassburg na PUC-Rio, é da turma dos céticos. Sua hesitação diz respeito a um

problema clássico da economia: como fazer para que alguém pague por algo que lhe é oferecido de graça? Bens públicos, categoria a que pertencem os serviços ecossistêmicos, são aqueles que, se disponíveis a um indivíduo, estarão disponíveis a todos. Ar puro, por exemplo. O mercado não consegue lidar de forma eficiente com isso, dada a impossibilidade intrínseca de excluir do usufruto do bem alguém que não pagou por ele.

“Foi muito mais fácil o Brasil se organizar para desenvolver uma economia do agronegócio. A gente compreende o mercado de soja, sabe quem compra e quem vende”, afirma Assunção, acrescentando o essencial: “Soja você consegue *não* produzir.” Para ele, a agenda dos serviços ambientais deveria ser levada adiante sem atrelá-la à solução dos problemas ambientais, econômicos e sociais da Amazônia. “É uma pauta que se justifica por si só.”

Certo: entender como uma floresta de pé sustém a biodiversidade é um fim em si mesmo; prescinde do amparo de razões utilitárias. Existe algo de intrinsecamente obsceno em atribuir um preço à natureza. Os próprios termos da discussão são degradantes: por exemplo, converte-se o respiro da mata em contrato mercantil, reduz-se esse processo bioquímico a um serviço passível de ser cobrado porque *útil*. O problema é que essas objeções não resolvem a questão: como proteger a floresta? O madeireiro Leônidas Souza gosta de repetir uma frase que atribui a Marina Silva: “As florestas públicas só vão ficar de pé se tiverem valor. Do contrário, não serão públicas nem serão florestas.”

À complicação política se soma a complicação bioquímica. O sequestro anual de CO<sup>2</sup> nas florestas tropicais vem diminuindo, o que significa que a resiliência desses biomas ao aquecimento global pode estar chegando ao fim. Segundo alguns estudos recentes, o limite de tolerância térmica das florestas é de até 32°C. Acima disso, as matas começam a definhar. A mortandade das árvores aumenta e um sistema que antes capturava carbono passa a emití-lo. Se nas próximas décadas essa inversão do ciclo de carbono se confirmar, o mercado de PSA será afetado.

“Algumas discussões sobre a Amazônia lembram muito os planos soviéticos”, diz Assunção. “A cada par de anos surge uma solução: ‘Esses aqui são os setores que representam o futuro do bioma.’ Desenvolvimento econômico não funciona assim. É frustrante, mas a literatura especializada é silenciosa em relação a receitas acabadas para desenvolver uma região específica.”

O dirigismo não produziu boa coisa na Amazônia. Assunção tem mais fé num cardápio variado de iniciativas pautadas em boas práticas ambientais. Agricultura e pecuária que respeitem o Código Florestal, por exemplo. Mineração responsável. Turismo verde. Serviços. Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas identificadas por Salo Coslovsky que, além de terem surgido organicamente na região, já deram provas, ainda que incipientes, de poder chegar a mercados internacionais multibilionários.

Esse quadro não exclui a contribuição econômica de alguns serviços ecossistêmicos. Assunção defende

que o país aprenda “a jogar o jogo”, como ele diz, de um ou dois desses serviços. “Carbono, por exemplo. Esse é um produto para o qual já existe um mercado em estruturação. Não é simples entender como se tornar competente nele. Quer ver uma complicação? A floresta madura não se encaixa direito nos compromissos de compensação” – ou seja, nos esquemas de compra de créditos de carbono por países ou empresas que precisam compensar sua emissão de gases do aquecimento. “Isso porque ela de fato estoca muito carbono, mas, como já está totalmente formada, não captura mais. Do ponto de vista do fluxo, é uma floresta essencialmente neutra.” Tendo deixado de retirar carbono da atmosfera, ela já não cumpre o serviço buscado pelos que recorrem a esse mercado. Assunção acredita mais no modelo de restauração de florestas: árvores em crescimento sequestram carbono. “Mas ~~na~~ aí a coisa é simples. Um levantamento do Imazon mostrou que existem 7 milhões de hectares em diferentes processos de regeneração na Amazônia [*os estados do Rio de Janeiro e de Sergipe somados*]. É terra abandonada que a floresta está retomando. Não custou nada, é regeneração natural.” Uma vez mais, é o dilema dos bens públicos.

“Discordo ligeiramente do Juliano”, diz Bernardo Strassburg. “Você pode, sim, parar de prestar serviços ecossistêmicos. Basta queimar a floresta e jogar carbono na atmosfera. É o que nós temos feito.” Sendo possível reduzir a provisão desses serviços, pode-se cobrar para que sejam mantidos. O REDD+ se baseia nisso.

Strassburg é professor do departamento de geografia

e meio ambiente da PUC-Rio. Ele e a engenheira de proteção ambiental Agnieszka Ewa Latawiec, pesquisadora polonesa que conheceu durante o doutorado em ciências ambientais no Reino Unido e que se tornou sua mulher, fundaram no Rio de Janeiro o Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS), um centro de pesquisa sobre uso sustentável da terra, conservação da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos e adaptação às mudanças climáticas. Strassburg foi o autor principal de um importante [artigo](#) de 2020 sobre recomposição ecológica. Publicado na revista britânica *Nature* com o título *Global Priority Areas for Ecosystem Restoration* (Áreas prioritárias globais para a restauração de ecossistemas), o estudo teve repercussão mundial.

Usando um algoritmo desenvolvido pelo grupo de pesquisa que lidera, RIVA Strassburg identificou as regiões do globo que apresentam melhor custo-benefício para ações ambiciosas de mitigação climática e preservação da biodiversidade. De acordo com uma das principais conclusões a que chega o trabalho, “restaurar 30% das áreas degradadas do planeta pode salvar 71% de espécies da extinção e absorver quase metade do carbono acumulado na atmosfera desde a Revolução [Industrial](#)”.

*Onde restaurar é o ponto crítico. O grande achado do artigo é demonstrar como benefícios ecossistêmicos e climáticos variam drasticamente de lugar a lugar. “Um investimento de 1 bilhão na Noruega salva duas espécies de grama e uma borboleta. Esse mesmo esforço, se feito em Madagascar ou no Brasil, tem um efeito quatro ordens de magnitude acima”, explica*

Strassburg. Segundo quase todos os critérios importantes – captura de carbono, manutenção da biodiversidade, custo da restauração, segurança alimentar –, o Brasil é ideal. Um *hotspot*. O que é outro modo de dizer que, por fim, descobriu-se uma atividade em que a Amazônia conta com uma vantagem comparativa notável em relação a quase todas as outras regiões do planeta.

*Capital natural* é um conceito econômico que se refere às terras, águas e diversidade de vida sem cujos serviços não haveria sociedade humana. “O mundo é um *free rider* do capital natural do Brasil. A gente exporta os serviços prestados por ele sem que ninguém pague por isso”, explica Strassburg. Alguns desses serviços têm caráter local: estabilização dos solos, polinizadores, a evapotranspiração que regula as chuvas. Outros têm abrangência global: captura de carbono e biodiversidade. O mundo não está disposto a pagar pelos primeiros, mas pelos outros, sim. “Não é à toa que existem duas convenções da ONU sobre os dois temas de abrangência global e nenhuma convenção sobre polinizadores”, diz Strassburg, referindo-se à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Cabe então a pergunta: como esses pagamentos têm se materializado? Para quem acompanha esse debate há tempos, já se tornou cansativa a promessa de que os mercados de PSA serão uma realidade na próxima década – sempre na *próxima*, a década que nunca chega. Strassburg contesta: “Eu vejo a realidade desses pagamentos acontecer no futuro, mas, sobretudo, vejo acontecer no passado. O Brasil é o

maior beneficiário do mundo em REDD+, fruto do acordo bilateral com a Noruega: 1 bilhão de dólares recebidos de um só país.”

Alguns sinais justificam o otimismo de Strassburg. Grandes empresas, e não só países, também têm se comprometido a mitigar suas taxas de emissão de gases do efeito estufa. A Amazon declarou que será neutra em carbono em 2040. A Apple, em 2030, mesmo ano em que a Microsoft se comprometeu a ser *negativa* em carbono. A exemplo das três gigantes, cresce mais e mais a lista das grandes corporações que assumem compromissos semelhantes de mitigação climática. Segundo Strassburg, “quando a conta das metas globais começar a chegar – por exemplo, a Europa anunciou que atingirá a neutralidade das emissões em 2050 –, a busca por alternativas que otimizem custo e eficácia vai se intensificar muito. E aí entram os serviços ecossistêmicos, porque as soluções baseadas na natureza são as mais baratas e eficientes”. Ainda não se inventou tecnologia melhor do que uma árvore para capturar carbono da atmosfera. Ou do que uma floresta para conservar a biodiversidade.

“Partindo da hipótese de que o mundo levará a sério o problema do aquecimento global, dá pra prever que, sim, o PSA será uma realidade”, afirma Strassburg. “As soluções baseadas na natureza são óbvias.” Numa conta que fez, o bioma Amazônia poderá captar anualmente até 10 bilhões de dólares em REDD+. “É bem mais do que o custo de oportunidade de converter as florestas em agricultura, ou seja: transformar a mata em pasto e lavoura é mau negócio, gera menos renda.”



Se há um aspecto em que Bernardo Strassburg se alinha com o colega Juliano Assunção é na certeza de que não existe uma forma única para solucionar os problemas da Amazônia. “PSA não é para sempre. Tem que ser compreendido como uma ponte para implantar um modelo de desenvolvimento mais sustentável no bioma. Os recursos do REDD+ deveriam ir para o fazendeiro que não incorreu em desmatamento legal – ele tinha autorização para derrubar a floresta, mas decidiu manter – e para a ciência, a tecnologia, a inovação, tudo o que seja necessário para criar um bioma sustentável.”

É uma observação importante. No futuro, o mundo talvez prescindia da Amazônia. E não só por causa da eventual inversão do ciclo carbônico. Há hoje toda uma indústria em gestação para enfrentar com meios artificiais a crise do aquecimento global. De usinas para extrair carbono da atmosfera a esquemas de refração da luz solar, essas iniciativas compõem um novo campo da ciência aplicada, a geoengenharia. Soa perigoso, e provavelmente é, mas isso não equivale a dizer que seja ineficiente. Talvez seja até inevitável. “Digamos que a economia dos países desenvolvidos chegue à neutralidade de emissões em 2050”, especula Strassburg. “Eles vão precisar menos da Amazônia. E, se ainda precisarem, o preço terá caído, porque outras soluções estarão competindo com os serviços ecossistêmicos naturais.”

Se acontecer, o Brasil terá perdido mais uma vez o bonde da história.

## 12. EPÍLOGO

A despeito da retórica nacional-populista, o Brasil é pouca coisa. Não é potência econômica, nem científica, nem tecnológica, nem geopolítica. Longe disso. Quinhentos anos depois da chegada dos portugueses ao litoral baiano, não temos muito que mostrar ao mundo. O cenário à frente também não é promissor. Num século que se organiza cada vez mais não em torno de coisas, mas de conhecimento, nossas perspectivas parecem medíocres. Países como a China importam cérebros; o Brasil tem escolhido exportar os seus. Para que haja cientistas é preciso haver ciência. A cada novo corte de verbas para a pesquisa, a cada criacionista indicado para cuidar das escolas e bibliotecas do país, o Estado brasileiro reafirma que não trilha esse caminho.

RIVA

Produzimos alimentos, o que é importante. Ocorre que a soja do Centro-Oeste brasileiro é idêntica à soja cultivada no continente africano ou na Sibéria. Se o Brasil soube fazer a sua revolução agrícola, outros países podem fazer a deles, como prenunciam as mudanças climáticas e as transformações tecnológicas em curso. Resta saber se a concorrência mais forte virá das novas fronteiras de plantio ou dos laboratórios.

O que sobra, então? O que distingue o país e o torna único? É simples. Temos a maior biodiversidade e a maior quantidade de carbono estocado em matéria orgânica do planeta (a Rússia nos ultrapassa, se incluído o carbono capturado no solo). Mais do que importante, esse é um patrimônio crucial. Num

mundo fadado a enfrentar a emergência climática que se avizinha, preservar a maior floresta tropical do mundo é, antes de tudo, um dever de civilização. Para um país que contribuiu tão pouco com a felicidade do planeta, cumprir essa tarefa já seria imenso. Mas não para por aí, pois os benefícios não se resumem à responsabilidade moral: até segunda ordem, esse patrimônio vital que nos foi legado arbitrariamente pelas vicissitudes da química e da física da Terra é o único em condições de nos dar alguma relevância global.

Como observa Bernardo Strassburg, o capital natural foi sempre um ativo estratégico para o Brasil. O país vem sendo explorado assim desde o pau-brasil. Com o tempo, o que passou a nos caracterizar foi o que *substituiu* o capital natural: o café, o gado, a soja. Com 17 mil km<sup>2</sup> de terras abandonadas na Amazônia (um Kuwait), não há por <sup>RIVA</sup> que abrir nem mais um palmo de floresta para plantar uma couve. O futuro está no que ficou de pé.

Um projeto de país digno do nome seria compreender essa riqueza e, a partir daí, transformar o Brasil naquilo que pouquíssimos países estão habilitados a ser: uma potência ambiental. Isso se faz fortalecendo o conhecimento, investindo em cientistas, levando as inovações para fora dos laboratórios, encampando uma política internacional de defesa das práticas sustentáveis como princípio econômico essencial. E, inevitavelmente, interrompendo a destruição. Enquanto existe, um bem natural perdura e não se deprecia. A floresta que captura carbono hoje vai capturar carbono amanhã. O rio que movimenta uma turbina elétrica em 2021

provavelmente movimentará uma turbina elétrica diferente em 2121; a máquina precisará ser substituída, o rio não. Porém – e essa é a diferença entre um bem natural e todos os outros ativos –, se o rio secar, se a floresta for cortada, se a biodiversidade desaparecer, terá sido para sempre. O que retorna é outra coisa, diferente e mais pobre. A extinção é irreversível.

Levada adiante, a ideia de um Brasil que retira do seu patrimônio natural, e da Amazônia em particular, o fundamento de sua identidade e de seu destino, que transforma o arrabalde em nossa casa, por assim dizer, impõe ao país uma tarefa magnífica. No limite, a de desenvolver em terras brasileiras o Vale do Silício da biodiversidade. É um sonho que já habita a imaginação de alguns cientistas. Fazer daqui um centro de referência mundial para a agricultura de baixo carbono, para os novos materiais extraídos da natureza, para a engenharia baseada nas formas vivas, para a identificação de moléculas que curam, para o estabelecimento de novos marcos legais de remuneração das comunidades que preservam esse vasto patrimônio genético, para a prestação de serviços ecossistêmicos – em suma, para nichos importantes de tudo o que possa ser chamado de biotecnologia.

Pouco importa se o objetivo é fantasioso e difícil de alcançar. O que importa é o rumo. Para um país que sempre sonhou baixo, é uma linda ambição, apta a evitar que, no futuro, uma criança olhe para um mogno e aprenda que está diante de uma pilha de tábuas de compensado.

---

[1] A Rússia é um país muito frio.

[2] Eram duas as condições para que um nome saísse da lista: reduzir o desmatamento anual a menos de 40 km<sup>2</sup>, mantendo por dois anos consecutivos uma taxa média de desmatamento inferior à registrada entre 2005 e 2008, e promover a atualização cadastral de pelo menos 80% dos imóveis rurais do município, para melhor monitorá-los contra futuros desmatamentos ilegais.

[3] Terras não destinadas são áreas que não foram delimitadas como unidade de conservação, área quilombola ou terras indígenas, mas pertencem ao poder público.

[4] De um fazendeiro na Amazônia citado na biografia de Daniel Ludwig: “Veja <sup>RIVA</sup> bem, eu sou cristão. Não acho que índio bom é índio morto, como dizem os gringos. Mas acredito, sim, que o único índio bom é o índio sem-terra.”

[5] O autor possui ações da Amata.

[6] Em 2019, fazendeiros, empresários, advogados e pessoas ligadas ao setor agropecuário de Novo Progresso (PA) combinaram dia e hora para começar incêndios florestais. A data marcada foi 10 de agosto, o Dia do Fogo.

[7] Extraído das vísceras de peixes, é usado como fixador pela indústria de cosméticos e bebidas. Além disso, é matéria-prima para linhas de sutura cirúrgica, colas de precisão e alguns remédios.

[4] De um fazendeiro na Amazônia citado na biografia de Daniel Ludwig: “Veja bem, eu sou cristão. Não acho que índio bom é índio morto, como dizem os gringos. Mas acredito, sim, que o único índio bom é o índio sem-terra.”

[5] O autor possui ações da Amata.

[6] Em 2019, fazendeiros, empresários, advogados e pessoas ligadas ao setor agropecuário de Novo Progresso (PA) combinaram dia e hora para começar incêndios florestais. A data marcada foi 10 de agosto, o Dia do Fogo.

[7] Extraído das vísceras de peixes, é usado como fixador pela indústria de cosméticos e bebidas. Além disso, é matéria-prima para linhas de sutura cirúrgica, colas de precisão e alguns remédios.

RIVA



## JOÃO MOREIRA SALLES

Documentarista, é editor fundador da **piauí**. Dirigiu *Santiago*, *Entreatos* e *Nelson Freire*, entre outros

# MÚSICA ACIMA DE TUDO, BEETHOVEN ACIMA DE TODOS

Como a maior orquestra do país sobrevive à  
pandemia

ARTHUR NESTROVSKI



A OSEP APÓS CONCERTO REGIDO POR THIERRY FISCHER EM 5 DE MARÇO PASSADO, NA VÉSPERA DO NOVO FECHAMENTO DA SALA SÃO PAULO: PARA MUITOS, A ORQUESTRA ENCARNA IDEAIS DE VIDA COMUNITÁRIA QUE PARECEM CADA VEZ MENOS REAIS





Eram sete e pouco da manhã quando li a mensagem do pianista Aleyson Scopel, enviada sete horas antes. Ele suspeitava que estivesse infectado pela Covid-19 e me avisava que iria fazer um teste em breve. O seu primeiro ensaio seria no dia seguinte, 27 de janeiro, quarta-feira. Na manhã de quinta haveria o ensaio geral com a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, a Osesp, e à noite, a primeira de duas apresentações na Sala São Paulo. Enviei a ele uma mensagem de apoio. Disse que estava torcendo para que ~~seu~~ <sup>RVA</sup> exame desse negativo, mas já comecei a pensar em possíveis nomes para substituí-lo, enquanto tomava café.

Antes das 9 horas chegou outra mensagem, acompanhada da foto do laudo médico.

“Infelizmente não tenho boas notícias”, dizia Scopel. “Meu teste rápido acaba de dar positivo para IgM.” O laudo explicava o que era IgM, como se fosse preciso: “Significa infecção ativa (recente) pelo coronavírus.”

Era a segunda vez que teríamos de substituir um solista para o *Concerto para Piano N° 2*, de Shostakovich, mas agora num tempo recorde. Desde o início da pandemia, em meados de março de 2020, tínhamos feito incontáveis mudanças de solista, regente e programa, mas nunca nesse aperto. O



repertório também não ajudava: o *Nº 2* não é exatamente uma peça que todo pianista tem nos dedos.

No programa da Osesp divulgado em novembro, o solista era Boris Giltburg, israelense nascido na Rússia. Mas em fins de dezembro ele não pôde embarcar para São Paulo, porque a Holanda, onde vive (em Haia), proibiu todos os voos para e da América do Sul, reagindo ao aumento descontrolado de casos da doença no continente.

Foi quando pensei em Aleyson Scopel, jovem pianista capixaba (radicado no Rio) que estivera na Sala São Paulo havia pouco, num festival de sonatas de Beethoven. Uma rápida consulta ao site do artista confirmou minha lembrança de que o *Concerto para Piano Nº 2* fazia parte do seu repertório. Na nossa conversa por telefone, um dia depois do Natal, Aleyson vacilou, já que não tocava essa peça havia muito tempo. Nada, como nós dois sabíamos, que dez horas de piano por dia, durante dez dias, não resolvessem. A vontade de tocar venceu o vacilo, e a substituição de Giltburg foi resolvida – até que a Covid-19 atacasse Aleyson.

O *Concerto para Piano Nº 2* foi escrito em 1957 como presente de aniversário de Shostakovich para o seu filho Maxim, que completava 19 anos e fez a estreia do concerto no dia de sua formatura no Conservatório de Moscou. De porte camerístico e um pouco menos extenso que o habitual (só cerca de vinte minutos), mesmo assim exige considerável virtuosismo do pianista, que precisa articular centenas de colcheias, com leveza e graça, no

primeiro e no terceiro movimentos, além de encontrar a medida funda de lirismo nas aparentes simplicidades do segundo, um dos mais lindos entre todos que o compositor russo escreveu. É uma peça perfeita para programas durante a pandemia: curta, com formação orquestral pequena e oportunidades de sobra para o solista exibir suas artes.

Havíamos chegado ao N<sup>o</sup> 2 depois de um trajeto complicado, que começara não com Shostakovich, mas com Anton Bruckner e sua *Sinfonia N<sup>o</sup> 8*.

**A** *Oitava* de Bruckner estreou em 1892 e é um dos maiores monumentos sinfônicos do romantismo tardio. A orquestração pede 3 flautas, 3 oboés, 3 clarinetes e 3 fagotes (um deles dobrando contrafagote); 8 trompas (5 delas tocando também tubas wagnerianas), 3 trompetes, 3 trombones e tuba; tímpanos e percussão (2 percussionistas); 3 harpas; e cordas, que, para uma peça desse porte, não devem ser menos que 60 (16 primeiros violinos, 14 segundos violinos, 12 violas, 10 violoncelos e 8 contrabaixos). Ou seja: 93 músicos.

Era essa a obra que estava programada para os concertos que deveriam ter acontecido na última semana de maio de 2020 e haviam sido combinados dois anos e meio antes com sir Richard Armstrong, quando o maestro inglês veio à Osesp reger um inesquecível segundo ato de *Tristão e Isolda*, de Richard Wagner.

Com 78 anos, sir Richard tem relação de mais de uma década com a Osesp, que ele já regeu em oito

temporadas. É especialmente benquisto pelos músicos e possui uma sabedoria prática que vem de uma vida inteira no meio orquestral e operístico. Foi diretor das óperas da Escócia e do País de Gales, regeu no Covent Garden e na English National Opera, entre muitos outros lugares. Sir Richard cultiva uma ironia que é também autoironia, bem-humoradamente discreta e muito inglesa. Nesse espírito, que guarda sua dose de melancolia, ajuda a manter um asilo para elefantes idosos, na Tailândia.

Guardo fotos dele feitas no camarim, depois da apresentação de *Tristão e Isolda*, ao lado da germanista Graça Machel, viúva de Nelson Mandela, e de minha mulher Claudia Cavalcanti (também germanista e amiga de Machel) – todos nós sorrindo. São imagens de um tempo que hoje parece muito distante e muito ingênuo em sua confiança no futuro.

Em 14 de março de 2020, a Sala São Paulo, casa da Osesp, foi fechada por causa da pandemia. Estávamos na segunda semana da temporada e, apesar da crescente preocupação com o aumento da Covid-19 no país, ninguém esperava que a situação se deteriorasse tanto. Mas, de repente, era isso: mal terminado o concerto de sexta-feira à noite, o pianista inglês Paul Lewis e o regente suíço Stefan Blunier correram para o hotel, com voos remarcados para o dia seguinte, enquanto eu me despedia da equipe, sem ter uma noção real do que nos aguardava.

Os dois primeiros meses de quarentena nos deixaram meio embriagados de temor, espanto e adrenalina. Aos poucos, foram sendo adiados todos os programas do fim de março ao fim de julho, entre

eles a apresentação da *Sinfonia N° 8*, que transferimos para janeiro de 2021. Numa conversa via FaceTime com sir Richard, os dois lamentamos a mudança de data, mas a essa altura mudar a data queria também dizer manter o programa, o que era significativo. Por aqui, como na Europa, orquestra atrás de orquestra estava cancelando tudo.

Como era impossível fazer reuniões presenciais, marcamos uma primeira sessão de trabalho virtual, para tratar de questões variadas, por meio do Zoom. Foi comovente ver aqueles rostos aparecendo, um após o outro, nos quadradinhos do aplicativo. E ainda mais emocionante quando organizamos as duas primeiras reuniões plenárias – uma com músicos e cantores, outra com funcionários de todas as áreas da Fundação Osesp (um total de mais de 250 pessoas, somadas as duas). Curioso que uma tecnologia dessas, tão nova e cheia de frescor, tão rapidamente se torne instrumento banal, quando não antiquado, do dia a dia. Muito do que nos encantava há poucos meses agora parece velho e sem charme. Aliás, muito do que aconteceu já é lembrado como passado distante. Alguém deveria refletir sobre essa veloz preterização do futuro, que parece uma das marcas de um período sem presente.

**A** Sala São Paulo – considerada uma das melhores salas de concerto do mundo – só reabriu ao público sete meses depois, em 15 de outubro, com medidas sanitárias que permitiam a presença de, no máximo, 480 espectadores, num espaço com 1 484 lugares. Para a

orquestra, o retorno também seguiu restrições severas, entre elas a decisão de que não deveria passar de 53 o número de instrumentistas no palco. Esses cuidados simplesmente impediam a apresentação da *Oitava* de Bruckner e sua multidão de músicos. Tivemos de dar adeus à sinfonia.

Não foi surpresa alguma para sir Richard quando, num novo FaceTime, comuniquei a mudança, não mais de data, mas do programa. Pensando na afinidade natural do maestro com a música inglesa e levando em conta também o tamanho possível de orquestra, sugeri, no lugar da *Oitava*, os *Quatro Interlúdios Marítimos*, espécie de suíte orquestral extraída da ópera *Peter Grimes* (1945), de Benjamin Britten, compositor inglês que sir Richard conheceu pessoalmente.

É uma peça incrível, cujo percurso nos leva do alvorecer numa praia cheia de pássaros até a noite enluarada, quando, finalmente, irrompe uma das mais extraordinárias cenas de tempestade jamais compostas. Além da poesia da paisagem em forma de sons, os *Quatro Interlúdios* também retratam uma comunidade litorânea e fazem um mergulho na alma de um pescador violento, injustamente acusado de supostos crimes de natureza veladamente sexual. São dois temas caros à imaginação de Britten: a homossexualidade – que ele jamais assumiu, mas também não escondeu – e o que o próprio compositor definiu como “a luta do indivíduo contra as massas”.

Como eu imaginava, sir Richard imediatamente disse sim.

Britten combinava com Shostakovich, que foi obrigado, sob o regime stalinista, a escrever numa língua musical cheia de ambiguidades e duplos sentidos. Os dois compositores, aliás, se davam bem e se admiravam mutuamente. Foi o que motivou reunir os *Quatro Interlúdios Marítimos*, com duração de 16 minutos, com o *Concerto para Piano N° 2*, de 20 minutos. Mas, como a pandemia nos obrigou a ter programas com cerca de 60 minutos de duração, sem intervalo (ou seja: sem aglomeração no café da Sala São Paulo), faltava ainda uma abertura.

Uma boa opção era o poema sinfônico *No Reino da Natureza* (1891), de Antonín Dvořák. Uma linda peça de 12 minutos, pouco tocada, o que seria mais um motivo de interesse, e cujo tema abriria o cenário para as paisagens de Britten. Além disso, com orquestração compatível às dificuldades de agora.

E assim foi definido o repertório que substituiria a *Oitava*. Pouco tempo atrás, ninguém pensaria num programa como esse e nessa ordem – Dvořák, Britten e Shostakovich –, mas a necessidade é mãe da invenção, e o novo formato de concertos de uma hora inspirou a solução inusitada, como tem inspirado outras mais.

Tudo parecia ter voltado razoavelmente aos trilhos quando, em dezembro do ano passado, o governo brasileiro proibiu a entrada no país de pessoas vindas do Reino Unido. Faltava um mês para sir Richard chegar a São Paulo, mas nada indicava que aquela regra mudaria a tempo de ele poder viajar.

Antevendo o problema, liguei para outro maestro inglês, Neil Thomson – que reside no Brasil –, para

saber se estaria disponível, caso fosse preciso.

Titular da Orquestra Filarmônica de Goiás, que em suas mãos tornou-se um dos mais importantes conjuntos do país, Neil tem regido a Osesp todo ano, desde que veio pela primeira vez em 2015 numa substituição de última hora. Tem sido um parceiro importante do Festival de Inverno de Campos do Jordão, que a Fundação Osesp voltou a administrar em 2012 – o que, diga-se de passagem, representa um acréscimo de mais de uma centena de concertos aos 150 que fazem, por ano, a Osesp, seus grupos e solistas. Especialmente apreciado pelos músicos, Neil tem duas virtudes cruciais para quem precisa de socorro: um repertório imenso, já que parece ter regido de tudo e coleciona todas as partituras, e uma disposição invariavelmente positiva. É um homem do sim. Logo entendeu a situação e aceitou a tarefa.

Foi então que sucederam as duas surpresas com os intérpretes do *Concerto para Piano N° 2*: Boris Giltburg estava impossibilitado de vir da Holanda, e seu substituto, Aleyson Scopel, de deixar a quarentena no Rio.

Quando Aleyson me escreveu, naquela manhã de janeiro, Neil já estava prestes a ensaiar com a orquestra. Saí de casa rumo à Sala São Paulo sem saber qual seria o solista, nem o repertório, para o ensaio do dia seguinte. Estávamos em maus lençóis. Mas aprendi com a prática que, nessas horas, é melhor se apressar sem pressa, como reza o ditado latino. Sempre ocorre uma solução.

Ao entrar no camarim para falar com Neil, já tinha

uma proposta na ponta da língua. Para substituir Aleyson, convidaríamos Fábio Zanon. E, em vez do *Concerto para Piano N° 2*, de Shostakovitch, teríamos o *Concerto para Violão e Pequena Orquestra*, de Heitor Villa-Lobos.

Um dos mais renomados violonistas da atualidade, o paulista Fábio Zanon é professor na Royal Academy of Music de Londres, e desde 2013 é também coordenador artístico-pedagógico do Festival de Campos do Jordão – em outras palavras: um amigo da casa. Gravou toda a obra de Villa-Lobos para violão solo e domina o *Concerto para Violão e Pequena Orquestra* desde os 15 anos, ou seja, há quatro décadas. Esse concerto, que exige virtuosismo do solista, não tem dificuldade para a orquestra, o que favorecia a mudança às pressas. Tanto Neil quanto os músicos seriam mais do que capazes de ler a partitura à primeira vista, se necessário. O maestro nunca havia regido a obra, mas gostou da ideia de imediato, confiando na minha descrição. Bastou um breve telefonema a Zanon e, cinco minutos depois, o assunto estava resolvido.

A mudança fazia sentido em termos do programa, que ficou definido na seguinte ordem: *No Reino da Natureza*, de Dvořák; o concerto de Villa-Lobos, que, afinal, gostava de repetir que toda sua música vinha das florestas do Brasil; e os *Quatro Interlúdios Marítimos*, de Britten. Um programa da natureza, para tempos de convulsão ecológica.

No dia seguinte, o ensaio foi um passeio. E os concertos, com Zanon portando uma extravagante máscara bivalvulada (que lembrava cenas de



Chernobil, depois do desastre na usina nuclear), foram um memorável sucesso, nas duas noites de apresentação, quinta e sexta. Tanto mais que já não era permitido abrir a sala no sábado, pois São Paulo havia voltado à fase vermelha de quarentena, aos fins de semana.

**E**m tempos normais, a combinação certa de regente, solista(s) e programa tem que ser costurada dois ou três anos antes entre as partes, tendo em vista toda a temporada. Cada programa precisa fazer sentido em si, e a sequência de programas, semana a semana, também deve ser construída com cuidado, tanto do ponto de vista de quem vai tocar quanto de quem vai ouvir. Não é uma questão apenas de curadoria, que busca dar coerência a tantos concertos. Há outros fatores em jogo, bem mais concretos. Nenhuma orquestra, por exemplo, aguenta fazer Bruckner numa semana, Wagner na seguinte e Mahler na terceira. O esforço físico exigido por esse repertório não seria viável para os instrumentistas do naipe de metais, para começo de conversa.

Uma mudança que seja dispara uma série de providências. Além das questões relacionadas à divulgação, venda de ingressos e produção – contratos, vistos, passagens aéreas, reservas de hotel e, agora, certificados de testagem para Covid-19 –, há muitas outras, específicas do meio orquestral: aluguel de partituras, escalação dos músicos, mapas de palco (especialmente relevantes com as normas de distanciamento); textos sobre o programa (agora

virtuais) e legendas para o público (que passaram a ser projetadas no alto da cena, evitando distribuição de materiais impressos).

Na Osesp, uma temporada de assinaturas – os programas vendidos em pacotes, antecipadamente – tem, em média, 32 semanas, com três concertos por semana. Mas a orquestra também se apresenta fora das assinaturas, na pré-temporada, na série de concertos a preço popular e nos matinais de domingo, sem falar nos concertos ao ar livre e nas turnês. Além das apresentações da orquestra, há recitais de solistas e concertos do Coro da Osesp e do Quarteto Osesp. Tudo somado, são mais ou menos 150 concertos por ano, envolvendo os 152 músicos e cantores da Osesp e cerca de 60 artistas convidados, do Brasil e do exterior.

Seria o eufemismo dos eufemismos dizer que tudo isso exige planejamento. A capacidade de planejar e a tradição de honrar o que foi planejado são, aliás, dois fatores dos muitos que dão credibilidade a uma instituição cultural. Alta qualidade artística será sempre o mais importante, mas cumprir acordos, ter uma produção que funciona e ser bom pagador são qualidades básicas. Não mudar de ideia no meio do caminho, também. Era assim que as coisas funcionavam no passado pré-pandêmico, antes da avalanche de pedras que agora obstrui diariamente a vida de nossas retinas tão fatigadas.

O planejamento tornou-se ainda mais relevante na hora de reabrir a Sala São Paulo seguindo as normas sanitárias, tanto para músicos e funcionários quanto para o público. Sob coordenação do diretor-executivo

Marcelo Lopes, meu grande parceiro e principal responsável por não deixar a peteca cair, foi elaborado um documento interno, com nada menos que 68 páginas, com textos, fotos, ilustrações e diagramas, detalhando medidas, como:

*Maestros, instrumentistas, produtores e técnicos devem utilizar máscaras durante ensaios, concertos e intervalos;*

*para fins de cálculo, considerar-se-á a distância mínima de 1,5 metro entre os músicos de cordas e de 2 metros entre os músicos de sopro;*

*a equipe técnica entregará no início da semana um kit com lápis e borracha [para anotações na partitura], em embalagem descartável. A responsabilidade pela guarda do material será dos músicos, não havendo substituição em caso de perda;*

*a condensação dos instrumentos de sopro [o acúmulo de umidade produzido pelo sopro no tubo] deverá ser depositada em toalhas descartáveis, fornecidas pela Produção da Orquestra, que serão depositadas individualmente por cada músico em um recipiente de higiene para posterior refugo;*

*músicos de sopros e metais deverão fazer uso de máscaras na contagem de pausas mais longas [durante a execução de uma peça];*

*os técnicos deverão usar luvas de proteção durante o transporte dos instrumentos.*

Os ensaios passaram a ser feitos em três sessões de 45 minutos, com 15 minutos de intervalo entre elas, para

arejamento e higienização. Os músicos de cordas agora tocam em fila indiana, não mais em duplas que compartilham a estante da partitura. Cantores do coro foram divididos em três grupos, que ensaiam de máscara em dias ou semanas diferentes, em duas sessões, alternando salas, de janelas escancaradas. São medidas que vêm sendo adotadas por orquestras e teatros no mundo inteiro, uma vez que a pandemia instigou mudanças de hábito, inovações e reavaliações em todas as instituições culturais (e não apenas nelas). Ninguém sairá igual ao que era quando isso tudo acabar. Não é menos verdade que essa crise nos fez ver o que realmente importa, o significado mais fundo da atividade, que precisa ser preservado.

Durante o ano triste de 2020, foi bonito ver o ânimo dos músicos, como de todo mundo – funcionários, colaboradores, conselheiros, parceiros –, para que a Osesp não deixasse de cumprir o seu papel e não interrompesse suas atividades, o que ocorreu, por força maior, com tantas instituições, no Brasil e no exterior. Foi nesse espírito que pudemos fazer, apesar de tudo, duas estreias mundiais: a do monodrama *Cartas Portuguesas*, do carioca João Guilherme Ripper, num espetáculo imaginado especialmente para as condições atuais, e a de uma peça do compositor norte-americano Mason Bates, *Undistant*, com a Osesp regida por sua conterrânea Marin Alsop.

Por vários meses, não poder tocar ao vivo tornou-se o maior desafio para a Osesp: como manter uma orquestra ativa, quando ela não pode se apresentar? A resposta todos conhecem: um aumento expressivo da atividade digital. Os números falam por si e dão

medida da receptividade do público, assim como do empenho dos músicos. Foram 865 publicações nas mídias sociais da Osesp e da Sala São Paulo entre os dias 16 de março (dois dias depois do fechamento da sala) e 9 de outubro (um dia antes da reabertura da plateia). Nada menos de 135 vídeos foram vistos 1 354 548 vezes. No Instagram, alcançamos 4 091 396 pessoas, e no Facebook, 7 281 877 – chegando ao impressionante total de 11 373 273 pessoas. Mais recentemente, em fevereiro passado, as *lives* de um programa com a *Primeira* e a *Quinta Sinfonias*, de Beethoven, ambas regidas por Thierry Fischer, foram vistas por mais de 15 mil espectadores, o equivalente a dez vezes a lotação completa da Sala São Paulo.

Mesmo depois que se retornar a alguma forma de normalidade, as orquestras farão o possível para conquistar novos públicos, mantendo as atividades digitais – não só os concertos, mas as aulas, os debates, os documentários. Os recursos digitais serão muito explorados especialmente na área educativa. Graças a um aporte do governo estadual, a Sala São Paulo está sendo equipada com oito câmeras robóticas e um estúdio, para que as transmissões de concertos e a produção de outros programas virem rotina permanente – a depender de patrocínios.

Tudo isso entusiasma, mas cabe ser bem realista, quando o fragor pelos novos meios chega às raias de defender a extinção de tudo o que se tinha antes. Os meios digitais são um fenômeno notável na difusão da música e compensaram, em alguma medida, a paralisia das atividades presenciais. Mas apenas trazem algo diferente, um elemento a mais, ao que é insubstituível: a apresentação ao vivo.

Carregue seu telefone ou toque aqui para ativar o Mo..

orquestra num espaço acústico especial, prestar atenção aos intérpretes e seguir, de fato, uma obra do início ao fim. Bem diferente é ver a transmissão na tevê, no computador ou no celular, enquanto se requeenta uma pizza, e geralmente por menos tempo que isso. Há a parcela do público melômano, impedida de ir ao teatro, que dedica atenção máxima às transmissões. Mas a média de atenção dos usuários em geral nas redes sociais não ultrapassa três minutos.

Durante a pandemia, também cresceu muito a comunicação via redes sociais. No nosso caso, a mídia que melhor cobriu as atividades da orquestra foi a televisiva, mais que a impressa, já que a reportagem e a crítica cultural no sentido clássico parecem em rota de extinção. Perante o silêncio da imprensa escrita, por desconhecimento, desinteresse, ressentimento ou estratégia de sobrevivência, cada vez mais as orquestras terão de falar diretamente a seu público. Já estávamos fazendo isso antes da pandemia, e a prática só cresceu de lá para cá.

No artigo *Notes Toward Reinventing the American Orchestra* (Notas para uma reinvenção da orquestra americana), publicado em 12 de fevereiro no *New York Times*, o crítico Anthony Tommasini elencou algumas questões que as orquestras terão de discutir para sobreviver à crise. “Missão”, “relevância” e “inclusão” são alguns dos temas. Programação criativa e inovadora será sempre uma chave do sucesso. Captação de recursos também.

Nada disso é exatamente novidade e cada orquestra

Nada disso é exatamente novidade e cada orquestra responderá a esses desafios conforme suas particularidades. A Sala São Paulo, prestígio internacional à parte, fica em plena Cracolândia, uma das regiões mais difíceis da cidade, acoçada por problemas de saúde pública que vêm de muito antes da pandemia. Às vezes, pensar em música clássica no meio disso tudo parece loucura. Mas é uma loucura necessária, para quem acredita no projeto da Osesp, em seu sentido mais amplo, como esforço civilizatório, especialmente relevante aqui e agora.

“**B**om dia! Tatiana testou positivo... Davi acaba de cancelar o ensaio e fará o teste hoje mesmo...”

RIVA

Dezessete de fevereiro passado, Quarta-Feira de Cinzas, sete e meia da manhã. Quem me escrevia era Emmanuele Baldini, o *spalla* da Osesp e do Quarteto, para dar notícias sobre o paulistano Davi Graton, segundo violino do Quarteto, e sua mulher, a russa Tatiana Vinogradova, violinista da orquestra.

Num telefonema a três, com Marcelo Lopes e o gerente de Recursos Humanos Leonardo di Piazza, expert em protocolos e nosso consultor cotidiano, confirmamos que tanto Tatiana como Davi precisariam entrar em quarentena. Temos hoje, na prática, duas orquestras que se alternam semanalmente, respeitando o limite possível de músicos. Por sorte, seguindo o revezamento, nenhum dos dois músicos havia tocado na semana anterior. Mas como fazer para o recital do Quarteto, dali a dois

dias?

Cancelar ou não cancelar, era essa a questão. Mas nem era: nunca cancelamos nada, a menos que seja obrigatório por lei. Não fazer nada justifica os que não veem necessidade em haver orquestras, concertos, música clássica – ou simplesmente música. De resto, em nosso caso, como equipamento público, havendo *permissão* para exercer atividades, isso para nós se torna *obrigação* – um dos mantras de Marcelo. O desafio é achar a melhor e mais segura forma de fazê-lo.

Não parar de tocar já representa muita coisa, na situação atual. Para além da dimensão de compromisso, da orquestra e de cada um de nós, existe também um fator prático, da maior importância. O que é uma orquestra? Na definição do *Dicionário Houaiss*, um “<sup>RIVA</sup> grande conjunto de músicos e seus respectivos instrumentos”. Faltou dizer: tocando juntos. De meados de março até começo de agosto, quando a cidade de São Paulo finalmente entrou numa fase menos restritiva (a fase amarela), e a Osesp, em versão reduzida, pôde voltar a fazer concertos digitais na Sala São Paulo (sem público), os músicos estavam impedidos de ensaiar juntos.

À parte as dificuldades de aguentar a quarentena, quem sabe se isso também não produziu um efeito positivo? Cada músico da Osesp em quarentena pôde usufruir de um tempo que provavelmente não dispunha havia anos para praticar seu instrumento, sem a pressão de ensaios e concertos com repertório novo a cada semana ou duas. Muitos fizeram vídeos musicais nas redes, o que resultou numa série, com



três postagens por semana, e exibiu talentos individuais de primeira linha para quem só conhecia os instrumentistas como integrantes de um naipe da orquestra.

Mesmo assim, havia certo receio de como seria a volta ao palco, depois de um longo e insólito intervalo. Foi impressionante ver como todo mundo voltou tinindo. Os músicos tiveram de lidar, de cara, com a dificuldade de tocar num palco estendido, separados uns dos outros por uma distância bem maior que a habitual. Seguir maestros de máscara também exige ajuste, já que as expressões faciais são uma parte importantíssima da comunicação musical. Para o regente, significa cancelar um elemento espontâneo primário de sua arte. Apesar disso, a música em conjunto faz toda a diferença. Uma orquestra é uma orquestra é uma orquestra. E não existe quarteto de três. RIVA

Ou será que não? Quarteto de três foi justamente a primeira ideia que me ocorreu, ao ler a mensagem de Emmanuele Baldini. Em outras palavras: um trio. Já que, sem o segundo violino, não teríamos como apresentar o *Quarteto Op. 130* e a *Grande Fuga* de Beethoven, por que não tocar um dos trios? Existem os lindos *Trios Op. 9*, que já anunciam o universo dos *Quartetos...*

Antes mesmo que eu pudesse fazer essa sugestão, o celular vibrou: “Estava pensando no que eu conseguiria montar BEM com um dia e meio de ensaios (amanhã e no dia do concerto)...” E na sequência da mensagem de Emmanuele: “...talvez um recital de trio de cordas, com o Peter Pas e o

Rodrigo Silveira.” A essa altura, Marcelo também já estava ciente do problema. Vendo as mensagens do *spalla*, os dois tivemos a mesma reação: “Esse cara é demais. Não desiste nunca.”

Uma das cenas mais marcantes do tanto que a Osesp fez na pandemia terá sido a *Ciaccona* de Bach, para violino solo, que Emmanuele tocou na Sala São Paulo vazia, na primeira transmissão digital desse período, no dia 28 de março, duas semanas depois de seu fechamento (e que pode ser vista no YouTube). Minha mulher e eu assistimos àqueles quinze minutos de música com lágrimas nos olhos, e imagino que a mesma reação tenha ocorrido a muitos dos 25 168 espectadores que viram a gravação até 18 de fevereiro passado. Tanto mais que a *Ciaccona*, como se sabe agora, foi uma espécie de “epitáfio em música”, composto por Bach em 1720, logo após a morte de sua mulher, Maria Barbara.

Emmanuele ficou aturdido com o vazio e o silêncio da sala. Como depois me disse, tocar para duas câmeras fixas, apenas, foi uma experiência difícil, mas acabou contribuindo para a interpretação. Sem dúvida, terá sido um dos pontos altos de sua carreira, para não dizer de sua vida. De lá para cá, ninguém como esse triestino que vive no Brasil há quinze anos encarnou a obsessão de manter a atividade, fazendo música sempre, das mais variadas formas, e não dando ouvidos aos apocalípticos e desintegrados, que sempre estão por aí.

Para uma orquestra, não há função mais crucial que a de *spalla*. Antes de mais nada, ele lidera o conjunto, na primeira estante dos primeiros violinos. Mas não

só. É também o principal interlocutor do regente no palco. Se os dois não estão em sintonia, uma sintonia muito fina, a coisa toda desanda. Um *spalla* dá cara ao conjunto e veste a camisa da orquestra.

Ao longo dessa crise sem precedentes, Emmanuele fez tudo isso e muito mais. Gravou vídeos e *lives*, deu aulas a distância, na Academia da Osesp e em outros espaços virtuais. Manteve um programa de rádio, fez concertos de câmara e encarou polêmicas em defesa da cultura. Também regeu a orquestra mais de uma vez e substituiu o chinês Ning Feng, retido na Alemanha, como solista do *Concerto para Violino* de Beethoven – aliás, tocando e regendo ao mesmo tempo.

Assim como Emmanuele tocando a *Ciaccona*, outro vídeo virou emblema da quarentena para a Osesp: um *Trenzinho do Caipira*, de Villa-Lobos (último movimento das *Bachianas Brasileiras N° 2*), em que cada músico filmou a si próprio com o celular, em sua casa, enquanto nosso regente titular, Thierry Fischer, os regia em Genebra. Tudo isso registrado pelo diretor Fábio Furtado num verdadeiro “filme de música”, não mera filmagem de concerto.

Sincronizar os mais de oitenta instrumentistas e equalizar o som gravado de mais de oitenta celulares seria uma tarefa impossível, pelo menos com os recursos disponíveis. Recorremos, então, a uma gravação ao vivo da Osesp regida por Thierry. Cada músico ouvia a gravação no fone de ouvido, enquanto tocava sua parte, seguindo algumas instruções básicas. Em dado momento, Thierry, que é também flautista, surpreendeu a todos, ao tocar

algumas frases da primeira flauta junto com o naipe. Esse vídeo causou – e ainda causa – comoção, tanto pelo engajamento da orquestra quanto pela música de Villa-Lobos, que nunca deixa de nos pegar. E pelas marcas do tempo que essa música traz: uma obra de arte que já parece presa às circunstâncias do passado, mas também livre delas, lançada ao futuro como uma garrafa ao mar, para contar nossa história.

**A** pandemia coincidiu com uma das efemérides mais acalentadas pelo meio musical – os 250 anos de nascimento de Ludwig van Beethoven, comemorados em 2020.

Orquestras do mundo inteiro, entre elas a Osesp, planejaram com anos de antecedência suas temporadas para homenagear o compositor. Não seria para menos. Como <sup>RIVA</sup> escrevi num ensaio de apresentação da Temporada 2020 da Osesp, muito do que nos parece natural hoje, numa sala de concertos, está ligado, direta ou indiretamente, à obra e à pessoa de Beethoven. A própria ideia de um cânone musical, centrado nos grandes autores, foi se desenvolvendo em consequência da sua música, com a figura dele sempre presente.

A criação de orquestras profissionais, ao longo do século XIX, se deu, acima de tudo, em resposta às exigências colocadas pelas nove sinfonias, que depois se tornaram uma obrigatoriedade. Uma das consequências foi a consolidação e evolução da figura do regente (Felix Mendelssohn foi um dos primeiros). Até algumas características modernas do piano, como a dimensão do teclado, a alta tensão das cordas

e o tipo de pedal, devem muito a novidades que Beethoven conseguiu impor aos principais fabricantes de Viena e, por extensão, às fábricas do resto da Europa. Em 1948, pouco mais de um século depois de sua morte, a duração dos primeiros LPs de 33 1/3 rpm produzidos pela Columbia Records foi definida para acomodar a *Quinta Sinfonia* na íntegra. Em 1982, a dos CDs também: 75 minutos, para caber a *Nona Sinfonia*.

A Osesp tinha planejado o que seria o maior ciclo de obras de Beethoven jamais apresentado por uma instituição brasileira. Por uma feliz coincidência, a temporada marcaria também a chegada do novo regente titular e diretor musical da Osesp, o maestro suíço Thierry Fischer.

Foi nesse espírito que apresentamos a *Missa Solemnis*, na primeira semana de março do ano passado, pouco antes de ser decretada a quarentena. À orquestra uniram-se um quarteto de cantores convidados, com dois alemães e dois brasileiros, e os coros profissional e acadêmico da Osesp, num total de quase 150 pessoas no palco, sob o comando de Thierry. A Sala São Paulo ficou lotada três dias seguidos, numa aglomeração que nos parecia gloriosa, mas, em retrospecto, provoca calafrios. A *Missa* é uma das últimas obras de Beethoven e leva ao limite uma arte que parece forçar a música além do conhecido. Virtuositica para a orquestra, não menos do que para os cantores, exige tudo o que um maestro pode dar. Também por isso, parecia a peça ideal para inaugurar a nova era da Osesp.

Thierry Fischer nasceu em 1957, na Federação da

Rodésia e Niassalândia, atual Zâmbia, onde seus pais, que eram missionários, estavam trabalhando. Quando o menino tinha 1 ano e pouco, a família retornou a Genebra, cidade em que o maestro mora até hoje. Thierry fez carreira como flautista. Foi primeira flauta na Ópera de Hamburgo e na Ópera de Zurique, antes de se tornar primeira flauta na prestigiosa Chamber Orchestra of Europe, atuando lá por uma década, em contato próximo com seus dois mentores, o italiano Claudio Abbado e o alemão Nikolaus Harnoncourt, ambos nomes maiores da música clássica na segunda metade do século XX.

Começou a reger por acaso, substituindo de última hora um regente de coral (quanta coisa começa com substituições!). Tomou gosto pela regência e logo embarcou na carreira, em grande estilo, assumindo a direção musical de orquestras na Holanda, na Irlanda e no País de Gales. Foi principal regente convidado em Nagoya, no Japão, e em Seul, na Coreia do Sul, e rege muitos conjuntos importantes, como a London Philharmonic Orchestra e o Ensemble Intercontemporain, de Paris, entre outros. Em 2009, assumiu a Sinfônica de Utah, nos Estados Unidos, na qual permanecerá até 2023, a pedido da orquestra, dadas as dificuldades de conduzir a busca por um novo regente durante a pandemia.

Ao mesmo tempo, ele comandará a Osesp, com a qual esteve pela primeira vez em 2016, quando chegou a São Paulo afônico e com febre (mas essa era, mesmo, só uma gripezinha). Fez inesquecíveis concertos, mesmo com substituição de solista e programa – a violoncelista argentina Sol Gabetta, que estava grávida, preferiu não vir ao Brasil, na época

assolado por uma epidemia de zika (lembam?).

O maestro voltou em 2018, para reger a estreia latino-americana de um *Concerto para Flauta* encomendado ao compositor francês Philippe Manoury, na companhia do suíço Emmanuel Pahud, seu grande amigo, primeira flauta da Filarmônica de Berlim. Na segunda parte, regeu a *Sinfonia Fantástica*, de Hector Berlioz, uma de suas especialidades. As duas visitas causaram enorme impacto nos músicos da orquestra e, também, num comitê formado para encontrar o sucessor da regente Marin Alsop, que no final de 2019 terminaria seu bem-sucedido mandato de oito anos na Osesp, da qual se tornou regente de honra.

O comitê – de onze pessoas, entre membros do Conselho de Administração, músicos, diretores, consultores estrangeiros e um musicólogo – trabalhou dezoito meses, seguindo normas de um regimento específico, até bater o martelo no nome de Thierry Fischer. Quando bateu, bateu com força. Num roteiro cinematográfico, cheio de sigilo, o maestro veio a São Paulo em junho de 2019, para o anúncio, que foi muito bem recebido. Uma rara, talvez inédita ocasião, nesse universo: a passagem do bastão conduzida com tranquilidade. Fortaleceu um sentido republicano, não personalista, que deveria ser sempre norma nas instituições. No mês seguinte, Thierry voltou para reger a *Quinta* de Beethoven e peças escolhidas pelo público, comemorando os 20 anos da Sala São Paulo.

Depois de tudo isso, eram grandes as expectativas para a temporada *Beethoven 250*, que prometia ser também um sucesso do ponto de vista comercial. Mal

sabíamos o que vinha pela frente.

Com a quarentena, começou uma troca de centenas de e-mails e mensagens. Fizemos dezenas de reuniões virtuais sobre a programação e assuntos gerais, porque era preciso ir em frente, confiando na existência dos anos 2021, 2022 e 2023. A certa altura, houve um temporário corte trimestral de quase 15% no salário de todos, em consequência da diminuição de 50% do repasse do estado naquele período (15% do total do ano), o que nos levou a renegociar contratos na mesma proporção. Só ao cabo de sete estranhos, impremeditáveis, desafiadores e, a seu modo, educativos meses, Thierry Fischer pôde voltar a reger a Osesp, na segunda semana de novembro do ano passado.

Uma consequência inesperada e bem-vinda do novo xadrez de datas e programas foi concentrar oito sinfonias de Beethoven num período de três meses, entre novembro e a primeira semana de março de 2021. Marin Alsop já havia regido a *Nona* em dezembro de 2019, no seu último programa como regente titular, dando início ao ciclo *Beethoven 250*. Fazer as outras oito com Thierry, de modo tão intenso, definiu de imediato a essência do que ele pretende para a orquestra.

Os músicos têm se referido a cada ensaio com Thierry como uma verdadeira *masterclass*. O maestro suíço tem um jeito despretensioso de dizer o que quer, e sua sabedoria artística confere autoridade natural aos comentários. É um músico entre músicos. Dentro e fora do palco, guarda um equilíbrio incomum: não exagera nada, nem diminui. Sabe o valor que tem e



sabe o valor da orquestra. O resto é talento e carisma: extrair o melhor de cada um, na hora do concerto. E criar no palco aquela unidade indefinível, mas imediatamente perceptível, que faz de uma orquestra uma orquestra, muito mais que a soma de vários músicos tocando juntos.

“A luta é a marca fundamental da vida de Beethoven”, disse Thierry numa entrevista para a *Revista Osesp*, realizada antes da pandemia e que agora ganha acentos premonitórios. “Sua noção de vitória não significa sucesso. Sua noção de vitória é: nunca desistir. São coisas muito diferentes. Isso é Arte.”

**E**ntre tantas lições trazidas por esse período difícil, houve esta: ter disposição para mudar o que estava planejado, diante das urgências, o que nos deixou muito mais flexíveis com tudo, sem prejuízo da vontade de seguir planejando, para tempos melhores. Também nos tornamos mais flexíveis uns com os outros. Desdramatizados. Emmanuele Baldini normalmente não teria tocado a *Sonata Kreutzer*, de Beethoven, tendo apenas 48 horas para se preparar – mas foi isso que ele e o pianista paulista Lucas Thomazinho fizeram, para uma plateia de 348 pessoas, em complemento ao programa que incluía o *Trio Op. 9 N° 2*, e salvando aquela outra situação.

Sabe-se lá quanto tempo teremos de seguir nessa rotina de máscaras, distanciamento e sobressaltos. Quanto tempo teremos de sofrer com as notícias de

pessoas queridas, mais ou menos próximas, familiares, conhecidos, parceiros e amigos lutando, em graus variáveis, contra esse vírus, alguns sem resistir. Às vezes me pego vendo um filme na cabeça: tantas faces, tanta gente, tanta energia de resistência, num redemoinho de sonho. Mas logo acordo, lavo o rosto e dou uma conferida no celular, para ver o que será que nos espera.

O público retornou à Sala São Paulo em outubro passado, entre mil protocolos, para o bem de nós todos e felicidade geral da orquestra. Até o dia 6 de março, quase um ano depois do primeiro fechamento, quando o estado de São Paulo entrou de novo na fase vermelha e a Sala São Paulo se viu obrigada a fechar outra vez as portas, com todas as equipes trabalhando remotamente e todos os concertos suspensos.

RIVA

Não é o caso de detalhar aqui o novo pandemônio de remarcações, adiamentos e substituições. Nas primeiras 24 horas depois do anúncio do novo fechamento, contei ter falado com três regentes, quatro solistas e seus respectivos agentes, além de Thierry, na tentativa de rearrumar a casa. Sem contar as reuniões de diretoria, conversas com conselheiros e mensagens com a equipe – mais e-mails e mensagens de assinantes e do público em geral.

O público da Osesp pratica formas de cultivar a orquestra mais ou menos em tempo integral, o que envolve boa dose de crítica, mas também de apoio, nessas horas. Para muita gente, a orquestra encarna ideais de vida comunitária que, fora dali, parecem cada vez menos reais.

Há os espectadores que vêm de vez em quando, os que a frequentam regularmente e os fanáticos, como um casal de terceira idade, que costumava assistir três vezes ao mesmo programa, na quinta, na sexta e no sábado (verdade que cada vez é outra vez, se os músicos são verdadeiros artistas).

Uma semana antes do Natal, na saída de um concerto, minha mulher e eu fomos abordados por uma senhora, antiga assinante e frequentadora assídua da Osesp, praticamente um membro da torcida organizada da orquestra. Ela veio perguntar se os músicos estavam bem de saúde, se o orçamento não ia fazer água, se tudo continuaria como antes. Respondi que estava “tudo bem, brasileiroamente falando”. Ela sorriu e bradou, através da máscara:

– Música acima de tudo! RIVA

E eu, de bate-pronto:

– Beethoven acima de todos!

Caímos os três na risada, na cumplicidade da contranalogia. Ela se afastou, abanando a mão, e foi pegar seu carro. Mas minha mulher, que não perdoa, perguntou:

Estamos rindo exatamente do quê?



## ARTHUR NESTROVSKI

É diretor artístico da Orquestra

Sinfônica do Estado de São Paulo

falando”. Ela sorriu e bradou, através da máscara:

– Música acima de tudo!

E eu, de bate-pronto:

– Beethoven acima de todos!

Caímos os três na risada, na cumplicidade da contranalogia. Ela se afastou, abanando a mão, e foi pegar seu carro. Mas minha mulher, que não perdoa, perguntou:

Estamos rindo exatamente do quê?



## ARTHUR NESTROVSKI

É diretor artístico da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp), autor de *Tudo Tem a Ver: Literatura e Música* (Todavia), vencedor do Prêmio Açorianos de Literatura de 2020. No ano passado, lançou o disco *Sarabanda*, com Lívia Nestrovski

EDIÇÃO 175 | ABRIL\_2021

tempos da peste

# “AI, MEU DEUS”

Parisi, um pequeno retrato de uma grande tragédia

CAMILLE LICHOTTI



O CEMITÉRIO DE PARISI, ONDE OS ENTERROS SÃO SOLITÁRIOS: “EU NÃO IMAGINAVA QUE A DOENÇA IA SER ASSIM. PARA MIM, IA SER SÓ UMA GRIPE”, DIZ A NETA QUE PERDEU O AVÔ PATERNO E O AVÔ MATERNO



A enfermeira Dirce Santos de



A enfermeira Dirce Santos, de 48 anos, trabalha há quase uma década no posto de saúde de Parisi, uma cidadezinha de pouco mais de 2 mil habitantes no interior de São Paulo. Na manhã de 2 de março, dia em que o Brasil atingiu 257 mil mortos pela Covid-19, ela estava sentada à mesa de sua sala folheando uma pilha de papéis e contando, em voz alta, quantas notificações da doença havia registrado no dia anterior. Ao chegar na 14ª folha, percebeu que a porta lateral se abria devagar. A secretária de Saúde do município, Marli Donizeti, esticou o pescoço pelo vão de abertura da porta e varreu o local com os olhos. Quando finalmente entrou na sala, encostou-se contra a parede diante da enfermeira e levou a mão à testa, denunciando sua preocupação. Nenhuma palavra foi trocada entre as duas, até que Donizeti desabafou. “Nós não temos mais vaga”, disse. “Todos os hospitais estão lotados. Vamos ter que segurar todo mundo aqui, Dirce. Nossos pacientes vão morrer na porta do posto, e a gente não vai ter o que fazer.”

Dias depois, as irmãs Ana Paula e Karina Faria, de 36 e 33 anos, chegaram ao posto reclamando de dor de cabeça e dores pelo corpo. Passaram o dia tomando soro e analgésicos, mas o estado das irmãs se agravou e ambas precisavam ser internadas. Como previra a

secretária, não havia leito vago nos hospitais da região. Elas tiveram que permanecer ali durante a noite. O posto é a única unidade de saúde de Parisi. Foi construído para ser a porta de entrada do sistema e não tem estrutura para atender casos graves, muito menos responder a uma pandemia. Tem apenas dois leitos e cinco poltronas. A equipe é formada por oito enfermeiras e auxiliares de enfermagem e quatro médicos, que se revezam para cobrir doze horas de atendimento, ao todo. Aos fins de semana e feriados, a unidade sequer abre as portas. O procedimento-padrão é recolher as informações dos doentes, preencher uma ficha e, quando possível, liberá-los. Pacientes que requerem maiores cuidados são encaminhados para hospitais de cidades vizinhas – a Santa Casa de Votuporanga, a 15 km de distância, e o Hospital de Base em São José do Rio Preto, a 95 km.

Mas o sistema de saúde <sup>RIVA</sup> no interior de São Paulo começou o ano de 2021 em colapso. Na primeira quinzena de março, a rede de saúde de Rio Preto estava perto da marca de 80% de ocupação das UTIs, situação que leva todos os municípios à fase vermelha do plano estadual. A Santa Casa de Votuporanga vivia situação ainda pior, chegando ao limite de lotação, e os gestores de saúde se reuniam para pedir ajuda a outras cidades. Era preciso um esforço coletivo para frear a transmissão do vírus e desafogar os hospitais de referência. Sem leitos vagos, os profissionais de saúde em Parisi estavam de mãos atadas. “Vamos ter que fechar a cidade”, concluiu Donizeti. A notícia não surpreendeu Santos. Como responsável pela Vigilância Epidemiológica, ela já sabia que o quadro era crítico. O que ela não sabia é que, àquela altura, Parisi, nos confins do

interior paulista, era o município com a maior taxa de mortes por Covid-19 no Brasil, o país com a maior média diária de mortos no planeta.

“Meu Deus”, exclamou Santos, num sobressalto, ao ser foi informada da posição dramática de Parisi no quadro nacional. Até o fim de fevereiro, a cidade registrara onze mortes pela doença. Parece pouco, mas, se a tragédia parisiense se repetisse em escala nacional, a pandemia já teria ceifado a vida de mais de 1 milhão de brasileiros.

“Eu me sinto frustrada, como se eu tivesse falhado”, desabafou Santos, com os olhos marejados. Mesmo emocionada, ela consegue controlar o tom de voz e mantê-lo sempre baixo e afável, como é comum entre as pessoas que gostam de cuidar das outras. A voz combina com sua figura: Santos não tem mais que 1,60 metro de altura e sempre usa os cabelos encaracolados presos em um rabo de cavalo baixo. Por cima da roupa branca, veste o colete azul-escuro bordado com o logotipo da Saúde da Família. Ela sempre trabalhou no comércio até se formar no curso de enfermagem, aos 32 anos. Acumulava mais de um turno de trabalho em hospitais da região e no posto de Parisi – até que a rotina se tornou insustentável por causa da Covid-19. Aos poucos, ela foi perdendo a força que costumava ter.

No ano passado, Santos trabalhou para evitar o pior. Foram incontáveis turnos dobrados e noites sem dormir. O estresse se materializou em uma úlcera, que ela descobriu recentemente. “Tem dias que eu só choro e me pergunto onde foi que nós erramos para termos tantas mortes em uma cidade desse



tamanho”, disse. Para ela, só uma coisa poderia explicar dados tão aterrorizantes: o desrespeito às medidas de prevenção.

**P**arisi é uma cidade minúscula no noroeste do estado de São Paulo, a 58 km do Rio Grande, divisa natural com Minas Gerais. A maior parte do território é área rural, com chácaras e plantações de seringueira, laranja e cana-de-açúcar. O perímetro urbano é cortado ao meio por uma rodovia, que divide a cidade em duas porções, com casas baixas e portões de grades finas. Nesse trecho principal, que se estende por uns 500 metros, concentra-se o pequeno comércio do lugar. À tarde, as portas ficam abertas e os moradores, sentados nas calçadas, contemplam o escasso movimento das ruas. De suas casas, ouvem o relógio da cidade marcar as horas. O som de cada badalada vem da praça da matriz, na entrada do município. Lá, os alto-falantes foram instalados na torre da igreja, a 10 metros do chão – o ponto mais alto da cidade.

Em 1991, Parisi se emancipou de Votuporanga, cidade com quase de 100 mil habitantes que funciona como o centro de gravidade dos dezessete municípios vizinhos. “Em Votuporanga não tem shopping center, mas pelo menos tem McDonald’s e uma loja da Havan”, resumiu uma moradora. No município de Parisi, a prefeitura é a maior empregadora local – ainda assim, a maioria dos moradores trabalha em Votuporanga. Esse fluxo foi a porta de entrada para o Sars-CoV-2. O primeiro caso de Parisi foi notificado no dia 17 de junho de 2020 e

confirmado três dias depois no boletim epidemiológico estadual. Era uma profissional de saúde de 24 anos, que trabalhava em um ambulatório na Santa Casa de Votuporanga e se recuperou sem maiores complicações.

Diante da notícia do surgimento de um novo vírus na China, a enfermeira Dirce Santos não acreditava que Parisi estivesse em perigo. Era muito longe. Quando se confirmou o primeiro caso na capital paulista, em fevereiro de 2020, ela ainda achava que a doença não se espalharia pelo interior do estado, nem chegaria a Parisi, que fica a mais de 500 km da capital. Quando se noticiou o primeiro caso na vizinha São José do Rio Preto, ela então começou a se preocupar. Mas era difícil convencer os moradores da pacata Parisi a usarem máscara e evitarem aglomerações, tanto mais quando o próprio presidente da República desdenhava das medidas de prevenção. Em 2009, durante a epidemia de H1N1, o posto fez treinamento com profissionais de saúde e realizou campanhas de conscientização entre os moradores. Mas o vírus sequer chegou à cidade. Todos acreditavam que o mesmo se daria com a Covid-19.

Em março de 2020, quando o governo paulista suspendeu aulas e eventos que causavam aglomeração, Parisi acompanhou as medidas, quase que por inércia, pois não tinha um único caso de infectado. Em junho, a doença finalmente chegou à cidade, mas ninguém deu muita importância. No mês seguinte, a prefeitura, então sob o comando do prefeito anterior, chegou a organizar uma carreata e montou uma blitz na entrada da cidade para conscientizar os moradores sobre a importância de

usar máscara e manter o distanciamento social. A essa altura, já havia 22 casos em Parisi, e outro decreto estadual mandou fechar o comércio e os templos religiosos aos domingos. A cidade, contudo, continuou sua vida normal. A igreja na praça da matriz, que tem capacidade para duzentas pessoas, passou a transmitir missas online, mas o modesto comércio da rua principal não levou a medida muito a sério. A maioria funcionava meio às escondidas, com as portas de aço parcialmente abertas, prontos para atender à clientela.

No dia 4 de agosto, a doença fez sua primeira vítima: o agricultor Ricardo Gimenez, de 72 anos, conhecido como Dim. O mais provável é que ele tenha se infectado ao usar a ambulância de Parisi para ir a uma consulta médica em outra cidade – ou no próprio hospital. Gimenez ~~foi~~ internado na UTI da Santa Casa de Votuporanga oito dias depois do diagnóstico. A doença se agravou rapidamente e, em menos de uma semana, ele faleceu. Seu corpo foi levado ao cemitério de Parisi dentro de um saco preto e, por causa dos protocolos de segurança, foi sepultado imediatamente. Era a primeira vez que um habitante de Parisi não tinha direito a um velório e um enterro com a presença dos moradores da cidade. Pela tradição local, quando um parisiano morre, toda a cidade se mobiliza para acompanhar o sepultamento. Desde a morte de Gimenez, esse antigo hábito precisou ser vetado e os novos protocolos sanitários deixaram um trauma do qual a cidade ainda não se recuperou. “Eu não desejo isso nem para um cachorro”, diz a neta Francielli Hernandez Gimenez, de 23 anos. “A dor é tanta que

às vezes eu nem tenho mais vontade de viver.” Assim que terminou de enunciar seu desejo, sua avó, sentada ao seu lado, imediatamente a repreendeu.

**Q**uando Luzia Fedoce, de 65 anos, chegou em Parisi, tudo era mato. As ruas eram de terra batida, a cidade era uma pequena vila de moradores, dividida em lotes. Ela cresceu em uma cidade vizinha e se mudou para Parisi quando casou, aos 19 anos. Viu o asfalto chegar, acompanhou a construção do prédio da prefeitura e da Câmara de Vereadores. Fedoce conhece a cidade – e seus moradores – como a palma de sua mão. Até a chegada da Covid-19, ela nem sabia o significado da palavra “pandemia”. Hoje, está chocada com a sucessão de mortes que a doença causou. “É como se a cidade fosse uma irmandade. Às vezes tem aqueles irmãos que a gente não gosta muito, mas quando alguém morre, morre também uma coisa da gente”, lamenta. “Vai embora toda a lembrança que a gente vivia.”

Fedoce conta que ouviu de muita gente que a pandemia era um esquema político, uma mentira global. Alguns moradores não acreditavam que estavam infectados mesmo com o teste positivo. Eles comentavam que aquele cotonete longo, usado no teste RT-PCR para coletar amostras no trato respiratório, não era capaz de “achar” o vírus. Talvez por isso mesmo a primeira morte não tenha sido um sinal de alerta. Quando chegou a notícia do segundo óbito, a cidade tomou-se de uma certa preocupação. “Era um tal de ‘ai meu Deus, tá tendo Covid’ para lá,

‘a gente vai morrer de Covid’ para cá”, lembra Fedoce. “Ninguém nunca tinha visto morrer assim, um atrás do outro.” Mas o choque da notícia logo se dissipou e não teve resultados práticos. O uso de máscara não pegou, as aglomerações prosseguiram.

No fim de 2020, quatro meses depois da primeira morte, a cidade já tinha seis óbitos – uma enormidade para um vilarejo tão pequeno. A mortandade, no entanto, não mudou o cenário. O produtor rural Sebastião Galeti, de 56 anos, um dos grandes anfitriões da cidade, seguiu reunindo amigos e familiares em sua chácara a 3 km do centrinho de Parisi. O sítio é simples, tem uma churrasqueira e um espaço para eventos, que pode ser alugado, e seus frequentadores se aglomeravam sem a proteção de máscaras. Em meados de janeiro passado, por exemplo, Galeti, conhecido como Tiãozinho, reuniu vinte pessoas em seu rancho. Ninguém usava máscara. Cada um levou suas bebidas, e Galeti, mais uma vez, confirmou a fama de servir o melhor peixe da cidade. Seu rancho, assim como outros da região, chegou a ser interditado em 2020. “Não importa o quanto a gente fale, parece que as pessoas não querem entender”, lamentou a enfermeira Dirce Santos. “Você acha que, desse jeito, o número de casos não vai explodir?”

Como se não bastasse a dificuldade para controlar os próprios moradores, o prefeito de Parisi, Oclair Bento (PSDB), assim que assumiu o cargo no início deste ano, teve a extravagante ideia de inaugurar uma feira livre na praça da cidade. Até há pouco, a feira vinha funcionando toda sexta-feira. “Tinha gente de tudo que é lugar aqui vendendo as coisas, até brinquedo

para criança tinha. 'Todo mundo com a máscara no cotovelo. O prefeito mesmo ficava ali comendo pastel como se nada estivesse acontecendo na cidade', desabafou Fedoce. No dia 5 de março, o Ministério Público Federal recebeu uma denúncia de improbidade administrativa contra Bento. Segundo o documento, a prefeitura contratou, sem licitação ou concurso público, a filha da secretária de Saúde para funções administrativas no posto da cidade. De acordo com a denúncia, o salário dela foi pago com verba destinada ao enfrentamento à Covid-19. Até o fechamento da reportagem, o processo estava em análise. Procurado para explicar a lógica de abrir uma feira popular em meio a uma pandemia, o prefeito mandou dizer que não tinha interesse em dar entrevista.

O motorista Fernando Santos, 54 anos, até tentou denunciar a aglomeração na praça. Em uma das sextas-feiras, ele ligou para a polícia. "Disseram que não podiam fazer nada porque o prefeito tinha autorizado a feira", explicou Santos. Ele percebeu que a fiscalização não funcionava em uma cidade como Parisi, onde todos se conhecem, e os responsáveis preferem não se indispor com a população. Pelo tamanho do município, deveria ser mais fácil controlar a transmissão da doença, mas é essa mesma característica que inviabiliza o trabalho de prevenção. O motorista resolveu começar sua própria fiscalização no começo deste ano. Toda semana ele percorre as ruas de Parisi, atento a qualquer indício de aglomeração. A ronda termina em quinze minutos e ele relata a situação nos grupos de WhatsApp. "Lá no bar da Boate Azul tem umas trinta pessoas comendo churrasquinho", dedurou

certa vez. A ideia é espalhar a denúncia até que alguém resolva tomar uma providência, o que raramente acontece. Mas sem o apoio do poder público, a pressão social é a única arma que os moradores têm para inibir aglomerações. “Eu faço isso por medo. Tenho um filho de 8 anos e quero vê-lo formado.”

**Q**uando deixou o posto naquela manhã do dia 2 de março, a secretária de Saúde, Marli Donizeti, caminhou 100 metros até chegar ao Paço Municipal de Parisi. A notícia que dera à enfermeira Dirce Santos foi repassada ao prefeito – não havia mais como atender os doentes. Seguindo as restrições adotadas em toda a região de Votuporanga, a prefeitura publicou um decreto naquele mesmo dia. As medidas foram as mais severas desde o início da pandemia: por duas semanas, estavam proibidas as atividades em bares, feiras livres e chácaras. A resolução também estabelecia um toque de recolher em Parisi – a partir das 20 horas, ninguém poderia circular pelas ruas sem justificativa. O pequeno comércio da cidade também deveria respeitar essa restrição de horário e só poderia funcionar em dias de semana.

As medidas chegaram tarde. No dia 12 de março, Parisi acumulava 253 casos, sendo que 39 foram registrados nas duas primeiras semanas do mês, já sob restrições mais rígidas. O número de infecções ativas saltou de 2 para 37 nesse período. Mesmo com as orientações dos profissionais do posto de saúde, pacientes infectados são flagrados diariamente

circulando pela cidade. O motorista da ambulância de Parisi, que conhece todos os moradores, é quem monitora extraoficialmente os fujões. Quando vê alguém descumprindo o isolamento, avisa a enfermeira Dirce Santos. Mas ela não pode fazer muita coisa além de apelar para o bom senso. “Todo mundo diz que está cansado de ficar em casa. É um desrespeito às pessoas que estão sofrendo com a doença.”

Além disso, nem todos são favoráveis às medidas de isolamento. Aparecida de Fátima de Jesus, 36, sentiu na pele as trágicas consequências econômicas da pandemia e acredita que o fechamento da cidade pode piorar ainda mais a situação do município. Ela trabalha como empregada doméstica desde os 8 anos de idade. Quando o medo da Covid-19 se espalhou pela cidade, Cidinha, como é conhecida, ficou sem trabalho. Ela recebe a pensão alimentícia do pai de seus quatro filhos, mas o dinheiro é pouco. No começo de 2020, ela decidiu abrir uma quitanda improvisada na porta de casa. “Eu não tinha capital de giro, precisava vender para pagar os fornecedores”, lembra. Naquele ano, atuando como fornecedora de hortifrúti, vendeu três toneladas de abóbora para a prefeitura.

Quando Parisi e Votuporanga decretaram o fechamento do comércio aos fins de semana, Cidinha vendia seus produtos pela porta dos fundos. “Se alguém denunciasse eu ia ser pega, mas precisava arriscar”, explicou. “Um dia veio gente até de Votuporanga comprar comigo e eu limpei meu estoque. Dei graças a Deus.” No fim do ano, a crise apertou. Cidinha fechou a quitanda e voltou a



trabalhar como diarista. Como as escolas e creches não estão funcionando, a filha mais velha, de 12 anos, cuida dos irmãos. “Aqui tem muita gente passando necessidade. A doença é muito triste, mas se fechar tudo, o povo vai morrer de fome”, argumenta. “Eu não quero isso para os meus filhos.”

Ela entende a gravidade da epidemia em Parisi, mas acredita que as restrições do comércio são inócuas. A cidade tem dois mercados pequenos, três padarias – uma delas vende bebida alcoólica – e cinco bares. “Se fechar, o povo vai comprar cachaça e se juntar para beber na esquina. Aglomera do mesmo jeito”, diz ela. Além disso, Cidinha não confia na fiscalização de eventos privados, que acontecem nos quintais apesar da proibição municipal. Sua sugestão é que as pessoas infectadas usem pulseiras de identificação para que os outros moradores possam se proteger com mais facilidade, pois a publicação da quantidade de casos confirmados e suspeitos no site da cidade não é transparente. Às vezes, o portal fica mais de quatro dias sem atualizar os dados. Os moradores se informam sobre as novas infecções pelo boca a boca. “A gente fica no escuro”, relata. Ela própria teve Covid-19 no início de 2021 depois de participar de uma festa com amigos. Só desenvolveu sintomas leves da doença. Seus filhos tiveram vômito e dores no corpo, mas não conseguiram fazer o teste no posto de saúde. Todos se recuperaram.

Com dificuldade para adotar o isolamento, Parisi também sofre com as crendices terapêuticas. “Aqui na cidade tá todo mundo tomando. Parece que é bom”, diz Fedoce, ao contar que faz uso de ivermectina, um antiparasitário sem eficácia contra a

Covid-19. Ao ser indagada se também toma cloroquina, outro remédio inócuo para a doença, sua resposta é incisiva: “Isso aí, não. Não acredito em tratamento precoce.” Alguns moradores relatam que o posto de saúde da cidade também administrou doses de ivermectina para tratar pacientes infectados, mas a Secretaria de Saúde não quis se manifestar sobre o assunto. Fedoce não costuma sair, sempre preferiu ficar em casa bordando ou fazendo crochê. Ela mora ao lado da igreja da matriz. Da varanda, é possível ver a torre da igrejinha. No portão, ela acompanha o movimento da cidade. “Esse povo fica todo assustado quando alguém morre, mas no outro dia já tá na rua”, diz, apontando para uma pessoa que passava do outro lado da calçada sem máscara.

Como acontece no resto do país, a pandemia também afetou os pobres de Parisi com mais intensidade. A assistente social Giane Estela dos Santos Martins, 45, única mulher eleita para a Câmara de Vereadores da cidade, acompanha o efeito da Covid-19 na população mais vulnerável. Entre os onze mortos confirmados em Parisi até o dia 3 de março, pelo menos quatro eram pessoas em situação de dificuldade. “Além de viver o luto, essas famílias passam por necessidades sociais e econômicas”, lamenta. A procura por cestas básicas quadruplicou desde que a Covid-19 chegou à cidade. A assistente social também observou que os casos de violência contra a mulher aumentaram, assim como o uso de entorpecentes e bebida alcoólica. Os homens perdem o emprego, ficam mais tempo em casa e a situação financeira começa a deixá-los nervosos. Quem paga a conta são as mulheres. “É difícil colocar isso em

números porque a cidade não tem sequer pesquisa para produzir indicadores sociais”, conta ela. “Mas desde que a pandemia começou, meu celular não para de tocar com essas histórias. Eu passo várias noites sem dormir preocupada com o futuro dessas pessoas aqui.”

**N**aquela tarde quente de 3 de março, Francielli Hernandez Gimenez, cujo avô foi a primeira vítima de Covid-19 em Parisi, estava na calçada, sentada numa cadeira de plástico, com sua avó. As duas sempre fazem isso nos fins de tarde. A neta tem os olhos muito verdes e expressivos. Mesmo com a máscara cobrindo metade do rosto, seu olhar revela o que está sentindo. Durante a conversa, ela checava seu celular com frequência. Esperava uma <sup>RIVA</sup> ligação da Santa Casa de Votuporanga, onde seu outro avô, Nivaldo Hernandez, estava internado. “Ele teve que ser intubado no corredor da enfermaria porque não tinha vaga em nenhuma UTI, nem em hospital particular”, contou, com a voz embargada. “Eu não imaginava que a doença ia ser assim. Para mim, ia ser só uma gripe.” A notícia sobre o estado de saúde de seu avô chegava sempre por volta das 17 horas. Depois de conferir o celular algumas vezes, ela subitamente se lembrou de um detalhe. “Ih, hoje é meu aniversário”, disse, tentando sorrir.

Antes que ela terminasse de contar sua história, um carro prata que descia a rua parou rente à calçada. O motorista, um senhor de cabelo branco que usava uma blusa de botão aberta e calça jeans suja de terra,

não desligou o motor. De dentro do veículo, sem máscara, ele gritou: “Como está o Bimba?” “Ele está por um milagre de Deus”, respondeu a neta. O motorista ficou em silêncio por alguns segundos. “Ele vai ter! Boa tarde aí para você”, finalizou, pronunciando o “r” retroflexo próprio do linguajar caipira.

Bimba é como toda a cidade se refere a Nivaldo Hernandez. Todo dia, sua neta responde a inúmeras perguntas sobre o estado de saúde do avô. Ele fazia bicos como taxista e conhecia a cidade inteira. Desde que foi internado, tornou-se o principal assunto do lugarejo, do posto de saúde ao mercadinho. Todos temiam que ele fosse a 12ª morte pela doença. Em 1991, Bimba estava entre os primeiros vereadores eleitos na cidade recém-emancipada. Ele não era apenas um número na planilha de internados – era um pedaço da história do lugar.

Como uma das moradoras mais antigas de Parisi, Luiza Fedoce conhecia todas as demais vítimas da Covid-19. Lembra-se de quando recebeu a notícia do falecimento de cada uma. “A gente já fica sabendo pelo boca a boca e agora recebe pelo WhatsApp, mas esperamos passar o carro para oficializar”, conta. O carro é um Ford Fiesta 1996, adaptado com dois alto-falantes no teto. A cor roxa da lataria fez a cidade apelidá-lo de “Azeitona”. Quando alguém morre, seu dono cobra 30 reais para rodar pelas ruas quietas de Parisi anunciando o falecimento. “Primeiro toca uma musiquinha de morte, aí a gente já fica atento para ouvir quem é. Depois o Azeitona fala o nome de quem morreu, o apelido, o nome da família e, quando tinha enterro, falava o horário”, explica

Fedoce. “O que mais assustou a gente nessa doença foi o saco preto. A família não vê o morto, a gente também não vê. É uma tristeza, não tem velório, não tem nada.”

No começo de fevereiro, Azeitona circulou anunciando a morte de Galeti, o dono do sítio das aglomerações. Depois da peixada com duas dezenas de amigos, ele começou a sentir sintomas do que achou que era apenas uma gripe. Quando buscou atendimento no posto de saúde, já estava com dificuldade para respirar. Desmaiou enquanto fazia o teste para Covid-19 e, às pressas, foi levado à Santa Casa de Votuporanga, onde ficou internado com parte do pulmão comprometido, mas não resistiu. Pelo menos seis pessoas que estavam na festa tiveram sintomas e procuraram atendimento no posto. Como visitou sua família, Galeti também contaminou os parentes. Seu sobrinho, Marcos Franchini, de 50 anos, morreu uma semana depois do próprio Galeti, em 15 de fevereiro. Nesse mesmo dia, morreu a mãe de Galeti, também infectada pelo vírus.

Na ampla varanda de sua casa, Luzia Fedoce tem uma mesa de madeira escura e um banco feitos por Galeti, que trabalhava com marcenaria. “A gente sentiu muito a morte dele e do sobrinho porque eram novos, não tinham comorbidade.” A essa altura, com a quantidade crescente de mortos, começaram a surgir sinais de que o luto dava lugar ao desespero. Nos grupos de WhatsApp da cidade, pipocavam mensagens angustiantes. “Isso tudo tá escrito na Bíblia e só vai piorar daqui para a frente”, disse uma moradora. “Nós vai tudo é morrer aqui”, respondeu outra.

No dia 13 de março, Azeitona nem precisou passar pelas ruas de Parisi para anunciar a morte de Karina Faria, a 12ª da cidade. Todos acompanharam sua situação dramática no posto de saúde e quase instantaneamente receberam, pelo WhatsApp, a notícia do seu falecimento. Naquela noite em que passou no posto ao lado de sua irmã tomando soro e analgésicos, o caso de Karina se agravou muito e ela começou a sentir dificuldade para respirar. Precisava ser intubada com urgência, mas todos os hospitais da região estavam lotados e o posto de saúde não tinha os materiais necessários para realizar o procedimento. O pessoal do posto conseguiu alugar uma UTI móvel de uma empresa privada para usar os equipamentos do veículo. A médica de plantão, que não é intensivista, fez então a intubação no posto com o respirador portátil da ambulância. “Esse tipo de ambulância só dá um tempo a mais para a pessoa chegar ao hospital, não é para salvar vidas”, desabafa Douglas Farias, seu irmão de 26 anos. “Só me disseram que não tinha leito, não tinha vaga, não tinha nada. Se tivessem algum reforço, quem sabe minha irmã poderia ter sobrevivido.” Karina morreu na madrugada do dia 13, dentro do posto de saúde de Parisi.

Assim que recebeu a notícia, Douglas foi à cidade. Ele chegou no sábado de manhã para acompanhar o enterro de Karina. Como o posto de saúde é pequeno, ele pôde ficar na entrada e observar a remoção do corpo. “Eles pegaram minha irmã, nua, e jogaram dentro de um caixão, sem pano nem nada. Botaram dentro do carro, levaram ao cemitério, tacaram naquele buraco e acabou”, lembra, tentando segurar

o choro. Antes de acompanhar o carro da funerária, Douglas ainda teve tempo de ver, de longe, sua outra irmã, Ana Paula, que naquele momento estava sendo transferida para a Santa Casa de Votuporanga. “A gente nem sabia se ela iria conseguir vaga”, lembra. “Depois de enterrar a Karina, eu liguei desesperado para o hospital e me disseram que a Ana Paula estava em um leito, esperando na fila para entrar na UTI.”

No dia 16 de março, três dias depois da morte de Karina, Azeitona voltou às ruas. Desta vez, para anunciar o falecimento de Ana Paula, a 13ª morte em Parisi. Ela faleceu no dia de seu aniversário. De manhã, depois de ficar 48 horas sem notícias da irmã, Douglas recebeu a primeira informação sobre o estado de saúde dela. Soube então que Ana Paula sofrera uma parada cardíaca e não estava respondendo aos medicamentos – mesmo intubada, o pulmão não aceitava mais oxigênio. Douglas perguntou se poderia visitá-la, mas os protocolos de segurança do hospital não aceitavam acompanhantes de pacientes com Covid-19. Algumas horas depois dessa ligação, Douglas recebeu a notícia da morte da irmã. “Eu não imaginava que a dor era tanta, não botava fé que essa doença era desse jeito”, diz. “Tive que perder minha família para enxergar a verdade.”

Ana Paula era mãe de trigêmeos de 5 anos. Em outubro do ano passado, ela ficara viúva. Seu marido morreu em um acidente de trânsito. Seu filho mais velho, de 18 anos, também pegou Covid-19, ficou internado na Santa Casa de Votuporanga, mas recuperou-se e já teve alta. Sua mãe, Valentina, de 62 anos, também adoeceu. Ela procurou o posto de Parisi quando sentiu febre e dores no corpo. Foi

diagnosticada com o vírus. Como os hospitais estavam lotados, Valentina acabou sendo transferida para o Centro de Saúde de Valentim Gentil, uma pequena cidade vizinha. Três dias depois da transferência, já não conseguia comer nem conversar. Levada às pressas para o Hospital de Base de São José do Rio Preto, foi intubada.

**N**o dia do falecimento de Ana Paula, no fim da tarde, as ambulâncias do posto de saúde de Parisi circularam pela cidade. Com as sirenes ligadas, o alto-falante nos veículos avisava sobre o toque de recolher. “Atenção: das oito horas da noite às cinco da manhã, todo mundo em suas casas. Ninguém nas ruas e calçadas. Todo mundo em suas casas”, dizia. O anúncio reforçava a sensação mórbida que pairava sobre a cidade depois do falecimento das duas irmãs. As ruas estavam desertas – mas já era tarde.

Nos dois dias seguintes, Parisi registrou mais duas mortes por Covid-19. Uma das vítimas era Bimba, o antigo taxista que mobilizou correntes de oração na cidade. Na Santa Casa de Votuporanga, ele chegou a ser desintubado, mas não resistiu. Faleceu no dia 18 de março. Foi a 15ª vítima da doença na cidade. Francielli Hernandez Gimenez, que já tinha perdido seu avô paterno, agora perdera seu avô materno. Quatro dias depois, Parisi entrou em luto de novo: Valentina, a mãe de Karina e Ana Paula, não resistiu à intubação e morreu de madrugada. Dois dias depois, outro senhor faleceu no posto de saúde da cidade aguardando vaga em hospital. O sistema de



depois, outro senhor faleceu no posto de saúde da cidade aguardando vaga em hospital. O sistema de saúde de todo o estado de São Paulo estava em colapso. Em apenas duas semanas, o número de óbitos por Covid-19 em Parisi saltou de 11 para 17.

Giane dos Santos, a dublê de vereadora e assistente social, também conhecia todas as vítimas e tem certeza de que a pandemia vai deixar cicatrizes profundas na cidade. Ao rememorar os mortos, ela contava histórias de cada um e descrevia os laços de parentesco. Sobre a mesa de sua varanda, há uma peça de crochê no formato de uma flor, cercada por triângulos brancos, bege e marrons. “Foi a Priscila que fez esse caminho de mesa para mim”, disse, alisando o artesanato. “Ela veio me entregar duas semanas antes de falecer de Covid.”



**CAMILLE LICHOTTI**

*(siga [@camillelichotti](https://twitter.com/camillelichotti) no Twitter)*

Estagiária de jornalismo na **piauí**

EDIÇÃO 175 | ABRIL\_2021

questões criminais

# A ORCRIM-FB

Flávio Bolsonaro e o roubo de 6,1 milhões de reais  
de dinheiro público

ARMANDO SARTORI E RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA



## FLÁVIO BOLSONARO, POUCO DEPOIS DE COMPRAR UMA MANSÃO EM BRASÍLIA: OS RELATOS E OS INDÍCIOS SUGEREM QUE A RACHADINHA ERA UMA PRÁTICA ANTIGA NOS GABINETES PARLAMENTARES DA FAMÍLIA

**F**lávio, o filho Zero Um do presidente Jair Bolsonaro, foi eleito senador pelo Rio de Janeiro nas últimas eleições e deu sinal de que pretende morar confortavelmente na capital federal pelos anos que faltam para concluir seu mandato: vendeu o apartamento onde morava no Rio, na Barra da Tijuca, e comprou, no final do ano passado, por 5,97 milhões de reais, uma casa no Setor de Mansões do Lago Sul de Brasília com 1,1 mil m<sup>2</sup> de área construída, quatro suítes no piso superior, a principal das quais, segundo o anúncio do imóvel nos jornais antes da venda, “com hidromassagem, closet e academia”. RIVA

Sossego, no entanto, acham muitos, Flávio Bolsonaro não terá. Desde o dia 19 de outubro do ano passado, ele está formalmente denunciado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro como chefe de uma “organização criminoso” que envolve duas dezenas de “funcionários-fantasmas”, pessoas que apareciam em seu gabinete de deputado estadual no Rio de Janeiro, não para trabalhar, mas apenas para receber o salário e depois lhe repassar parte do dinheiro. Dessa forma, segundo a denúncia dos promotores, o esquema chefiado por Flávio Bolsonaro desviou, ao longo de doze anos, 6,1 milhões de reais de dinheiro público. Boa parte dele foi transformada em bens e serviços pessoais para Flávio, sua mulher, Fernanda, e as duas filhas pequenas do casal.

A compra da mansão brasiliense não ajuda, é claro, a tese do pai, o presidente Jair Bolsonaro, de que Flávio é um inocente, perseguido como se fosse o pior bandido do mundo pelos que querem atingir o seu governo. A notícia da transação imobiliária, publicada pelo site *O Antagonista* no dia 1º de março, teve ampla repercussão nos jornais na esteira de uma grande vitória que Flávio obtivera, dias antes, numa votação no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. Em 23 de fevereiro, o STJ decidiu anular, por 4 votos contra 1, cerca de uma centena de quebras de sigilos bancário e fiscal, todas obtidas pelos promotores com autorização da Justiça do Rio. As informações resultantes dessas quebras devem ser, agora, como se diz no jargão jurídico, *desentranhadas* da denúncia – e podem, inclusive, torná-la inócua.

A decisão gerou tumulto. <sup>RIVA</sup> Numa sessão posterior, realizada no dia 1º de março, Félix Fischer, o relator do caso que defendia a manutenção da quebra de sigilos e saiu derrotado, fez um duro protesto contra seu colega João Otávio Noronha, que resolveu anunciar seu voto antes mesmo de ouvir a manifestação do relator. Fischer sentiu-se “atropelado” por Noronha. “Em quarenta anos de magistratura, nunca vi uma coisa dessas”, reagiu Fischer, ao referir-se à antecipação do voto do colega. Noronha, como se sabe, é o cidadão que o presidente Bolsonaro elogiou, se é que podemos chamar assim, como tendo tido por ele “amor à primeira vista”.

Com a vitória inicial, Frederick Wassef, ex-advogado do presidente Bolsonaro e atual defensor de Flávio, apressou-se em dizer que não restava “nada” contra

o filho do presidente, dando praticamente o caso por encerrado. É possível que, do ponto de vista jurídico, muitas das informações obtidas pelos promotores não possam ser usadas com a invalidação dos sigilos.

Ocorre que o debate no STJ teve um segundo turno. Na sessão subsequente, realizada em 16 de março, Fischer saiu-se duplamente vitorioso. Por 3 votos a 2, o STJ recusou as teses da defesa de Flávio. Primeiro, validou todas as decisões tomadas pelas instâncias inferiores da Justiça sobre o caso. Segundo, e ainda mais importante, autorizou a promotoria do Rio a trabalhar com os dados dos RIFs do Coaf, ou seja, dos relatórios de inteligência financeira do conselho federal cujo papel é informar às autoridades sobre movimentações suspeitas envolvendo transações de diversos tipos – com moeda, ouro, joias, ações, imóveis.

#### RIVA

Criado em 1998, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) tem a missão de tentar evitar “a utilização do sistema financeiro” para a realização de crimes de “lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores”. O trabalho do órgão consiste em analisar informações financeiras e, quando encontra indício de “lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo ou outros ilícitos”, produz os tais RIFs, que são remetidos às autoridades competentes. Apenas em 2020, o Coaf produziu quase 12 mil RIFs, dos quais 3,5 mil foram enviados à Polícia Federal e 2 mil foram encaminhados aos ministérios públicos estaduais.

Nesta reportagem, a **piauí** apresenta o time de funcionários-fantasma do esquema, incluindo a

história de um fantasma que fez um acordo de delação premiada, descreve o conjunto de ações dos grupos organizados em torno de Flávio e explica o significado criminoso delas, mostrando por que os promotores do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), em sua denúncia de 290 páginas, referem-se ao esquema como “organização criminosa chefiada por Flávio Bolsonaro” – a Orccrim-FB.

**A** investigação da rachadinha de Flávio Bolsonaro completou três anos. No dia 3 de janeiro de 2018, o MPRJ recebeu uma lista do Coaf com 422 páginas e centenas de nomes, na qual eram apontados sinais de transações financeiras suspeitas nas contas de auxiliares de deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Seis meses depois, em junho, a Polícia Federal abriu inquérito para investigar Flávio sob a suspeita de que tais transações tinham ocorrido em seu gabinete. Em 20 de julho daquele ano, o MPRJ instaurou dois procedimentos de investigação criminal, conhecidos no meio jurídico pela sigla PIC: um, genérico, para “investigar suspeitas de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores envolvendo parlamentares e servidores e ex-servidores da Alerj”; e outro, específico, para tratar do caso do ex-policia militar Fabrício Queiroz, assessor de Flávio.

Queiroz foi logo procurado pelos investigadores. De início, fugiu. Convocado, faltou a três depoimentos marcados para dezembro de 2018, mas teve tempo de dar uma entrevista ao SBT dizendo que sua alta

movimentação bancária decorria da compra e venda de carros: “Eu faço dinheiro, compro, revendo, compro, revendo, compro carro, revendo carro, sempre fui assim.” Na quarta data agendada para seu depoimento, alegou que enfrentava problemas de saúde. Na quinta, já no começo de 2019, desapareceu de novo.

O ano de 2018 terminou com seu sumiço: “Cadê o Queiroz?” virou bordão na internet. Enquanto isso, outra informação teve grande repercussão: a descoberta de depósitos na conta da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, no total de 24 mil reais vindos das contas de Queiroz. Na época, o presidente Bolsonaro disse que o dinheiro era parte do pagamento de um empréstimo de 40 mil reais que fizera ao amigo. Mas logo a imprensa mostrou que, a despeito da devassa nas RVA contas de Queiroz, não havia nenhum sinal de um empréstimo de Bolsonaro a ele.

Em fevereiro de 2019, Queiroz mandou um depoimento por escrito ao MPRJ. Apresentava uma nova versão para sua vida financeira: agora, admitia que arrecadava parte dos salários dos funcionários do gabinete, mas o fazia sem o conhecimento de Flávio. Enquanto Queiroz ajustava suas versões, o MPRJ analisou toda a documentação sobre o gabinete de Flávio e as ações do seu braço direito, tanto as disponíveis na Alerj quanto as existentes no Coaf, compreendendo o período que vai de 1º de janeiro de 2007 (data em que Queiroz assumiu a coordenação do gabinete) a 17 de dezembro de 2018 (quando foi defenestrado do cargo).

Pouco depois, em maio de 2019, o MPRJ pediu ao juiz

Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal do Rio, encarregado de apreciar as medidas judiciais cabíveis no caso, uma ordem para que o Banco Central pesquisasse, em *todas* as instituições financeiras, *todas* as transações de pessoas e empresas com Flávio e Queiroz. Descobriu uma lista de 9 empresas e 84 pessoas com transações financeiras envolvendo os dois. Note-se bem: não houve, como disse o presidente em defesa do filho, a quebra indiscriminada de sigilos bancários de “uma centena de pessoas”: foram expostas apenas as transações específicas de empresas e pessoas com a dupla Flávio-Queiroz, no período sob investigação e com autorização da Justiça.

Em julho de 2019, as investigações do caso tiveram uma interrupção. O ministro e então presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, aceitou o argumento da defesa de Flávio e suspendeu todos os processos do país em que o Coaf e a Receita Federal compartilharam dados bancários e fiscais com os investigadores sem uma ordem judicial. No entanto, na Justiça Eleitoral, em 2 de agosto de 2019, o juiz Rudi Loewenkron aceitou o pedido da promotoria eleitoral do Rio para que a Polícia Federal investigasse Flávio por suspeitas nas suas declarações de rendimentos nos pleitos de 2012 e 2016, para deputado estadual, e de 2018, para senador. Finalmente, em novembro desse mesmo ano, o STF, com seus onze ministros presentes, revogou a decisão de Toffoli e restabeleceu o direito de promotores solicitarem informações diretamente ao Coaf – a mesma decisão que o stj referendou, por 3 votos a 2, na sessão de 16 de março.



Aproveitando os dados da ampla coleta envolvendo Flávio e Queiroz, o MPRJ então concentrou as investigações em duas dúzias de alvos. No dia 18 de dezembro de 2019, realizou operações de busca e apreensão em endereços ligados ao senador. Para justificá-las, os procuradores apresentaram ao juiz Flávio Itabaiana um resumo das conclusões a que tinham chegado até aquele momento:

\* Flávio Bolsonaro seria o chefe de uma “organização criminosa” que teria cometido crimes de “peculato” e “lavagem de dinheiro”;

\* Como deputado estadual, entre 2007 e 2018, Flávio nomeara assessores orientados a lhe devolver parte dos salários. Ou seja, se apossara de dinheiro público ilegalmente, o que caracteriza o crime de “peculato”;

\* Os investigadores dividiram os 25 assessores de Flávio em dois grupos. Um composto por quinze assessores mais ligados a Queiroz, no qual estavam sua mulher e suas duas filhas, além de vizinhos, amigos e filhos dos amigos, todos indicados por ele para o gabinete. O outro grupo formado por dez assessores, moradores de Resende, município do Rio, nove deles com relação de parentesco com Ana Cristina Siqueira Valle, ex-mulher de Bolsonaro e mãe de seu filho Jair Renan, o caçula dos homens;

\* Queiroz fazia todo o trabalho de recolhimento do dinheiro devolvido pelos funcionários. Um total de 2.079.149,52 reais tinha sido depositado na sua conta pelo grupo de assessores mais ligados a ele, enquanto outros 2.154.413,45 reais podem ter sido colocados à disposição da Orccrim-FB mediante saques em

espécie, realizados na boca do caixa.

Parte da acusação tratava dos negócios empresariais de Flávio – uma franquia da Copenhagen para uma loja de chocolates e café num shopping na Barra da Tijuca; e compra e venda de imóveis. A acusação, de forma curta e grossa, dizia que esses negócios eram uma tentativa de esconder o “peculato”. Ou seja, Flávio usava, em benefício próprio, o dinheiro público desviado por meio da criação de cargos ocupados por apaniguados ou funcionários-fantasma mancomunados com ele e Queiroz, e estes lhes devolviam grande parte do salário ficando apenas com uma espécie de comissão.

Uma das provas do crime de lavagem de dinheiro, para os investigadores, está na contabilidade da franquia da Copenhagen. Na loja, de nome comercial Bolsotini, fusão do sobrenome de Flávio e o do sócio Alexandre Santini, cada um deveria ter 50% do investimento e dos lucros. Entre 2015 e 2018, apareceu na contabilidade da Bolsotini um faturamento de 6,5 milhões de reais, mas na contabilidade da loja auditada pelo shopping o faturamento foi menor, de 4,8 milhões. Para os investigadores, a diferença, de 1,7 milhão, é dinheiro em espécie oriundo da rachadinha no gabinete do deputado, quantia que, para ser “lavada”, entrou como faturamento da franquia. A outra forma de lavagem de dinheiro, segundo os investigadores, ocorreu por meio da compra de dois imóveis em Copacabana por um valor inexplicavelmente baixo. Essa história se contará com detalhes logo mais. Por enquanto, basta saber que, na realidade, Flávio pagou a diferença no preço dos imóveis com dinheiro vivo.

que assim se incorporou ao valor real do imóvel, como dinheiro limpo, lavado.

O ano de 2020 foi o terceiro da investigação dos crimes cometidos no gabinete de Flávio. No final de agosto, pouco depois de Queiroz ter sido preso enquanto se escondia na casa do advogado Frederick Wassef no interior de São Paulo, uma nova informação deixou o presidente ainda mais atarantado: ele explicara que os 24 mil reais depositados por Queiroz na conta da primeira-dama Michelle eram o pagamento de um empréstimo de 40 mil reais que fizera ao amigo, mas a nova informação mostrava que os depósitos não somavam 24 mil reais. Considerando as transferências feitas pela conta de Márcia Aguiar, mulher de Queiroz, o total de depósitos chegava a 89 mil reais. No dia 23 de agosto, um domingo, pouco depois das duas da tarde, Bolsonaro estava na Esplanada dos Ministérios, diante da Catedral de Brasília, quando um repórter do jornal *O Globo* lhe pediu para comentar a disparidade de valores. Bolsonaro explodiu num de seus costumeiros surtos de descontrole: primeiro, atacou a família Marinho, dona do jornal. Depois, como que confessou sua impotência em voz alta. Disse, sem se mover para realizar a ameaça: “Minha vontade é encher tua boca de porrada, tá? Seu safado!”

A agressão verbal ao jornalista não respondeu à questão objetiva: Queiroz tinha um mandato, digamos assim, para depositar dinheiro de origem ilícita na conta da mulher do presidente? Quem lhe conferiu esse mandato? Flávio? Jair?

**A** denúncia – a formalização judicial dos nomes dos acusados e dos crimes que lhes são imputados –, foi apresentada pelo MPRJ em outubro do ano passado. Os primeiros denunciados são do chamado “núcleo Queiroz”, que tem dois subgrupos. Um, a cúpula, é formado por quatro pessoas: Flávio e sua esposa Fernanda, o chefe do gabinete, Miguel Grillo, e o próprio Queiroz. O outro tem onze “funcionários-fantasmas”.

Quem aglutinou essa turma toda foi Queiroz. O esquema básico com o qual montou seu time era simples, embora ilegal, como poderia perceber qualquer pessoa honesta e minimamente instruída. Convidada a participar, a pessoa era nomeada oficialmente para a Alerj, mas não precisava trabalhar, nem ir sempre ao local de trabalho – o chefe do gabinete poderia atestar a sua frequência. Basicamente, precisava, no fim do mês, logo após receber o salário no banco, depositar – boa parte, às vezes a maior parte, no caso de a suposta função que desempenharia ter um salário maior – na conta de Queiroz, que cuidaria do que fazer com o dinheiro junto ao chefe, o deputado Flávio Bolsonaro.

Queiroz localizou os fantasmas de que precisava numa espécie de família ampliada. Os onze do time eram ou seus parentes ou seus amigos: a mulher, duas filhas, uma enteada, uma sobrinha, amigos policiais ou ex-policiais como ele próprio, e até o ex-marido de sua mulher, que fora motorista no gabinete de Carlos Bolsonaro, na Câmara de Vereadores do Rio. Entrou na turma inclusive a filha do presidente do time de futebol de veteranos “Fala

tu que eu tô cansado”, formado com vizinhos no bairro de Oswaldo Cruz, onde ele morara, anos antes.

Entre os quinze denunciados do “núcleo Queiroz”, está o fantasma Jorge Luís de Souza, que morava, ou ainda mora, em outra cidade, Rio das Ostras, a 180 km da Alerj. A participação dele, segundo a denúncia: teve várias funções no gabinete nos 74 meses em que serviu ao esquema, em períodos intercalados entre os anos de 2004 e 2018. As informações extraídas do seu celular na investigação sugerem que, nesses catorze anos, raramente esteve perto da Alerj: só constam vinte chamadas do local num total de 16 mil. No papel, assessorou Flávio quando o parlamentar era apenas um deputado, quando era vice-líder e quando era líder dos partidos aos quais esteve filiado. Souza recebeu 456 mil reais da Alerj e estima-se que tenha repassado *para cima* – leia-se, Flávio e família, no entender do MPRJ – 255 mil. Os repasses foram via Queiroz, o operador financeiro do esquema, como é chamado na denúncia.

Dos outros catorze denunciados, nove são de subúrbios cariocas; e cinco deles dos bairros Oswaldo Cruz, Taquara e Vila Valqueire, na parte da cidade que fica como que espremida entre duas grandes formações montanhosas, a da Floresta da Tijuca e a do Parque Estadual da Pedra Branca. Acima desta última área ficam os bairros que reúnem muito militares, como Deodoro, Marechal Hermes e a própria Vila Militar, de onde saíram Jair Bolsonaro, para a política, e Fabrício Queiroz, para a Polícia Militar, no começo dos anos 1980. Abaixo dessa área, perto do ponto em que a Lagoa da Tijuca desemboca

no mar, fica o condomínio Vivendas da Barra, no qual, há tempos, o presidente Jair Bolsonaro tem residência particular.

**Q**ueiroz e Márcia Aguiar, sua esposa, acabaram de ter a prisão domiciliar relaxada e puderam tirar as tornozeleiras eletrônicas. Antes disso, estavam retidos no apartamento onde moram no bairro da Taquara. O porteiro do prédio não deixa que se passe do portão na rua. Diz que tem ordens explícitas para não dar informações a jornalistas. As duas filhas de Queiroz, também fantasmas do esquema, Nathália e Evelyn, deixaram o conjunto de prédios do condomínio Domingos Jorge Velho, o endereço em que moravam segundo a denúncia, e se mudaram há cerca de meio ano, sem dizer para onde, informa o administrador do local. As três mulheres de Queiroz contribuíram para o peculato ao receber cerca de 2,2 milhões de reais de remuneração como funcionárias da Alerj e repassar para ele aproximadamente 1,1 milhão, a metade. A esposa foi a que mais recebeu na lista de fantasmas: 1,2 milhão.

O major da PM Wellington Sérvulo, 50 anos, também se mudou, há alguns meses, do endereço em Vila Valqueire que está na denúncia, e não deixou endereço novo, diz outro porteiro. No seu período de 15 meses, cerca de 450 dias, como fantasma na Alerj, esteve mais da metade do tempo, 248 dias, em viagens ao exterior, como o MPRJ descobriu nos registros do aeroporto do Galeão. O motivo era visitar a esposa em Portugal. Num bilhete que está

nos documentos da denúncia, Queiroz diz sobre ele na certa com ironia: “Mora em Portugal.”

Um fantasma que merece destaque é Luiza Souza Paes, que vive em Oswaldo Cruz. É a filha do ex-policial que preside o time de futebol do bairro. Ela mora na rua onde, anos atrás, morou Fabrício Queiroz, que até recentemente ainda jogava no “Fala tu que tô cansado”. Para aliciar os fantasmas da Orcrim-FB, Queiroz foi atrás dos seus conhecidos, gente relativamente pobre e precisando de dinheiro. Como todos os fantasmas indiciados, Luiza não ia à Alerj. Entre agosto de 2011 e fevereiro de 2017, 66 meses, período no qual foi registrada como se trabalhasse na Assembleia, ela cursou uma faculdade, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas, e fez estágio na TV Globo. Tanto a faculdade como a emissora ficam a mais de 25 km de sua casa. A partir dos sinais de seu celular, os investigadores identificaram o local de 2 963 chamadas – e apenas seis foram feitas de áreas próximas da Alerj. Qual a recompensa pelo seu desempenho na Orcrim-FB? Luiza recebeu 204 mil reais no período e depositou 156 mil na conta de Queiroz, cerca de 80% do total. Uma planilha com os seus recebimentos obtida pelo MPRJ mostra que ela ficava mensalmente com 700 ou 800 reais e repassava o restante para Queiroz.

A denúncia informa que, nos autos, há referência a um vídeo no qual Luiza confessou toda a sua participação e fez uma espécie de delação premiada. Um advogado que acompanhou o caso disse que ela contou como era o esquema e acertou que, depois da conclusão da ação penal, devolveria a parte que reteve, o que daria, com correção monetária mais

custas do processo, cerca de 160 mil reais. Pelo acerto com o MPRJ, Luiza, feito o pagamento, ficaria livre das três acusações criminais – participação em organização criminosa, peculato e obstrução de Justiça; esta última, por ter integrado um esquema para adulterar as listas de presença na Alerj. Pelos três crimes, sem o acordo, Luiza teria uma pena mínima de seis a sete anos. Com o acordo, passará um bom tempo para devolver o que obteve ilegalmente, mas ficará livre. Parece uma boa solução. Talvez seja um exemplo a ser seguido.

Uma tabela na denúncia nos ajuda a compreender o que foi o esquema chefiado por Flávio, no entender do MPRJ, e a contribuição de cada um dos onze fantasmas. O crime de peculato apontado na denúncia é a soma do dinheiro obtido pelos fantasmas como remuneração por trabalho não existente: são 6,1 milhões de reais. A tabela tem o nome de cada fantasma nas linhas horizontais e mais cinco informações nas colunas verticais: 1) a remuneração total de cada um; 2) quanto cada um repassou para Queiroz por vias normais, ou seja, com identificação bancária do depositante; 3) quanto cada um depositou para Queiroz por vias suspeitas; 4) quanto cada um sacou em dinheiro vivo; e 5) o percentual do salário envolvido em cada operação: os depósitos regulares, os depósitos suspeitos e os saques em dinheiro vivo.

As transações consideradas suspeitas, segundo a investigação do MPRJ, são aqueles depósitos bancários de pequenos valores, sempre inferiores a 5 mil reais. Eles chamaram a atenção porque, no caso dessas operações, os bancos não precisam exigir a



identificação do depositante. É um truque usado por quem quer esconder a origem do dinheiro. Os investigadores conseguiram desvendar a trama porque as transferências bancárias de dinheiro são feitas de forma quase instantânea, à velocidade das ondas eletromagnéticas, a 300 mil km/s. O dinheiro sai de uma conta e, na prática, imediatamente chega na conta do destinatário, no caso de transações entre agências de um mesmo banco. (No caso de transações entre bancos diferentes, demora apenas um pouco mais.) Assim, o MPRJ comparou a quantia, a data e a hora da saída do dinheiro da conta dos fantasmas com a quantia, a data e a hora de entrada do dinheiro na conta de Queiroz. Com isso, revelou o esquema. Para obter esses dados e poder compará-los foi essencial que o MPRJ tenha recebido autorização para identificar todos os depositantes e recebedores dos recursos nas contas de Queiroz e Flávio. Eis a importância de o país ter instituições oficiais, como o Coaf, que continuamente examinam as transações financeiras nacionais em busca de sinais de possíveis crimes.

Examinando-se os valores descritos na tabela que elucidada o esquema, descobre-se que os fantasmas fizeram a seguinte distribuição dos 6,1 milhões de reais que receberam na forma de salário: 1,5 milhão foram parar na conta de Queiroz por meio de transferência eletrônica ou cheque; outros 600 mil também foram para a conta de Queiroz, só que na forma de depósitos fracionados, de pequenos valores, para fugir ao registro da identidade do depositante; outros 2,1 milhões foram sacados em dinheiro vivo pelos fantasmas e, segundo o MPRJ, podem ter ficado à disposição do esquema. A promotoria também

calculou o total de dinheiro que os fantasmas podem ter embolsado para si próprios, como comissão pelos serviços prestados. Estima que tenha sido um bom montante: pelo menos 1,9 milhão de reais.

Com as muitas informações que reuniu, o MPRJ faz uma sugestão em sua denúncia: por que não analisar a contribuição do bandido Adriano Magalhães da Costa Nóbrega como parte do esquema? O relatório afirma que, apesar de não ter sido nomeado para cargos na Alerj, “ele integrava o núcleo operacional do esquema, pois uma parte dos repasses correspondentes à remuneração de sua esposa – a fantasma denunciada Danielle Mendonça da Costa Nóbrega – foi transferida ao operador financeiro [Queiroz] por contas bancárias de outras pessoas físicas e jurídicas controladas, de fato, por ele”.

Dessa forma, os promotores fazem uma associação entre duas organizações criminosas – a Orccrim-FB e a outra Orccrim chamada de “Escritório do Crime”, que fica em Rio das Pedras, bairro da Zona Oeste do Rio, na margem nordeste da Lagoa da Tijuca. Essa Orccrim era chefiada pelo ex-capitão Adriano da Nóbrega, que foi morto na Bahia em fevereiro do ano passado. Os investigadores dizem que ele indicou Raimunda, sua mãe, e Danielle, sua esposa, para o time de fantasmas de Flávio e Queiroz – e as duas foram aceitas.

Na denúncia, consta que Danielle disse morar no Recreio dos Bandeirantes, bairro de classe média alta, logo depois da Barra de Tijuca, mais para o oeste do município. Nesse endereço, ela não está. Uma moradora do local informa que o apartamento citado

como sendo de Danielle, localizado num prédio de três pisos a uma quadra da praia, é de outra pessoa. A **piauí** achou outro endereço atribuído a Danielle, num condomínio na Estrada do Rio Grande, Taquara. Condôminos reunidos num espaço após o portão de entrada de onde se pode ver pequenos prédios colados num dos morros da região dizem que, de fato, Danielle morou lá, mas cerca de meio ano atrás foi-se embora sem dizer o seu destino.

No endereço dado por Raimunda, mãe do capitão morto na Bahia, há o portão de entrada de um condomínio de aparência mais pobre, na Estrada de Itanhangá, em Muzema. O bairro fica antes de Rio das Pedras, indo para o norte. Também está na margem leste da Lagoa da Tijuca, àquela altura, um verdadeiro depósito de lixo. No número e andar do prédio do condomínio indicado, um rapaz informa que não conhece Raimunda. Sua esposa, com quem está casado há pouco, diz que comprou o apartamento e que não conhece nenhuma Raimunda envolvida no negócio.

Na denúncia, há outro endereço da mãe de Adriano. Ela e o filho são donos de um restaurante em Rio Comprido, bairro vizinho de Santa Teresa, antes da entrada no Túnel Rebouças, para quem vai na direção do Leblon ou de Ipanema, bairros de classe média alta da cidade. “Dona Raimunda voltou para a Bahia”, diz um senhor de camisa esporte vermelha, apontado pelos funcionários como o dono atual do estabelecimento. O senhor, de fato, sabe que o restaurante é de Raimunda e de seu filho Adriano. Sabe que ele foi morto na Bahia. Informa que arrendou o local e ainda está esperando para ver

como fica o acordo de arrendamento depois da morte de Adriano. Ele pretende continuar tocando o negócio. Dos fantasmas, Raimunda e Danielle estão entre os que mais se beneficiaram. Receberam em salários quase 1 milhão de reais, do total de 6,1 milhões desviados da Alerj.

Dois últimos endereços são especiais: o de Flávio e Fernanda, em Brasília; e o de Miguel Ângelo Braga Grillo, que se tornou chefe do gabinete de Flávio no Senado. O filho do presidente vai transferir-se para a sua nova mansão, que se esparrama por um terreno de 2,5 mil m<sup>2</sup>. Grillo, um oficial militar de 64 anos, reformado da Aeronáutica, mora num condomínio em Águas Claras, um conjunto de torres a cerca de 15 km do Plano Piloto de Brasília. Por volta das nove da manhã, Grillo já está no gabinete de Flávio. Um assessor de imprensa informa por telefone que é impossível marcar entrevista com o senador, que anda muito ocupado, ou com Grillo, que “não tem nada a ver” com o escândalo da rachadinha.

Informado de que estava enganado, pois Grillo era um dos principais acusados no esquema por ter assinado a falsa lista de presença dos fantasmas, o assessor prometeu arranjar uma entrevista com o advogado Frederick Wassef, em Brasília ou no Rio. Não cumpriu o prometido.

São inúmeros os indícios apresentados pelo MPRJ sobre o enriquecimento do casal Flávio-Fernanda graças à rachadinha. Só em parcelas de 2 mil reais, fracionadas para ocultar o depositante, o casal recebeu 275 mil reais. Com eles, pagou 49 boletos da escola de suas filhas, num total de 139.162,53 reais. Pagou 114 boletos de planos de saúde da família, no

valor de 108.407,98 reais. Tudo com dinheiro do esquema. Na véspera de pagamentos de prestações dos imóveis que adquiriram, uma cobertura em Laranjeiras, bairro de classe média alta, e um apartamento na Tijuca, Queiroz e Grillo tiraram 20 e 25 mil reais de suas contas e depositaram na conta de Fernanda.

Chegou a hora de detalhar aquela história dos dois imóveis em Copacabana comprados por Flávio e Fernanda por um valor inexplicavelmente baixo. Os investigadores conseguiram detalhar a operação. O vendedor é o norte-americano Glenn Howard Dillard. Flávio e Fernanda combinaram de pagá-lo, como se diz no jargão dos contraventores, com uma parte “por dentro” e outra, “por fora”. Por dentro, foram 210 mil reais – em dois cheques, um de 117,5 mil reais do Itaú e outro de 92,5 mil reais do Bradesco. Os 210 mil reais constam como o preço final nos documentos oficiais, um valor irrisório para os dois imóveis. Mas, na mesma data, 27 de novembro de 2012, o casal fez outro pagamento na conta de Dillard, o “por fora” – em termos mais crus, por fora da lei – em dinheiro em espécie, num total de 638,4 mil reais.

Para confirmar o drible na lei, o MPRJ conseguiu junto à agência 0898 do HSBC, onde o dinheiro em espécie foi depositado, os comprovantes da contagem do dinheiro. Foram dois depósitos, um de 38 mil e outro de 600 mil. O casal Flávio e Fernanda, ou “alguém de sua confiança”, diz o MPRJ, levou o dinheiro vivo para Glenn Dillard até a agência do banco, que fica no Centro do Rio, perto do cartório onde o negócio foi registrado. O MPRJ conseguiu

cópias das fitas dos caixas que contaram os depósitos. Nelas, aparece o número do operador da transação. A contagem de 38 mil reais ocorreu no salão comum da agência, pois o operador – identificado pelo número 3691230 – era um funcionário comum. A contagem dos restantes 600 mil reais deu-se na parte reservada da agência, à qual Dillard só teve acesso com autorização do gerente. Sabe-se disso porque o número do operador – 2214032 – é a identificação do gerente.

A decisão do STJ de anular as quebras dos sigilos bancários de Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz e de mais 84 pessoas e 9 empresas que tiveram transações financeiras com os dois, no período de doze anos, foi baseada no argumento de que o juiz do caso, Flávio Itabaiana, não justificou sua <sup>RIVA</sup> decisão, apenas endossou a argumentação apresentada pelo MPRJ.

Pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro examinaram o banco de dados do STJ e descobriram que a decisão favorável à defesa de Flávio foi uma exceção. Em 29 ações semelhantes, julgadas na corte entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2021, a decisão foi igual à que beneficiou Flávio em apenas três casos. O relatório da pesquisa afirma que “diversos desses acórdãos admitiram a fundamentação *per relationem*”, ou seja, quando o juiz, em vez de fundamentar sua decisão, faz apenas uma referência aos argumentos do Ministério Público, como aconteceu com o juiz Itabaiana. A pesquisa ainda especifica que decisões *per relationem* ocorreram em casos de “interceptação telefônica e

quebra de sigilos, como no caso Flávio Bolsonaro”.

Durante entrevista ao SBT no dia seguinte à vitória de Flávio no STJ, o advogado do senador, Frederick Wassef, disse um conjunto de mentiras e meias verdades:

*O que tem no processo até hoje? Jamais houve uma diligência, jamais houve, sequer, a prova de um crime ou mesmo um crime. O que existiu, na verdade, foi o manuseio de informações bancárias, a inauguração de um novo tipo de investigação no Brasil, onde não se investiga, não tem prova, não existem diligências investigativas, apenas invadem a conta de pessoas, as contas bancárias, se subtrai as informações e passam a fazer ilações irresponsáveis, fabricando teses de crimes, destruindo a imagem e a reputação de cidadãos inocentes, como é o caso do senador Flávio Bolsonaro. Essa é a moda <sup>RIVA</sup> que está se fazendo no Brasil, agora. Isso é absolutamente ilegal. O que foi encontrado nessa quebra de sigilo de mais de doze anos pra trás que pudesse comprometer o senador Flávio Bolsonaro? Absolutamente nada. [...] Nem uma única vez o Ministério Público do Rio de Janeiro encontrou um único depósito de Queiroz nas contas do senador Flávio Bolsonaro, seja (pessoa) física, seja jurídica...*

Em um ponto, Wassef tergiversa ao dizer que o MPRJ não encontrou “um único depósito” suspeito tanto na pessoa física como na pessoa jurídica do senador Flávio Bolsonaro. Ora, é elementar: o esquema da rachadinha escalou Queiroz para o papel de operador financeiro justamente para que ele, Flávio, parecesse limpo. Em outro ponto, Wassef deturpa a

decisão do STJ. O tribunal rejeitou a ordem judicial que autorizou a quebra dos sigilos porque entendeu que o juiz Itabaiana não apresentou uma fundamentação própria para sua decisão, tendo apenas endossado a fundamentação dos promotores. Não inocentou Flávio.

E a decisão pode até não perdurar. No dia 15 de março, o subprocurador-geral da República, Roberto Thomé, que tem o que se chama de independência funcional em relação ao procurador-geral Augusto Aras, nomeado por Bolsonaro, entrou com um recurso extraordinário. No recurso, Thomé pede que a decisão do STJ de anular as quebras de sigilos seja revista pelo Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte do país. Disse que as quebras cumpriram os requisitos legais e constitucionais e, por isso, devem ser restabelecidas. Cinco dias depois, os procuradores do Rio entraram com um recurso em que também pedem que as quebras dos sigilos voltem a valer.

**A**lém dos fantasmas ligados a Queiroz, o MPRJ identificou outro núcleo, com nove pessoas: são os recrutados por Ana Cristina Valle, a ex-mulher do presidente Bolsonaro, que morou em Resende, no sul do Rio de Janeiro. Talvez por motivos táticos, de não começar incluindo com papel ativo alguém tão próximo do presidente, o documento apresentado pelo MPRJ faz menção apenas ao fato de que outras denúncias estão sendo preparadas, mas se restringe, nessa primeira rodada, aos crimes que teriam sido cometidos pelo núcleo Queiroz.



Ana Valle, no entanto, não é um nome irrelevante no esquema. Uma reportagem do UOL examinou 607 552 operações bancárias, graças ao acesso ao material obtido pelo MPRJ com a quebra dos sigilos de quase uma centena de pessoas e empresas. A reportagem detalha as atividades do grupo de Resende, encabeçado por Ana, que, além de assessora de Flávio, também foi chefe de gabinete de Carlos Bolsonaro. A matéria conta que Andrea, irmã de Ana, trabalhou por vinte anos como funcionária em três gabinetes da família Bolsonaro: no de Jair, quando era deputado federal em Brasília; no de Carlos, quando era vereador na Câmara Municipal do Rio; e no de Flávio, quando era deputado estadual no Rio. Andrea nunca frequentou os locais de trabalho, em Brasília ou no Rio: vivia em Resende. Recebeu 2,2 milhões de reais em valores corrigidos.

#### RIVA

As operações analisadas pelos repórteres do UOL mostram que quatro funcionários de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados em Brasília e outros quatro servidores de Carlos na Câmara dos Vereadores no Rio costumavam sacar a maior parte dos seus salários em dinheiro vivo. É uma prática comum entre quem quer dificultar o rastreamento do dinheiro e um forte indício de que devolviam parte dos salários aos chefes, configurando, aí também, o esquema de rachadinha. Nas operações bancárias examinadas, os oito funcionários do pai e do filho Zero Dois sacaram mais de 1 milhão de reais em espécie.

Essas informações reforçam a suspeita de que o esquema de rachadinha não era uma opção exclusiva de Flávio, mas um sistema de desvio de dinheiro

público que há anos vem sendo adotado pela família Bolsonaro como um todo. Em setembro do ano passado, um levantamento publicado pela revista *Época* mostrou que, entre os anos de 1991 e 2019, os gabinetes de Jair e seus filhos empregaram pelo menos 39 funcionários cujo perfil sugere que eram apenas fantasmas, pois todos eles tinham – e exerciam – outras profissões, como *personal trainer*, babá, cabeleireira. Essa turma recebeu ao longo dos anos, em valores atualizados, cerca de 30 milhões de reais – parte dos quais, segundo a regra elementar da rachadinha, foi parar nas contas dos chefes. Ou seja: trabalho para o Ministério Público é o que não falta.



## **ARMANDO SARTORI** RIVA

É jornalista e diretor da Editora Manifesto. Foi secretário de redação do jornal *Movimento* e editor da revista *Retrato do Brasil*

## **RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA**

É jornalista e diretor da Editora Manifesto. Foi redator-chefe dos jornais *Opinião* e *Movimento* e editor nas revistas *Veja*, *Realidade* e *Retrato do Brasil*

# O HERDEIRO

João Campos, o jovem prefeito do Recife, e os dramas agrestes de uma dinastia política

CONSUELO DIEGUEZ



JOÃO (À DIREITA), COM A FAMÍLIA EM 2014, DURANTE TRÉGUA NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE EDUARDO: NA DISPUTA PELA PREFEITURA DO RECIFE, OS CLÃS CAMPOS E ARRAES PRODUZIRAM CENAS NAS QUAIS FALTOU APENAS “SANGUE CIVIL TINGINDO MÃOS CIDADÃS”

**O** prefeito do Recife, João Campos, se aproximou do topo da escadaria do Alto do Buriti, em uma comunidade pobre da capital pernambucana, apreciou por alguns instantes a vista da cidade iluminada abaixo dele e apontou para o Parque da Macaxeira, localizado

quase ao pé do morro. Com 10 hectares de extensão, o parque foi inaugurado às pressas por seu pai, Eduardo Campos, em seu último dia como governador (2007-14). Com o braço estendido e entusiasmo na voz, o filho disse: “Meu pai gostava tanto deste projeto que acompanhava a obra diariamente. Este é o maior parque da cidade.” Em seguida, com uma expressão marota, fez uma provocação. “Mas eu vou barrar ele. Vou fazer um parque ainda maior”, e deixou o riso escapar por debaixo da máscara que lhe cobria o rosto.

Era começo da noite de 12 de janeiro e João Campos, embora completasse quase doze horas de trabalho, não aparentava cansaço. Eleito prefeito da cidade pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em novembro passado, desde que tomou posse ele ocupa parte do seu dia visitando bairros da cidade. Faz tudo acompanhado de uma equipe de cinco pessoas, que grava todos os seus movimentos e suas falas, que são imediatamente postados nas redes sociais. A presença constante nas ruas do Recife, sempre misturado aos moradores dos lugares que visita, levou adversários políticos a dizerem que ele continua em campanha. Campos não se abala. “Parte do trabalho de um prefeito é ir para a rua, ouvir os moradores da cidade, entender seus problemas e suas necessidades”, diz.

Aos 27 anos, João Campos é o mais novo prefeito de capital do Brasil. O maior desafio de sua estreia, no entanto, não é a juventude, mas a comparação a que está submetido – e sempre estará – com dois dos políticos mais carismáticos do estado nos últimos setenta anos: seu bisavô, Miguel Arraes de Alencar, morto em 2005, e seu pai, Eduardo Henrique Accioly

Campos, que morreu em acidente aéreo durante a campanha presidencial de 2014. Os dois, bisavô e pai, faleceram no dia mais agourento da política pernambucana: 13 de agosto. Ainda que João Campos tente se livrar das comparações – e ele mesmo brinca de desafiar a obra de seu criador –, não há lugar em que ele não ouça referências aos dois líderes políticos. “Espero que você faça por nós o que seu bisavô fez”, lhe disse um homem, na porta de uma mercearia, no Alto do Buriti, onde ele entrou para cumprimentar os moradores. “Eu gostava muito do seu pai, não vá me decepcionar”, berrou uma mulher, enquanto ele caminhava pelas ruas do bairro para inaugurar a troca da iluminação pública por lâmpadas de LED, projeto que, iniciado na gestão do seu antecessor, Geraldo Julio, também do PSB, João Campos promete estender para toda a cidade. Conforme o caminhão da prefeitura passava trocando as lâmpadas dos postes e iluminando radiosamente as ruas, Campos acompanhava o veículo, seguido por um séquito de assessores e moradores.

João Campos é o herdeiro de um dos clãs políticos mais longevos de Pernambuco. Desde os anos 1950, com exceção do período da ditadura militar, Miguel Arraes e, mais tarde, Eduardo Campos sempre tiveram protagonismo na política local. O Doutor Arraes, ou Véio Arraia, como era chamado pelos sertanejos que o veneravam, foi prefeito do Recife, deputado estadual, três vezes governador e três vezes deputado federal. Eduardo, como os eleitores o tratavam, foi duas vezes governador, deputado estadual, deputado federal e ministro da Ciência e Tecnologia. Membros da elite econômica e cultural de

Pernambuco, os dois sempre foram considerados os mais proeminentes líderes de esquerda do estado.

Arraes, nascido numa família de classe média em Araripe, no Ceará, formou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Após um período no antigo Instituto do Açúcar e do Alcool, no Rio de Janeiro, voltou para o Recife em 1948, a convite do então governador do estado, Barbosa Lima Sobrinho, que o nomeou secretário da Fazenda. Na capital pernambucana, casou-se com Célia de Souza Leão, filha de usineiros e herdeira de uma das maiores fortunas do estado. Em 1959, aos 42 anos, foi eleito prefeito do Recife. Em 1962, elegeu-se para o governo do estado, e bateu de frente com os usineiros ao proibir que a polícia estadual atuasse como milícia contra os trabalhadores rurais que reivindicavam melhores condições de trabalho. Criou vários programas que beneficiaram a população mais pobre, como crédito subsidiado ao pequeno agricultor e para a aquisição da casa própria. Por causa dessas medidas, nunca foi perdoado pela elite local.

A revanche viria no golpe militar. Tachado de comunista pelos militares e pela direita pernambucana, Arraes foi deposto no mesmo dia do golpe, ficou preso por mais de um ano e partiu para o exílio na Argélia, em 1965. Só voltou ao Brasil em 1979, com a Lei da Anistia. Juntou-se ao MDB de Ulysses Guimarães, a legenda que combatia a ditadura, e só deixou o partido em 1990, quando entrou para o PSB, do qual mais tarde se tornou presidente. Transformou a pequena legenda em uma potência política em Pernambuco e em um importante partido de centro-esquerda no país.

Quando seguiu para o exílio, Arraes tinha oito filhos com a primeira mulher, da qual enviuvava, e um filho com sua nova esposa. No Brasil, ficou apenas a filha Ana Arraes, casada com Maximiano Campos, um importante escritor local com quem teve dois filhos: Eduardo e Antônio. O primogênito poderia chamar-se Eduardo Arraes Campos, mas, por causa da perseguição política à família, o sobrenome do avô foi suprimido. O garoto cresceu no Recife, formou-se em economia na Universidade Federal de Pernambuco e começou sua militância política no movimento estudantil até filiar-se ao PMDB e, mais tarde, ao PSB. Assim como o avô, sempre esteve mais próximo da social-democracia do que do ideário socialista anunciado no nome da legenda.

Arraes nunca encorajou os filhos a entrar para a política. Costumava dizer que liderança não se herda, se conquista. Tanto que, à exceção de Ana, que foi deputada federal por insistência do filho e não do pai, nenhum deles seguiu seus passos. Quando instado a falar sobre a presença do neto Eduardo na política, ele dizia, quase com irritação: “Eduardo já estava fazendo política quando eu estava no exílio. Não fui eu que o coloquei nisso.” No entanto, ao ser eleito governador em 1986, Arraes escolheu o neto para ser chefe de gabinete. Quando foi eleito de novo em 1995, nomeou-o secretário de Fazenda do estado, dando ao neto, como acontece nas oligarquias que se prezam, o mesmo cargo que ocupara quase quatro décadas antes. Dali em diante, Eduardo Campos só avançou na carreira política até se lançar candidato a presidente da República e morrer durante a campanha quando seu avião caiu em Santos, no litoral paulista.

Ao contrário do seu avô, Eduardo Campos sempre quis que os filhos trilhassem seu caminho. Em 2014, chegou a cogitar lançar João, que nem completara 21 anos ainda, como candidato a deputado federal naquele mesmo ano. O então presidente do PSB, Carlos Siqueira, político muito ligado a Arraes, achava que a candidatura passaria a impressão de que Eduardo estava querendo criar a dinastia dos Campos, como José Sarney no Maranhão e Antônio Carlos Magalhães na Bahia. Renata Campos, a mãe de João, que sempre atuou nos bastidores da política, também não gostou da ideia. Queria que, antes de abraçar a política, o filho candidato se formasse na Universidade Federal de Pernambuco, onde cursava engenharia civil. “Ela costuma dizer que política não é profissão. Que antes de tomarem esse caminho, os filhos precisam ter uma profissão caso deixem a vida pública”, contou Siqueira. João não foi candidato.

Dos cinco filhos de Eduardo e Renata, apenas a mais velha, Maria Eduarda, arquiteta, e o caçula, Miguel, ainda muito criança, não demonstraram pendor pela política. Os outros três – João, Pedro e José – desde cedo acompanharam as atividades do pai. “Ele nunca foi de mandar tirar os filhos do terraço quando havia políticos na casa”, contou João Campos. O terraço da casa – um chalé branco, cercado por um grande jardim e protegido por um muro alto, onde Renata vive até hoje com o filho mais novo – era o lugar das reuniões com correligionários, inclusive nos fins de semana. “Nós crescemos vendo meu pai fazer política. Nós víamos a paixão dele. Ele sempre nos disse que a política era o caminho para mudarmos a sociedade.” Alguns amigos de Eduardo Campos o



consideravam um compulsivo. “Ele era um homem de um tema só”, descreveu um aliado. “As pessoas gostam de música, de literatura, de viagens. Gostam de falar de vários assuntos. Com Eduardo, isso era impossível. Ele só falava e pensava política 24 horas por dia.”

A morte de Eduardo Campos acabou antecipando a entrada de João na vida pública. Depois do acidente, a família se reuniu no flat paulista que funcionava como base de campanha do candidato para retirar seus pertences. Ali, João soube que seria convocado pelo PSB a participar da campanha ao governo estadual de Paulo Câmara, que tinha sido indicado pelo seu pai. Ficou quinze dias trancado em casa e então decidiu que aceitaria a convocação. “O mantra que eu repetia era: ‘Vou fazer o que meu pai gostaria que eu fizesse.’ Ele não gostava de me ver para baixo. Não gostava de ver ninguém para baixo. Pensei que se ele estivesse lá, ele estaria na linha de frente, aceitando qualquer desafio. Decidi que era também o que eu tinha que fazer.”

Em apenas quinze dias, acompanhado pelo vice da chapa, o emedebista Raul Henry, João visitou 44 cidades. “Era uma comoção quando o João chegava. Ele subia num caixote, começava a falar e a multidão se aproximava”, contou Henry, hoje deputado e presidente do MDB de Pernambuco, durante uma conversa em janeiro, na sede do partido, no bairro do Recife Antigo. Na realidade, isso se devia à comoção ainda latente com a morte do pai no acidente aéreo. João conta que, naquele momento, se sentiu muito à vontade discursando nos comícios, embora fosse a primeira vez que se submetia àquela experiência. A

partir daí, ainda que não tivesse se formado em engenharia como queria sua mãe, João abraçou a política com entusiasmo.

Ele conta como se deu o processo. “Sempre gostei de política, sempre acompanhei o meu pai. Mas isso não significava que eu queria ir para a linha de frente”, disse. “Eu tinha a compreensão de que eu queria fazer parte da política, mas não necessariamente disputar eleição. O que eu queria era estar ao lado do meu pai.” O acidente fatal mudou tudo. “O falecimento dele foi muito duro para a família. Do ponto de vista pessoal, a vida muda. Nós somos uma família muito unida, cinco irmãos, os pais casados há trinta anos. Tudo isso virou de cabeça para baixo, como aconteceria com qualquer família.” Mas havia aí o componente político que o pai representava no cenário nacional. “A repercussão nacional que a morte dele teve fez com que sentíssemos a nossa dor sendo compartilhada por muita gente. Nós estávamos no meio da eleição presidencial e para o governo do estado. Meu irmão Pedro e eu estudávamos e, na semana seguinte, íamos trancar o curso para ajudar na campanha de nosso pai”, contou.

Com a folgada vitória de Paulo Câmara, a história voltou a se repetir. João Campos foi nomeado para a chefia de gabinete do governador, o mesmo cargo que seu pai ocupou no governo do avô. Exatamente como o pai, João também tinha 22 anos quando chegou ao cargo. Ali, o jovem fez contatos com parlamentares, prefeitos e políticos do interior. Começou a acompanhar o funcionamento da máquina pública e, depois de se formar em

engenharia, nunca fez outra coisa. Em 2018, elegeu-se deputado federal por Pernambuco com 460 mil votos, a maior votação da história do estado. Exerceu por apenas um ano seu novo mandato, do qual abriu mão para lançar-se à Prefeitura do Recife. “Ele é um jovem preparado”, avalia Antônio Lavareda, cientista político pernambucano e especialista em comportamento eleitoral e marketing político.

“Acompanhou o trabalho do pai e depois o de Paulo Câmara no governo do estado e acabou ganhando experiência com isso.”

Seu sucesso tem a ver com o bisavô e o pai? Com uma fala arrumada, João responde: “Eu não me coloco na posição de herdeiro. Eu sempre afirmo que o legado de Arraes e de Eduardo vai ser de quem acredita na política como elemento de redução das desigualdades e de se fazer justiça social. Qualquer pessoa que acredita nessa boa prática representa o que eles acreditaram e fizeram.” E continuou, sem pausa. “Eu os considero referências na minha vida, mas não estou aqui para ser maior do que eles ou para copiá-los. Eles fizeram política em outros tempos e de uma forma completamente diferente de como eu faço, mas que tinha um objetivo muito nítido que era fazer da política um instrumento de transformação social.” E concluiu: “Na vida a gente tem que aprender a construir o nosso caminho, que não tem que ser igual ao de ninguém.”

João Campos é magro, de estatura mediana. Tem cabelos castanhos ondulados, imensos olhos azuis e um largo sorriso de dentes perfeitos que

se abre debaixo de um nariz proeminente. A fala é articulada e serena. Ao se expressar, parece tratar-se de uma pessoa mais velha, com as manhas de políticos experientes. No entanto, frequentemente deixa escapar um entusiasmo juvenil ao falar de seu trabalho na prefeitura. Nessas horas, costuma abrir o enorme sorriso. Presta muita atenção às perguntas, fixando o olhar no interlocutor, e responde imediatamente qualquer questionamento, sem pausa para reflexão. Veste-se de maneira informal, sempre de calça jeans, camisa justa abotoada na frente e sapato social. Só usa blazer em ocasiões mais solenes, como quando participa de eventos ao lado do governador Paulo Câmara.

Desde o final de 2019, divide-se entre a política e sua namorada, a deputada Tabata Amaral, eleita pelo PDT de São Paulo. A aproximação do filho da aristocracia pernambucana com a jovem de 27 anos, criada na periferia paulistana, causou frisson nos meios políticos e nas colunas de fofoca. O encontro se deu porque passaram a trabalhar juntos numa comissão parlamentar que acompanha o trabalho no Ministério da Educação, um tema caro aos dois, numa época em que João ainda estava noivo. Numa conversa online no começo de março, a deputada disse que, antes de engatarem o namoro, o que lhe chamou a atenção em João era seu compromisso e a disposição para o trabalho. “No começo, as pessoas insinuavam que nós estávamos namorando. Nós ríamos com aquelas provocações porque não era verdade. No fim, tudo aconteceu muito naturalmente”, disse, sorrindo.

Depois de conhecer melhor o namorado, Tabata diz

que se encantou com “o genuíno interesse dele pelas pessoas menos favorecidas”. “Eu vim da periferia, ele é um jovem de classe média alta. Por isso, me fascina ver como ele realmente se emociona e se envolve diante de uma situação de injustiça.” Outro ponto a favor do namorado, ela diz, é a leveza. “Eu sou do signo de Escorpião. Sou muito intensa. Por isso aprendo muito com ele. Ele é leve, divertido, generoso”, derrama-se. Os programas preferidos dos dois, quando conseguem se encontrar nos fins de semana, são assistir a séries na Netflix e fazer trilhas na mata nos arredores do Recife e no interior de São Paulo. O intenso trabalho na política, ela reconhece, tem dificultado os encontros, mas eles se falam bastante.

**N**o dia seguinte à visita a Alto do Buriti, João participou da inauguração de uma ala especial para infectados pela Covid-19 em um hospital municipal, ao lado do governador. Sempre acompanhado por sua equipe de áudio e vídeo, cumprimentou os enfermeiros dando soquinhos nas falanges, como costuma fazer, e gravou sua participação no evento. Aproveitou para visitar o pronto atendimento do hospital, onde, novamente, foi saudado pelas pessoas. Em seguida, às 15h15, rumou para o bairro popular Córrego da Areia, arrastando consigo a equipe de cinegrafistas, para fiscalizar o trabalho de contenção de encostas feito pela prefeitura em parceria com os moradores. A prefeitura entra com o material e a assistência técnica e os moradores se ocupam da obra. No bairro, ele foi saudado entusiasticamente pelos moradores. Nessas

horas, ele levanta os braços e acena para a multidão que grita o seu nome.

Muitos moradores, principalmente as mulheres, não se contentam em cumprimentá-lo de longe e o abraçam para tirar fotos. Embora à vontade no meio da multidão, ele se constrange quando as mulheres, de todas as idades, o chamam de “lindo”. Uma trabalhadora ambulante de meia-idade correu até ele e o cumprimentou com empolgação. Ele é um bom prefeito? Com olhar zombeteiro, ela respondeu: “Bom? Ele é ótimo! Tinha três filhos com ele”, e gargalhou. João se afastou, apressado.

Pela manhã, o prefeito participara de outro evento com o governador. Dessa vez, recebeu o deputado Arthur Lira (PP-AL), então candidato à presidência da Câmara apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro. Com o encontro, deu asas à especulação de que, na surdina, estaria apoiando Lira contra o candidato da oposição, Baleia Rossi (MDB-SP). Ele nega. “Eu recebi e receberei qualquer pessoa que esteja pleiteando posição estratégica do país. Aqui conversamos com Arthur Lira e Baleia Rossi. Ambos foram recebidos.” Em seguida, recorreu ao velho patuá das raposas políticas: “Nunca me envolvi de maneira direta, mesmo porque não sou eleitor, não sou mais deputado. Nem tenho como influenciar. Além do mais, meu partido se posicionou contra a candidatura de Lira.”

Na sexta, dia 15, depois de todos esses eventos em meio à multidão, João fez teste para Covid-19. Deu negativo. No sábado, saiu a contraprova. Deu positivo. Embora estivesse de máscara nas suas

aparições públicas, ele não consegue evitar os abraços e as selfies. Ficou uma semana em casa. Numa conversa online, em fevereiro, contou que fazia testes periódicos e que aquela fora a primeira vez em que testara positivo. Indagado se não era um risco para ele e para os outros a sua intensa circulação, inclusive dentro de um hospital, deixou claro que, apesar de tudo, não pretende mudar de comportamento: “Eu tomo todos os cuidados. Uso máscara o tempo todo, e tento evitar contatos mais próximos.”

Antes da posse, ainda em dezembro, o prefeito eleito criou um comitê para estudar formas de evitar a propagação da doença e o caos nos hospitais da cidade, como vinha acontecendo em outras capitais. Montou uma equipe com Sérgio Rezende, ministro da Ciência e Tecnologia no governo Lula, além de médicos e cientistas. Em fevereiro, quando as vacinas começaram a chegar, a cidade já tinha montado um sistema online de marcação de vacinação. Os moradores só chegam aos locais de imunização com hora marcada. “Isso evita filas e reduz a possibilidade de contágio”, disse. O sistema também permite programar quantas pessoas serão vacinadas por dia. Com a falta de vacinas, os postos de muitas cidades ficavam lotados e muita gente saía sem receber a vacina. “O problema aqui não é falta de organização. É a falta de vacina. Nós temos condições de vacinar 5 mil pessoas por dia.” E reclamou da falta de programação do governo federal. “Nós não podemos sequer comprar as vacinas porque os laboratórios só liberam para a compra dos estados depois que o governo federal afirma que não irá comprá-las. E o Ministério da Saúde sequer faz essa comunicação”,

indignou-se.

Em seus primeiros seis meses como prefeito, ele decidiu dar prioridade ao combate à pandemia para evitar a debacle econômica da cidade. “O grande desafio desse início de gestão é construir uma forte agenda de vacinação”, adiantou. Mas demonstrou temor de que a crise econômica possa trazer imagens enterradas no passado: a de pessoas saqueando supermercados em busca de comida. “Sem o auxílio emergencial haverá uma queda brutal no consumo que vai afetar o emprego e a renda. A maior parte da renda do Recife vem de serviços e eles estarão comprometidos. Eu tenho que estar muito atento para evitar um aprofundamento da crise.”

**O** começo da gestão de João Campos recebe elogios da oposição. “Ele teve um bom início de gestão, pró-vacinação, com agendamento, com respeito aos mais vulneráveis, às pessoas com comorbidades. Isso foi muito positivo”, disse um adversário político. Mas os elogios cessam por aí e entram num terreno pantanoso para o prefeito e o clã a que pertence: trata-se do controle do estado pela família e pelo PSB, acusados de tomar conta da estrutura pública para se eternizar no poder. “É claro que o trabalho dele é facilitado pelo fato de o PSB ter a máquina da prefeitura na mão há oito anos e a do governo do estado há catorze. Tem muita tecnologia de governo. Eles controlam tudo”, disse esse político, que pediu o anonimato para não se indispor com os Campos.

Não há dúvida de que foi o PSB pernambucano que



Não há dúvida de que foi o PSB pernambucano que transformou a legenda em uma força nacional. E também é certo que o salto se deu sob o controle do clã Arraes-Campos, que domina a legenda desde 1990, quando Miguel Arraes trocou o PMDB pelos socialistas. Desde então, eles só perderam uma eleição para o governo do estado, a de 1998, quando o PMDB (hoje apenas MDB) se uniu ao PFL (hoje DEM), formando uma aliança entre inimigos históricos. O objetivo era derrotar Arraes e eleger o peemedebista Jarbas Vasconcelos. O resultado das urnas rendeu uma derrota acachapante para Arraes. Vasconcelos venceu com mais de 1 milhão de votos de vantagem.

A campanha foi furiosa. Na época, o governo de Arraes estava moralmente destruído com o chamado “escândalo dos precatórios”, como ficou conhecida a emissão fraudulenta de títulos públicos por estados e prefeituras para pagar dívidas judiciais. Quando o governo de Pernambuco foi acusado de emitir 480 milhões de reais, numa época em que suas dívidas judiciais não chegavam a 30 milhões, o suspeito imediato pelo superfaturamento era o secretário da Fazenda e neto do governador, Eduardo Campos. Arraes ficou desmoralizado. Pessoas chegavam a cuspir na rua quando seu carro passava. Como a origem do escândalo era a Prefeitura de São Paulo, que criara e exportara a tecnologia da fraude, Arraes e Eduardo acabaram tendo seus nomes vinculados ao então prefeito paulistano, Paulo Maluf, cuja biografia é sinônimo de corrupção. (O avô foi processado, mas o caso prescreveu antes da sentença. O neto foi absolvido penalmente, mas condenado em

processo administrativo.)

Arraes nunca perdoou Jarbas Vasconcelos por ter explorado o caso até o limite na campanha. Morreu sem falar com aquele que um dia fora seu grande aliado. Mas o caso dos precatórios não separou apenas antigos aliados. Rachou também o clã familiar – os Arraes de um lado, os Campos de outro. Os filhos de Arraes nunca perdoaram o sobrinho Eduardo por ter colocado o patriarca naquela situação humilhante. Criou-se, então, no PSB, o que hoje se chama no estado uma cisão entre a “ala arraesista” e “ala eduardista”. O avô e o neto, contudo, nunca romperam, pelo menos abertamente. Foi um momento tenso para a família, que colocou em risco a hegemonia do clã no estado. Em 2002, no entanto, Eduardo Campos, recém-eleito para exercer seu terceiro mandato de deputado federal, se aproximou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o nomeou ministro da Ciência e Tecnologia no início de 2004. Lula e Arraes já nutriam uma antiga amizade, que se estendeu a Eduardo Campos. Começava ali também uma tumultuada aliança entre o PT e o PSB no estado.

O ex-senador pernambucano Armando Monteiro Neto disse que o apoio de Lula reintegrou Eduardo Campos ao grande jogo da política. Monteiro Neto sabe do que fala. Ele pertenceu ao PTB, aderiu ao PSDB, já foi aliado de Eduardo Campos e do próprio PT em algumas campanhas em Pernambuco. “É claro que Eduardo tinha um enorme talento político. Mas ele voltou a ganhar respeitabilidade por causa do apoio de Lula. Se ele fosse um candidato de direita, nunca teria se reerguido após o escândalo dos

precatórios”, opinou. “A partir dessa aliança, Eduardo retomou o projeto de domínio da família, dando novo rosto a essa oligarquia.”

Em 2006, reabilitado, Eduardo Campos se elegeu governador do estado com uma vitória maiúscula sobre José Mendonça Filho, o vice de Jarbas Vasconcelos, com uma diferença também de cerca de 1 milhão de votos. Era o neto promovendo a revanche do avô. Desde então, o PSB nunca mais perdeu uma eleição no estado. Ao deixar o governo para se lançar à Presidência da República em 2014, Eduardo indicou como seu sucessor o economista Paulo Câmara, seu ex-secretário de Fazenda. Câmara era um tecnocrata, sem pendor para a política, mas foi eleito com folga no calor da comoção pela morte de Eduardo, reelegendo-se para o cargo em 2018. Para a Prefeitura do Recife, o nome indicado foi Geraldo Julio, outro técnico cevado por Eduardo. Elegeu-se em 2012 e reelegeu-se quatro anos depois.

**A** eleição de João Campos para a prefeitura marcou o retorno efetivo de um membro da família Campos à política pernambucana. “João foi a única figura capaz de oferecer uma sobrevida a esse projeto familiar-partidário”, disse Armando Monteiro Neto. “Ele é uma espécie de herdeiro príncipe, porque encarna essa dinastia com o sangue.” Para o ex-senador, ainda é cedo para se fazer qualquer juízo sobre a gestão de João Campos, mas ele vê riscos de desgaste futuro. “Ele é um jovem que tem atributos, se comunica bem, tem boa presença e tem estudado, efetivamente, os problemas

do Recife. Mas ele é o novo velho. Ele representa a derradeira arma desse grupo político para manter-se vivo. Ele é um rosto novo, dentro de um sistema oligárquico velho.”

Antes mesmo da eleição de 2020, a oposição já denunciava o projeto hegemônico da família Campos e do PSB. Em entrevista ao *Jornal do Commercio* em 2019, Mendonça Filho, ministro da Educação no governo de Michel Temer e hoje presidente do instituto que funciona como braço de formação política do DEM, ocupou-se até em detalhar o calendário do clã. “A gente vai enfrentar, mais uma vez, a máquina do PSB, que tem um projeto de poder até 2038”, disse ele, que disputou a Prefeitura do Recife e ficou em terceiro lugar. Nas contas de Mendonça Filho, João Campos será candidato à reeleição em 2024, o que manteria a prefeitura nas mãos do PSB até 2028. Geraldo Julio, que cumpriu dois mandatos como prefeito da capital, será candidato ao governo estadual em 2022 e planeja ficar no cargo até 2030, quando então passaria o bastão para João Campos que, por sua vez, se aboletaria no posto até 2038.

João Campos desdenha da crítica do adversário. Numa conversa virtual, disse que se essa previsão se concretizar é sinal de que o povo de Pernambuco aprova as administrações do PSB. “Criticar pelo que dá certo me parece algo sem coerência. Dentro de um regime democrático, e passando por eleições, é natural que as pessoas elejam quem está fazendo entregas verdadeiras”, disse.

Quando apresenta números e técnicas de gestão, seu

discurso se assemelha ao de um jovem executivo. “As pessoas mais do que nunca cobram resultados da política. Quando a população olha para o serviço público, olha como uma plataforma de serviço.” E, sem fazer uma pausa, continuou a explanação. “Se você vai num restaurante, quer ser bem atendido, ou numa loja. Ou seja, em qualquer tipo de serviço as pessoas querem boa qualidade e vão avaliar a gestão pela qualidade.” Mas logo retoma o seu perfil político. “Aqui em Pernambuco, tanto o governo do estado quanto a prefeitura estão entregando bons serviços. As pessoas reconheceram isso e entenderam que quem poderia fazer melhor pelo estado e pelo município era o PSB.”

Após tantos anos no poder, o PSB, segundo a oposição, ganhou um poder perigoso. O partido – e os Campos – controla, por exemplo, o Tribunal de Contas do Estado, onde quatro dos sete conselheiros foram indicados por Eduardo Campos ou Paulo Câmara. “Quem vai questionar as contas da prefeitura e do estado?”, indaga um rival, que pediu anonimato porque disse já ter se desgastado demais com as brigas com a família Campos e o PSB. “E que prefeito irá se desentender com o PSB e correr o risco de nunca ter suas contas aprovadas pelo TCE?” O partido também tem grande influência sobre o Tribunal de Justiça, já que a maioria dos desembargadores foi indicada pelo grupo no poder, e também dispõe de maioria na Assembleia Legislativa. Nas eleições municipais, o PSB e sua base aliada fizeram 31 dos 39 vereadores eleitos, garantindo uma supremacia absoluta na Câmara Municipal. João Campos acha que o discurso da

oposição é desrespeitoso com as instituições estaduais que, segundo ele, são “totalmente independentes do Executivo pernambucano”.

Como acontece em todas as dinastias, as suspeitas de favorecimento também correm. Depois da eleição de João Campos, sua irmã Maria Eduarda deixou um cargo na prefeitura, que ocupava desde os 23 anos e no qual ganhava 10,3 mil reais, mas assumiu o posto de diretora-executiva de regularização fundiária na Pernambuco Participações e Investimento S.A, uma sociedade de economia mista ligada ao governo estadual. No novo cargo, ganha 8,6 mil reais. O irmão, Pedro, é engenheiro concursado da Compesa, a companhia de saneamento do estado, mas ganhou ali um cargo comissionado, aumentando seu salário de 8,5 mil para 12,2 mil reais. Pedro tem 25 anos. O avô, pai de Renata Campos, pertenceu ao conselho da Compesa. Esse controle da máquina foi de grande ajuda na eleição de João Campos. “Eles têm a máquina e o dinheiro na mão”, disse um rival, acrescentando que o PSB também despejou na eleição do Recife quase que todo o fundo eleitoral permitido para a campanha: 7,5 milhões de reais.

Ana Arraes, avó de João, também aparece no rol dos que se entrincheiraram na máquina pública. Em 2011, Eduardo Campos empenhou-se à exaustão para descolar uma vaga para a mãe no Tribunal de Contas da União, em Brasília. Sua insistência era tal que chegou a causar desconforto entre seus pares no Congresso Nacional, mas acabou reunindo apoio suficiente para conseguir o tal cargo. (Em dezembro passado, Ana foi eleita presidente do TCU, numa articulação liderada pelo pernambucano José Múcio

Monteiro, aliado dos Campos.) Mesmo Renata Campos, mãe de João, que trabalha como auditora do Tribunal de Contas do Estado, é acusada de querer se aproveitar das benesses públicas por pleitear a pensão integral do marido referente ao tempo que ele atuou na Câmara dos Deputados. Quando morreu, Eduardo já não era deputado havia sete anos. Em 2014, como prevê a lei, Renata ganhou a causa e passou a ter direito a receber uma pensão vitalícia.

Apesar das críticas, os adversários respeitam a gestão de Eduardo Campos e admitem que ele fez um bom trabalho no estado. Tanto que chegou a ser um dos governadores mais bem avaliados do país. Em seu governo, ele construiu estradas, fez o Porto de Suape, o maior complexo portuário público do Nordeste, e levou empresas para Pernambuco. Embora louvem sua capacidade de gestão, os rivais fazem a ressalva de que parte desse sucesso teve a ver com a generosa ajuda que Pernambuco recebeu da União no governo de Lula. “Lula mandou muito dinheiro para Pernambuco na época de Eduardo”, disse um correligionário, que pediu para não ser identificado por ser próximo da família. “Mas ele soube aproveitar bem os recursos e ganhou muita popularidade. E o PSB até hoje se beneficia disso.”

**C**om tanto a perder, o PSB partiu com fúria para resguardar seu território na eleição municipal do Recife. Ser excluído do comando de uma das mais importantes capitais nordestinas seria não apenas um atestado de fracasso administrativo, mas também a perda de

poder e prestígio. Porém, o que tornou a disputa mais eletrizante e deu a ela ares de tragédia shakespeariana foi o fator familiar. A candidata que enfrentou João Campos no segundo turno foi Marília Arraes, do PT. Ela é neta de Arraes e, portanto, prima de Eduardo, pai de seu adversário no segundo turno. A disputa dos dois reabriu antigas feridas familiares e rendeu acusações ácidas, trazendo à tona a divisão entre “arraesistas” e “eduardistas”.

Um observador da cena política pernambucana disse, em tom jocoso, que a disputa entre os Campos e os Arraes pela prefeitura se encaixava perfeitamente na cena de abertura de *Romeu e Julieta*, bastando apenas que se trocasse a bela Verona pelo belo Recife. E declamou: “Na bela Verona, onde situamos nossa cena, duas famílias iguais na dignidade, levadas por antigos rancores, desencadeiam novos distúrbios, nos quais sangue civil tinge mãos cidadãs.”

O sangue não jorrou, mas a disputa entre os primos foi brutal. Nos poucos dias de campanha do segundo turno, eles se atacaram de forma nunca vista. “A campanha de João Campos no segundo turno foi de fazer inveja a Bolsonaro, tamanhos os ataques misóginos e reacionários contra Marília”, disse um político pertencente ao grupo que acabou fora da disputa mas não quis se identificar porque não quer se indispor com a família. “Foi também de uma virulência contra o PT que nem a direita ousou fazer.”

O PT tentou desqualificar João por sua juventude e dizia que, caso vencesse a eleição, quem administraria a cidade de fato seria Renata, sua mãe.



O PSB dizia que Marília não conhecia a cidade nem seus problemas e deveria dedicar-se a estudar mais antes de tentar ser prefeita. No primeiro turno, Marília usou pouco o vermelho do PT e evitou vincular-se a Lula. Ao perceber que perderia votos com isso, colocou a foto de Lula ao lado da do avô e vestiu ostensivamente o vermelho e a estrela do partido. O PSB pegou a deixa para dizer que petistas envolvidos em caso de corrupção, como José Dirceu e Delúbio Soares, seriam os verdadeiros administradores do Recife.

Marília Arraes é uma mulher bonita, acaba de completar 37 anos, tem os mesmos olhos azuis do primo, cabelos claros e pele de porcelana. O perfil angelical se encerra aí. Ela tem fala articulada e opiniões fortes. Em um almoço no começo de janeiro, enquanto dava garfadas em um bacalhau acompanhado de arroz de alho em um restaurante português no Recife, ela contou que não é de hoje que tem diferenças com a família Campos e o PSB. Acusou o partido comandado pelos primos de autoritarismo e de querer impor suas posições, não abrindo espaço para novas lideranças.

Sua estreia na política ocorreu nas eleições municipais de 2008, quando foi eleita vereadora pelo PSB já sob o comando de Eduardo Campos. Foi reeleita em 2012. Mas, quando tentou dar voos mais altos, teve as asas cortadas por ele. “O fato é que Marília era a única pessoa que enfrentava Eduardo. E isso era um incômodo para ele, que acabou por jogá-la para escanteio”, disse um aliado dos Campos, alegando que “nesse ambiente familiar é tudo muito complicado”. Marília Arraes interpreta a situação da

mesma forma. Ela diz que o primo não a apoiava porque desconfiava dela. “Ele sabia que eu não era capacho dele”, disse. “Veja o que ele fez na prefeitura e no governo do estado, colocou dois capachos, Paulo Câmara e Geraldo Julio. Acho que vivemos aqui em Pernambuco uma verdadeira Sucupira”, provocou, referindo-se à novela *O Bem-Amado* em que o prefeito, corrupto caricato e demagogo infalível, mantinha um controle imperial sobre a vida da cidade.

Por causa dessas desavenças e da falta de apoio de Eduardo, na campanha de 2014 Marília apoiou a candidatura de Armando Monteiro Neto, então do PTB, aliado do PT, na disputa pelo governo do estado. Mesmo sendo do PSB, ela se colocou abertamente contra a decisão do primo Eduardo de promover a candidatura de Paulo Câmara. E partiu para o confronto. Acusou o PSB de estar dando uma guinada à direita e disse que, naquela altura, o S do PSB era apenas uma letra, não representando mais os ideais socialistas. “Eu comecei na política ao lado do meu avô”, lembra ela. “Acompanhando meu avô nas eleições de 2002. Ele era verdadeiramente de esquerda. O PSB de Eduardo se distanciou disso.” No dia seguinte às suas declarações contra o partido, uma cadela vira-lata que apareceu no comitê de campanha de Paulo Câmara foi batizada de Marília. Ela conta que as agressões foram mais longe. “Eles picharam o muro perto da casa de minha mãe com palavras como Marília gorda e Marília puta.”

Ainda assim, seu rompimento com Eduardo se dera apenas na esfera política, e não na pessoal. “Ele nunca me tratou mal e continuamos a nos encontrar

nas festas de família.” Mas, depois da morte dele, as coisas começaram a mudar. O corpo de Eduardo foi velado primeiro na casa dele, e depois num espaço público. “Eu estava indo para o velório na casa da família e me disseram que eu não era bem-vinda. Que eu fosse para o velório público. Eu não fui, e entendi, então, que o rompimento era também pessoal.” Marília atribuiu boa parte da responsabilidade pelo rompimento a Renata, viúva de Eduardo. Para os Arraes, Renata usa sua ascendência sobre o PSB para minar o surgimento de outros líderes e proteger sua prole. É difícil medir a influência de Renata, mas ela certamente existe. “Renata não manda, mas ela pisca”, brinca o jornalista Ricardo Leitão, presidente da Companhia Editora de Pernambuco, a gráfica do estado, que trabalhou anos ao lado de Miguel Arraes e sabe de cabeça todo o histórico da vida da família na política.

Rompida com o partido, Marília Arraes bandeou-se para o PT em 2016. Mas, mesmo lá, teve seus planos frustrados pela ação do PSB. Nas eleições de 2018, ela tinha sido indicada candidata ao governo do estado pelo PT. Mas o acordo nacional entre os dois partidos, que previa o apoio do PSB a Fernando Haddad na campanha pela Presidência em troca do apoio do PT à reeleição de Paulo Câmara ao governo de Pernambuco, acabou tirando Marília da disputa. Ela, então, candidatou-se a deputada federal. Elegeu-se com quase 200 mil votos. Foi a segunda maior votação no estado, atrás apenas de João Campos, que, com seus 460 mil votos, superara em números absolutos o recorde anterior que pertencia à sua avó Ana Arraes (387 mil votos, em 2010), que, por sua vez, também considerando apenas os números

absolutos, batera o recorde do seu pai, Miguel Arraes (340 mil votos, em 1990).

O ápice da guerra familiar, porém, estava por vir. Deflagrou-se na campanha para a Prefeitura do Recife. O PSB não poupou a candidata do PT, ainda que fosse herdeira de Miguel Arraes. Marília foi apontada como uma defensora do aborto e anticristã, pois o PSB queria o apoio de setores mais conservadores e ligados aos evangélicos. O partido também recorreu à velha estratégia de criar medo na classe média que rejeitava o PT e lembrou os escândalos de corrupção na gestão petista.

No dia seguinte à notícia de que Marília conquistara o direito a disputar o segundo turno com João, um grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), usando bonés e camisetas que os identificavam como militantes do movimento, tomou as ruas do Recife. O comitê de campanha de Marília Arraes disse à **piauí** que foi uma ação orquestrada por seus adversários, que reuniram falsos militantes com o objetivo de instigar medo na classe média.

Contudo, o apoio do MST à candidata petista era explícito. Em novembro, vinte ônibus do interior de Pernambuco levaram integrantes do movimento às ruas do Recife em apoio à sua candidatura. O líder do MST no estado, Jaime Amorim, também divulgou um vídeo em defesa de Marília.

O PSB nega que tenha reunido militantes falsos. “Isso é uma mentira”, disse o jornalista Gilberto Prazeres, chefe da assessoria de comunicação de João Campos. Mas o partido não perdeu a chance de explorar politicamente a situação, sabendo que o apoio dos

sem-terra assustaria setores do eleitorado. Na época, o noticiário local informou que o PSB distribuiu folhetos com logomarcas de grupos de direita – como o Movimento Brasil Livre e o Movimento Resgate Brasil – nos quais apareciam fotos do MST acompanhadas da seguinte frase: “Eles querem voltar, vocês vão deixar? PT nunca mais.”

Na reta final da campanha, o PSB desferiu então um golpe mortal. Divulgou um áudio no qual o deputado Túlio Gadêlha (PDT-PE) parece dizer que Marília lhe orientara a embolsar parte dos salários dos funcionários de seu gabinete, esquema conhecido como “rachadinha”. A gravação foi entregue ao comitê de campanha do PSB por um assessor do gabinete de Túlio Gadêlha. O PDT, aliado do PSB na disputa pela prefeitura, indicara Isabella de Roldão como candidata à vice na chapa de João Campos. Marília nega que tenha tido uma conversa nesses termos com Gadêlha e que tenha feito rachadinha em seu gabinete. O próprio Gadêlha desmentiu a interpretação criminosa do áudio, acusou o PSB de fabricar “mais uma *fake news*” e anunciou apoio a Marília. O estrago eleitoral, no entanto, estava feito.

A briga familiar, contudo, não está restrita aos Arraes e aos Campos. Os Campos também brigam entre eles desde 2019. E quem armou a confusão foi justamente João, que costuma ser visto por seus pares como um político de perfil diplomático. A encrenca se deu durante a audiência na Câmara do então ministro da Educação de Jair Bolsonaro, Abraham Weintraub, convocado para prestar esclarecimentos sobre sua acusação de que as universidades eram antros de drogas e “balbúrdia”. Interpelado duramente por

João Campos, Weintraub reagiu afirmando que Campos o atacava, mas se esquecia de que seu tio, Antônio Campos, irmão caçula do seu pai, era funcionário do Ministério da Educação. Antônio Campos, o Tonca, como é conhecido, é advogado e presidente da Fundação Joaquim Nabuco, uma autarquia vinculada ao MEC cuja sede fica em Pernambuco. João Campos surpreendeu em sua reação ao então ministro: “Eu nem relação tenho com ele. Ele é um sujeito pior do que você.”

Ao tomar conhecimento do ataque do seu neto contra o seu filho, Ana Arraes enfureceu-se. Em uma entrevista ao *Jornal do Commercio*, afirmou que o neto a agredira ao atacar seu filho caçula. “Eu espero que ele me peça desculpas”, disse. “Ele foi desrespeitoso com um tio que é uma pessoa decente, trabalhadora, competente e educada. Como eu eduquei o pai dele, eu eduquei o irmão [...]. Por isso, não admito que um neto venha criticar um filho da forma como ele fez. Na minha família isso não existe.” Antônio Campos, meses depois, disse que o sobrinho tinha “sido nutrido na mamadeira da Odebrecht”. A empreiteira fez parte do consórcio que construiu a Arena Pernambuco para a Copa do Mundo, na gestão de Eduardo Campos. O Tribunal de Contas do Estado, numa rara decisão contra a dinastia Campos, considerou que a obra foi superfaturada em mais de 80 milhões de reais, em valores da época.

Amargurada com as disputas fraticidas, Ana Arraes, hoje com 73 anos, decidiu não se envolver na disputa pela prefeitura entre seu neto e sua sobrinha. Preferiu isolar-se em Brasília. Mas não pretende abrir mão de

sua influência. Em entrevista ao mesmo *Jornal do Comercio* concedida antes da eleição municipal, Ana Arraes falou como matriarca de uma dinastia. “Ela [*Marília Arraes*] tem todo o direito de ser candidata. Todos têm direito de ser candidatos, mas eu quero dizer também que a origem política é minha. Eu sou filha de Miguel Arraes, mãe de Eduardo Campos e de Antônio Campos. Criei os dois na política. Sempre estiveram com o avô deles. Então, o nascedouro é meu.” Na entrevista, ela mostrou disposição de voltar à política quando se aposentar do TCU.

Em conversa pelo WhatsApp, Antônio Campos contou que hoje seu relacionamento com João é “distante”, embora não haja animosidade entre os dois. Ele apoiou abertamente Marília Arraes nas eleições, ainda que discorde do PT. Na conversa, criticou a gestão de Geraldo Julio na Prefeitura do Recife, lembrou que ele foi investigado por irregularidades na compra de respiradores para pacientes com Covid-19 e disse esperar que o sobrinho “conserte os erros da gestão passada e lute para que o Recife volte a ter o protagonismo que perdeu no Nordeste”. Depois, queixou-se da família e do partido. “Hoje há uma nítida divisão de poder na família, acentuada pela morte de meu único irmão”, escreveu em mensagem no aplicativo. Quanto ao partido, não escondeu a mágoa por ter sido abandonado pelo PSB quando concorreu à Prefeitura de Olinda. “No segundo turno, eles fingiram me apoiar, mas ajudaram o meu opositor. Pernambuco conhece essa história. Eu não perdi eleitoralmente para Lupércio Nascimento [*do Solidariedade*], mas para a máquina do PSB, que tem uma visão

pragmática da política.”

**A**s chagas da eleição municipal não estão apenas nos laços do clã Arraes-Campos, mas também aparecem na corrida para a sucessão presidencial. A disputa acirrada entre PT e PSB no Recife deu mostras de que os partidos de esquerda estão dispostos a desafiar a hegemonia petista em 2022. A luta encaniçada pela prefeitura deixou cicatrizes nos dois partidos. Carlos Siqueira, presidente do PSB, muito próximo de Miguel Arraes e, agora, de João Campos, não esconde sua insatisfação com o comportamento do PT. Numa conversa em fevereiro, disse que a decisão do PT de lançar candidato para a Prefeitura do Recife, em vez de aliar-se ao PSB, como havia sido combinado, gerou um enorme mal-estar. <sup>RIVA</sup> “Eu tive três conversas com a Gleisi Hoffmann, presidente do partido, e com o José Guimarães, o vice-presidente, e não consegui convencê-los de não lançar candidato”, contou.

Sem alterar o tom de voz, Siqueira disse como foi a conversa. “Eu falei: ‘Olha, vocês estão cometendo o mesmo erro que cometeram ao longo da história nos últimos 35 anos. É um erro grave’”, explicou, revolvendo mágoas do passado. Referia-se a um certo DNA exclusivista e hegemônico do PT demonstrado em algumas ocasiões, como quando decidiu impedir que seus parlamentares votassem em favor de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985 para encerrar a ditadura, ou quando ameaçou expulsar quem assinasse a Constituição de 1988 que considerava burguesa [*no final, todos os petistas*



*assinaram a Carta*], ou quando se opôs ao Plano Real lançado no governo de Itamar Franco. “Agora, estão cometendo o mesmo erro lançando candidato em tudo que é lugar sem que eles tenham viabilidade.” E concluiu. “É um direito de vocês cometer esses erros, mas um dever nosso, do PSB, não acompanhar vocês nesses erros.”

Diante disso, o PSB começou a se articular com o PDT, o PV e a Rede. “Foi por isso que conseguimos conquistar quatro capitais no Nordeste, e o PT, nenhuma.” Para Siqueira, o PT tem que compreender que a briga agora não é esquerda contra direita, mas sim de democracia contra autoritarismo. A visão de seu partido é de que, se não houver uma grande aliança dos partidos de esquerda, centro e mesmo de centro-direita, há risco de Bolsonaro conseguir se reeleger. “Eu disse o tempo todo que não estamos vivendo um momento trivial. É um momento de profundo retrocesso, e se não houver unidade, a nossa derrota será maior. Quanto menos unidade, maior a derrota. Mas não convenci, porque o PT fez o que sempre faz, que é manter seus candidatos.”

A insistência do PT em lançar candidato próprio causou desgaste mesmo entre petistas. O senador Humberto Costa (PT-PE) chegou a ir a São Paulo para tentar convencer o comando nacional a se aliar ao PSB no Recife. “Foi um equívoco da Comissão Executiva Nacional. Foi um processo muito ruim. Nós tentamos manter a aliança aqui, porque o PSB de Pernambuco é o que tem um comportamento menos conservador dentro do partido. Eu sabia que iria resultar em um estremecimento das relações entre os dois partidos, o que pode atrapalhar a aliança

nacional em 2022.” Costa lamentou que, ao se indispor com Gleisi e Guimarães, acabou por se indispor também com Lula, que forçou o lançamento de candidato no Recife. E mostrou todo seu descontentamento com o fim da aliança das esquerdas no estado. “Nenhum deles é dono do PT. Nem Lula. Lula pode ser o papa, mas a Igreja tem os bispos, os arcebispos e os fiéis.” Em janeiro, o PT entregou os cargos que tinha no governo do estado e na prefeitura, ambos sob comando do PSB.

Apesar de sua insatisfação com o partido por ter empurrado a candidatura de Marília Arraes goela abaixo dos integrantes do PT pernambucano, Costa não é fã de João Campos. “Ele foi lançado pela máquina e pelo parentesco. Ele é carismático e esforçado como o pai”, disse, mas ressaltou: “O Eduardo esmagava quem estivesse na frente para ganhar a eleição. Mas depois do que fizeram com a Marília no Recife, pude constatar que João Campos é muito mais obcecado pelo poder do que o pai. A campanha que ele fez no segundo turno, nem todo bolsonarista faria com a mesma cara de pau.”

José Guimarães, vice-presidente nacional do PT, não vê sentido nas críticas. Numa conversa em fevereiro, ele concordou que as esquerdas precisam estar unidas para enfrentar o bolsonarismo, mas disse que isso não pode forçar o PT a abrir mão de lançar seus candidatos. “É bom lembrar para o PSB e João Campos que o governador atual [*Paulo Câmara*] só foi reeleito em primeiro turno por conta do apoio do Lula e do PT em 2018. Foi o PT que garantiu a vitória ao Paulo Câmara. O que aconteceu agora foi que o PT nacional tirou como linha estratégica disputar nas

principais capitais. Em várias, fizemos aliança; em outras, não.”

Em seguida, questionou, demonstrando certa irritação com as críticas ao comportamento do partido: “Por que todo mundo tem direito de ter candidato e o PT não tem? Que história é essa? Essa não é a condição. O PT pode, sim, discutir aliança, mas é natural decidir ter seu candidato. Uma eleição municipal não é maior do que um projeto. O projeto específico de uma capital não é maior do que um projeto nacional. Que história é essa? Isso é pensar pequeno. E nós temos que pensar no país”, advertiu.

Em nova conversa em março, João Campos, ao ser informado dos argumentos de Guimarães, rebateu. “Na eleição passada, o PSB, através da Executiva Nacional, elencou Recife como eleição prioritária. Se o PT quer aliança, tem que <sup>RIVA</sup> entender o jogo do ganhador. Onde é prioridade para um você ajuda, e recebe ajuda em outro lugar. O PT não entendeu isso e lançou candidaturas em quase todas as capitais no Nordeste e veio depois dizendo que pregava unidade. Como fazer aliança dessa maneira?”, questionou. “Você faz unidade dialogando. Aliança existe quando se entende quais são as prioridades dos partidos com os quais se tem afinidade ideológica, e o PT até hoje não entendeu isso. Não entendeu sequer que a eleição de 2020 deu um recado muito claro: a maioria não está nem no bolsonarismo, nem no petismo.” Em seguida, seguro de si, concluiu: “Se a política, no campo democrático, não fizer o seu dever de casa, não reconhecer seus erros e construir um projeto de Brasil, nós corremos o risco de Bolsonaro ser reeleito em 2022. E isso será muito ruim

ganha. Então prioridade para um voto ajudado, e recebe ajuda em outro lugar. O PT não entendeu isso e lançou candidaturas em quase todas as capitais no Nordeste e veio depois dizendo que pregava unidade. Como fazer aliança dessa maneira?”, questionou. “Você faz unidade dialogando. Aliança existe quando se entende quais são as prioridades dos partidos com os quais se tem afinidade ideológica, e o PT até hoje não entendeu isso. Não entendeu sequer que a eleição de 2020 deu um recado muito claro: a maioria não está nem no bolsonarismo, nem no petismo.” Em seguida, seguro de si, concluiu: “Se a política, no campo democrático, não fizer o seu dever de casa, não reconhecer seus erros e construir um projeto de Brasil, nós corremos o risco de Bolsonaro ser reeleito em 2022. E isso será muito ruim para o Brasil.”



## CONSUELO DIEGUEZ

*(siga [@consuelodieguez](https://twitter.com/consuelodieguez) no Twitter)*

Repórter da **PIAUÍ** desde 2007, é autora da coletânea de perfis *Bilhões e Lágrimas*, da Companhia das Letras

## LACUNAS

O poder dos livros que não lemos e que nos definem

FELIPE CHARBEL



TOM GAULD

CREDITO: TOM GAULD\_HEARTAGENCY.COM\_2020

RIVA

**U**ma vez sonhei com Harold Bloom. No sonho ele vive num teatro abandonado – que é também uma biblioteca e uma igreja – e me recebe para uma conversa. É embaraçoso estar ali, gaguejo: como não li nenhum dos livros do crítico literário norte-americano, sinto que não tenho nada a dizer. Bloom me fita com um risinho malévolo. “Sua roupa é inadequada a este *santuário*”, diz ele, mas fico na dúvida se não quis falar *cemitério*. É verdade que estou descalço e tenho os pés mergulhados em cimento fresco. Ainda assim, me comovo com a leitura que ele faz, para as poltronas vazias, de um poema que memorizei para o colégio. “Só a dor enobrece e é grande e é *pura*”, diz um verso, e é como se Bloom usasse um restinho de

fôlego para alongar a palavra “pura”.

Anotei o sonho e voltei a dormir – isso foi em outubro de 2019, Bloom tinha morrido menos de duas semanas antes. Sonhos são como frutas e mariscos de carne delicada, que ao serem retirados do seu meio natural logo escurecem, oxidam. Por isso gosto de arquivá-los ainda frescos, num esforço de conservar o frágil tecido onírico. Raramente dá certo: às vezes acontece de reler o que escrevi e não me vir nenhuma cena, sensação, nada. Mas agora há pouco (hoje é dia 4 de março de 2021 e acabo de abrir o laudo de um exame de Covid-19 – deu negativo) aconteceu algo insólito: o sonho com Bloom emergiu num flash, se soltou da lama do esquecimento para vir boiar na superfície das minhas ondas cerebrais.

## RIVA

**D**ois traços me definem como leitor: a voracidade e o sentido de déficit. Leio rápido e leio muito (a ansiedade é soberana nos meus dias), mas não dou conta de sanar minhas faltas: a biblioteca de lacunas é mais sedutora que uma parede coberta por livros lidos.

Desconfio que as lacunas são o que existe de mais valioso na composição química de um leitor. Elas nos individualizam tanto ou mais que aquilo que absorvemos – as cenas, frases, tons e ritmos dos livros que amamos e que nos formaram. Lacunas são como janelas, vias de acesso ao que nem sempre compreendemos com clareza sobre as nossas escolhas literárias – por exemplo, os livros que retiramos da estante para pôr numa pilha sobre a cômoda e

passam meses ou uma vida pegando poeira. Lacunas também são como rastros, vestígios: elas revelam implicâncias, deserções, interesses, caprichos, utopias. Leitores são formados de espaço vazio na mesma proporção que a Terra é em grande parte feita de ar, e a superfície em que ela se apoia é puro vácuo, o nada.

Carregamos a biblioteca de lacunas para todo lado – ela é portátil. Tanto as listas de títulos que nos vemos compelidos a ir riscando (as lacunas formativas) como as leituras que guardamos para o “momento certo” por acreditar que nos trarão alegria (as lacunas amorosas) nos servem de lembrete: dar forma a si mesmo é um trabalho de Sísifo.

**E**m 1780, aos 31 anos, Goethe se referiu a uma “tarefa diária” que exigia sua “plena presença, na vigília e em sonhos”: a formação, aquilo que os alemães chamavam, não sei se ainda chamam, de *Bildung*. O propósito desses rigores era “levantar o mais alto possível a pirâmide” da própria existência (o trecho está numa carta que o crítico Marcus Mazzari cita e traduz em seu livro *Labirintos da Aprendizagem*). Acho essa analogia esplêndida, e assustadora. Erguer uma pirâmide no meio do deserto, sem ajuda de ninguém, carregando blocos de pedra que servem de matéria-prima ao edifício de nós mesmos (os livros que lemos e sobretudo os que nos faltam ler): a *Bildung* é tarefa impossível.

Daí a ânsia – quase sempre retrospectiva e lamuriosa – de começar, de ter começado cedo. Em *Trance*,

pequeno glossário sobre o “vício gratuito, benéfico, generoso” que é a leitura, o escritor argentino Alan Pauls sugere que “não existe leitor verdadeiro que não tenha sido um leitor precoce”. Se é assim estou lascado, pensei quando li essa frase. Me vejo como o oposto do precoce: sou um retardatário, alguém que entrou com atraso na corrida e sabe que jamais vai recuperar o tempo que perdeu. Um leitor sem qualidades: me faltam a memória vigorosa, a concentração férrea, a sólida base cultural, a dieta onívora. Como leitor, estou mais para hedonista do que para disciplinado. Quanto aos rigores da formação, melhor deixar para amanhã.

Por falar em precocidade e em tempo recuperado, Marcel Proust – *Em Busca do Tempo Perdido* é uma das minhas lacunas mais opressivas – se refere às suas leituras de meninice de modo tocante: “Talvez não haja, em nossa infância, dias que tenhamos vivido mais plenamente do que aqueles que acreditamos ter perdido sem vivê-los, aqueles que passamos na companhia de um livro preferido.” Não me recordo de dias assim quando era jovem, apesar de ter convivido desde sempre com lindas coleções de Júlio Verne (escritor de afeição do meu pai) e Monteiro Lobato (minha mãe devorou na infância). Lacunas irrecuperáveis. Eram edições lindas, de capa dura, e ainda assim a criança que fui só recorria a elas para erguer fortificações apache na sala de estar. Talvez por isso a consciência dos vazios me pareça aflitiva: sinto que desperdicei os meus melhores anos de leitor. No colégio era a mesma coisa. Passava colando nas provas do livro e decorava sem entender poemas de Manuel Bandeira. Poemas que, trinta anos depois, voltariam para me assombrar na voz de um



crítico norte-americano soturno que nunca li: “O mundo é sem piedade e até riria da tua *inconsolável* amargura.”

Mas existe um outro lado nessa história. Tenho a impressão de que o desconsolo com as leituras que não fiz – e possivelmente não farei – é um modo de exteriorizar a revolta contra a morte. Se houvesse “tempo e mundo suficientes” para percorrer os livros que desejamos, ou não desejamos, mas supomos que nos fariam leitores mais afiados, não precisaríamos reencenar, diariamente, a escolha de Sofia sobre o que ler agora e o que deixar para a semana que vem, para nunca. Adquirir consciência das lacunas – e se martirizar por elas – é etapa essencial na autoconstrução de um leitor. “Por maiores que possam ser as leituras ‘de formação’ de um indivíduo”, o escritor italiano Italo Calvino reconhece em *Por que Ler os Clássicos*, “resta sempre um número enorme de obras que ele não leu.” Até Harold Bloom, em *O Cânone Ocidental*, aparentemente a contragosto, admite que “quem lê tem de escolher, pois não há, literalmente, tempo suficiente para ler tudo, mesmo que não se faça nada além disso”.

**A**s lacunas formativas são como rachaduras. Primeiro elas corrompem a parede do quarto, depois ameaçam engolir a casa inteira, até que se revelam buracos negros capazes de engolir o universo. Não passa um dia sem que demandas de novos saberes nos sejam apresentadas, e que cânones alternativos se somem aos velhos (e é

bom que seja assim). As lacunas não trabalham com a lógica do “ou”, e sim da adição, do “e”. Em 1957, o escritor polonês Witold Gombrowicz – que mantinha um diário em público meio século antes do Facebook – reconheceu que o sentido de defasagem é inerente à complexa experiência cultural moderna: é como se a vida adulta fosse a constante atualização do pesadelo em que nos vemos sem roupa numa sala de aula ou no meio da rua. “Interiormente, não somos capazes de estar no nível da nossa cultura: é um dado que até agora não foi suficientemente considerado e que, no entanto, é decisivo para a tonalidade da nossa ‘vida cultural’. No fundo, somos uns eternos pirralhos.”

Me interesse por diários como o de Gombrowicz, esses diários de grandes ficcionistas, é um vício que tenho. E algo que me move nessas leituras é observar como se viravam com suas lacunas. Em 18 de fevereiro de 1922, aos 40 anos, Virginia Woolf anotou o seguinte: “Quero ler as cartas de Byron, mas tenho de continuar com *La Princesse de Clèves*. Esta obra-prima há muito me ficou na consciência. Eu falar de ficção sem ter lido este clássico! Mas ler clássicos é em geral penoso.” É um conflito que leitores vacilantes enfrentam com frequência: o compromisso com as lacunas formativas (as que evocam um sentido de dever) *versus* a atração irresistível pelo que desejamos agora, não amanhã. Lacunas amorosas falam do ímpeto, da vontade, do instante – as cartas de Byron, no caso de Woolf.

É

possível conviver de maneira menos ansiosa com as leituras que não fizemos, com as

**L**acunas que temos consciência de que não vamos preencher no espaço de uma vida? Em 2007, o ensaio *Como Falar dos Livros que Não Lemos?*, do crítico e psicanalista francês Pierre Bayard, se tornou um best-seller. A obra investiga o papel da “não leitura” nas interações da vida social e traz uma espécie de elogio das lacunas.

Na época dei boas risadas com o livro – reli há pouco tempo e senti que envelheceu bem. Bayard sugere que todos mentem, mais do que estão dispostos a admitir, sobre as próprias leituras (ou não leituras). Frequentemente nos pronunciamos, até com eloquência – em rodas de conversa ou mesmo em sala de aula –, sobre livros que no máximo folheamos. Bayard defende que não devemos nos sentir culpados por isso, pelo contrário. “É perfeitamente possível manter uma conversa apaixonante a propósito de um livro que não se leu, inclusive, e talvez sobretudo, com alguém que também não o leu.”

É que a lógica da formação literária se fundamenta no acúmulo, no cumprimento de requisitos – e isso encoraja a correria. Na página 2 nos esquecemos do que vimos na página 1. O que dizer, então, de obras que percorremos quinze ou vinte anos atrás? Difícil imaginar que “a leitura” ficou conservada em naftalina nas gavetas da mente, e permanece ali, intacta, para quando precisarmos. Para Bayard, a noção de “livro lido” deve ser repensada: com frequência são apenas títulos que riscamos em listas de obrigatoriedades, listas que, afortunadamente, estamos sempre reescrevendo em função da dinâmica cultural. Quantas vezes me espantei com sublinhados

e anotações a lápis em um livro, provas contundentes de que estive ali, mesmo que não me recorde? Leituras que não se firmaram, que apaguei da memória: mal chego a me dar conta de que elas também são lacunas.

O lado jocoso é um ponto a favor do livro: não desdenho do que me faz rir. Mas a abordagem sofisticada sempre conduz a paradoxos. A sacada de Bayard é propor que a não leitura é “uma verdadeira atividade, que consiste em se organizar em relação à imensidão de livros, a fim de não se deixar submergir por eles”. Mas fica a impressão de que só os vazios de formação interessam, assim como as táticas para reverter as lacunas a nosso favor (falar com eloquência dos livros que não lemos). Além disso, Bayard apenas tangencia aquilo que, num dos seus ensaios mais notáveis, o crítico francês Roland Barthes chamou de “prazer do texto”. Nada substitui os júbilos e desconfortos – inclusive físicos – da leitura. Às vezes um livro se enfurna por anos num cantinho da mente para um dia vir à tona e nos encurralar numa tocaia – mais ou menos como aconteceu comigo no sonho que tive com Bloom.

**N**os diários de Susan Sontag, a ânsia de preencher lacunas adquire a forma de listas de livros, filmes, listas de tudo – títulos que a diarista vai riscando à medida que cumpre os encargos que ela própria, mais ninguém, impôs a si mesma. “Ler *Memórias Póstumas de Brás Cubas*”, ela assinala de modo imperativo em 20 de dezembro de 1960, aos 27 anos (décadas mais tarde a autora

americana escreveria um ensaio que transformou a recepção de Machado de Assis nos Estados Unidos). Numa leitura rápida, o diário de Sontag talvez servisse de exemplo do que Alan Pauls, em *Trance*, chama de “precoce prodígio”: alguém que “não sabe que não sabe” e, “impulsionado por uma inclinação natural, madrugadora, se limita a lançar-se sobre o seu objeto como um predador”. Antes de completar 18 anos, Sontag tinha devorado os diários de Gide, *A Montanha Mágica*, de Thomas Mann, e se engajara não na leitura, mas na releitura do *De Rerum Natura*, de Lucrécio. Ainda assim, o seu diário está marcado desde a adolescência pela percepção angustiante dos hiatos – o que remete ao segundo tipo de precocidade a que Pauls se refere, a “relação frustrada, desequilibrada, fora de escala, entre um sujeito e um objeto de desejo em relação ao qual não se sente à altura”.

RIVA

Em 12 de junho de 1975, aos 42 anos, Sontag se mostra exultante ao ler pela primeira vez *Frankenstein*, de Mary Shelley – situação em que a lacuna formativa e a lacuna amorosa se tocam, são a mesma coisa. Para Italo Calvino, o encontro tardio com um clássico é uma das alegrias supremas que um leitor pode ambicionar: “Ler pela primeira vez um grande livro na idade madura é um prazer extraordinário.” Isso quer dizer que as lacunas amorosas podem ser cultivadas deliberadamente, como estratégias dilatórias de leitores hedonistas.

Já para os leitores disciplinados, a pergunta “O que ler?” pode soar ofensiva: a única brecha para a escolha diz respeito à variável tempo. Devemos ler o que nos cai nas mãos, só precisamos definir a ordem.

Julio Ramón Ribeyro escreveu sobre a glotonaria literária, o anseio de provar um pouco de cada gênero. “Leio praticamente tudo, talvez porque ainda não consigo me livrar de uma concepção caduca de cultura: a do homem universal, aquele que deve saber tudo. Como nesta época é impossível saber tudo, só o que consigo é não saber nada bem e saber tudo mal.”

**P**or que é que não li os livros que escolhi não ler? Com a autoridade de leitor retardatário e além de tudo dispersivo, digo que os hedonistas literários se deleitam com os prazeres da protelação. Livros que me atraem quando leio sobre eles num diário, num ensaio, quando são mencionados numa conversa de bar – por que é que preferi adiar o contato com eles?

Nesse último ano, talvez como passatempo pandêmico ou modo de escapismo em relação às mazelas cotidianas, listei uma série de explicações – um tanto vagas – para o fato de me esquivar, seguidamente e de modo compulsivo, de obras que em algum momento conquistaram a minha afeição, antes mesmo de travar contato com elas. Montei uma tênue tipologia dessas lacunas amorosas:

***A lacuna interessada*** – Por tudo que me relataram, pelo que li a respeito, tenho curiosidade, desejo, sinto que pode ser o livro da minha vida. Mas adio porque a lógica utilitarista não me move, não na leitura: sou imediatista, penso nos deleites que posso ter aqui e agora. No comecinho da graduação, li um ensaio do

historiador e antropólogo norte-americano James Clifford sobre Joseph Conrad. Mas não li Conrad, com exceção de *Coração das Trevas*. Ainda assim, fui acumulando leituras sobre ele: um livro de Edward Said, uma biografia de mil páginas, sempre me preparando para o contato, que antevejo fulminante, com a “coisa real”. Só que o excesso de entusiasmo acaba se convertendo em bloqueio, em anteparo. E sigo postergando.

***A lacuna como presente que nos ofertamos*** – Lembro do verão, não faz muito tempo, em que finalmente me ocupei de *Guerra e Paz*: foi o que me aconteceu de mais surpreendente em matéria de vida naqueles meses que passei trancado em casa, com o ar-condicionado na máxima potência. Li quase tudo de Tolstói bem cedo (relativamente cedo, cedo para os padrões de leitor retardatário de 20 e tantos anos). Mas *Guerra e Paz* eu guardava para depois, um mimo que oferecia a mim mesmo. Fui acumulando edições, primeiro a da Itatiaia, de letras miúdas, depois a da Cosac, lindíssima. Vivia me dando de presente essa lacuna. Até que um dia peguei o livro num impulso e ele me fez tão feliz como imaginei que aconteceria. São prazeres que damos por certo, e que talvez por isso nos inclinamos a deixar suspensos, sempre à espera da condição propícia que no entanto não vai vir, não do jeito que fantasiamos: um fim de semana emendado com dois feriados, um mês de férias, o ano sabático, a recuperação de uma enfermidade que não é séria, mas nos obriga a passar muitas horas na cama.

***A promessa do tédio*** – Como alguém que estuda as formas da escrita íntima, um leitor de diários,

memórias, cartas, biografias e autoficções, pode não ter lido *Em Busca do Tempo Perdido*? Beira a ofensa (mas quem é o ofendido aqui?). Muito na minha existência de leitor converge para Proust, mas aqueles sete volumes em prosa lenta, as frases longas, as tias e os tios, as refeições intermináveis, tudo isso me faz sentir por antecipação o que é atravessar as planícies do aborrecimento. Alguns livros que cultuo, e reli algumas vezes, prometem o tédio de modo mais firme que Proust: *O Enigma da Chegada*, de V. S. Naipaul, *Austerlitz* de W. G. Sebald. É possível que a promessa do tédio, aqui, venha acompanhada de algo mais.

***A lacuna supersticiosa*** – Todas as vezes que iniciei *Em Busca do Tempo Perdido* alguma coisa me interrompeu, intromissões da “realidade objetiva”, algo que vinha de fora. Perdi o livro no metrô (mas que ideia ler Proust no metrô...), tive um <sup>RIVA</sup>desentendimento conjugal, afazeres repentinos me fizeram interromper a leitura. Quando isso acontece, o livro se torna um talismã às avessas, e até sua presença na estante soa como agouro, marca do imponderável sempre à espreita. Um dia terei que me dar Proust de presente, do mesmo jeito que fiz com *Guerra e Paz*.

***A evasão do difícil*** – Encontrei os diários de Virginia Woolf num sebo virtual, e como a loja fica perto do meu trabalho pedi que guardassem o exemplar para mim. “Uma vez tentei ler um livro dela, *Ao Farol*, mas não passei da página 2”, o livreiro confessou. “Mas é tão bonito”, disse a ele, sem me lembrar que tudo o que sei a respeito foi o que li em *Mimesis*, a obra-prima do crítico literário alemão Erich



Auerbach. Acabei dando por lido o clássico de Woolf.

***As aversões imprescindíveis*** – Acontece de nos sentirmos atraídos pela poética de uma escritora ou de um escritor, ou pelo que fantasiamos sobre essa poética. Mas ao mesmo tempo podemos abominar o séquito, os seguidores, que mais parecem adeptos de um culto que leitores de percepção aguçada. É o que sinto em relação a David Foster Wallace: li os seus ensaios e achei brilhantes, gostei de um conto ou outro, mas ao me recordar de conversas com os seus apóstolos, das certezas que eles tinham sobre como *Graça Infinita* mudaria a minha percepção do mundo, preferi adiar (quase escrevi odiar).

***A chegada tardia*** – Na última viagem que fiz, em plena pandemia, me deparei com uma coleção de Júlio Verne em capa dura na casa do meio do mato, similar à que eu usava de tijolo nas minhas fortificações da infância. Tirei uma foto e mandei para um amigo. Ele foi enfático: leia *Miguel Strogoff*, fui feliz aos 15 anos na companhia desse livro. Mas aos 43, entendi que o prazo de validade daquela leitura já tinha vencido. Aconteceu algo semelhante quando, num impulso, comprei *Trópico de Câncer*, de Henry Miller, num balaio de saldos: li cinco ou seis páginas e me achei passado, rançoso, velho para aquele livro. Ernest Hemingway também entra aqui. E no entanto como posso abrir mão de ler Hemingway se ele é o escritor preferido de alguns dos meus escritores preferidos?

**A** té para escrever este ensaio sinto que precisaria ter lido mais. Acontece que quanto

passado, rançoso, velho para aquele livro. Ernest Hemingway também entra aqui. E no entanto como posso abrir mão de ler Hemingway se ele é o escritor preferido de alguns dos meus escritores preferidos?

**A**té para escrever este ensaio sinto que precisaria ter lido mais. Acontece que quanto mais eu leio mais me dou conta de tudo o que me falta ler: escrever sobre as lacunas é um jeito de me desapegar delas, de não transformá-las em fetiche. O repertório de vazios é elástico, infinito – se todos lêssemos as mesmas coisas, e do mesmo jeito, só haveria um único leitor, um Arquileitor, materialização de uma cultura fechada em si mesma, estática, morta. Ler é uma escolha. Deixar para depois, também.

RIVA



## FELIPE CHARBEL

É professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autor de *Janelas Irreais: Um Diário de Releituras* (Relicário Edições)

humor

# A NOVA POLÍTICA É COMO O VINHO, QUANTO MAIS VELHA MELHOR

REINALDO FIGUEIREDO



RIVA

CREDITO: REINALDO FIGUEIREDO\_2021

**O** inverno está aí mesmo e, com a perspectiva de aumento das contaminações e do número de mortes, a melhor pedida é ficar trancado em casa degustando bons vinhos.

Disponibilizamos aqui algumas sugestões (e advertências) exclusivas, para você que é um gourmet exigente.

Vinho produzido pela famosa Vinícola Ricardo Salles, em um *terroir* muito especial, uma propriedade com milhares de quilômetros quadrados de terras roubadas por grileiros e depois cuidadosamente queimadas e desmatadas. As uvas plantadas nessa região são meticulosamente contaminadas com os agrotóxicos mais desaconselhados por todas as entidades de controle ambiental do mundo.

### GRAN TOSCO DELLA TOSCANA

Vinho tinto seco, rústico, quase rude. Muitas vezes chega a ser escroto e boçal. Feito exclusivamente com uvas da casta Bolsonaro. No passado, era elaborado também com uvas da casta Bebianno, mas o *blend* não deu certo. O Gran Tosco é um vinho que não harmoniza com nada. E também não é da Toscana. É do interior de São Paulo. É um legítimo *fake wine*.

### CHÂTEAU DAS RACHADINHAS

O proprietário deste chateau está há pouco tempo no ramo da viticultura, e já começou inovando. Seu vinho não é feito a partir de uvas, mas de laranjas. Apesar de ser uma vinícola inaugurada no século XXI, o Chateau das Rachadinhas já tem muita história e tradição. Diz uma lenda que, depois da meia-noite, todos os quartos da mansão são assombrados por funcionários-fantasmas. Um detalhe curioso: o Chateau das Rachadinhas harmoniza bem com chocolate.

## VINHO VERDE-OLIVA

Vinho de uso exclusivo das Forças Armadas. Como todo vinho verde, ele é fresco e bem frutado. É tão fresco que às vezes é chamado de “maricas” pelos *sommeliers* da tropa. Por enquanto, o Vinho Verde-Oliva foi aprovado pela Anvisa apenas para uso emergencial, mas os enólogos que já experimentaram garantem que harmoniza bem com leite condensado e chicletes. A vinícola também disponibiliza uma parte especial de sua produção com o rótulo Vinho Verde-Oliva Camuflado, para ser degustado durante manobras militares na selva.

## FASE BORDEAUX

Este vinho tinto, de coloração vermelho intenso, tem uma longa história. Surgiu na segunda década do século XXI, quando as vinícolas de São Paulo entraram na “Fase Roxa”. Mas o principal administrador dos vinhedos da região preferiu chamar seu vinho de Fase Bordeaux, um nome mais charmoso e sofisticado. Se tudo der certo, no futuro ele pretende produzir o mesmo vinho em Miami, um *terroir* mais adequado para um vinho tão elegante.



## CASAL QUEIROZ

Vinho produzido na região de Rio das Pedras, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. As terras da vinícola têm um solo extremamente fértil, adubado pelos cadáveres de vítimas das milícias armadas, tradicionais naquele local. <sup>RIVA</sup>As videiras são distribuídas em parcelas bem planejadas, utilizando as faixas de terra que sobram entre as muitas construções irregulares e imóveis ilegais. O Casal Queiroz é um vinho complexo. No nariz, aromas de pólvora e carne humana queimada. Na boca, toques de frutas cítricas, principalmente laranja. O design do rótulo do Casal Queiroz foi roubado de um concorrente, o Casal Garcia.

## USTRA EXTRA BRUT

Vinho espumante, raivoso e rascante. A vinícola Ustra é proprietária de uma gigantesca adega subterrânea onde mantém trancados os tonéis e garrafas durante muitos anos, sem direito a um

telefonema para os familiares nem a um encontro com seus advogados. O espumante Ustra só está disponível no tipo Extra Brut, mas seus produtores juram que ele nunca fez mal a ninguém e é incapaz de matar uma mosca. Como a maioria dos vinhos, o Ustra Extra Brut contém alguns aditivos, como o dióxido de enxofre, o ácido tartárico e o AI-5.

## CASA DA TUA MÃE

Dentre os vinhos com nomes pitorescos, este é um dos mais curiosos. Sua origem remonta ao início da segunda década do século XXI, e seus produtores dizem que o nome faz referência ao velho costume popular de tratar a mãe do interlocutor de forma desairosa quando se quer terminar uma discussão. Infelizmente, o Casa da Tua Mãe é um desses vinhos que só se destacam por causa do rótulo chamativo. Não é um vinho para ser levado a sério. Na degustação, mostrou-se intragável, com toques de pequi roído.

## QUINTA DE ATIBAIA

Vinho tradicional de uma região de São Paulo que sempre foi mais famosa por produzir cerveja e churrasco. A história da vinícola é envolta em mistério, e até hoje ninguém sabe dizer quem era o seu real proprietário. Também pairam dúvidas sobre a qualidade do vinho. Enólogos que fazem parte dos júris de vários concursos internacionais ainda não decidiram se o Quinta de Atibaia deveria receber

uma medalha, uma menção honrosa, uma advertência por improbidade administrativa ou um puxão de orelha.

## TOGA NEGRA

Vinho tinto produzido no sul do Brasil, resultado de um consórcio de duas grandes vinícolas italianas: a Cantina del Moro e a Famiglia Dallagnol. Alguns enólogos acham que o Toga Negra é um vinho caro e pretensioso, demasiadamente valorizado pela fama. Dizem que fica melhor depois de envelhecer alguns anos. Admiradores do Toga Negra fizeram a experiência de manter uma garrafa na adega durante sete anos, mas depois, na degustação, admitiram que o vinho deixou um desagradável retrogosto de ó do borogodó.

RIVA



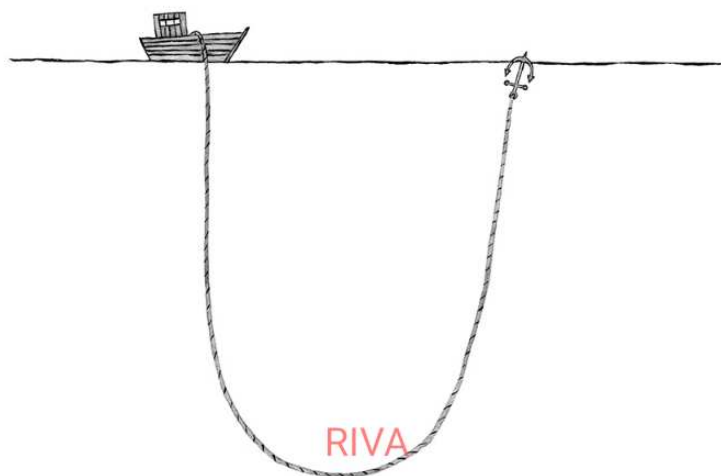
### REINALDO FIGUEIREDO

Desenhista, humorista e músico carioca, Reinaldo Figueiredo é um dos criadores do *Casseta & Planeta*



# PENSE NUM VELEIRO, ELE DESLIZA SOBRE O MAR...

ALFREDO FRESSIA



CRÉDITO: GERVASIO TROCHE\_2021

## ***EL PASO***

El mínimo desarreglo del mundo,  
la hora exacta que precede a la tragedia.

Un timbre, el teléfono que toca.

El día tibio y sin historia

hasta que.

Hasta el Fue entonces.

El instante preciso. El anterior a.

La llegada de la carta.

La cúspide de la inminencia.

Abrir el sobre

y si el mundo pudiera detenerse.

Pero no.

Aquel tren tampoco se detuvo.

Y haber podido seguir calle arriba.

Pero no.

Una sudestada la noche anterior

que cerrara los caminos. RIVA

No hubo. Ni se retrasaron

las agujas del reloj.

Ni atisbar el borde.

El abismo. La cita.

Cuando ya no había tiempo

de entender los signos.

El sanantonio muerto

en la ventana, el instante

en que los perros aullaron

como si lloraran.

Y si el segundo antes.

Pero no.

Y doblar una esquina.

## **O PASSO**

O mínimo descompasso do mundo,  
a hora exata que precede à tragédia.

Uma campainha, o telefone que toca.

O dia morno e sem história

até que.

RIVA

Até o Foi quando.

O instante preciso. O anterior a.

A chegada da carta.

A cúspide da iminência.

Abrir o envelope

e se o mundo pudesse parar.

Mas não.

Aquele trem também não parou.

E ter podido subir aquela rua.

Mas não.

Um vendaval na noite anterior  
que fechasse os caminhos.

Não houve. Nem se atrasaram  
as agulhas do relógio.

Nem vislumbrar a beira.

O abismo. O encontro marcado.

Quando não havia mais tempo  
de entender os sinais.

A joaninha morta

na janela, o instante

RIVA

em que os cães uivaram  
como se chorassem.

E se o segundo antes.

Mas não.

E dobrar uma esquina.

## **RADIOTERAPIA**

*Piense en un velero, él se desliza  
sobre el mar casi rosado del atardecer.*

*No se ve el joven marinero, sin embargo  
piense en un pescador,  
labra lento el paciente epitelio del mar.  
Piense ahora en un tumor, casi inmóvil,  
en la incierta galladura rosada  
hundida a medias en la glándula  
y repita que no, que no navega.*

## **RADIOTERAPIA**

Pense num veleiro, ele desliza  
sobre o mar cor-de-rosa do entardecer.  
Não se vê o jovem marinheiro, porém  
pense num pescador,  
lavra lento o paciente epitélio do mar.  
Pense agora num tumor, quase imóvel,  
na incerta galadura rósea  
mergulhada na glândula  
e repita que não, que não navega.

## **ÁYAX**

Recuérdalo, llegar a buen puerto era ilusión,  
tan feroz la hecatombe y tan mansas las bestias.  
Llegar a algún puerto es obra de los hombres,  
no llegar a ninguno es la única obra de los dioses.

## **AJAX**

Lembra-te, chegar a um porto seguro era ilusão,  
tão feroz a hecatombe e tão mansas as bestas.  
Chegar a algum porto é obra dos homens,  
não chegar a nenhum é a <sup>RIVA</sup>única obra dos deuses.

## **ILUSTRACIÓN**

... una vuelta más, seguir la carrera,  
alcanzada la gloria, exhiben galardón,  
hieren al elefante hasta que aprenda  
a girar en la demencia, se agarran  
en la barra segura del trapecio,  
son prosistas con red, son sabios de academia...

Paul Celan en el puente Mirabeau

ya no oirá el barullo del mundo.

Habló otro idioma, o todos los idiomas

y escribió en el idioma del dolor,

aprendió que el poeta siempre pierde,

que está solo con su lastimadura.

Y supo que su cuerpo era un puente en silencio

y su salto, el poema del final.

## ILUSTRAÇÃO

... mais uma volta, seguir <sup>RIVA</sup> na carreira,

a glória atingida, exibem galardão,

ferem o elefante até que aprenda

a girar na demência, se agarram

na barra segura do trapézio,

prosadores com rede, sábios de academia...

\*

Paul Celan na ponte Mirabeau

já não ouvirá mais o barulho do mundo.

Falou numa outra língua, ou em todas as línguas

\*

Paul Celan na ponte Mirabeau

já não ouvirá mais o barulho do mundo.

Falou numa outra língua, ou em todas as línguas

e escreveu na língua da dor,

aprendeu que o poeta sempre perde,

que está só com a ferida.

E soube que seu corpo era uma ponte silenciosa

e aquele salto, o poema do final.



RIVA

## ALFREDO FRESSIA

É poeta uruguaio radicado em São Paulo. Recebeu o Prêmio Bartolomé Hidalgo, um dos mais importantes do Uruguai. É autor de *Terra Incognita* (Ediciones Caletita) e *Sobre Roca Resbaladiza* (Editorial Lisboa)



# O PERSONAGEM

Ele acordou numa certa manhã com a convicção de que precisava escrever

PEDRO FRANZ

# O PERSONAGEM





Mas, para o personagem, não foi nada difícil.



na verdade, foi bastante fácil chegar ao seu local de trabalho sem muitas interferências, já que,

embora trabalhasse e dormisse em lugares diferentes, os lugares nos quais o personagem dormia e trabalhava eram lugares muito próximos



e, naquele dia, ele acordou muito cedo e, quando atravessou a curta distância entre o lugar em que dormia e o lugar em que trabalhava,



não havia quase ninguém na rua de quem se esquivar.



Ao chegar, o personagem pensou que Gonzalo Mauricio Tevares sequer tomava café quando acordava de manhã e talvez nem escovasse os dentes



e imaginou-o de pantufas e vestindo um casaco sobre o pijama, com o cabelo bastante despenteado, atravessando Lisboa com a mão sobre a boca para esconder o mau hálito e tentando chegar logo à sua mesa de trabalho sem muitas interferências.



Quando o personagem se sentou e ligou o Windows e abriu o Word e tentou deixar a coluna o mais reta possível e apoiou os pés no chão e colocou os braços junto ao corpo e os antebraços formaram uma diagonal de aproximadamente 15 graus a uma linha horizontal imaginária traçada a partir dos seus cotovelos,

as mãos do personagem apertaram-se sobre o teclado e seus dedos começaram a apertar as teclas quase intermitentemente, enquanto seus olhos fixaram a tela iluminada à sua frente.



Ele escreveu algumas palavras na página em branco do documento do Word.



Em alguns momentos, enquanto escrevia,



sua boca realizava movimentos



que recitavam de forma quase inaudível



o texto que seus dedos digitavam no teclado.



Em alguns momentos, quando os dedos da mão do personagem paravam, sua boca também parava e seu corpo realizava movimentos giratórios horizontais na cadeira em que estava sentado, distendendo apenas a ponta do pé contra o chão.



E, em alguns momentos,

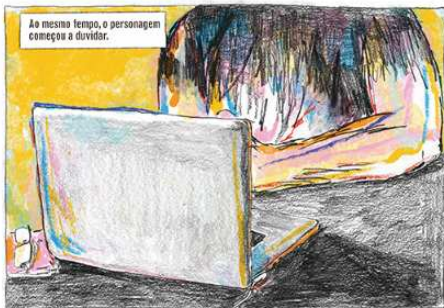
o personagem deixava de observar a tela à sua frente



e prestava atenção no espaço onde se encontrava:



na superfície escura da mesa em que seus braços se apoiavam, na textura do solo, na sombra projetada sobre a parede branca, na estrutura metálica da luminária, no ninho de cabos formado atrás do computador, no volume das dobras da sacola dentro da lixeira, nas manchas de cola na mesa de luz ao seu lado.



RIVA

RIVA



## **PEDRO FRANZ**

Ilustrador e artista visual, é autor de Promessas de Amor a Desconhecidos Enquanto Espero o Fim do Mundo, edição do autor

# CARTUNS DE LEANDRO ASSIS

LEANDRO ASSIS





Você, que acredita  
que trabalho doméstico  
é um trabalho como  
outro qualquer.

Você diz pra  
sua filha que  
ela pode ser  
médica,  
enfermeira,  
professora.

E que pode  
ser empregada  
doméstica?



@elaesoababa

**ENTRADA DE SERVIÇO  
E BANHISTAS  
RUA FIGUEIREDO MAGALHÃES, 41  
ED. PROVÍNCIA**



**AVISO**  
FAVOR NÃO EMPURRAR  
O PORTÃO COM OS PÉS,  
USE AS MÃOS!!!



VOCÊ ESTÁ SENDO  
FILMADO, SOBREIA!!!  
ED. PROVÍNCIA

 **TOQUE A CAMPAINHA**  
IDENTIFIQUE-SE AO PORTEIRO  
PARA SUA SEGURANÇA, VOCÊ ESTÁ  
SENDO FILMADO E GRAVADO.

ED. PROVÍNCIA



FINA

Oi, amores.

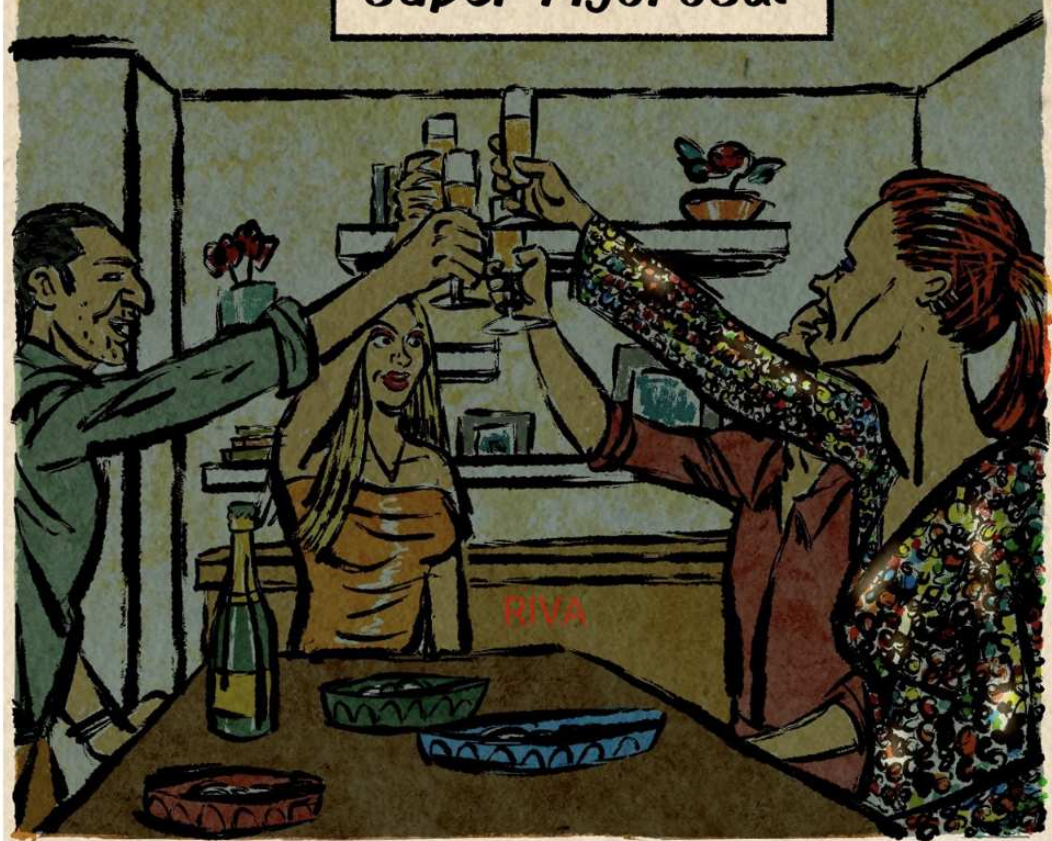
Muita gente me  
perguntando como eu  
peguei Covid.





E eu não sei!  
De verdade.

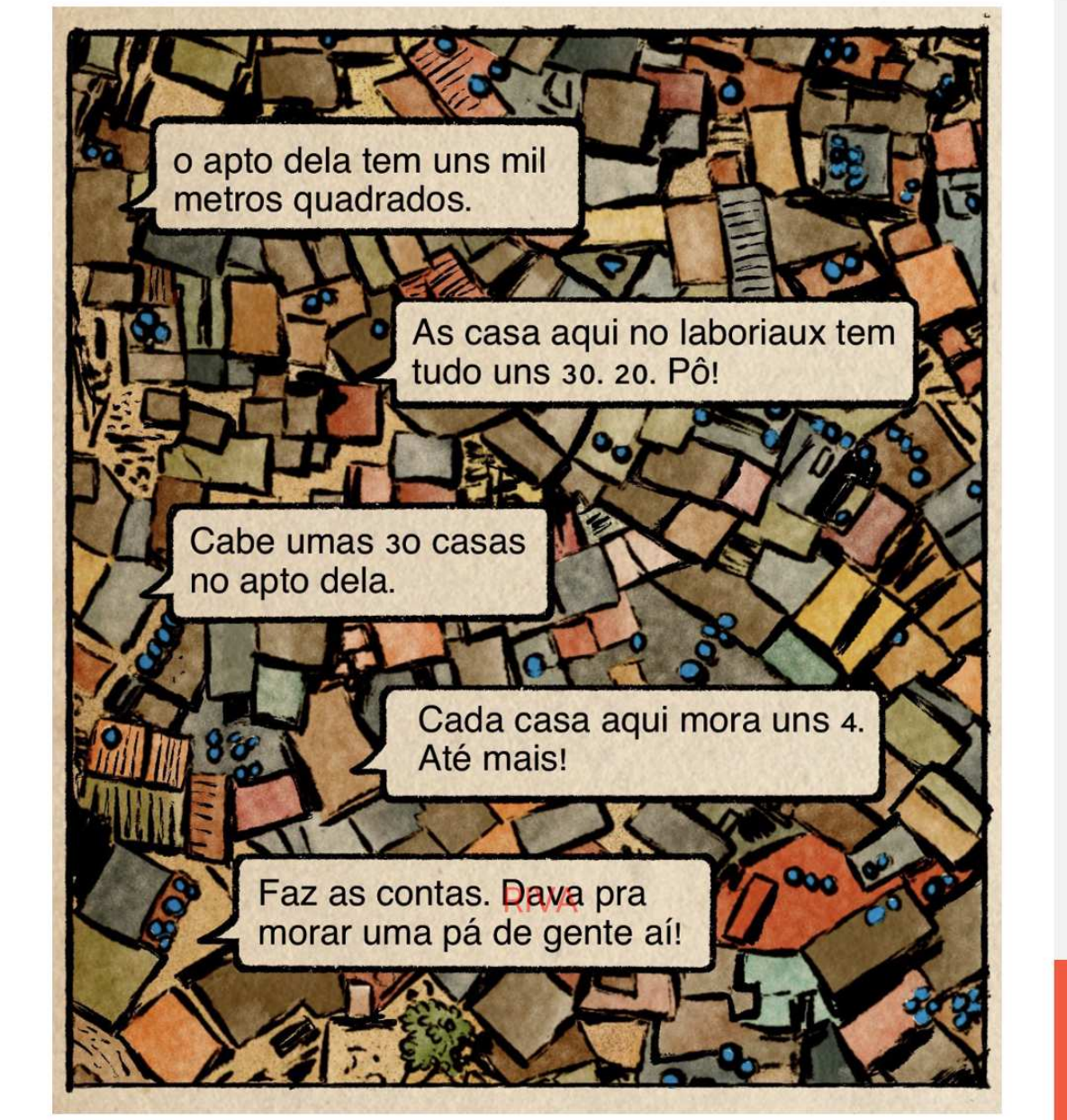
Fiz uma quarentena  
super rigorosa.



Dinah

E vamo combinae? Não é  
nenhum sofrimento a madame  
ficar no quartinho dela! 09:25






o apto dela tem uns mil metros quadrados.

As casa aqui no laboriaux tem tudo uns 30. 20. Pô!

Cabe umas 30 casas no apto dela.

Cada casa aqui mora uns 4. Até mais!

Faz as contas. ~~Dava~~ pra morar uma pá de gente aí!




Olha só. O  
Evandro tá com  
Covid. Vou ter  
que dobrar.

Putz.  
Coitado.



E no  
mais? Como tá o  
plantão?



**Viram  
a praia?  
Lotada!**

**A gente  
nessa guerra!  
Eu isolada do Paulo  
e do Mateus!**

**E a galera como  
se já tivesse a  
vacina. F\*da!**



**Oi, amor.**

**Diz pro Mateus que  
eu amei o desenho.**



Cuidar  
da sanidade  
mental.

Sair, ver  
gente. Tomar sol.  
Dar um mergulho  
no mar!

Mas  
mantendo os  
cuidados.

Então  
você pergunta:  
Como?

Pensando  
primeiro em  
você!



franclementeoficial



RIVA



Curtido por 10.509 pessoas

franclementeoficial Olha que incrível! A Myself criou uma linha de máxi beach towells para você poder manter o distanciamento social na areia. Isole-se. Afaste-se. Proteja-se. E tem cupom: ILoveMyself2020



## LEANDRO ASSIS

Roteirista de tevê e cinema, é coautor das séries de HQ *Os Santos* e *Confinada*, que podem ser lidas no Instagram e no Twitter

EDIÇÃO 175 | ABRIL\_2021

cartas

# A PESSOA ERRADA, NO LUGAR ERRADO E NO MOMENTO ERRADO



RIVA

*Graças à LSN*

DEBATE ENTRE PROFESSORES



# A PESSOA ERRADA, NO LUGAR ERRADO E NO MOMENTO ERRADO



RIVA

*Graças à LSN*

## DEBATE ENTRE PROFESSORES

A revista continua muito boa, no entanto a **piauí\_174** (março) traz uma matéria que me chamou a atenção pelo lado negativo, intitulada *Uma visão nebulosa e conservadora*, réplica ao texto *Parece revolução, mas é só neoliberalismo*, publicado na edição de janeiro.

O texto dos professores Demétrio Toledo, Regimeire Maciel, Maria Carlotto e Flávio Francisco é que merece ser chamado de nebuloso. Fiquei

impressionado com o volume de inferências e especulações que não se encontravam no texto criticado. Para ser educado e não chamar de aloprados, o texto dessas pessoas é um amontoado de digressões sem qualquer conexão, a ponto de citarem texto xenófobo do início do século XX acerca de imigrantes na Escola de Medicina de São Paulo. Aliás, nem deveria me surpreender, afinal são acadêmicos alheios à realidade brasileira, precisando de “duplos twists” epistemológicos para defender uma posição que não estava contemplada no texto criticado. Uma infelicidade.

### **LEONARDO GANDARA\_BELO HORIZONTE/MG**

Me parece que o professor Benamê (codinome do autor de *Parece revolução, mas é só neoliberalismo*, <sup>RIVA</sup> *piauí\_172*, janeiro) não quer mudar seus métodos de ensino, pois ele mesmo afirmou com todas as letras: “A mim um aluno sugeriu que eu modificasse o programa de um curso porque ele achava parte da bibliografia ‘maçante’” – mas o mundo mudou. E como não sabemos se ele ainda usa bibliografias de dez anos atrás, não temos como saber se é isso que tem incomodado os alunos que reclamam. Se ele dialogasse mais com os alunos, poderia se beneficiar das críticas, melhorar o aprendizado de suas turmas, além de aprimorar seus métodos de ensino.

Os estudos pedagógicos da década dizem que a escola massifica o ensino e não sabe dialogar com a diversidade. Como sua função só tem sido colocada como um meio para melhorar a empregabilidade, fica

nesse jogo de “vou entrar e sair o mais rápido que puder”. E quanto mais jovem for o aluno, mais ele terá ânsia pelo ensino mais imediato e rápido. O problema, a meu ver, é que ninguém quer abrir mão do sistema arcaico de lousa e giz, que dá mais segurança aos gerenciadores e professores. Já um professor que ama ensinar, domina bem um assunto e sempre que pode não se atém às regras é um forte candidato a seduzir seus alunos. Esse é um dom que poucos têm no grau máximo, mas esses revolucionam os métodos, como fez Paulo Freire, que teve a coragem de mostrar a incongruência da velha cartilha. O duro é que mudanças assustam.

**MARIA LOPES\_ SÃO PAULO/SP**

Gostaria de elogiar a matéria ~~que~~ *Parece revolução, mas é só neoliberalismo*. Ela traz uma reflexão muito pertinente aos tempos atuais e a como estamos educando as novas gerações (em casa e na escola). Só fiquei na dúvida: foi usado o termo “primeiramente” no texto e aprendi com meu professor na faculdade que isso não existe. E agora? 😊

**GUSTAVO RIGONATO\_ AMERICANA/ SP**

**NOTA (SEMI)ERUDITA DA REDAÇÃO:** “Na admissão de uma opinião ou doutrina, os homens consultam *primeiramente* o seu interesse, e depois a razão ou a justiça, se lhes sobeja tempo.” Assim disse o saudoso Marquês de Maricá (o grifo é nosso, não do marquês). Prova mais do que eloquente de que a palavra existe sim, e há muito, muito tempo. Desconfiamos que o teu professor de faculdade foi um homem de

vanguarda: precursor da cultura do cancelamento, em vez de cancelar pessoas, cancelava advérbios.

## LEI DO ABORTO

Já estarecido pelo que a menina de 10 anos foi obrigada a passar nas mãos de Damares, Giromini e asseclas, depois da violência dentro de sua própria casa, vemos o fundo do poço a que chegamos com os detalhes e as situações anteriores protagonizadas pelo obstetra Olímpio Barbosa de Moraes Filho, um herói nesse deserto de direito da mulher sobre seu próprio corpo (*A gente acolhe*, piauí\_174, março). Querem a estatização do útero, que o órgão feminino passe à tutela do Estado. O amparo psicológico, legal, institucional e até financeiro à mulher que decide abortar deixa de existir, substituído pela culpa religiosa e pelo acolhimento mediante submissão e arrependimento. É isso que significa ser liberal na economia e conservador nos costumes? Por outro lado, resta a dúvida se a descriminalização do aborto deve seguir pressupostos óbvios – a mulher é dona de seu corpo –, ou, se tiver alguma base científica, melhora a condição das que decidem interromper a gravidez. Imagino que a grande maioria dos procedimentos ocorra dentro das doze semanas, o que torna essa tese mais defensável, já que o óbvio é raridade na Justiça brasileira. Fica como sugestão para Angélica Santa Cruz aprofundar o embate Direito *versus* Ciência em uma nova reportagem.

**ADILSON ROBERTO GONÇALVES\_CAMPINAS/SP**

## DISPARIDADE

Curioso como uma mesma edição da revista, a **piauí\_174** (março), traz dois artigos com um fio condutor em comum (a apropriação de certos discursos pela extrema direita) redigidos de formas bastante diferentes.

Por um lado, o texto de Rodrigo Nunes (*O presente de uma ilusão*) é denso, mas claro e bem escrito, levantando questões que, concorde-se ou não, nos fazem refletir. Há uma preocupação em explicitar as bases do raciocínio, até mesmo com o uso correto e frequente das notas de rodapé.

Por outro lado, o texto de Fernando de Barros e Silva (*Boca de esponja*) é pobre, panfletário e dogmático, com escasso embasamento conceitual. Expressões como “impeachment mandrake”, e “prisão arranjada de Lula” são jogadas como se fossem verdades indiscutíveis que não merecessem outras considerações. E peca até no mais óbvio, ao não abordar as ações dos seus ídolos petistas como criadoras do contexto no qual nosso presidente miliciano foi eleito.

**MÁRIO LUIS TRENZI\_BELO HORIZONTE/MG**

## FILHO DE PEIXE

Parabenizo a **piauí** pela excelente matéria *O dia em que eles caíram do céu* (**piauí\_173**, fevereiro), de João Batista Jr. A propósito, lembrei que o pai do

personagem Abdalla Filho, que parece se esquivar da responsabilidade na tragédia, José João Abdalla, conhecido na vida pública como J. J. Abdalla, foi um político ligado a Adhemar de Barros, que exerceu diversos mandatos como deputado federal desde 1946 e foi cassado pelo AI-1 em 1964. Tornou-se milionário, dono de diferentes empresas industriais e financeiras, respondeu a mais de quinhentos processos e foi preso várias vezes, acusado de inúmeros crimes financeiros, apropriação indébita, sonegação fiscal etc. O filho certamente herdou o patrimônio do pai.

A biografia de J. J. Abdalla pode ser consultada no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, do CPDOC da FGV, cuja edição original teve a honra de coordenar.

**ISRAEL BELOCH\_RIO DE JANEIRO/RJ**

## **CHEGADA**

Fernando de Barros e Silva, autor do texto *Há algo no ar* (piauí\_173, fevereiro) faz um exercício de futurologia com forte possibilidade de acerto. Após a obtenção pelo Centrão das duas Casas do Congresso, com o absurdo apoio de setores da esquerda, estará instalada de vez a velha política do toma lá, dá cá. A aparente vitória de Bolsonaro significará tornar-se refém da pior espécie de políticos que compõem nosso Legislativo, o que representará um enorme retrocesso. Voltaremos aos tempos de Sarney, que foi obrigado a fazer amplas concessões para se manter no governo, o que resultou num desastre na nossa

economia, que só foi encontrar equilíbrio após a implantação do Plano Real. Infelizmente estamos descendo celeremente a ladeira, que resultará numa enorme crise fiscal, com a predominância de um populismo irresponsável, com enorme risco para a nossa frágil democracia.

**DIRCEU LUIZ NATAL\_RIO DE JANEIRO/RJ**

### **SAUDADES DO ZAP**

Venho aqui manifestar a minha tristeza com o fim do *The BolsozApp Herald*. Era um ritual aqui em casa: quando chegava a **piauí**, eu fazia um cafezinho e ia direto ler primeiro a saudosa coluna. Como já diria MC Livinho, vai fazer falta.

**BEATRIZ MOURA\_SÃO PAULO/SP** RIVA

**NOTA ALVISSAREIRA DO DIPLOMATA ARAÚJO:** “*Mas então não acontece nada?*”, perguntou-me a voz de Yegúí. “*Acontece onde não estás olhando*”, respondi. Os literatos decerto terão reconhecido esta passagem notável de *A Porta de Mogar*, editora Alfa Ômega, 23 reais (eles parcelam). Cito-a aqui para aquietar o espírito desassossegado da leitora, cujo desamparo é fruto de quem olha para onde nada acontece. Esqueça a lacuna criada pela censura intempestiva e autoritária do *BolsozApp*. A prosa mais sublime daquelas páginas continua viva e coruscante em *Xarab Fica* e no já citado *A Porta de Mogar*. É lá que as coisas acontecem! Vai bem com cafezinho! Ou porto! Cherry! Absinto! E eles parcelam!

## TRIPLO ERRO

Quando o comandante Chesley Sullenberger (Sully) pousou o Airbus A320 nas águas geladas do Rio Hudson, em 15 de janeiro de 2009, salvando 150 passageiros e os 5 tripulantes a bordo, tivemos a feliz coincidência de um triplo acerto. Ter a pessoa certa, na hora e no local certos, representou a diferença entre a vida e a morte para as 155 pessoas a bordo daquele avião. Seria uma obra do acaso, fortuita por assim dizer, ou o resultado de anos de treinamento e experiência na função de piloto, que logo percebeu o dano nas turbinas e rapidamente optou pela mudança de rumo com pouso de emergência no rio, em pleno inverno? Dois minutos após a decolagem, aves se aproximaram e colidiram com o para-brisa, foram sugadas pelas turbinas e determinaram a perda de força dos motores. Nesse momento, o comandante Sully assumiu o controle da aeronave, e mesmo tendo autorização para retorno ao Aeroporto LaGuardia, comunicou aos controladores que isso não seria possível e avisou que pousaria no Rio Hudson, menos de seis minutos após a decolagem. O resto é história, e até virou filme. Em poucos minutos, Sully tomou uma decisão arriscada, comunicou aos tripulantes e passageiros o choque iminente, e pousou na água gélida sem afundar a aeronave, próximo a embarcações que rapidamente auxiliaram no resgate de todos. Ele foi o último a deixar a aeronave. É um caso típico de sorte, na acepção de Tiger Woods, pois “quanto mais eu treino, mais sorte eu tenho” – ou seria outro golfista, Arnold Palmer, o autor da frase?



A mesma sorte não teve o Brasil. O piloto eleito em 2018 – um capitão reformado do Exército –, com formação na Academia Militar das Agulhas Negras e cerca de trinta anos de experiência política como vereador e deputado federal pelo Rio de Janeiro, o nosso comandante “Sully”, durante a pandemia de Covid-19, segue fiel ao seu plano de voo (tudo pela reeleição). Desceu de paraquedas no Comando, com o aval do mercado e sem saber nada de nada, exceto pedir informações ao Posto Ipiranga. Nomeou um time de luminares na Educação, Meio Ambiente, Cultura, Relações Exteriores e Direitos Humanos, todos orgulhosos da própria ignorância e, por via das dúvidas, cercados de militares por todos os lados. Após dois anos decorridos deste voo, sendo mais de um ano em meio à turbulência da pandemia, nosso Airbus B17 já perdeu mais de 300 mil passageiros, por dificuldades respiratórias agudas graves, muitos literalmente sem oxigênio, e tampouco paraquedas para pular da aeronave. O comandante navega sem instrumentos, já demitiu três copilotos na Saúde e abandonou à própria sorte inúmeros correligionários na jornada, sem qualquer remorso ou comiseração. Fomenta conflitos entre os 27 comissários da Federação, não segue as normas do próprio Ministério da Saúde, e incita apoiadores a invadir as unidades de atendimento aos feridos.

Esse mau exemplo e essa liderança destrutiva contribuíram para a disseminação da Covid-19 e da P.1 pela aeronave, e após um ano de turbulência ininterrupta, ele continua transmitindo falsas informações de voo aos passageiros. Erra não apenas uma ou duas vezes, mas insiste no erro por três ou

mais vezes, sem corrigir a rota. Durante um temporal, não recomendaria o uso de capas ou guarda-chuvas, visto que não protegem 100% da chuva. Nesta pandemia, tampouco fez uso do bom senso, do juízo e do benefício da dúvida, os coletes salva-vidas disponíveis para proteger sua tripulação, por meio do uso coletivo de máscaras, vacinação, e das medidas de distanciamento social. Preferiu trabalhar nos bastidores, pela sua família, pela sua Pátria e pelo seu Exército, liberando ao cidadão armas e munições, para defesa da nossa liberdade e, ao que parece, para combater a tiros de cloroquina o vírus do comunismo chinês. Manobra para tornar-se inimputável e “ininpichável”, jogando a culpa pelas consequências da pandemia no colo dos governadores, tentando isentar a si e aos militares pelas centenas de milhares de vítimas de sua condução irresponsável e desastrada deste Airbus, rumo ao maior desastre de sua história. É a pessoa errada, no lugar errado, no momento errado.

**CÉSAR GRAEFF SANTOS\_CANELA/RS**

## **ARRABALDE**

Parabéns pela série de reportagens *Arrabalde*, que nos permite renovar nosso olhar sobre a Amazônia (região, bioma), o que não é pouca coisa. A série é de uma qualidade excepcional, graças à percepção fina de documentarista (atenta aos detalhes significativos), à escolha dos personagens e ao acerto nas análises.

Nesta última reportagem ([piauí\\_174](#), março), o

reporer se refere, por um lado, a descoberta, pela ciência, da existência de matas e solos “antropogênicos” na Amazônia (“quem olhasse para aquele trecho de floresta na imensidão do Jari, por exemplo, não estaria enxergando apenas um patrimônio natural”), e, por outro, à invenção dos sistemas agroflorestais. Confesso que fiquei esperando, no final, algo que estabelecesse uma relação entre os dois fenômenos (floresta como plantação / plantação como floresta). Talvez pudesse ir mais longe e também lembrar a relação ancestral (e filosófica / cultural, eu diria) que existe entre “o índio e o japonês”. Uma relação de parentesco, íntima, genética. Afinal, não aprendemos que os humanos que povoaram as Américas, há mais de 12 mil anos, eram asiáticos, oriundos do Oriente? Ao inventar ou descobrir o sistema agroflorestal (SAF), o engenheiro agrônomo Noboru Sakaguchi talvez estivesse refazendo, inconscientemente, os sábios gestos dos seus longínquos antepassados: os povos originários da Amazônia, se espelhando neles, “plantando floresta”, encarando a Floresta Amazônica face a face, como agente e sujeito!

**PATRICK PARDINI\_BELÉM/PA**

**PIAUÍ\_171**

Não sei se era o objetivo da redação por ser a edição de dezembro, mas terminei a leitura da edição 171 com esperança e um sorriso no rosto. Destaque para as matérias *Trabalhadores, uni-vos, O brasileiro cordial* e *Arrabalde Parte ii: Sete bois em linha*. O rigor científico, jornalístico e da escrita se

da Amazônia, se espelhando neles, “plantando floresta”, encarando a Floresta Amazônica face a face, como agente e sujeito!

**PATRICK PARDINI\_BELÉM/PA**

**PIAUI\_171**

Não sei se era o objetivo da redação por ser a edição de dezembro, mas terminei a leitura da edição 171 com esperança e um sorriso no rosto. Destaque para as matérias *Trabalhadores, uni-vos, O brasileiro cordial* e *Arrabalde Parte ii: Sete bois em linha*. O rigor científico, jornalístico e da escrita se sobressaíram nesses textos. Obrigada e parabéns! Só faltava banir propaganda de banco e mineradora que são responsáveis pela destruição do meio ambiente. Ao ver que até a economia se abriu para novas perspectivas, quem sabe a **piauí** entra na vanguarda de exigir padrões mínimos pra seus anunciantes no Ano-Novo?

**TAÍS FREIRE GALVÃO\_CAMPINAS/SP**



despedida

# TODO AMÁVAMOS A LOVE STORY

O adeus à boate em que Mike Tyson ameaçou morder um garçom

XICO SÁ



A “CASA DE TODAS AS CASAS”, À SOMBRA DO COPAN: NOS ÚLTIMOS SUSPIROS, O MELANCÓLICO MARKETING ANUNCIAVA O “MELHOR HAMBÚRGUER DE SÃO PAULO”

**C**om uma mulher em cada ombro, Mike Tyson tenta acompanhar o ritmo do bate-estaca na pista de dança. O assédio dos fãs e o efeito gravitacional do uísque, porém, minam a linha de cintura do boxeador norte-americano. Ele ainda busca um ajuste nos passos trôpegos, mas não

alcança a elegância desejada. Finge bom humor e, tomado por algum espírito de cavalheirismo, devolve as moças ao solo. O DJ sobe a vinheta esfuziante que indica presença ilustre no ambiente e, logo em seguida, anuncia que o ex-campeão dos pesos pesados se encontra na boate. A música techno volta aos habituais 100 decibéis e Tio João, o gerente, conduz o pugilista para a melhor mesa da “casa de todas as casas”, como apregoa o slogan do estabelecimento. São quatro da madrugada de uma quinta-feira, 10 de novembro de 2005, e aproximadamente 450 pessoas apenas começam a se divertir por lá.

Tudo podia acontecer na Love Story, inclusive você testemunhar o próprio Tyson, minutos depois, parodiando a si mesmo ao insinuar que morderia um garçom – em junho de 1997, o lutador arrancara com os dentes, num ringue de Las Vegas, um naco da orelha direita do adversário Evander Holyfield. Por sorte, naquela noite de 2005, o Ceará, meu amigo garçom, saiu ileso e recebeu gorjeta em dólar. A jornada, todavia, não foi suave para o visitante ilustre. Ao deixar a boate, ele seria detido por policiais militares e levado à delegacia. A bronca: na sua passagem por outro inferninho, o Bahamas, o craque do boxe se envolveu em confusão com um cinegrafista do SBT que o filmara em plena farra com as garotas de programa. O atleta não só agrediu o profissional como danificou a câmera e esmagou a fita com as imagens.

A Love Story ficava num ponto singular de São Paulo: a Rua Araújo, número 232, à sombra do edifício Copan. Posso apostar que, ao saber do

recente fechamento da boate, qualquer cliente fiel, tal qual este cronista, rebobinou na memória cenas como as de Tyson. A “casa de todas as casas” recebia boleiros famosos, a exemplo de Ronaldo Fenômeno, estrelas de novelas e outros tipos de artistas – das duplas sertanejas aos roqueiros João Gordo e Nick Cave. Cenas de *Bruna Surfistinha*, o longa-metragem com Deborah Secco, foram filmadas ali. Na vida real, Raquel Pacheco – a jovem prostituta que usava o codinome de Surfistinha – era *habituée* e entusiasta do local. “O Love Story é um lugar que todas as pessoas devem conhecer antes de morrer”, ensinava.

**T**rabalhadores noturnos, uni-vos na madrugada! O inferninho nasceu em 1990, sob o signo dos festeiros anônimos, na Rua Major Sertório, 182, também no <sup>RIVA</sup>centrão de São Paulo. Sempre abriu as portas depois da meia-noite, atraindo uma fauna bem diversificada de profissionais que ganhavam o pão enquanto os reles mortais dormiam: funcionários de bares, restaurantes, teatros, cinemas, redações de jornais e alguns escritórios. Sem contar, claro, as garotas de programa. A maioria delas frequentava o estabelecimento para se divertir, após o expediente nas calçadas frenéticas da Rua Augusta ou em boates tão sofisticadas quanto o Café Photo. Daí o slogan “a casa de todas as casas”, usado pela Love Story desde a inauguração.

As operárias do sexo enxergavam o lugar mais como um espaço de *happy hour* do que ponto de faturamento. Essa característica especial muitas vezes

era incompreendida por alguns playboys folgados, que se revoltavam com o “não” das altivas prostitutas. “Isso aqui nunca foi puteiro, no sentido tradicional da coisa. É um local democrático, de encontro das criaturas noturnas”, descrevia Tio João, capaz de tratar com a mesma gentileza o celebrado Mike Tyson ou um simples cavalheiro solitário, perdido na escuridão da metrópole. João Tiago de Freitas, mineiro de Iturama que hoje tem 70 anos, havia trabalhado em outra boate das redondezas, a My Love, até se juntar ao time de fundadores da LS, iniciais empregadas pelos íntimos para falar da casa.

Confidente deste cronista de costumes, a amiga Wânia (pseudônimo noturno) comparecia pelo menos três madrugadas por semana à Love Story, entre o começo do século XXI e 2011. Integrante da primeira geração a usar a internet para vender serviços sexuais, ela conta que seu maior interesse era se jogar na pista com as amigas, “dar um showzinho” no *pole dance* e provocar casais que frequentavam o local por fetiche. “Para me tirar daquela noitada, só com uma oferta financeira de cair o queixo. Mesmo assim, teria que ser um cara muito bacana.”

A geração pós-Wânia, cada vez mais focada em transações online, nem sequer conheceu a LS. O desemprego nas firmas da região central de São Paulo tirou da pista os trabalhadores insones. Em 2018, a empresa Mimar Ltda., dona do negócio, entrou com um pedido de recuperação judicial. Acumulava uma dívida de quase 2 milhões de reais, boa parte decorrente de ações trabalhistas. Para ganhar fôlego e sobrevida, a turma do Tio João tentou várias mudanças de estilo. Passou a abrir as portas



mais cedo e substituiu a música techno pelo breganejo. No entanto, nada mais ornou na “casa de todas as casas”. Em vez das quinhentas pessoas por madrugada, um salão vazio com 150 passantes.

Por não cumprir as promessas da recuperação judicial, a Love Story acabou falindo no início de fevereiro, ao mesmo tempo em que o coronavírus jogava a pá de cal sobre uma área já decadente da cidade. Enquanto tentava segurar as pontas, a boate apelou até para o marketing melancólico: “Temos o melhor hambúrguer de São Paulo.” Toda tentativa de sobrevivência é digna, mas digamos que a comida nunca foi o forte do estabelecimento.

**L**ove Story (1990-2021). Ali jaz um templo hedonista da América Latina, onde vivamos 1 001 noites de nossas miseráveis vidas.



## XICO SÁ

É jornalista e escritor, autor de *O Livro das Mulheres Extraordinárias* (Três Estrelas), entre outros